



JÉSSICA DE CARVALHO MACHADO

**ESFERAS PÚBLICAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
BRASIL**

**LAVRAS - MG
2024**

JÉSSICA DE CARVALHO MACHADO

ESFERAS PÚBLICAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Doutor.

Prof. Dr. José Roberto Pereira
Orientador

**LAVRAS - MG
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Machado, Jéssica de Carvalho.

Esferas Públicas sobre economia solidária no Brasil / Jéssica de
Carvalho Machado. - 2023.

271 p. : il.

Orientador(a): José Roberto Pereira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Lavras, 2023.
Bibliografia.

1. Economia Solidária. 2. Esferas Públicas. 3. Ação
Comunicativa. I. Pereira, José Roberto. II. Título.

JÉSSICA DE CARVALHO MACHADO

ESFERAS PÚBLICAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL
PUBLIC SPHERES ON SOLIDARITY ECONOMY IN BRAZIL

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Doutor.

APROVADA em 28 de fevereiro de 2023

Dra. Patrícia Aparecida Ferreira – (PPGA/UFLA)

Dra. Bianca Lima – (DER/UFV)

Dr. Valderí de Castro Alcântara – (FACE/UFMG)

Dra. Sabrina Soares da Silva (PPGA/UFLA)

Prof. Dr. José Roberto Pereira
Orientador

LAVRAS - MG
2024

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos os pesquisadores de economia solidária, trabalhadores dos empreendimentos solidários e todos os militantes da causa. Estudar e fazer economia solidária hoje em dia é um ato de resistência!

AGRADECIMENTOS

Escrever essa tese foi um ato de amor à economia solidária, à sua potencialidade, à sua força de mudança social, estrutural, política, econômica e cultural. Mas para alcançar esse objetivo não poderia deixar de agradecer, primeiramente à Deus, que me deu forças, foram momentos difíceis na construção, nos estudos, nas análises e com a certeza de que Ele sempre estava comigo, me dava forças para continuar, mesmo quando o caminho estava tortuoso.

Agradeço imensamente a minha família, pais, irmão e marido que foram a materialização da força, do apoio e da confiança. Me diziam sempre que esse sonho era possível. Chegar nessa etapa da vida acadêmica implica muito no sonho compartilhado com todos eles, pois foram dias de estudos, de virar a noite, de chorar, de deixar de ter lazer, de colocar o doutorado como prioridade quando poderia estar vivendo momentos maravilhosos com a família, mas eles sabiam que todo esse esforço, distanciamento, valeria a pena. Em especial, agradecer ao Heitor, só nós sabemos o quanto foi difícil essa etapa e a sua força e confiança no meu trabalho me motivavam a continuar. A sua parceria em entender os meus momentos de “imersão na tese” me ajudaram a chegar aqui. Ainda vamos longe nessa parceria construída há anos.

Aos meus pais, só para reforçar, obrigada por todo apoio, por todo incentivo, por me permitir caminhar nessa linha que parece infinita (é mesmo) que já dura mais de 12 anos (entre graduação, mestrado e doutorado). Chegou a hora de comemarmos e de mais uma vez deixar claro para vocês que essa vitória é nossa!

Agradecer também ao meu orientador Prof. Dr. José Roberto Pereira por todo o apoio, parceria e ensinamentos desde a graduação. O professor foi um verdadeiro pai durante a tese, me ajudou, me incentivou, me guiou e construiu comigo todo esse trabalho. O meu interesse pela economia solidária começou a partir dele e terminar a jornada acadêmica com esse tema e com a orientação dele, foi muito importante. Obrigada, professor. Você tem um papel muito importante na minha trajetória acadêmica e não me deixou esquecer do meu potencial em momento algum. Levarei isso para a vida e farei questão de me espelhar em você todas as vezes que entrar na sala de aula.

Diversas pessoas passam no nosso caminho durante o doutorado, alguns ficam, outros são passageiros, mas a relação construída de amizade nesse período é extremamente importante para aguentar o “batidão”. Em especial, gostaria de agradecer a Elaine e ao Adriano, por serem amigos desde o mestrado, por serem ouvido e ombro-amigo, por também serem força e

motivação. Nossa amizade e parceria fizeram de nós não só pesquisadores, mas incentivadores constantes uns dos outros. Que Deus nos permita viver sempre esse companheirismo. Obrigada por tanto! Agradecer também ao André Spuri, por toda ajuda, por toda conversa acadêmica e por tantos direcionamentos quando o sufoco batia e pela parceria em trabalhos acadêmicos.

Agradeço também, aos membros da banca de defesa, professoras Dra. Patrícia Ferreira, Dra. Stefania Vaccaro, Dra. Bianca Lima, Dra. Sabrina Soares da Silva e professor Dr. Valderi Alcântara e Dr. Airton Cançado por dedicarem seu tempo na leitura da tese e as contribuições que serão de grande valia para minha trajetória acadêmica.

Gostaria de agradecer também a todos os professores que tive a grande oportunidade de participar de suas disciplinas. Todas serviram para abrir a mente, adquirir novos conhecimentos, discutir criticamente o campo da administração e à docência. Em especial, ressaltar também a disciplina da Professora Cléria que me ajudou muito no entendimento acerca da docência e a importância de desenvolver aulas dinâmicas, atrativas e reconhecer o aluno como um ser protagonista dentro de uma sala de aula e no seu entendimento.

O doutorado é composto por diversas etapas e em todas elas precisamos de apoio administrativo. Quem faz doutorado no PPGA na UFLA deve fazer menção a Deila e todo o seu carinho, amor e dedicação aos alunos. Deila é uma amiga que tenho desde a graduação e sempre me ajudou, mas no doutorado, foi um anjo e uma luz no meu caminho. Saiba que jamais esquecerei de toda ajuda. Obrigada por tanto, Deila. Além dela, gostaria de agradecer também o Professor Daniel, que na figura de coordenador da Pós, sempre teve um olhar muito humano para os alunos e comigo agiu sempre pautado nessa linha. Obrigada por entender as especificidades de cada aluno.

Foram anos me dedicando a área acadêmica e também me privando de alguns momentos de lazer, mas em outros, foram esses momentos que me tiravam da loucura de livros, disciplinas, leituras, resenhas e da tese e esses momentos foram libertadores graças aos amigos que construí durante toda a vida e que também foram impulsionadores nessa etapa da minha vida. Aos meus amigos de vida, as minhas melhores amigas, obrigada por todo apoio e por todo o incentivo. Vocês não fazem ideia como nossos momentos me ajudaram a relaxar, mas também me fizeram ter certeza que eu precisava concluir essa etapa.

Quando ingressei no doutorado, já havia tido oportunidade de trabalhar profissionalmente como professora, mas foi durante o desenvolvimento do doutorado que atuei diretamente com a educação por quase 3 anos, e nesse período tive a certeza absoluta que a minha vida profissional está atrelada totalmente a fazer a diferença na vida das pessoas por

meio da função transformadora que a educação proporciona na vida de cada um. Por isso, agradeço imensamente ao SENAC – Juiz de Fora que me permitiu exercer, diariamente, o meu amor pela educação e me fez enxergar como professora e como atuante na luta pela educação. Agradeço aos meus alunos, aos desafios enfrentados no dia-a-dia, pois foram esses que me fizeram forte e além disso, me fizeram entrar todo o dia na sala de aula com uma vontade de levar conhecimento, trocar experiência e fazê-los entender que o processo educativo move, transforma e te leva a lugares inimagináveis. Além dos meus alunos, gostaria de agradecer as amizades construídas no SENAC, que me ajudaram, me deram força, me apoiaram nos momentos difíceis, no cansaço do dia-a-dia, e nos momentos de diversão, alegria e que ultrapassaram os limites de Juiz de Fora e se fazem presentes até hoje. Gratidão!

Gostaria de deixar meu agradecimento a todos que acreditaram em mim! Essa vitória é minha, mas é compartilhada com muitas pessoas! É um sonho de criança que hoje se concretiza!

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo analisar a formação das esferas públicas da economia solidária no Brasil por meio da identificação dos debates públicos em torno da temática e, a partir de então, compreender como foram formadas e quais são as esferas públicas, subalternas e dominantes, sobre a economia solidária nos últimos 20 anos. Para iniciar o estudo, foram realizados estudos bibliográficos com o propósito de compreender as discussões acerca da categoria esfera pública e seus desdobramentos por meio dos estudos de Habermas, além de compreender também seus estudos sobre ação comunicativa, com o objetivo de, posteriormente, identificar as esferas públicas da economia solidária. O contexto da economia solidária também foi apresentado, além de discussões conceituais por meio de autores como Singer, França Filho e Laville, Gaiger e Coraggio. Para desenvolver a pesquisa, foi realizada uma primeira etapa que envolveu a pesquisa bibliométrica sobre o campo da economia solidária e das esferas públicas, para então analisar, por meio de uma pesquisa documental, os debates públicos, as esferas públicas e as suas influências no campo por meio da análise crítica do discurso. Como resultado, encontramos, por meio de eventos nacionais selecionados da economia solidária, diversos debates públicos em torno do referido campo, com destaque para os seguintes temas: marco legal, política pública da economia solidária, questões de gênero e raça, produção, comercialização e consumos solidários, finanças públicas, desenvolvimento sustentável, entre outros. Após análise desses debates públicos, foi possível identificar as esferas públicas dominantes (políticas públicas para economia solidária; marco legal da economia solidária; criação da SENAES e reestruturação do FBES) e subalternas (debates conceituais sobre economia solidária; ITCP's e suas metodologias; saúde mental na economia solidária; economia solidária e curricularização) formadas pelos atuantes do movimento da economia solidária e as influências que essas tiveram no sistema, como a criação da SENAES, do FBES, do CNES, do Sistema de Informações, Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, Centros de Formação em Economia Solidária, entre outros. Espera-se que a pesquisa tenha impacto tanto em nível acadêmico, como também para os diversos atores que atuam diretamente com a economia solidária, de forma a evidenciar os avanços já alcançados em torno da articulação, participação e controle das ações e políticas desenvolvidas e a necessidade de continuarem a atuarem, ativamente, para que mais políticas sejam desenvolvidas e que a economia solidária seja pauta permanente no âmbito da Sociedade, do Mercado e do Estado.

Palavras-chaves: Economia Solidária. Esferas Públicas. Ação Comunicativa. Debate Público.

ABSTRACT

Abstract: This study aims to analyze the formation of public spheres of solidarity economy in Brazil through the identification of public debates around the theme and, from then on, understand how they were formed and what are the public, subordinate and dominant spheres, on the solidary economy in the last 20 years. To start the study, bibliographical studies were carried out with the purpose of understanding the discussions about the public sphere category and its consequences through Habermas' studies, in addition to also understanding his studies on communicative action, with the objective of subsequently identifying the public spheres of the solidarity economy. The context of solidarity economy was also presented, in addition to conceptual discussions by authors such as Singer, França Filho and Laville, Gaiger and Coraggio. To develop the research, a first stage was carried out, which involved bibliometric research on the field of solidarity economy and public spheres, to then analyze, through documentary research, public debates, public spheres and their influences in the field through critical discourse analysis. As a result, we found, through selected national events of the solidarity economy, several public debates around the referred field, with emphasis on the following themes: legal framework, public policy of the solidarity economy, gender and race issues, production, commercialization and solidary consumption, public finance, sustainable development, among others. After analyzing these public debates, it was possible to identify the dominant (public policies for solidarity economy; legal framework for solidarity economy; creation of SENAES and restructuring of FBES) and subordinate (conceptual debates on solidary economy; ITCP's and their methodologies; mental health in solidarity economy; solidarity economy and curriculum) public spheres formed by those active in the solidarity economy movement and the influences that these had on the system, such as the creation of SENAES, FBES, CNES, the Information System, the Fair and Solidarity Trade Fair, Solidarity Economy Training Centers, among others. It is expected that the research will have an impact both at an academic level, as well as for the various actors that work directly with the solidarity economy, in order to highlight the advances already achieved around the articulation, participation and control of the actions and policies developed and the need to continue to act actively so that more policies are developed and that the solidarity economy is a permanent agenda within Society, the Market and the State.

keywords: Solidary Economy. Public Spheres. Communicative Action. Public Debate.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Frequência de publicações e citações por ano	120
Figura 2 - Rede de países.....	124
Figura 3 - Rede de palavras-chave mais citadas.....	127
Figura 4 - Categorias da Web of Science	128
Figura 5 - Autores mais citados nas referências dos artigos da busca.....	145
Figura 6 - Documentos mais citados nos artigos da busca.....	147
Figura 7 - Nuvem de palavras – Debates públicos da economia solidária.....	223
Figura 8 - Síntese da formação das esferas públicas da economia solidária no Brasil.....	252

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Linhas teóricas da esfera pública e seus principais teóricos	20
Quadro 2 - Eventos e Órgãos pertencentes à Economia Solidária nos últimos 20 anos	25
Quadro 3 - Campo conceitual da economia solidária.....	52
Quadro 4 - Quatro modelos sociológicos da ação	75
Quadro 5 - Etapas da Bibliometria	113
Quadro 6 - Principais documentos utilizados nos resultados	114
Quadro 7 - Quatro artigos mais citados – economia solidária ou social e esfera pública	130
Quadro 8 - Eventos Nacionais da Economia Solidária.....	149
Quadro 9 - Debates públicos da I, II E III Plenária Nacional de Economia Solidária	157
Quadro 10 - Debates públicos da IV Plenária Nacional de Economia Solidária	164
Quadro 11 - Avanços X Desafios frente a IV Plenária.....	170
Quadro 12 - Avanços e desafios em relação a educação e cultura frente a IV Plenária.....	172
Quadro 13 - Avanços e debates em relação as estratégias econômicas frente IV Plenária	172
Quadro 14 - Avanços e debates em relação a comunicação e visibilidade da economia solidária	174
Quadro 15 - Debates públicos da V Plenária Nacional de Economia Solidária.....	177
Quadro 16 - Debates públicos na I CONAES	180
Quadro 17 - Debates públicos da II CONAES	189
Quadro 18 - Eixos da III CONAES	191
Quadro 19 - Matriz SWOT da economia solidária.....	193
Quadro 20 - Debates públicos da III CONAES.....	196
Quadro 21 - Eventos da Rede de ITCPs	201
Quadro 22 - Debates públicos da IV Congresso da Rede de ITCPs.....	202
Quadro 23 - Debates públicos da V Congresso da Rede de ITCPs.....	209
Quadro 24 - Debates públicos da V Congresso da Rede de ITCPs.....	217
Quadro 25 - Debates públicos das ações da Rede Unitrabalho	222
Quadro 26 - Esferas públicas da economia solidária.....	228

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição regional dos EES por forma de organização	27
Tabela 2 - Frequência de publicação de periódicos.....	125
Tabela 3 - 10 artigos mais citados na base de dados Web of Science.....	135

LISTA DE SIGLAS

ABCRED - Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Microcrédito
ABI - Associação Brasileira de Imprensa
ACD – Análise Crítica do Discurso
ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário
ANPAD – Associação Nacional dos Pesquisadores em Administração
ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária
APAEB - Associação dos Pequenos Agricultores do Município Valente
CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CNAM - Conservatoire National des Arts et Métiers
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária
CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária
CUT - Central Única dos Trabalhadores
EcoSol – Economia Solidária
EES – Empreendimento Econômico Solidário
ENAPEGS – Encontro Nacional dos Pesquisadores de Gestão Social
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FLO - Fairtrade Labelling Organizations International
FNAES - Fundo Nacional de Economia Solidária
FSM - Fórum Social Mundial
GT - Grupo de Trabalho
GTBrasil - Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária
GURU - Unidade Global de Pesquisa Urbana
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IFF – Instituto Federal Fluminense
INCOP – Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da UFOP
INCUBACOOP/UFLA - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Lavras
ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
LDO - Lei das Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MAES - Mestrado em Economia Social
MTE – Ministério do Trabalho e Economia
MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização Não Governamental
PACS - Projetos Alternativos Comunitários
PNES – Plano Nacional de Economia Solidária
PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPA – Plano Plurianual
PROGER - Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda
PRONADES - Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária
PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar
PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PT - Partido dos Trabalhadores
RAU - Rede de Agroecologia do Uruguai
RILESS - Rede Latino-Americana de Investigadores em Economia Social e Solidária
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES - Sistema de Informações em Economia Solidária
SNCJS - Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
SNFS – Sistema Nacional de Finanças Solidárias
TAC – Teoria da Ação Comunicativa
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPe – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNGS - Universidade Nacional General Sarmiento
UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Objetivos.....	22
1.1.1 Objetivo geral.....	23
1.1.2 Objetivos específicos.....	23
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA	23
1.2.1 Contextualização.....	23
1.2.2 Justificativa	31
1.2.3 Breve relato da trajetória profissional da pesquisadora.....	37
2 O CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	39
2.1 A economia solidária no Brasil.....	39
2.2 A economia solidária e seus principais teóricos.....	51
2.3 Categorias da economia solidária	64
2.3.1 Solidariedade.....	64
2.3.2 Cooperação.....	66
2.3.3 Gestão democrática	66
2.3.4 Autogestão	68
3 ESFERAS PÚBLICAS E AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS.....	69
3.1 Ação comunicativa em Habermas.....	69
3.2 A categoria esfera pública e suas transformações	83
3.3. As críticas sobre esfera pública	96
3.4 Formação da esfera pública no Brasil: um breve relato.....	102
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	108
4.1 Tipo e natureza de pesquisa.....	108
4.2 Procedimento para a coleta e organização de informações	110
4.3 Análise e interpretação das informações coletadas	115
5 O CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E ESFERAS PÚBLICAS.....	118
5.1 <i>Research front</i>: Características da produção sobre economia solidária e esferas públicas.....	119
5.1.1 Frequência de publicações ao longo dos anos	119
5.1.2 Frequência de publicações por países.....	123
5.1.3 Frequência de publicações por periódico	125
5.1.4 Análise de palavras-chave.....	126

5.1.5 Análise de categorias	128
5.2 <i>Intellectual basis</i> : Conceitos e processos da formação das esferas públicas da economia solidária.....	129
5.2.1 Artigos mais citados sobre a temática	129
5.2.2 Autores mais citados.....	144
5.2.3 Documentos citados pelos artigos da busca.....	146
6 O DEBATE PÚBLICO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	148
6.1 Os fóruns nacionais de economia solidária	148
6.1.2 As Conferências Nacionais de Economia Solidária	178
6.2 Encontros e congressos da Rede de ITCP's	198
6.3 Encontros e Congressos da Rede Unitrabalho.....	219
7 CARACTERIZAÇÃO DAS ESFERAS PÚBLICAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	224
7.1 Esferas públicas dominantes e subalternas	224
7.2 Influências das esferas públicas sobre o sistema.....	235
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	252
9 AGENDA DE PESQUISAS FUTURAS	255
REFERÊNCIAS	257

1 INTRODUÇÃO

O surgimento da economia solidária segundo França Filho e Dzimira (1999) advém de uma crise dupla, do emprego e da socialização, que apresenta os limites do Estado e mercado como reguladores da atividade econômica e social, gerando um questionamento acerca do trabalho nas sociedades contemporâneas. Diante disso, Vieira, Parente e Barbosa (2017) destacam que as noções de economia social e solidária estiveram presentes em muitos contextos, com intuitos específicos e contextos associativos.

No caso europeu, a expressão complementa a designação da economia social, ao reforçar e dar visibilidade a novas formas de se fazer economia, tomando como base os princípios da solidariedade e da reciprocidade. Em países da América Latina, a expressão suplanta ou concorre com a da economia social (Parente e Quintão, 2014). Ao contrário de algumas das abordagens europeias, que consideram a economia solidária como compatível com o mercado e o Estado, como é o caso português, a abordagem latino-americana vê-a como uma alternativa global ao capitalismo (Campos e Ávila, 2012). Algumas experiências do sul da Europa seguem esta mesma tendência progressista e de ruptura com o sistema capitalista vigente, onde assume especial destaque a Catalunha (VIEIRA, PARENTE e BARBOSA, 2017, p. 109).

No início da industrialização, na metade do século XIX, os trabalhadores se associavam em cooperativas de consumo para enfrentarem o cenário caótico de acesso aos produtos essenciais. Assim os operários, como forma de competirem com seus empregadores, também criavam suas próprias cooperativas de produção. Esse período e essas experiências fazem parte do “socialismo utópico”¹, idealizado por Robert Owen e considerado um momento importante para o cooperativismo e para a economia solidária (PINTO, 2006).

Singer (2002) ressalta que mesmo o capitalismo sendo hegemônico, ele não impede que outros meios de produção sejam desenvolvidos, pois não é capaz de realocar dentro do seu modo de produção toda a população. Segundo o autor:

a economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social (SINGER, 2002, p. 6-7).

Nessa mesma linha de argumentos França Filho (2008, p. 220) considera que:

A busca de alternativas ou caminhos para a promoção do desenvolvimento tem se tornado uma preocupação constante, nos últimos anos, em razão do

¹ Termo cunhado por Marx para diferenciar o socialismo científico desenvolvido por ele por meio de suas pesquisas em relação ao socialismo idealizado por vários autores como Robert Owen, Pierre J-Proudhon, dentre outros.

contexto bastante específico da dinâmica do capitalismo contemporâneo. Com o recrudescimento do desemprego em muitos países, especialmente a partir do início dos anos 80, as sociedades contemporâneas conhecem um fenômeno novo, batizado por muitos analistas por meio da expressão “crise do trabalho” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 220).

Gaiger (2003) aponta que diversos autores que estudam a economia solidária compreendem que é composta por um conjunto de iniciativas coletivas, com base em produção de atividades econômicas que permitem uma visão muito próxima da realidade social, política e econômica de diversas situações de exclusão social. Lechat (2002) corrobora afirmando que esse conjunto de iniciativas coletivas pode ser observado por meio, por exemplo, de cooperativas, empresas autogestionárias, associações, redes, entidades de apoio e fomento e associações.

A articulação desses grupos e dos atores que fazem parte do movimento da economia solidária no âmbito das relações entre o Estado, o Mercado e a sociedade civil serão analisados nessa tese. Assim, compreender como são formadas as esferas públicas da economia solidária por meio da articulação de diversos atores durante os últimos 20 anos torna-se objeto de análise desta tese e, para isso, busca-se compreender, por meio de eventos nacionais que aconteceram como esses atores se organizaram e influenciaram o desenvolvimento de ações e políticas públicas para o campo da economia solidária.

Diante disso, utiliza-se como principal categoria de análise na tese a “formação das esferas públicas” na economia solidária. O conceito e a discussão acerca da esfera pública podem ser encontrados nas obras de Aristóteles, Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Nancy Fraser, Niklas Luhmann, entre outros, conforme evidenciado por Koçan (2008). Mesmo diante de diversos autores que discutem a temática, Habermas é considerado o principal teórico (MELO, 2005; GARCIA et al. 2018) e, por isso, será utilizado amplamente neste trabalho.

O filósofo alemão Jürgen Habermas apresenta em sua obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública” de 1962 a evolução das ideias políticas ao longo do tempo que se apresenta atual até o momento (VENTURELLI, 2010). Nessa obra,

Habermas procurou descrever o processo histórico de configuração de um novo espaço a partir do século XVIII, principalmente na Inglaterra, França e Alemanha, situado entre a sociedade e o Estado, que tinha como principal característica o debate livre e racional entre os cidadãos sobre questões públicas. A constituição dessa esfera esteve diretamente associada à ascensão da burguesia, bem como ao crescimento das cidades, à proliferação dos cafés e dos salões e, sobretudo, ao novo papel adquirido pela imprensa, que passou a se configurar como um “fórum” apartado das instâncias estatais, no qual se debatiam questões públicas e se constituíam opiniões críticas topicamente definidas, capazes de problematizar publicamente a legitimidade das ações do Estado (PERLATTO, 2015, p.123).

Quando se estuda sobre a temática, percebe-se uma variação de termos que são utilizados, pois na literatura inglesa utiliza-se mais o termo “*public share*”, já no Brasil é mais comum a utilização de “esfera pública”, porém, algumas traduções levam também para “espaço público” (HABERMAS, 2012), o que por vezes é confundido erroneamente com espaços físicos como praças, onde são debatidos temas públicos. No Brasil, além dos campos de estudos da sociologia e ciência política, a produção sobre esfera pública também perpassa pelos campos da administração pública (GARCIA et al., 2015), bem como o campo das ciências sociais aplicadas (TENÓRIO, 2005; CANÇADO, PEREIRA e TENÓRIO, 2015; ALCÂNTARA, 2015). Mas vale reforçar, conforme Garcia et al. (2015) expõem, o termo acadêmico possui polissemia conceitual e diversas críticas, que serão detalhadas mais à frente na tese e ressalta-se que no Brasil, segundo os referidos autores, os estudiosos mais abordados são Habermas e Arendt.

Os conceitos de esfera pública perpassam por diversos autores conforme evidenciado acima e, de acordo com Koçan (2008), esses conceitos possuem características micro e macro, ou seja, abordam interações entre os indivíduos e em níveis de relações entre indivíduos, instituições e estruturas. O referido autor também apresenta que as teorias da esfera pública podem ser orientadas tanto para os fins quanto para o agir, sendo que a primeira se baseia em metas que precisam ser alcançadas no futuro e consideradas deliberativas, discursivas e procedimentais, com foco no consenso e na razão – tendo aqui Habermas como o principal teórico. Já a teoria orientada para o agir, não apresentam significância para as metas e são reflexivas e heterogêneas e com foco em valores – tendo autores bases como Arendt, Taylor e Fraser.

Além dessa perspectiva, existem também quatro linhas de estudo da esfera pública, sendo: liberal representativa, liberal participativa, discursiva e construcionista. Nosso foco na tese será a discursiva, onde Habermas atua como principal autor, mas passaremos também pela construcionista, ao abordar as principais críticas e reflexões geradas a partir da conceituação realizada por Habermas. Ressalta-se a necessidade de apresentar aqui, brevemente, o campo de cada uma das linhas, de forma a demonstrar as vertentes que a temática percorre. Assim sendo, a linha liberal representativa defende a participação limitada e indireta por meio da representação do público na esfera pública, já a linha liberal participativa apoia a participação popular ativa na esfera pública (FERREE et al., 2002). Para esse autor, assim como a liberal participativa, a linha discursiva amplia a participação do público na esfera pública, bem como a inclusão social e promove o processo de deliberação pública. A linha construcionista surge,

justamente, para questionar o processo deliberativo, uma vez que acredita que as práticas discursivas também podem se transformar em manifestação do poder.

De forma mais clara, temos a relação das linhas teóricas e seus principais autores, conforme exposto abaixo:

Quadro 1 - Linhas teóricas da esfera pública e seus principais teóricos

LINHA TEÓRICA	AUTORES
Liberal Representativa	John Stuart Mill; Edmund Burke; Joseph Schumpeter; Anthony Downs; Willian Kornhauser.
Liberal Participativa	Paul Hirst; Benjamin Barber.
Discursiva	Jürgen Habermas; Joshua Cohen; Amy Gutmann; Dennis Thompson.
Construcionista	Nancy Fraser; Seyla Benhabib; Iris Marion Young; Hannah Arendt.

Fonte: adaptado de Frerree et al. (2002) e Garcia et al. (2015)

Assim, ao focar na linha discursiva para compreender o campo da economia solidária, entende-se que as políticas de fomento a economia solidária buscam, justamente, o reconhecimento e o fortalecimento da organização social dos trabalhadores e conforme destaque por Praxedes (2009), a constituição de um sujeito político deste movimento, bases essenciais para alcançar a institucionalização dos direitos e fortalecimento das esferas públicas democráticas no Brasil.

Ademais, Praxedes (2009) chama atenção para que a construção e implementação de política pública de economia solidária deve levar em consideração uma ação integrada, complementar e descentralizada, tanto em termos de recursos quanto ações entre os entes da federação, de forma a identificar, elaborar e fomentar políticas de desenvolvimento da economia solidária, levando em consideração a articulação e intersectorialidade das instancias do governo, baseadas na participação e no controle social.

Nesse contexto, inclui-se o processo dialógico de construção da esfera pública discutido por meio das contribuições de Jürgen Habermas, (2012a; 2012b), no âmbito da sua Teoria da Ação Comunicativa (TAC). Os elementos conceituais da TAC são primordiais na discussão dessa tese, uma vez que se preocupa em romper com a relação sujeito-objeto e caminhar para a intersubjetividade que proporciona a relação sujeito-sujeito, dando a oportunidade para que novos debates sobre a comunicação e a linguagem façam parte dos processos democráticos. Assim, a perspectiva da ação comunicativa de Habermas proporciona uma discussão acerca da importância do diálogo e do entendimento mútuo pelos indivíduos, que aqui confere-se com os princípios que são presumidos pela economia solidária, pois acredita-se que esses só são possíveis quando os associados e participantes, juntos, entendam que são capazes de tomar

decisões e contribuir para uma gestão democrática dos empreendimentos, fundamentados em uma racionalidade comunicativa.

A TAC se torna relevante no cenário atual da pesquisa, uma vez que constitui uma resposta à crise do modelo democrático, justamente pelo fato de demonstrar e institucionalizar os processos dialógicos por meio de consensos democráticos em que se torna possível opinar e informar as demandas da sociedade e grupos por meio de debates públicos, seja nas mídias sociais, televisivas ou em jornais, documentos, etc., possibilitando a formação de esferas públicas temáticas no âmbito das organizações de economia solidária.

Ressalta-se que Habermas (2012) apresenta em seu livro um contraponto entre a racionalidade instrumental e comunicativa e evidencia que a instrumental não é a única que rege as relações sociais, assim sendo, não pode ser filosoficamente e sociologicamente a única maneira de compreender a sociedade. Com isso, observa-se que essa visão de Habermas e a promoção da ação comunicativa como uma nova forma de compreender a sociedade, tende a contribuir para os limites enfrentados pelos empreendimentos econômicos solidários e pela luta da economia solidária de forma geral, observados tanto em estudos como os de Gaiger (2013), Machado (2017), Plano Nacional de Economia Solidária (2015), Monteiro e Gonçalves (2020), como também na prática evidenciada por meio do trabalho desenvolvido pela pesquisadora na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Nesse sentido, Serva (1997) já demonstrava como o cenário das organizações estava dominado pelos interesses individuais e pelo poder e dominação, principalmente na proposta de substituir a comunicação humana por normas informativas. Sennett (2013) argumenta que, diante desse cenário, a sociedade moderna está inibindo a prática da cooperação pelas pessoas, processo esse que vem sendo provocado desde a Revolução Industrial no século XIX e ressalta, ainda, como é potencializado pela lógica imaterial que causa a desigualdade e gera o desperdício da cooperação dialógica pela sociedade contemporânea.

Com isso, evidencia a justificativa de se estudar a TAC de Habermas para compreender os processos de organização, debate e construção de esferas públicas da economia solidária, pois a teoria da ação comunicativa é utilizada para explicar e compreender como os indivíduos, em interação uns com os outros, estão em constante construção e reconstrução do mundo social, permitindo maior capacidade de enfrentar e solucionar problemas sociais.

Garcia et al (2018, p. 165) afirmam que as esferas públicas são tidas como categoria fundamental, pois “[...] sem elas, a reconstrução das relações entre mundo da vida e sistema carece de “liga”, isto é, de elementos de inter-relação e tensão”. Diante disso, evidencia-se a

importância de buscar entender a formação das esferas públicas sobre economia solidária, uma vez que a mesma vive, constantemente, em lutas no cenário que envolve “mundo da vida e mundo dos sistemas”.

Dessa forma, considerando que a economia solidária elabora estratégias de ação comunicativa por meio de um processo dialógico entre os associados dos empreendimentos, atores políticos, membros de organizações de apoio, participantes de eventos que desenvolvem, membros de órgãos de apoio e fomento, entre outros, além dos momentos de discussão acerca de políticas públicas e o fortalecimento da economia solidária e, conseqüentemente, a formação de esferas públicas da economia solidária, levanta-se a seguinte questão: **Como são caracterizadas as esferas públicas sobre economia solidária no Brasil nos últimos 20 anos?** Para responder a esta pergunta, o a tese teve como objetivo identificar e caracterizar as esferas públicas sobre economia solidária no Brasil nos últimos 20 anos.

Nesse sentido, apresenta-se a principal hipótese dessa tese: a formação das esferas públicas da economia solidária se deu por meio de um processo típico da ação comunicativa com base em argumentos válidos e reconhecidos na busca de um entendimento comum. Considera-se que esse processo ocorreu historicamente de forma voluntária, espontânea, sem, necessariamente, ter tido uma intensão declarada. Assim, as esferas públicas da economia solidária são construídas e caracterizadas em dois tipos, sendo esferas públicas dominantes e esferas públicas subalternas.

Sendo assim, para proporcionar maior conhecimento acerca da formação das esferas públicas da economia solidária, são utilizadas algumas técnicas de coleta de informações, como: pesquisa bibliográfica, que permite o entendimento acerca das teorias abordadas no estudo; pesquisa documental, em que torna-se possível compreender, por meio de documentos, o contexto histórico dos eventos e políticas públicas desenvolvidas sobre economia solidária em nível nacional. Para analisar as informações coletadas ao longo dos 20 anos de economia solidária no Brasil é utilizada a Análise do discurso com o objetivo de identificar quais foram os principais debates públicos em torno da economia solidária durante o referido período, além de identificar como foram formadas as esferas públicas e o impacto que as mesmas tiveram no sistema.

1.1 Objetivos

Nesta seção apresentamos o objetivo geral e, na sequência, os objetivos específicos.

1.1.1 Objetivo geral

Esta tese tem como objetivo geral identificar e caracterizar as esferas públicas sobre economia solidária no Brasil nos últimos 20 anos.

1.1.2 Objetivos específicos

- I. Analisar os resultados de uma pesquisa bibliométrica a ser realizada sobre esferas públicas da economia solidária em âmbito internacional;
- II. Analisar o debate público sobre economia solidária por meio dos fóruns e conferências nacionais e eventos da Rede de ITCPs e Rede Unitrabalho nos últimos 20 anos;
- III. Mapear e identificar as principais pautas sobre economia solidária no Brasil e caracterizar as esferas públicas dominantes e subalternas;
- IV. Analisar as possíveis influências das esferas públicas identificadas e caracterizadas em relação ao sistema (Estado e Mercado).

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

1.2.1 Contextualização

De acordo com o Plano Nacional de Economia Solidária (2015), a economia solidária se expandiu no Brasil, principalmente, em relação aos grupos mais vulneráveis, em que iniciativas econômicas solidárias têm sido propostas como forma de estratégias socioeconômicas para proporcionar desenvolvimentos locais e sustentáveis, com o objetivo de buscar maior coesão social e preservação das diversidades culturais e do ambiente. Mas sabe-se dos grandes desafios estruturais e institucionais enfrentados pela economia solidária como proposta de desenvolvimento, principalmente, em uma Secretaria Nacional de Economia Solidária que não pertence mais ao antigo Ministério do Trabalho e Emprego e passou a fazer parte do Ministério da Cidadania, em que o foco não é o desenvolvimento de ações voltadas ao trabalho e ao desenvolvimento econômico.

A economia solidária tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores brasileiros e de outros países também, principalmente em função da sua ascensão social nos últimos 20 anos como referência de ação pública de diversos segmentos sociais. Praxedes (2009) ressalta que

as ações de apoio à economia solidária iniciaram nos anos de 1980 e as primeiras experiências que resultaram em iniciativas organizacionais iniciaram nos seguintes municípios, sendo: Belém -PA, Porto Alegre-RS, Santo André -SP e depois, em Recife-PE e São Paulo-SP.

Segundo Timotio, Barbosa e Veloso (2019) pesquisas sobre economia solidária cresceram de forma considerável após a primeira década do século XXI, o que pode ter ocorrido por meio das implicações geradas na sociedade, e de forma mais nítida nos trabalhadores, ocasionadas a partir da crise do capitalismo ocorrida em 2008 e com grande influência nos anos seguintes. Com base nessa evidência apresentada pelos autores e atrelando ao cenário de crise econômica, social e política e também com reflexos significativos na saúde advindas, principalmente, da Covid – 19 e seus reflexos, acredita-se que novas pesquisas envolvendo o campo da economia solidária sejam necessárias, tendo em vista a busca por compreender a formação das esferas públicas contando com a participação de órgãos governamentais, cooperativas, associações, ONG's, atores presentes nesse campo têm se organizado a construção de políticas públicas e fortalecimento da economia solidária no Brasil.

As áreas que mais estudam economia solidária, de acordo com o trabalho desenvolvido por Timotio, Barbosa e Veloso (2019) são as ciências sociais (46%) e logo em seguida, economia (14%) e administração (11%). Ademais, os autores reforçam que no topo dos países que mais publicam sobre a economia solidária está o Brasil, seguido de Espanha, Estados Unidos e Colômbia.

Mesmo o Brasil sendo um dos países mais influentes nos estudos sobre o tema, Dowbor (2005) relata que as pessoas ainda parecem não acreditarem na realidade que se vive, muito menos no cenário do desemprego que assola o país há tantos anos. Diante dessa evidência, estudar o campo da economia solidária e demonstrar o quanto os efeitos provocados pelo desemprego e pela hegemonia do capitalismo influenciam diretamente na vida de muitas pessoas torna-se importante e contribui para uma mudança em níveis sociais, econômicos, culturais e políticos. Segundo o autor, está claro que um sistema que consegue produzir, mas em contrapartida não sabe distribuir, acaba por si só não sendo suficiente, uma vez que gera desemprego em massa, destrói o meio ambiente e remunera os especuladores de forma desigual em relação aos produtores.

Mas encontramos também nesta zona de indiferença pessoas profundamente imbuídas de simplificações ideológicas, que defendem absurdos crescentes como fazendo parte de uma lógica inevitável – liberais seria mais correto do que liberais – e nos levam na realidade a um extremismo que assusta: são os que explicam que a miséria é triste mas inevitável, e que ajudar os dois terços de excluídos da nossa sociedade constitui “paternalismo”, que a explosão de violência que está tornando as nossas vidas cada dia mais

impossível se deve aos “maus elementos”. Seria preciso construir mais cadeias, reduzir a idade de responsabilidade criminal, construir mais viadutos para os carros, mais piscinões para segurar a água de chuva, mais hospitais para enfrentar a doença e assim por diante. Patéticos construtores de muletas sociais, que se recusam a ver a evidência: o sistema é estruturalmente falho (DOWBOR, 2005, p. 1).

Corroborando indiretamente com Dowbor (2005), Dardot e Laval (2017) ressaltam as mudanças que devem ser alcançadas para o cenário apresentado acima:

Diante de constatações tão opressivas, a postura mais comum é deplorar a ausência de alternativas políticas, a ruína dos ideais coletivos, ou então a pequena ressonância das utopias concretas. Chegou a hora de produzir visões novas sobre o além do capitalismo, pensar as condições e as formas possíveis do agir comum, esclarecer os princípios que podem orientar as lutas, unir as práticas dispersas à forma que uma nova instituição geral das sociedades poderia assumir. (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 15-16).

Além dessa realidade evidenciada pelo autor acima, o Plano Nacional de Economia Solidária (2015) considera uma das fraquezas da economia solidária a não compreensão do conceito de economia solidária e autogestão, o que acaba por refletir na falta de comprometimento e compromisso de lideranças dos empreendimentos e também de uma visão paternalista das relações e comportamentos dos indivíduos. Diante disso, entende-se que estudar e apresentar teoricamente a economia solidária e suas contribuições é necessário e evidenciado nesse estudo e proporciona, assim, o fortalecimento do conceito e, conseqüentemente, da prática focada em seus princípios básicos, sendo solidariedade, cooperação, autogestão e gestão democrática. Outro ponto abordado pelo Plano, refere-se a falta de divulgação da economia solidária em canais de comunicação popular e na mídia, o que gera desconhecimento e possibilidade de adesão da população.

Com base nessas evidências trazidas, vale a pena destacar o contexto da economia solidária já identificada pela pesquisadora, inicialmente, por meio de eventos e criação de órgãos de apoio e fomento. Abaixo, apresenta-se um quadro onde pode-se observar os eventos ocorridos (início em 2002 – com base no recorte histórico da tese) e o ano de desenvolvimento dos mesmos. Ressalta-se que as contribuições de cada um serão abordadas no capítulo sobre a economia solidária e de forma mais enfática, nos resultados da tese.

Quadro 2 - Eventos e Órgãos pertencentes à Economia Solidária nos últimos 20 anos

ANO	EVENTO
2001	I Fórum Social Mundial
2001	Criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GTBrasil)

2002	II Fórum Social Mundial
2003	III Fórum Social Mundial
2003	Criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)
2003	Primeiro Fórum Brasileiro de Economia Solidária (I FBES)
2003	Criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)
2004	I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária
2006	I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES)
2006	I Congresso da Rede ITCPs
2008	II Congresso da Rede ITCPs
2010	II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES)
2011	III Congresso da Rede ITCPs
2013	V Plenária Nacional de Economia Solidária
2014	III Conferência Nacional de Economia Solidária (III CONAES)
2015	IV Congresso da Rede ITCPs
2019	V Congresso da Rede ITCPs
2022	VI Congresso da Rede ITCPs
2022	VI Plenária Nacional de Economia Solidária

Fonte: elaborado pela autora (2022)

*Optou-se por deixar os dois eventos no ano de 2001 pois foram base para o desenvolvimento da percepção, em nível nacional, da importância de se colocar a economia solidária como discussão pública

Nesse sentido, compreende-se que ao longo de todos esses anos, diversos debates e eventos ocorreram em torno do levantamento de questões a serem repensadas em relação a viabilidade dos empreendimentos econômicos solidários, construção de políticas públicas envolvendo temas pertencentes ao movimento da economia solidária, quanto em relação a dinâmica do trabalho, a abrangência desses e, também, as críticas à alternativa econômica. Diante disso, novos movimentos da sociedade, entidades, grupos de trabalhadores, entre outros, com o passar dos anos, tornaram-se apoiadores e disseminadores da economia solidária (INCOP, 2020). Assim sendo, por meio dessa evidência e do resgate histórico, será possível compreender a organização dos apoiadores da economia solidária na construção dos debates públicos sobre a temática, além da formação das esferas públicas no campo da economia solidária ao longo dos anos e quais resultados trouxeram para o campo da economia solidária e para os seus envolvidos.

Nesse sentido, no Brasil, a economia solidária contou com a participação de inúmeros movimentos sociais e entidades pertencentes a sociedade civil, como o caso das universidades, igrejas, partidos políticos e sindicatos (SINER, 2004) e dos demais descritos no quadro acima.

Destaca-se o quanto é imprescindível o apoio dessas organizações para o campo da economia solidária. Diante disso, compreende-se que a instituição desses permite não só o fortalecimento da economia solidária ao longo dos anos, mas a possibilidade de novas oportunidades de trabalho, de socialização, de renda, entre outras, àqueles envolvidos.

Além da apresentação dos principais eventos relacionados à economia solidária e que servem como hipótese a ser pesquisada na tese em relação a formação das esferas públicas da economia solidária, torna-se relevante também apresentar os números referentes ao associativismo e cooperativismo no nosso país, pois representam, de forma significativa, o desenvolvimento do campo de pesquisa sobre o tema.

De acordo com a Agência Institucional do Cooperativismo (2020), o Brasil conta atualmente com mais de 6,8 mil cooperativas, distribuídas em 7 ramos de atividades, sendo o agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, trabalho, produção de bens e serviços, saúde e transporte. Além disso, as cooperativas geram em torno de 425,3 mil empregos formais.

Esses dados apresentam as cooperativas com base nesses ramos ressaltados acima, mas para entendimento dessa tese, torna-se relevante trazer os dados dos empreendimentos econômicos solidários por acreditar que esses se aproximam dos princípios da economia solidária. Apesar da importância desses dados, a última atualização encontrada acerca dos mesmos refere-se ao ano de 2013, por meio do Observatório Nacional de Economia Solidária e Cooperativismo (2013), que informa que no referido ano, o país contava com aproximadamente 20.000 empreendimentos econômicos solidários.

De acordo com o 2º Mapeamento de Economia Solidária realizado entre 2010 e 2013, Silva (2017) apresenta as formas organizacionais por região no Brasil, demonstrando o número dos empreendimentos econômicos solidários e cruzando os seus dados, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Distribuição regional dos EES por forma de organização

Forma de organização	Regiões					Total
	Nordeste	Sul	Sudeste	Norte	Centro-Oeste	
Cooperativa	368 (21,1%)	606 (34,8%)	318 (18,3%)	273 (15,7%)	175 (10,1%)	1740 (100%)
Associação	5969 (50,5%)	1194 (10,1%)	1309 (26,2%)	2044 (17,3%)	1307 (11,1%)	11823 (100%)
Grupo informal	1675 (28,0%)	1450 (24,2%)	1567 (26,2%)	802 (13,4%)	524 (8,8%)	5973 (100%)
Soc. mercantil	28 (22,0%)	42 (33,1%)	34 (26,8%)	8 (6,2%)	15 (11,8%)	127 (100%)

Total	8040 (40,8%)	3292 (16,7%)	3228 (16,4%)	3127 (15,9%)	2021 (10,3%)	19708 (100%)
--------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Fonte: Silva (2017) com base no banco de dados do SIES

Desses, temos as associações, cooperativas e grupos informais, que segundo Gaiger e Kuyven (2020) as cooperativas estão mais ligadas a autogestão e a objetivos de trabalho e formação profissional, já as associações buscam mais o financiamento e apoio e os grupos informais se distanciam das duas experiências acima e buscam, na maior parte do tempo, uma fonte complementar de renda.

Barreto e Paes de Paula (2009) já chamavam a atenção para as crises e alterações geradas no mercado de trabalho pelo desemprego no Brasil e o quanto o sistema cooperativista era a saída. Entendendo a crise e suas implicações, Lopes, Parente e Marcos (2014) a compreendem da seguinte maneira:

Instalou-se na teoria social, já há mais de 30 anos, a convicção de que a condição de crise é uma qualificadora dos Estados nacionais, mais concretamente dos Estados na sua expressão da modernidade – a crise do Estado Providência e do modo de regulação económica que o sustentou, o capitalismo monopolista. O que é distintivo na forma como essa crise é conceptualizada é o facto de não ser uma crise resolúvel com soluções de tipo gestor, mas sim uma crise de trajetória coletiva do paradigma vigente, de projeto social, uma crise que reflete a não concretização das promessas da modernidade e, nesse sentido, uma crise que reclama a definição de projetos coletivos alternativos, mas que todavia tem dado origem a modalidades de regulação económica e social alicerçadas na flexibilização, quer por parte do Estado, quer do mercado (LOPES, PARENTE e MARCOS, 2014, p. 75).

Diante do contexto atual em que vivemos, entende-se a necessidade de estudar a economia solidária, por meio de órgãos que foram desenvolvidos ao longo dos anos como apoio à economia solidária, bem como as esferas públicas formadas ao longo do tempo e que sustentaram as diferentes formas de solidariedade e cooperação no âmbito das relações entre Estado, Mercado e Sociedade, uma vez que tendem a ser uma saída significativa para quem sofre com a crise econômica e social gerada por anos e potencializada pela pandemia advinda do Covid-19, que influencia tanto a realidade dos empreendimentos já existentes, quanto o surgimentos de novos.

Abordar a ação comunicativa de Habermas (2012) contribuirá de forma significativa para os estudos e práticas da economia solidária, pois de acordo com o Plano Nacional de Economia Solidária (2015), os empreendimentos se apresentam, muitas das vezes, de forma desorganizada, influenciando em problemas de gestão interna e pouco poder político e de articulação. Portanto, justifica-se compreender a formação de esferas públicas temáticas, tendo

como base a ação comunicativa, no sentido de verificar o poder de influência dessas esferas públicas em decisões políticas na construção de políticas públicas e no fortalecimento da economia solidária. Poderá permitir, ainda, que problemas sociais sejam debatidos publicamente e solucionados, pois, conforme considera Habermas (2012), a teoria da ação comunicativa permite que os indivíduos, em interação uns com os outros, estejam em constante construção e reconstrução do mundo social, permitindo maior capacidade de enfrentar e solucionar problemas sociais.

Em seu livro “Teoria do Agir Comunicativo”, Habermas (2012, p. 22) informa que é preciso desenvolver investigações empiricamente direcionadas e que sejam possíveis relacioná-las a “reconstruções racionais de nexos de sentidos e soluções de problemas”. Sendo assim, entende-se a importância de abordar a articulação, organização e debates, e conseqüentemente, as esferas públicas em torno da economia solidária por meio da análise da ação comunicativa como forma de compreender como foram construídas e quais mudanças proporcionaram para o movimento da economia solidária nos últimos 20 anos.

Outro ponto importante em relação a contribuição metodológica trazida por Habermas (2012) refere-se a visão das ciências sociais como possibilidade de abordar os problemas ocasionados pela política e economia, gerando transformação na integração social, fato esse evidente nos estudos focados na economia solidária, que pretende reestabelecer a perspectiva socioeconômica dos trabalhadores.

Gaiger (2010) chama atenção para um fato muito importante sobre as pesquisas no campo da economia solidária e que demonstra o quanto a mesma se torna necessária e o quanto hoje, desenvolver pesquisas nesse campo edifica o seu conceito e sua prática e também demonstra a importância de se mapear a economia solidária por meio de todo o seu contexto sócio-histórico que será realizado na tese. Segundo o autor:

os pesquisadores são cada vez menos produtores diretos de dados, vendo-se obrigados a utilizar dados secundários de maior abrangência e representatividade, produzidos por institutos de estatística que, em regra geral, não são do ramo e trabalham com modelos *standard*. Em boa hora, então, cresce o interesse pelos mapeamentos da Economia Solidária. Importa que frutifiquem e que nos envolvamos em sua concepção, realização e análise. Do contrário, permaneceremos sem bases objetivas que facultem ir além das aparências e dos casos singulares, vencendo controvérsias contraproducentes e superando, ao menos em alguns pontos, o estado inconclusivo que caracteriza a literatura atual (GAIGER, 2010, p. 100).

Guerreiro (2013) corrobora com o pensamento sobre os trabalhos voltados para a economia solidária ao evidenciar que as práticas e teorias estão em construção e trazem como objetivo apresentar novas formas de desenvolver atividades econômicas, atreladas ao contexto

social e baseada nos valores da economia solidária, à saber: solidariedade, cooperação, autonomia e gestão democrática. Sabe-se que desenvolver organizações com formas diferentes de pensamento e ação que não a capitalista, não é fácil e exige muita dedicação e muito envolvimento por meio dos valores evidenciados acima. Mas diante disso, estudar a economia solidária trará contribuições significativas, uma vez que a mesma será fundamentada em teorias da “esfera pública” e “ação comunicativa” para entender a complexidade dos debates públicos e do alcance dos resultados desses debates na elaboração de políticas públicas em prol da economia solidária.

Sabe-se que a economia solidária se baseia nas lógicas solidária, de cooperação e autonomia, gerando uma construção coletiva democrática. Porém, conforme abordado por França Filho e Laville (2004), existe uma tensão nesse processo, uma disputa entre três economias, sendo a mercantil, não-mercantil e não monetária e também uma tensão entre duas lógicas, apresentadas por eles como a instrumental e a solidária ou substantiva.

Contudo, Habermas (2012) se torna um autor renomado para estudar a formação das esferas públicas da economia solidária por meio das suas contribuições acerca da ação comunicativa, pois a apresenta como uma resposta à crise do modelo democrático, apresentando a linguagem como uma maneira de institucionalizar os processos dialógicos por meio de consensos (entendimentos racionais comuns) nos processos decisórios da sociedade.

Portanto, como forma de seguir os estudos já realizados pela pesquisadora, essa tese também se torna necessária uma vez que, ao compreender a racionalidade instrumental como a racionalidade predominante nas organizações cooperativas (MACHADO, 2017), entende-se que novas pesquisas, teorias e novas formas de trabalhar os pressupostos e contexto da economia solidária apresente tanto contribuição teórica, como a relação entre ação comunicativa e esfera pública no referido campo.

Essa evidência foi detalhada na dissertação elaborada pela autora (2017) ao reforçar que se torna necessário: 1) abordar a racionalidade comunicativa e os pressupostos trabalhados por Habermas em cooperativas. Aqui trataremos com base em empreendimentos econômicos solidários, como associações e cooperativas, de forma a realizar estudos teóricos e empíricos que demonstrem a importância dessa nova forma de agir e apresentar a real relação existente entre o processo comunicacional e as decisões nessas organizações; 2) além da contribuição teórica e empírica, identificou-se a necessidade de desenvolver processos metodológicos que permitem que a racionalidade comunicativa seja aplicável em cooperativas, no intuito de demonstrar a capacidade que a ação comunicativa tem de transformar e de conduzir as ações nesses empreendimentos.

Sendo assim, essa tese de doutorado segue na linha de dar segmento aos estudos já realizados, apresentando consideráveis contribuições em âmbito teórico, por meio da teoria da ação comunicativa de Habermas (2012) e da formação da esfera pública (HABERMAS, 1997; 2012; 2014), além de discussões acerca da economia solidária no Brasil por Singer (2002; 2004; 2014), contribuições metodológicas com base no uso da análise crítica do discurso para compreender como os argumentos, debates e consensos foram e são desenvolvidos nos eventos e empreendimentos econômicos solidários para compreender a formação das esferas públicas e, além disso, apresentar um resgate histórico da economia solidária de forma a contribuir com o avanço no campo nos últimos 20 anos .

1.2.2 Justificativa

Bollier (2012) ressalta que quando governos e empresas tentam resolver problemas, essa resolução se apresenta apenas sobre duas óticas, sendo a ação governamental e a concorrência do mercado. A partir disso, e para não cair novamente nesse caminho de trabalhar os problemas apenas sob a ótica do Estado ou do mercado, essa tese acrescenta as organizações da sociedade civil, por meio de diversos formatos, e a influência que possuem, junto ao governo e outros representantes, na formação de esferas públicas da economia solidária.

Garcia et al (2018) indicam que as discussões analisadas em alguns textos sobre a esfera pública aparecem “como dado”, ou seja, não se discutem criticamente e não se discutem a pertinência dessa categoria no contexto brasileiro e quando acontece, tende a não apresentar historicamente. Diante disso, essa tese busca analisar, criticamente e historicamente, as esferas públicas da economia solidária no Brasil nos últimos 20 anos, de forma a contribuir para a discussão acerca da economia solidária no contexto brasileiro e, mais ainda, buscar apresentar a categoria esfera pública em sua essência, necessidade essa apresentada pelos referidos autores.

Os autores também reforçam que não existem muitas discussões que tratam esferas públicas subalternas, públicos fracos e a pluralidade da esfera pública no âmbito da gestão social, sendo esse cenário também evidente quando se pesquisa sobre as esferas públicas e o campo da economia solidária. Souza, Alcântara e Pereira (2018, p. 436) corroboram ao afirmarem:

[...]são temas relevantes no campo da administração pública, especialmente, para compreender as plurais relações Estado-mercado-sociedade em diferentes arenas e momentos, como na formulação e implementação de políticas públicas, movimentos sociais, processos políticos, arranjos participativos que envolvam atores estatais e da sociedade civil e em controvérsias públicas que coloquem esses atores, discursos e gêneros discursivos em circulação, contestação e deliberação.

Outro ponto que justifica o desenvolvimento desse estudo, conforme evidenciado por Habermas (1997b), refere-se ao encaixe das necessidades cotidianas que surgem no mundo da vida nas esferas públicas acadêmicas, midiáticas e informais na busca pela institucionalização de direitos. Assim sendo, abordar a formação das esferas públicas na economia solidária vai ao encontro do ponto apresentado pelo autor, tendo em vista a demanda clara da sociedade na busca por qualidade de vida e trabalho e pela evidência dada a economia solidária por meio do mundo acadêmico, onde têm-se as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares que auxiliam na discussão tanto em nível acadêmico, social, quanto político e a formação de grupos informais na busca por melhores oportunidades de trabalho, além da consolidação da economia solidária.

A categoria esfera pública, de acordo com Habermas (1997b, p. 92), “[...]se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis”. Assim sendo, torna-se possível investigar o campo da economia solidária e a formação de seus debates e lutas tendo em vista a diversidade de ambientes e situações em que esses ocorrem.

Garcia et al (2018) indicam que estudos sejam realizados de forma a analisar se os diversos públicos que fazem parte da esfera pública possuem acesso às decisões e se podem ser considerados realmente participantes de práticas intersubjetivas, assim sendo, busca-se entender quais públicos fazem parte das esferas públicas sobre economia solidária no Brasil e como esses se formam, se fortalecem e buscam seus objetivos. E a partir de então, identificar e analisar a formação das esferas públicas subalternas e dominantes no contexto da economia solidária nos últimos 20 anos.

Perlatto (2012) corrobora e reforça a importância de trazer trabalhos mais recentes que demonstrem o papel significativo que a sociedade civil possui como protagonista das ações públicas, excluindo a ideia de uma sociedade apática e desinteressada ou da inexistência de uma esfera pública, tendo em vista a privatização dos interesses privados. Essa relevância abordada pelo autor pode ser entendida também a partir da seguinte consideração:

Já é bem conhecida pelas nossas ciências sociais a capacidade exemplar das elites brasileiras, ao longo dos anos, de mudar para conservar. Os pactos por cima, que procuraram excluir de todas as formas o povo das decisões significativas da nação, não se configuraram como pequenos ínterims na nossa trajetória, mas se constituíram como condição *sine qua non* capaz de assegurar o andamento conservador da modernização no Brasil. O processo modernizador por aqui, ao contrário do ocorrido em outros paradigmas clássicos, não se configurou como uma ruptura com o “atraso”, mas como um longo processo contínuo, marcado pelo entrelaçamento entre o “arcaico” e o “moderno”, logrando constituir uma ordem social altamente desigual, na qual

o elemento da *continuidade* tendeu a prevalecer sobre o da *transformação* (PERLATTO, 2015, p. 121).

Diante desse contexto, inúmeras formas de organização e associações foram desenvolvidas e merecem destaque, pois não seguiram o modelo europeu, se desenvolveram de acordo com o contexto brasileiro (PERLATTO, 2015).

Essa tese busca também apresentar a formação histórica das esferas públicas sobre economia solidária no Brasil, por isso justifica-se a escolha do período de análise de 20 anos, tendo em vista o marco inicial da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e os desdobramentos a partir de então. Garcia et al (2018) apresentam que essa análise histórica pode apontar lutas hegemônicas e discursos que antes eram identificados como periféricos e mudaram ao longo do tempo.

Em relação ao campo científico, este estudo tem relevância para compreender como foram formadas as esferas públicas da economia solidária no Brasil. No contexto desta pesquisa, a economia solidária constituiu diversas esferas públicas temáticas dominantes e subalternas, que são capazes de influenciar decisões políticas e outras que se dispersam pela pouca relevância ou por manipulação das informações.

Nesse sentido, a tese também contribui de forma científica quando se propõe a discutir sobre economia solidária por abordar o contexto histórico da mesma, os principais autores e suas contribuições, além de apresentar, tanto na discussão teórica, quanto nos resultados, a influência que a economia solidária proporciona e destaca-se que, quanto mais pesquisas forem desenvolvidas sobre a temática, mais força o movimento poderá conquistar, de forma a influenciar as discussões públicas sobre a temática. Forte (2014) colabora ao destacar que, apesar de existirem dissertações e teses que abordem temas diversos relacionados a economia solidária, existe uma lacuna no que refere-se a falta de estudos que abordem o processo de institucionalização da economia solidária por meio da regulação social e jurídica que tem sido construída sobre a mesma.

Esse trabalho apresenta discussões sobre as esferas públicas a partir da construção desenvolvida por Habermas, além de apresentar também as críticas que o conceito sofreu durante os anos para que fosse possível compreender a aplicabilidade da esfera pública nos dias atuais e poder relacioná-la com o contexto da economia solidária, marcada, constantemente, por momentos de articulação e debates no âmbito do Estado, do mercado e da sociedade, conforme também será disposto nos resultados.

Ademais, por meio do estudo de Garcia et al (2018), evidenciou-se que no Brasil ocorreu a formação de diversas esferas públicas subalternas e suas características devem ser analisadas

de acordo com seus contextos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Foi necessário pesquisar como se deram os processos de debates públicos, envolvendo todos os atores presentes no contexto da economia solidária para compreender como as esferas públicas foram formadas. Para isso, utilizou-se, também, da contribuição teórica da ação comunicativa com o intuito de analisar como esses debates ocorriam (se foram pautados por meio do debate dialógico, sem uso de coerção e em busca de um entendimento mútuo) acerca das demandas, envolvendo cada momento de debate nacional, como os Fóruns, eventos da Rede de ITCPs e da Unitrabalho para que seja possível compreender a mobilização em torno da economia solidária nos últimos 20 anos.

Perlatto (2012; 2015) contribuem com a discussão sobre esfera pública no Brasil e evidenciam que os estudos precisam ser amparados por uma abordagem mais histórica e menos centrada em paradigmas clássicos da sociedade civil e da organização da esfera pública.

Portanto, as esferas públicas são “fenômenos sociais” que podem ocorrer em diferentes sociedades e tempos históricos. Com isso as características das formações de esferas públicas não podem ser importadas, pois devem ser estudadas em seu contexto sócio-histórico, político, econômico, levando-se igualmente em conta outros elementos relevantes da vida em sociedade (GARCIA et al., 2018, p. 180).

Argumentamos que se considerarmos as esferas públicas como *locus* da economia solidária, torna-se necessário abordar as especificidades do contexto brasileiro para fortalecimento da economia solidária e também para sua manutenção em tempos tão difíceis, como os que vivemos agora.

De acordo com Eco (2014), esse trabalho configura-se como uma tese pois evidencia critérios científicos destacados pelo autor, como: foi desenvolvida em um campo científico, reconhecido e identificável – campo da economia solidária –, e a pesquisa desenvolvida parte de um objeto que ainda não dito ou que observa-se de uma forma diferente do que já foi dito. Assim, apresenta-se na tese a discussão que envolve a formação das esferas públicas da economia solidária, uma vez que não foram encontrados trabalhos que as relacionam, além da evidência por meio da análise bibliométrica realizada, uma vez que foram encontrados apenas três artigos na *Web of Science* que relaciona os dois termos (economia social e solidária e esfera pública).

Diante dessas evidências, a pesquisa torna-se relevante tanto para os estudiosos da economia solidária, bem como para a sociedade brasileira, em detrimento do impacto que o fortalecimento das discussões sobre economia solidária implicam no dia-a-dia da população,

principalmente dos grupos pertencentes ao movimento e aqueles que se encontram em situação de precarização de trabalho e qualidade de vida.

Em referência a relevância política, a tese apresenta uma discussão importante acerca da formação dos debates públicos sobre economia solidária, além da implicação desses para a formação das políticas públicas presentes no campo da economia solidária. Ao apresentar as políticas construídas, as leis regulamentadas e todos os frutos advindos dos momentos de articulação e debates da economia solidária, torna-se possível compreender como as políticas públicas são construídas no país, além dos constantes desafios enfrentados pela participação popular nesses momentos de decisão.

Vale reforçar que a formação das políticas públicas leva em consideração todo o contexto social, político, econômico ao longo do processo histórico da economia solidária que pode ser observado nos resultados dessa pesquisa. Assim sendo, torna-se possível analisar, de forma reflexiva, o debate que envolve todo esse contexto e, a partir de então, compreender a formação das esferas públicas da economia solidária.

Esse estudo também busca evidenciar a importância que a participação popular, da sociedade civil e de suas organizações, em processos decisórios e que apesar de todos os desafios, obstáculos, relações de poder existentes no Brasil hoje em dia, a organização da sociedade civil ocupa um espaço de destaque na economia solidária e, se realizada pautada na democracia deliberativa, possui espaço e alcance em nível de impactar na formulação de políticas públicas que possibilitará benefício para todos. E essa participação ativa poderá ser evidenciada por meio da formação das esferas públicas.

A tese se situa em uma abordagem conceitual reflexiva e crítica, baseada na obra de Habermas. Sabe-se que a teoria crítica questiona os fundamentos da teoria positivista e a racionalidade do sistema capitalista e, como forma de buscar novos formatos, apresenta novas formas de produção e protagonismo humano contrários ao sistema hegemônico que conhecemos (BARBOSA, 2019; LARA; VIZEU, 2019; RESENDE; RAMALHO, 2004). A abordagem comunicativa habermasiana, portanto, oferece condições de analisar, de forma crítica, a sociedade e suas relações entre o mundo da vida e o mundo dos sistemas (ALCÂNTARA e PEREIRA, 2017).

Assim, discutir a economia solidária e compreender como ocorrem a formação das esferas públicas torna-se necessário, uma vez que, busca-se uma ruptura com essa lógica normativa presente em todas as relações sociais, econômicas e institucionais. Dessa forma, a tese tem como foco a abordagem da ação comunicativa voltada para compreender o movimento da economia solidária no Brasil.

Perlatto (2012) ressalta a importância da obra de Habermas para o desenvolvimento da democracia brasileira ao mapear os principais autores que utilizam a abordagem crítica da ação comunicativa.

Tanto filósofos como José Arthur Giannotti e ensaístas como José Guilherme Merquior, quanto sociólogos como Bárbara Freitag, Gabriel Cohn, Luiz Werneck Vianna e José Maurício Domingues, antropólogos como Paula Montero, e cientistas políticos como Fábio Wanderley Reis, Leonardo Avritzer, José Eisenberg e Marcos Nobre, além de acadêmicos vinculados ao mundo do direito, como Marcelo Neves e Gisele Cittadino, ou da comunicação, como Rousiley Maia, têm mobilizado categorias habermasianas para pensar aspectos relacionados à democracia no Brasil (PERLATTO, 2012, p. 84).

A abordagem habermasiana tem sido bastante utilizada nos últimos anos na área de administração pública e gestão social, conforme evidenciado por Garcia et al (2018). Essa tese representa a continuidade desses trabalhos ao tratar das discussões científicas sobre as esferas públicas aplicadas no contexto da economia social e solidária, contribuindo não só com o campo estudado, mas, também, com a própria teoria da ação comunicativa e com a perspectiva da democracia deliberativa.

Para alcançar os propósitos desta tese, o texto está organizado da seguinte maneira: nesta primeira parte está descrita a introdução, contendo a minha trajetória com a economia solidária e as motivações para realização do trabalho, a apresentação e contextualização do tema, problema de pesquisa, objetivos, o *locus* e o *focus* do trabalho, bem como as perspectivas metodológicas que serão apresentadas, além das contribuições e justificativa da pesquisa.

Na segunda parte, apresento o contexto da discussão teórica em três subseções, sendo: o contexto da economia solidária, seus principais teóricos e suas categorias-chave; a teoria da ação comunicativa de Habermas e seus pressupostos; e, por último, uma discussão sobre a categoria esfera pública, suas reformulações, críticas e, também, um breve relato da formação das esferas públicas no Brasil.

Na terceira parte, apresento os percursos metodológicos utilizados no estudo, os métodos e tipos de pesquisa, os procedimentos para coleta de dados e a escolha de análise dos mesmos, bem como informações complementares para o entendimento dos passos para analisar as esferas públicas da economia solidária.

Na quarta parte, apresento os resultados alcançados após a discussão teórica e a coleta dos dados. Analiso, inicialmente, o campo de estudos que envolve a economia solidária e esferas públicas no âmbito internacional por meio de um estudo bibliométrico, com o qual foi possível evidenciar os debates públicos em torno da economia solidária por meio de informações coletadas nos relatórios dos fóruns nacionais da economia solidária, eventos da

Rede de ITCPs e Rede Unitrabalho. A sistematização desses resultados permitiu identificar e analisar as esferas públicas – dominantes e subalternas – construídas no âmbito do movimento da economia solidária, destacando-se aquelas que foram capazes de influenciar o sistema e aquelas que expressam as principais demandas da economia solidária.

Por último, apresento nas considerações finais os objetivos alcançados, as limitações da pesquisa, as dificuldades encontradas no período do doutorado e, além disso, propostas de pesquisas futuras com o propósito de contribuir na discussão sobre o campo da economia solidária, e nesse caso, na discussão de como ocorrem os debates públicos e como a sociedade se organiza para lutar pelos seus direitos em âmbito público.

1.2.3 Breve relato da trajetória profissional da pesquisadora

Comecei a minha graduação em administração pública no ano de 2010, ainda sem perspectiva alguma de qual seria minha área de atuação, apenas com a intenção de realizar o curso e me formar. Ainda na graduação tive a chance de fazer parte da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Lavras – INCUBACOOP/UFLA sob a orientação do professor José Roberto Pereira.

Comecei as atividades como bolsista na Incubacoop no ano de 2011, onde tive a oportunidade de ser gestora por 3 anos. Nesse período, desenvolvemos diversos trabalhos, desde trabalhos educativos com as escolas municipais do município de Lavras – Minas Gerais, com o projeto de extensão “Do Coletar ao Reciclar”, acompanhamento de pesquisas dos mestrados sobre associações de catadores de materiais recicláveis e gestão socioambiental em Lavras e região.

A partir desse momento, comecei a me encantar por associações e cooperativas e me dedicar ao trabalho que a Incubadora realizava. Mas foi diante desse momento, que também identifiquei falhas enormes na gestão e na relação entre os associados nesses grupos e daí em diante comecei a me dedicar a estudar os mesmos. Na verdade, a minha inquietação advinda da realidade identificada nesses empreendimentos permeou minha trajetória acadêmica até os dias atuais.

Trabalhei com associações e cooperativas que, em um primeiro momento, pareciam funcionar da forma como eu conhecia as teorias e a gestão, mas passados dois, três dias com esses grupos, já começava a identificar falhas, ações individualistas, brigas, assimetria de informações e uma gestão, muita das vezes, quase nada transparente. Logo vinha na minha

cabeça como esses associados podem se comportar dessa forma diante do princípio da solidariedade que permeiam cooperativas e associações?

Pensei em alguns momentos que poderia ser por conta da região, que não tinha tanto apoio político ou mesmo tanta estrutura para orientar esses grupos, que antes do contato com a Incubacoop, não tinha nenhum órgão ou instituição de fomento. Mas com o tempo, com os estudos e com o contato, observei que não era uma prática tão focada em nível local, mas diversos outros locais também apresentavam a mesma característica.

Diante dessa minha inquietação que se iniciou na graduação, se estendeu para o Mestrado. Em 2015 ingressei no Programa de Pós-Graduação em Administração na UFLA e, com o apoio do meu orientador, começamos a desenvolver uma pesquisa teórica acerca das racionalidades presentes nas cooperativas, basicamente, a racionalidade instrumental (tão evidenciada por mim nos empreendimentos) e a racionalidade comunicativa, teoria desenvolvida por Jürgen Habermas, a qual tive contato no mestrado. Confesso que ao começar a estudar as contribuições de Habermas, principalmente, por meio da sua obra “Teoria do Agir Comunicativo” (2012), senti um acalento em observar que há uma teoria com potencial contribuição aos empreendimentos econômicos solidários, baseada na democracia, no diálogo e na busca do entendimento mútuo, coerente com os princípios e as práticas da economia solidária.

Entendo que o capitalismo hegemônico e a racionalidade instrumental movem as ações de diversos indivíduos, mas pensando naqueles que se organizam de forma a buscar um bem comum por meio da cooperação, essa racionalidade, apesar de tão frequente, não constitui a base das ações nesses grupos, mesmo com a consideração que Sennett (2013, p. 159) faz: “o capitalismo moderno vive em desequilíbrio entre a competição e a cooperação, assim tornando a própria cooperação menos aberta, menos dialógica”.

Na dissertação de mestrado identifiquei, teoricamente, que a racionalidade instrumental faz parte das cooperativas estudadas e que apesar da eminência de uma racionalidade híbrida nesses empreendimentos, essa se sobressai sobre qualquer outra. Diante dessa evidência, ao ingressar no doutorado em 2018 me veio a dúvida sobre o que trabalhar, o que estudar e a qual tema me dedicar. Passou pela minha cabeça não mais trabalhar com esses empreendimentos.

Mas logo me coloquei na figura de pesquisadora e me perguntei: Diante de tanta inquietação observada e que ainda faz parte do meu pensamento, vale a pena abandonar a chance de contribuir para o campo da economia solidária e mais, precisamente, aos atores desses empreendimentos? Assim sendo, decidi trabalhar com a economia solidária e investigar o contexto de suas práticas e de suas teorias por meio de estudos empíricos já realizados e de

eventos regionais e nacionais que caracterizam o movimento. Teoricamente, acredito contribuir com a aplicabilidade das teorias da ação comunicativa aliada ao bem comum no contexto da economia solidária e, metodologicamente, ao trazer como proposta a análise crítica dos discursos sobre a economia solidária desenvolvidos por diversos grupos que lutam e constroem a economia solidária.

2 O CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

2.1 A economia solidária no Brasil

A economia solidária no Brasil se enquadra na discussão do contexto latino-americano e sua origem se deu em diferentes setores da sociedade, em que os mais pobres e não integrados ao assalariamento, apoiados por diversas entidades, as quais serão tratadas aqui, se uniram para buscar uma saída da crise do trabalho e emprego instaurada no país (DINIZ, 2017).

Assim, o mercado de trabalho no Brasil, entre os anos 1964 a 1980, contou com um aumento dos empregos assalariados e, conseqüentemente, uma diminuição dos trabalhadores por conta própria e do desemprego. Porém, a partir de 1980, os empregos assalariados com registro formal sofreram grande impacto devido a recessão e altos índices de inflação (KRAYCHETE, 2000). Locks (2014) evidencia que nesse período, os atores começaram a ir atrás de seus direitos diante da omissão do governo federal e começaram a se movimentar para que políticas públicas começassem a ser desenvolvidas para combater o desemprego e trabalho precário que os trabalhadores tinham que aceitar diante da crise.

A proposta de economia solidária que aparece ou, melhor dito, ressurgiu nos anos oitenta do século XX e circula em meados da década seguinte pelo mundo inteiro, desenvolveu no Brasil um perfil muito específico dadas às circunstâncias sociopolíticas existentes. Assim, ela não se confunde com o terceiro setor como em outros países, nem com o programa governamental da Comunidade Solidária, instaurado sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. A categoria, economia solidária se refere, segundo seus intelectuais, à organização de produtores, consumidores, poupadores, que privilegiam relações cooperativistas autogestionárias e solidárias na produção de bens e serviços, na sua comercialização e financiamento em vista de um desenvolvimento justo e sustentável alternativo ao modelo capitalista neoliberal (LECHAT, 2004, p. 3)

No país, segundo Beatriz (2007), a partir de 1990, as portas foram abertas para globalização e para um mercado onde as multinacionais começaram a se inserir, proporcionando o aumento da competitividade, advento da tecnologia, levando as empresas a

repensarem suas formas de organização e priorizando pela redução dos custos. Diante desse cenário, o trabalho assalariado começou a ser observado como um grande problema social com base na precarização do trabalho, exigência de profissionais melhores e mais capacitados, sem contar a terceirização que culminou no desemprego estrutural.

Kraychete (2000) corrobora ao evidenciar que, na década de 1990, ocorreu o fenômeno do “desassalariamento” e apresenta que em 1989, os trabalhadores assalariados representavam 64% da PEA e, em 1995, diminuiu para 58%. Outro ponto demonstrado é que entre 1994 e 1999, o emprego sem carteira assinada no país reduziu cerca de 1,5 milhão. Apesar dessa realidade de desemprego estrutural, Beatriz (2007, p. 16) apresenta que “como se vive em uma sociedade de consumo e de baixo nível de reflexão e crítica, muitas pessoas acreditam que a sociedade capitalista é a única e verdadeira forma de ser da sociedade”.

Com todo esse histórico deixado pela globalização e pela crise gerada pelo desemprego, surgiram os empreendimentos econômicos solidários que vão desde os grupos informais até cooperativas e associações, criação de redes de empreendimentos solidários que promovem uma nova economia, que passou a ser baseada em novos valores, como solidariedade, cooperação, autogestão e distribuição de renda (BEATRIZ, 2007).

O termo “empreendimentos econômicos solidários” foi adotado durante os anos 1990, no mesmo período em que o termo “economia solidária” começou a ganhar espaço em relação ao debate em torno de diversas designações. O debate em torno do estabelecimento do termo EES contou com a participação de diversas organizações não governamentais, entidades de representação, sindicatos, instituições acadêmicas, gestores públicos e lideranças populares e conduziu para a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) como instância de representação. Nesse primeiro momento, o termo EES adquiriu diversos objetivos, como: informar o cenário de atuação das entidades civis, dar unidade as organizações que fazem parte das redes e de outras formas de mobilização, delimitar pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre a economia solidária (GAIGER, FERRARINI e VERONESE, 2018).

Segundo os autores, após essa primeira fase de delimitação do termo, o conceito foi objeto de muitas discussões, acordos e revisões que culminaram em deliberações realizadas pelo Conselho Nacional de Economia Solidária e, a partir disso, e desenvolvido por diversas mãos, como citado anteriormente, foram delimitadas as características definidoras dos EES por meio da III Conferência Nacional de Economia Solidária. Seus princípios básicos são: associação voluntária entre trabalhadores engajados em questões de interesse comum; posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática do empreendimento; e repartição da receita líquida entre os associados (SILVA, 2018).

Figueiredo, Montebello e Norder (2020) complementam informando que na década de 90, o Brasil passou por uma recessão, crise institucional e salarial e, com isso, surgiram as relações comerciais baseadas na solidariedade, renda e emprego pela sociedade civil e, também, por políticas públicas.

Com base no cenário brasileiro, Singer (2014) reforça:

O mais interessante é que a estagnação da economia brasileira, que a caracterizou durante os dois quadriênios anteriores à posse de Lula na presidência, praticamente cessou a partir de 2004. Se a expansão da economia solidária havia sido causada pela persistência da crise econômica, de 2004 em diante o desenvolvimento econômico se acelerou e o desemprego diminuiu fortemente. Nestas condições, o crescimento da economia solidária não pode mais ser atribuído à marginalização de cada vez mais parcelas do povo trabalhador, como indubitavelmente ocorreu entre 1994 e 2002 (SINGER, 2014, p. 91).

Singer e Souza (2000) em uma entrevista afirmou que a primeira prática do novo cooperativismo e da autogestão no Brasil foi o caso da metalúrgica “*Wallig*”, de Porto Alegre, em que, diante da falência da empresa, os trabalhadores conseguiram reergue-la em formato de cooperativa em 1984, conhecida como COOPMEC. O autor ressalta que houve uma tentativa dos donos da antiga empresa de retomar e oferecer trabalho assalariado para os cooperados em 1989, porém, os mesmos não aceitaram e demonstraram, assim, novas formas de se pensar a organização, novos valores e uma nova forma de gerir.

Como forma de demonstrar o expressivo número de casos de economia solidária no Brasil, França Filho e Laville (2004) levantaram alguns desses casos que estavam em evidência logo após a criação da SENAES. O primeiro exemplo refere-se às finanças solidárias, conhecidas como bancos populares, sendo, na maior parte dos casos, cooperativas de crédito que tinham como propósito fornecer microcrédito para pequenas organizações coletivas e contam com apoio do poder público e, também, da sociedade civil, como o caso das ONGs (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Outro exemplo apresentado pelos autores refere-se aos clubes de trocas, em que pequenos produtores se juntam e criam um mercado seguro de troca com base em uma moeda própria que possui como objetivo não apenas a satisfação utilitária da troca dos produtos mas, também, desenvolver laços sociais entre todos os participantes.

Apesar dos exemplos apresentados acima, França Filho e Laville (2004) ressaltam que o maior número de casos de economia solidária no Brasil refere-se a novas experiências do cooperativismo, na forma de cooperativismo popular e tiveram uma ascendência a partir dos anos 90, no formato de cooperativas de produção, prestação de serviços e de consumo.

Singer (2004) ressalta que, no Brasil, a economia solidária teve proporções notáveis, uma vez que contou com a participação de diversos movimentos sociais e entidades pertencentes a sociedade civil, como os sindicatos, universidades, partidos político e igrejas.

França Filho e Laville (2004) corroboram a evidência de Singer (2004) demonstrando o quanto é importante o apoio a essas organizações, sendo assim, diversas iniciativas de incentivo e fomento foram importantes para a economia solidária no Brasil, como: Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que desde os anos 80 já auxiliava e financiava os Projetos Alternativos Comunitários (PACS) que com o tempo, tornaram-se unidades de economia solidária. Outra fonte de auxílio refere-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao promoverem o assentamento de famílias e promoverem a agricultura em formato de cooperativa autogestionária e para auxiliarem, criaram, em 1989 e 1990, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

A economia solidária no país também teve apoio do governo por um bom tempo e, diante disso, novas políticas foram desenvolvidas para que o debate acerca do tema e de novas demandas pudesse ocorrer. Assim, Costa (2013) analisa que esses debates tiveram início em 1990, mas geraram notoriedade, principalmente, no início dos anos 2000, cuja discussão alcançou os ambientes acadêmicos e espaços da sociedade civil e movimentos sociais de uma forma mais assertiva.

França Filho e Laville (2004), assim como Singer (2002), se referem a um grande número de cooperativas populares dos anos 90 que tiveram seu início com base na falência de empresas. Outro aspecto apresentado por França Filho e Laville (2004) destina-se a diferença entre esses modelos de cooperativas populares e o formato tradicional do cooperativismo, em que agora prezam pela preocupação com o desenvolvimento local e solidário e a proposta de organização em formato de rede. Os autores reforçam que a maior parte dos exemplos do cooperativismo popular são marcados por muitas instabilidades, devido, principalmente, as formas precárias de desenvolvimento dessas experiências.

Em 1994 foi criada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG) com o propósito de auxiliar trabalhadores pertencentes as organizações de empresas autogestionárias. Singer (2003a) também ressalta a contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para o fomento da economia solidária, tendo em vista a busca por justiça social, exclusão social e reforma agrária. Costa (2013) também apresenta a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que tinha como objetivo, nacionalmente e

também regionalmente, desenvolver ações e projetos de apoio à empreendimentos econômicos solidários.

A formulação da Política Pública de Economia Solidária ocorreu entre os anos de 1997-2002 a partir das discussões do Primeiro Encontro Latino-Americano de Cultura e Socioeconomia Solidária, realizado em Porto Alegre, 1998, da criação da Rede Socioeconômica de Economia Solidária (RBSES), em 2002, do Primeiro Fórum Social Mundial e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2001. Entretanto, a Economia Solidária foi incorporada como Política Pública apenas em 2003, após a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (MONTEIRO e GONÇALVES, 2020, p. 2).

Diante da eleição de Lula à presidência, em 2003, entidades e empreendimentos da economia solidária demandaram ao presidente o desenvolvimento e a criação de uma secretaria de economia solidária vinculada ao MTE que, até então, se preocupava somente com os direitos dos assalariados e não tinham como pauta ainda os trabalhadores não formalmente assalariados (SINGER. 2004).

A política pública de economia solidária é um processo de conquista social. O seu crescimento e sua expansão dependem tanto dos esforços governamentais quanto da capacidade de organização política dos que fazem a economia solidária no Brasil, enquanto parte do movimento de democratização econômica e política da sociedade brasileira. Nesse sentido, os últimos anos foram fundamentais para a expansão das políticas públicas de economia solidária em âmbito nacional, fortalecendo um amplo movimento que envolve os esforços de organizações da sociedade civil e de governos municipais e estaduais, cuja finalidade é potencializar estratégias de geração de trabalho associado e de cooperação em atividades de produção, comercialização e consumo, articuladas a processos sustentáveis e solidários de desenvolvimento (PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p. 3).

O governo federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao antigo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003, por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, com o objetivo de desenvolver o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) para monitorar e mapear os empreendimentos econômicos solidários do país e, também, com o propósito de reconhecer e fortalecer experiências de economia solidária (BEATRIZ, 2007). Singer (2014) ressalta que a criação da SENAES proporcionou a expansão do movimento da economia solidária em todo o país, sendo o pontapé para maiores discussões em âmbito público, na criação de novos empreendimentos e pesquisas.

Além da mobilização nacional, na mesma época, diferentes estados da federação desenvolveram ações de promoção da economia solidária através de políticas públicas, como o caso emblemático do Rio Grande do Sul, ou através da organização da sociedade civil, como o Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro. O Estado de Minas Gerais, com cerca de 20

milhões de habitantes e 853 municípios, também pode ser destacado neste cenário. As primeiras reflexões sobre o tema iniciaram-se em meados de 1990 por meio de fóruns temáticos nos quais participavam diferentes organizações, como entidades sindicais, religiosas e de orientação feminista. O estado mineiro foi o primeiro a ter uma legislação específica para o fomento à economia solidária, contando atualmente com o Conselho Estadual sobre essa temática (COSTA, 2013, p. 23).

Os empreendimentos econômicos solidários, de acordo com a proposta do governo federal à época, eram organizações coletivas ou suprafamiliares, em que seus participantes, trabalhadores urbanos ou rurais, exercem uma gestão democrática das atividades e distribuição de resultados, com foco em atividades econômicas. Esses participantes eram organizados coletivamente de diversas formas, conforme se verifica no Plano Nacional de Economia Solidária (2015, p. 3):

associações e grupos de produtores ou consumidores; cooperativas de agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária; cooperativas de prestação de serviços; empresas recuperadas que foram assumidas por trabalhadores em sistemas de autogestão; redes de produção, comercialização e consumo; instituições de finanças solidárias (bancos comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito; clubes de trocas; entre outras).

França Filho e Laville (2004) também corroboram com o entendimento acerca dos critérios pertencentes aos empreendimentos econômicos solidários. Assim, para os autores a economia solidária no Brasil é abrangente e diversificada, pois além das cooperativas, inclui também formas associativas e algumas entidades de fomento. Dessa forma, apresentam uma contribuição muito importante em relação aos critérios que definem os empreendimentos econômicos solidários, sendo: pluralidade de princípios econômicos, autonomia institucional, democratização dos processos decisórios, sociabilidade comunitário-pública e finalidade multidimensional.

Para os autores, a pluralidade de princípios econômicos envolve

[...] distintas fontes de recursos, entre o mercado através da venda ou prestação de serviços; os poderes públicos, através das várias formas de subsídios, oriundos tanto de instituições governamentais quanto não-governamentais; e aqueles recursos oriundos das práticas recíprocitárias, como o trabalho voluntário, as doações e as mais diversas formas de troca-dádiva (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 167).

Esse primeiro critério apresenta essas lógicas, mas ressalta-se que o princípio da reciprocidade desempenha um papel muito importante e, quando os recursos do mercado ou do poder público se sobressaem, descaracteriza-se a experiência como economia solidária (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

O segundo critério refere-se a autonomia institucional que se caracteriza como “a independência de tais iniciativas em relação à possibilidade de controle por parte de outras instituições (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 168)”. Assim, preza-se pela autonomia da gestão desses empreendimentos, mas isso não os impossibilitam de firmar parceria de cooperação com outras organizações e grupos.

O terceiro apresenta a democratização dos processos decisórios, identificando a presença de mecanismo decisórios internos a esses empreendimentos “que são coletivos ou baseados no ideal da participação democrática dos seus associados (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 168).

A sociabilidade comunitário-pública é o quarto critério e demonstra a necessidade de ser desenvolvido uma sociabilidade singular ao relacionarem os padrões comunitários e as relações sociais nas práticas profissionais. Assim, segundo França Filho e Laville (2004, p. 168), “observa-se, em geral, uma tentativa de combinação singular entre, ao mesmo tempo, valorização das relações comunitárias e afirmação do princípio de alteridade.”

O quinto critério na visão de França Filho e Laville (2004) refere-se à finalidade multidimensional que, “ao lado da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projetar-se num espaço público.” Assim, na visão dos autores, a dimensão econômica é vista como um meio para alcançar o objetivo do empreendimento, que se direciona em propósitos sociais, políticos ou ecológicos.

Em 2001, foi criado o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GTBrasil) em função da participação do I Fórum Social Mundial (FSM) que aconteceu em Porto Alegre, com intuito de fortalecer a economia solidária nacionalmente e internacionalmente. O GTBrasil era constituído por sete órgãos, sendo: Cáritas – entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária; FASE – Federal de Órgãos para Assistência Social e Educacional; ADS/CUT – Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores; Fundação UNITRABALHO; Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (BEATRIZ, 2007).

Em 2003, a economia solidária avançou mais ainda em busca do desenvolvimento de políticas públicas com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que possui como membros agências de fomento da economia solidária, a rede de gestores municipais e estaduais de economia solidária, a Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Micro-

Crédito (ABCRED) e as principais associações e redes de empreendimentos solidários de todo o país (SINGER, 2004).

O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foi criado em junho de 2003, no mesmo momento em que instituiu a SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, como um órgão consultivo e propositivo para proporcionar a relação entre os setores do governo e da sociedade civil em busca de benefícios para a economia solidária. No momento da criação, houve um grande debate de como seria composto o Conselho, chegando a um consenso de 56 entidades pertencentes, dividida entre três setores básicos, sendo o governo, empreendimentos econômicos solidários e entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2016).

O CNES era composto pelas seguintes instâncias: Plenário – instância máxima de decisão do conselho composto pelas 56 entidades; Comitê Permanente do CNES – responsável por preparar as pautas das reuniões de forma conjunta com a secretaria, cuja função era auxiliar o presidente nos encaminhamentos das decisões aprovadas; Comitês Temáticos – responsáveis por estudar, debater e elaborar propostas de temas relacionados às políticas públicas para a economia solidária e; Secretaria Executiva – apoio técnico-administrativo às instâncias anteriores (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2016).

Outro avanço importante da economia solidária no país foi o desenvolvimento do Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) por meio da 3ª Conferência Nacional entre os dias 26 a 29 de novembro de 2014 em Brasília. Contou com a participação de mais de 1600 participantes com o intuito de debater o seguinte tema central “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”.

Diante da importância do Plano Nacional de Economia Solidária e dos pressupostos apresentados por ele, torna-se relevante apresentar esse apoio que os empreendimentos econômicos solidários possuem desde 1995. Assim, como uma forma de assessorar os empreendimentos econômicos solidários e fortalecer mais ainda a prática da economia solidária, foram criadas as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, que atuam no âmbito das universidades brasileiras como projeto de extensão universitária, no sentido de promover, a partir dos princípios cooperativistas, a emancipação econômica e social dos trabalhadores.

Observa-se, portanto, que a conformação da economia solidária no Brasil contou com a participação de diferentes atores sociais, tais como: organizações não-governamentais; movimentos sociais; organizações com vinculações religiosas; governos municipais, estaduais, federal, assim como

as Universidades. O papel da extensão universitária é importante nesse cenário, pois agrega alguns fatores fundamentais ao desenvolvimento da economia solidária. O primeiro deles compreende o comprometimento social e comunitário implícito na missão da Universidade brasileira. O segundo ponto engloba o potencial de desenvolvimento tecnológico e metodológico adequados ao fomento e apoio aos empreendimentos econômicos solidários por meio da ação integrada entre extensão e pesquisa. Por fim, é possível ressaltar a função de formação de profissionais preparados para atuarem com a temática da economia solidária, compreendendo suas especificidades e contribuindo para seu fortalecimento no país (COSTA, 2013, p. 26).

As ITCPs procuram desenvolver metodologias de apoio aos grupos solidários que buscam geração de renda e trabalho, por meio da autogestão. Com isso, as instituições de ensino, por meio das Incubadoras proporcionam diálogo com as populações que estão distantes da universidade e podem, por meio desse apoio, se recolocar no mercado de trabalho de forma honesta, justa e igualitária (COSTA, 2013).

"As ITCPs são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários, pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários. Desde 1999, as ITCPs constituem uma rede, que se reúne periodicamente para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional de economia solidária. No mesmo ano, a rede se filiou à Fundação Unitrabalho, que reúne mais de 80 universidades e presta serviços, nas mais diferentes áreas, ao movimento operário. A Unitrabalho desenvolve desde 1997 um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária. Um crescente número de núcleos da Unitrabalho em universidades acompanha e assiste às cooperativas, numa atividade que, em muitos aspectos, se assemelha aos das ITCPs" (SINGER, 2002; p.123).

Neste contexto, surgiu a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP, em 1995, no Rio de Janeiro, com o propósito de utilizar o conhecimento técnico-científico e recursos humanos das universidades para organizar e consolidar empresas autogestionárias e cooperativas constituídas por trabalhadores excluídos do processo formal de trabalho e aqueles que se encontravam em situação de trabalho precarizado (GUERRA, 2008). De acordo com Castanheira (2008), surgiu a partir de então o interesse de outras instituições de ensino superior na criação de ITCPs e como meio de aumentar o compromisso com o desenvolvimento do cooperativismo, em maio de 1999, essas incubadoras criaram a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Desde a criação da Rede de ITCPs, alguns princípios as norteiam, com base no seu Estatuto criado em 1998 e que são relevantes para entender o funcionamento e os objetivos da Rede de Incubadoras. Diante disso, cabe destacar os mesmos: a) Reafirmar o papel da universidade

como um lócus de produção e socialização do conhecimento, com autonomia crítica e produtiva; b) Desenvolver e disseminar conhecimentos sobre o cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da economia solidária; c) Estimular a intercooperação promovendo a produção e a socialização dos conhecimentos entre as incubadoras, e destas com o meio universitário, outras redes afins e a sociedade; e d) Trabalhar na constituição, consolidação e integração das cooperativas populares, fortalecendo, subsidiando e respeitando a autonomia dos fóruns e redes que estão integradas.

Essa parceria com as universidades trouxe uma grande oportunidade para a economia solidária, pois as universidades, de diferentes regiões do país, desenvolvem ações de pesquisa e extensão voltadas para a economia solidária, como forma de aplicar metodologias participativas com o intuito de fortalecer os princípios pertencentes aos empreendimentos econômicos solidários.

Diante de todo esse cenário em que a economia solidária esteve e está envolvida no Brasil, Monteiro e Gonçalves (2020) apresentaram três atores importantes no processo do desenvolvimento de políticas públicas voltadas a economia solidária no país, sendo Paul Singer, Luiz Gaiger e Marcos Arruda que foram citados acima com base em suas contribuições.

Um ponto que, desde 2004 vem sendo desenvolvido pelos representantes da economia solidária no governo e por meio da SENAES é o endodesenvolvimento produzido pela própria comunidade que se beneficia dele. Assim, Singer (2014, p. 92) o caracteriza como:

A mobilização da comunidade é executada por meio de atividades de formação em economia solidária. Sua visão fundamental é que a redenção da classe trabalhadora só pode ser obra da organização dos próprios trabalhadores em diferentes tipos de associação que, unidas por laços de solidariedade, constituem empreendimentos capazes de produzir bens e serviços com qualidade para disputar a demanda em mercados e assim alcançar renda suficiente para resgatar da pobreza todos os membros comunidade.

É importante observar que esse endodesenvolvimento apresentado por Singer (2014) conta com uma rede de agentes de desenvolvimento, tendo representantes de diversos locais do país, cada um pertencente a uma comunidade e interligados em redes virtuais. Outro ponto importante refere-se à criação de redes de comercialização e finanças solidárias com o objetivo de proporcionar entrada no mercado e ao crédito a partir de 2011.

Aproveitando essa discussão acerca da necessidade de crédito para os empreendimentos econômicos solidários se estabelecerem no mercado, Singer (2014) apresenta uma perspectiva positiva acerca disso:

[...] um sistema de finanças solidárias formado por bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito vem sendo desenvolvido, nos últimos quinze anos, a partir do esforço pioneiro do

Banco Palmas em Fortaleza/CE, complementado posteriormente pelo Banco Bem em Vitória/ES e atualmente por nada menos de 1.003 bancos comunitários espalhados por todo o Brasil. Pelo crescente número de instituições de finanças solidárias, pode-se acreditar que o nó representado pelo insuficiente acesso a crédito também está sendo desfeito (SINGER, 2014, p. 93).

De acordo com o Plano Nacional de Economia Solidária (2015), a visão do futuro que esperam para a economia solidária é a seguinte:

A Economia solidária reconhecida social e politicamente como parte de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e democrático, incluída num ambiente institucional adequado à legalização, financiamento, participação nos mercados e ao acesso às políticas públicas, possibilitando a efetiva promoção da organização coletiva autogestionária de trabalhadores e trabalhadoras, sua proteção social e a melhoria de sua qualidade de vida (PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p. 15).

No site do atual Ministério da Economia, antigo Ministério do Trabalho e Economia, observou-se informações acerca dos números relacionados a economia solidária relativos ao ano de 2013, última atualização do site. Assim, no referido ano, o país já contava com 19.708 empreendimentos econômicos solidários, que reúnem 1 milhão e 423 mil e 631 associados em 2804 municípios, sendo que 54,8% exercia sua atividade na área rural.

Com base no mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil realizados em 2004 e em 2013, Gaiger (2013) afirma que o formato jurídico de “associação” é o mais encontrado, sendo que no primeiro mapeamento, 52% eram associações e no segundo esse percentual subiu para 59,9%. Fazendo uma comparação com os empreendimentos informais, que diminuíram na mesma proporção, o autor acredita que a associação seja uma escolha desses grupos que pretendem se regularizar. Diante desse mapeamento, as cooperativas também se enquadram como modelos de organização escolhidos pelos empreendimentos, porém ocorreu uma diminuição desse modelo, saindo de 9,7% no primeiro mapeamento e caindo para 8,8% no segundo, em 2013.

Ainda com base no mapeamento, e mais precisamente, acerca do segundo realizado em 2013, Gaiger (2013) informa que nos empreendimentos econômicos solidários observados, existe um número chamativo de organizações que são geridas por trabalhadores que realmente se associam e cooperam e que apresentam visão contrária aquela em que essas organizações são tratadas como cooperativas de fachada, associações submissas e grupos apenas formados pela informalidade. Com isso, o autor apresenta que categorias novas começaram a fazer parte dos fóruns e discussões, como pescadores artesanais, quilombolas, povos indígenas, ribeirinhos,

entre outros, que proporcionaram maiores forças e pressões por políticas públicas voltadas para a economia solidária.

A partir desse cenário, Gaiger e Kuyven (2020) ressaltam que os empreendimentos econômicos solidários estão presentes em todo o país e por meio do mapeamento, observaram que o espaço rural é onde se encontram mais empreendimentos, com 54,8%, já o espaço urbano possui 34,8%, e 10,4 % desses empreendimentos são considerados pertencentes ao espaço rural e urbano.

Diante desse cenário, Gaiger (2013) apresenta um ponto significativo sobre as cooperativas e suas peculiaridades, o que denota mais ainda a importância de se estudar a economia solidária para compreender essas organizações e fortalecer suas relações:

Hoje, grandes cooperativas funcionam como empresas de capital, voltadas à lucratividade no mercado, empenhadas na profissionalização e na racionalização administrativa. No extremo oposto, pequenas cooperativas em periferias urbanas, voltadas à inserção socioeconômica e a necessidades básicas de populações pobres, apresentam índole igualitarista, valorizam o fato de governarem-se coletivamente e identificam-se com a Economia Solidária (NUNES, 2001; ANJOS, 2012). Ao lado delas, existem as falsas cooperativas, que se valem do marco legal cooperativo para intermediarem mão de obra a baixo custo, mantendo intacta a hierarquia da empresa e a divisão entre capital e trabalho. Portanto, o cooperativismo brasileiro apresenta-se heterogêneo quanto à natureza e à escala de suas atividades, à complexidade das organizações cooperativas e, fundamentalmente, a seus princípios ideológicos (GAIGER, 2013, p. 17).

Sabe-se que, atualmente, a economia solidária precisa ser fortalecida ainda mais diante da extinção do Ministério do Trabalho até o ano de 2022, pois a SENAES teve em 2019, por meio da Medida Provisória 870/2019, suas atribuições repassadas ao Ministério da Cidadania, mais diretamente à Secretaria de Inclusão Produtiva Urbana, que desenvolvem políticas voltadas à assistência social e de renda, porém esse ministério não desenvolve estratégias voltadas ao trabalho e desenvolvimento do Brasil.

No Plano Nacional de Economia Solidária (2015) já ressaltavam que uma das ameaças pertencentes a economia solidária seria o contexto político, realidade essa vivenciada nos anos 2018 a 2022, uma vez que o apoio do governo é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas ao mundo do trabalho. O contexto político desse período de governo demonstra criminalização das ações desenvolvidas pelos movimentos sociais e ausência de políticas públicas de inclusão social.

Nesse contexto, Monteiro e Gonçalves (2020, p. 10) apresentam o desafio para a economia solidária conforme descrito abaixo:

entende-se que a Economia Solidária necessita de uma base de apoio, representada por ativistas, mediadores, educadores, especialistas,

idealizadores, pesquisadores e analistas, para intervir no debate público e influenciar a agenda governamental, como foi o caso, em relação a esses atores, quanto à implantação da Política Pública de Economia Solidária, implementada em 2003, através do SENAES/MTE.

Souza (2022) reforça que a economia solidária se tornará, de fato, relevante na sociedade, quando todos os sujeitos envolvidos entenderem a necessidade de unir suas forças políticas para buscarem um espaço maior na esfera pública.

A Economia Solidária não se baseia apenas num viés econômico, mas considera aspectos políticos, sociais e culturais, portanto, depende da conjuntura política para que ela consiga se estabelecer e conquistar espaço relevante dentro da política pública (SOUZA, 2022, p. 33).

Diante desse cenário, é nítido que a economia solidária precisa de mais espaço no cenário político, pois no período de 2018 a 2022 não entrou na pauta governamental. Não deixar que todas as conquistas alcançadas sejam esquecidas é uma “obrigação” daqueles que trabalham com a economia solidária, que vivem dela e pesquisadores que acreditam e entendem que as práticas solidárias promovem cooperação, solidariedade e atividade econômica para os desempregados e todos aqueles trabalhadores que estão passando pelas transformações no mundo do trabalho.

2.2 A economia solidária e seus principais teóricos

No meio acadêmico, a economia solidária vem sendo discutida como uma vertente teórica e como fenômeno no país. Na literatura, encontram-se diferentes interpretações teóricas (BEATRIZ, 2007). O estudo de Timóteo, Barbosa e Veloso (2019) apresenta os principais autores encontrados na literatura internacional sobre economia solidária que vale a pena abordar aqui, tendo em vista a relevante contribuição para esse campo de estudo. Os principais autores foram divididos em quatro vertentes: Paul Singer e Jean-Louis Laville – trabalharam o conceito de economia solidária em seus estudos como uma forma alternativa ao modo de produção capitalista; Karl Polanyi e José Luis Coraggio – a economia solidária era uma alternativa utilizada pela população para sobreviverem ao neoliberalismo; Manuel Castells – a economia solidária como proposta de efetivação da sociedade em formato de rede e a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação para reestruturar o cenário econômico e social e; Julie Graham e Katherine Gibson – e economia solidária era uma alternativa de construir uma linguagem econômica diversificada na base comunitária.

Embora existam diversas abordagens, sabe-se que a economia solidária está diretamente associada ao caráter ideológico de mudança da sociedade, uma vez que se necessita ultrapassar os meios de trabalho desiguais e o desequilíbrio ocasionado pela distribuição de renda, situação gerada pelo capitalismo hegemônico na sociedade (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002).

Assim, observa-se que a economia solidária é estudada por diversos autores e foi construída com base nas experiências e em estudos ao longo dos anos. Diante disso, vale a pena explorar os principais conceitos abordados por esses autores representativos das quatro abordagens da economia solidária.

Quadro 3 - Campo conceitual da economia solidária

AUTOR (ES)	CONCEITO
Paul Singer (2003)	A economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER, 2003, p.116).
França Filho e Laville (2004)	Uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias socioprodutivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não-monetizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos. As formas assumidas por esta economia também variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos comunitários, clubes de trocas e associações de serviços em países latino-americanos, até as cooperativas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais ou os sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus.
Luiz Gaiger (2012)	A <i>Economia Solidária</i> , expressão adotada consensualmente no Brasil, passou a designar um conjunto de <i>práticas</i> referenciadas em princípios de cooperação e autogestão, um <i>movimento</i> social comprometido com a transformação social e, por fim, um <i>setor</i> constitutivo da esfera pública e da atuação do Estado.
Coraggio (2000)	A <i>economia popular</i> defende o fundo do trabalho como forma de buscar a reprodução ampliada da vida, na unidade doméstica, sendo a família, nuclear ou extensa, seja em base de parentesco ou na base da afinidade.

Fonte: Adaptado de Monteiro e Gonçalves (2020)

Paul Singer, economista, é um dos mais conhecidos estudiosos sobre a economia solidária no Brasil, tanto pela rica contribuição teórica desde 1970, como também por sua atuação em movimentos sociais e no Estado. Desde 2003, segundo Costa (2013), fazia parte da Secretaria Nacional de Economia solidária no país e, segundo Monteiro e Gonçalves (2020),

Singer se inseriu no cenário intelectual, mas se dedicou de forma muito profunda na política nacional a partir da atuação do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal.

Singer (2002) afirma que a economia solidária é tida como uma proposta superior ao sistema capitalista atual, com o intuito de melhorar a qualidade de vida das pessoas e não apenas gerar maiores rendimentos. Assim, essa pesquisa mais uma vez demonstra sua relevância científica por sistematizar os principais argumentos teóricos e práticos significativos da economia solidária, identificando e avaliando as principais esferas públicas sobre esse tema.

Um dos principais argumentos desse autor é de que a economia solidária se configura “como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social (SINGER, 2002, p. 115). Pinto (2006) complementa que Singer segue uma tradição socialista de seus estudos e observa um elo entre a economia solidária e a crítica operária e socialista ao capitalismo.

Diniz (2017) também corrobora com esses argumentos ao considerar que Singer relaciona a economia solidária a uma economia não capitalista abarcada por propósitos socialistas ou cooperativistas, em que as empresas são igualitárias, sendo que os lucros são repartidos e todos são donos dessas empresas.

Essa perspectiva de Singer, segundo Pinto (2006) não surge apenas da crise do assalariamento, como também do insucesso da economia planificada, do semifracasso da social-democracia e do socialismo realmente existente. Assim, Singer resgata a ideia da revolução social de Marx com o intuito de reconsiderar as oportunidades do socialismo por meio de ações como as práticas da economia solidária.

[...] a revolução social socialista começa com a implantação de instituições anticapitalistas resultantes das lutas do movimento operário contra certas tendências imanentes do capitalismo, como a concentração de renda e da propriedade, a exclusão social (que toma a forma predominante do desemprego) e a “destruição criadora” de empresas e postos de trabalho (SINGER, 1998, p. 19).

Como exemplo dessas instituições anticapitalistas abordada por Singer, destacam-se as cooperativas de produção como o maior potencial socialista (PINTO, 2006). Assim, para Singer, as cooperativas possuem uma grande vantagem, pois permitem aos seus associados participarem das decisões e negociações em relação a seus assuntos de interesse. Pinto (2006) reforça esse argumento, informando que Singer entendia que o ponto forte da economia solidária seria seu fator político, uma vez que tanto os trabalhadores, quanto consumidores, poderiam fazer parte das decisões que induzem suas escolhas.

Singer teve uma contribuição significativa na economia solidária no Brasil, uma vez que foi nomeado como Secretário da Economia Solidária no primeiro mandato de Lula. O autor, em 2002, apresentou a proposta da economia solidária como uma forma de fazer com que cooperativas e associações pudessem trabalhar de forma conjunta e, assim, formarem trocas solidárias e comércio justo, o que proporcionaria um modo de produção contrário ao capitalismo. Na visão de Singer (2002), para que, de fato, a economia solidária possa ser desenvolvida, é necessário que os trabalhadores pratiquem a autogestão, princípio esse abordado pelo autor como primordial nos empreendimentos econômicos solidários.

Singer também colaborou muito com as discussões teóricas da economia solidária ao escrever muitos livros e artigos sobre a temática e experiências práticas, diante de sua vivência como representante na SENAES. Em 1998, segundo Souza (2018), Singer criou um grupo de estudos sobre economia solidária na Universidade de São Paulo, onde surgiu a proposta de criar a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP.

Diante de sua inquietação em relação a pobreza e ao desemprego, Singer também ocupou o cargo de Secretário Municipal de Planejamento de São Paulo entre 1989 e 1993, no mandato de Luiza Erundina (MONTEIRO e GONÇALVES, 2020). Seguindo seu caminho na política e nas contribuições para a economia solidária,

Em 2003, Singer assumiu a Secretária Nacional da Economia Solidária, no Ministério do Trabalho e Emprego. Neste mesmo ano propôs uma moeda própria a ser usada entre cooperados brasileiros que poderia ser chamada de “sol” (de solidariedade), propondo a utilização no Brasil em feiras de trocas. Hoje a moeda social é encontrada em vários municípios que a utilizam como meio que viabiliza a prática da Economia Solidária e como uma ferramenta de democratização do crédito, permitindo a ampliação de investimentos locais (MONTEIRO e GONÇALVES, 2020, p. 4).

Singer, como ressaltado acima, é um dos mais conhecidos autores e estudiosos da área, sendo seu livro “Introdução a economia solidária (2002)” a base para qualquer um que se interesse pelo assunto. Diante de tanto estudo e envolvimento em políticas públicas para o fortalecimento da economia solidária, Singer (2002) resalta que a economia solidária não é apenas uma forma de combater o capitalismo e seus reflexos, como desemprego e exclusão social, mas também a prática da democracia participativa e o crescimento da busca pelo conhecimento.

Singer trouxe uma grande contribuição da educação para o fortalecimento das cooperativas e, conseqüentemente, da economia solidária, pois acreditava ser o principal meio para que os valores cooperativistas fossem disseminados. Por isso, a necessidade de

desalienação dos trabalhadores e consumidores em relação a participação nas atividades econômicas (PINTO, 2006).

Singer (2002; 2007) apresenta que a autogestão é o caminho para as transformações sociais e destaca as cooperativas como organização típica da economia solidária, mas as unidades de produção também envolvem os clubes de troca, associações, entre outros. O autor, mesmo reconhecendo outras unidades, traz uma grande contribuição para a economia solidária por meio dos estudos sobre as cooperativas e afirma que alguns critérios pertencem às práticas organizacionais e fortalecem as ações solidárias, como: gestão democrática, participação direta ou por representação, repartição da sobra entre os cooperados de acordo com o que foi decidido e posse coletiva dos modos de produção.

José Luis Coraggio (2007) também é economista e responsável pela organização da Rede Latino-Americana de Pesquisadores de Economia Social e Solidária e aborda em seus estudos que, apesar de existirem algumas concepções sobre a economia solidária na América Latina, alguns pontos são comuns e que merecem destaque, como proposta de mudança social e formas econômicas de organização dos trabalhadores que se associam para produzir e comprar de maneira coletiva.

O autor, segundo Pinto (2006) apresenta diferentes maneiras de ocupação de uma economia popular, na maioria das vezes precárias, mas ligadas ao trabalho. Na visão de Coraggio (2007), essas diversas maneiras podem ser apresentadas como: atividades produtivas voltadas para o mercado, como por exemplo cooperativas, grupos produtivos; atividades destinadas ao autoconsumo, como trabalho doméstico e maneiras de alcançar acesso a serviços mínimos; e atividades voltadas ao acesso de serviços de consumo coletivo, como as redes de trocas, entre outros.

A economia solidária na visão de Coraggio (2007) é chamada de “economia popular” e se desenvolve como um campo em que se torna possível o desenvolvimento de bases solidárias, onde a produção e a reprodução social não se direcionam à acumulação.

Segundo Pinto (2006) ao retratar a proposta de Coraggio (2007), informa que a economia popular apresenta um força interna dos setores populares para geração de novas formas de valor, assim, essa economia busca uma regulação pública que preze pelo fundo do trabalho com base em um desenvolvimento humano que possa ultrapassar os comportamentos reativos e fortalecer a capacidade dos trabalhadores.

Para Coraggio (2007), esse desenvolvimento humano está relacionado a ideia de proporcionar melhores condições sociais de vida daqueles que não conseguem atingir condições mínimas de sobrevivência (PINTO, 2006). Dessa forma, a economia popular definida por

Coraggio defende o fundo do trabalho como forma de buscar a reprodução ampliada da vida, na unidade doméstica, sendo a família, nuclear ou extensa, seja em base de parentesco ou na base da afinidade.

Coraggio (2000) apresenta a contribuição de como a unidade doméstica é capaz de fornecer entendimento acerca das decisões individuais de inserção no processo de reprodução da vida. Diniz (2017) resume essa visão do autor:

A unidade doméstica, enquanto organização econômica característica da economia popular (fundada sobre relações de parentesco, de afinidade, étnicas, etc.), organiza os recursos e as capacidades de seus membros (seu fundo de trabalho) para gerir a satisfação de suas necessidades, tendo como objetivo último a reprodução da vida nas melhores condições possíveis (reprodução ampliada). Enquanto a reprodução simples equivale à manutenção da vida dos membros da unidade doméstica em um nível aceito como mínimo, a reprodução ampliada denota uma melhora de qualidade de vida ao longo do tempo, não apenas por aumento dos rendimentos, mas também pelo acesso aos bens públicos, melhor qualidade do consumo, melhores padrões de relação social, melhores condições de moradia, etc. (DINIZ, 2017, p. 6)

Ao desenvolver e apresentar a economia popular, Coraggio (2000) não a apresenta como uma possibilidade de substituição da economia capitalista, mas sim como um subsistema da economia que depende da relação existente entre a economia empresarial e a economia pública para garantir a reprodução ampliada dos trabalhadores, o que o autor chama de sistema misto. Como forma de complementar a visão dos autores mais importantes da economia solidária, Diniz (2017) aborda uma diferença entre o pensamento de Singer (2000) e Coraggio (2000), uma vez que o primeiro define a unidade básica da economia solidária como a unidade de produção e não a unidade doméstica, como abordada por Coraggio, pois Singer acredita que a unidade doméstica é uma unidade de consumo e nem sempre uma unidade produtora de mercadorias.

Diniz (2017) trouxe um ponto importante relacionado à proposta de Coraggio ao afirmar que a racionalidade presente na economia popular se difere daquela pertencente a economia capitalista, uma vez que não demonstra a acumulação como propósito e também não apresenta como objetivo o aumento do capital. Ressalta, portanto, que a economia está subordinada às necessidades da reprodução das unidades domésticas.

[...] a economia popular deverá ser capaz não apenas de ocupar os excluídos, mas também de gerar renda monetária necessária para se articular através do mercado com o restante da economia, bem como para se sustentar e ampliar sobre suas próprias bases. Não se trata, como fica evidente, de uma economia popular que se desenvolve de modo fechado a partir de comunidades locais, alheia ao mercado (PINTO, 2006, p. 53).

Quando Coraggio (2000) apresenta a proposta de reorientação da ação pública, o mesmo demonstra a necessidade de ocorrer mudanças culturais e simbólicas no modo do bem viver, uma vez que é focado, atualmente, no alto consumismo. Outro ponto importante refere-se a ideia de acontecer uma integração entre dirigentes sociais e políticos para o desenvolvimento da economia popular, assim, o autor não confere a um ator único ou a um único modelo de organização para apresentar a economia popular (PINTO, 2006).

Como forma de resumir o pensamento de Coraggio (2000), Pinto (2006, p. 54) apresenta que: “embora perceba os laços de solidariedade e cooperação como característicos da unidade doméstica, Coraggio (2000) afirma que a economia popular não é um mundo de valores solidários, até porque ela se encontra, em parte, subordinada culturalmente ao sistema capitalista”.

França Filho e Laville (2004), por meio do livro “Economia solidária: uma abordagem internacional” contribuíram muito para a discussão acerca da economia solidária. Os autores apresentam cinco critérios como definição dos empreendimentos de economia solidária, sendo: pluralidade dos princípios econômicos; autonomia institucional; democratização dos processos decisórios; sociabilidade comunitário-pública; e, finalidade multidimensional.

Segundo França Filho e Laville (2004), a marginalização da socialização passou despercebida por muito tempo devido ao fato de o emprego ser visto como principal fator de integração social, pois proporcionava proteção social e dava acesso ao consumo e à promoção. Porém, o emprego não conseguiu mais desempenhar essa função de integrador e, com isso, surge a crise do emprego, culminando no desemprego, o que provoca um distanciamento dos valores compartilhados na sociedade e uma possibilidade de desintegração das relações sociais. O resultado desse processo é a exclusão social. Diante disso, França Filho e Laville (2004) compreendem que o desafio consiste em pensar a crise da socialização de forma conjunta à crise do emprego, o que leva a abordar três preocupações: deve-se buscar uma repartição do emprego menos desigual e que reforce o vínculo social; procura-se explorar todas as possibilidades de emprego com condições socialmente aceitáveis e; favorecer outros meios de opções de trabalho, contribuindo para o reconhecimento social (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Assim sendo, França Filho e Laville (2004) evidenciam que existe uma visão estreita acerca da economia que domina o senso comum da população, diante de três perspectivas advindas desde o século XIX pela economia neoclássica e o utilitarismo, sendo: 1) a ideia de que todo o mercado é tido como autorregulado; 2) a ideia de que toda economia é entendida como economia de mercado; 3) toda empresa econômica é tida como empresa capitalista. Dessa

forma, quem não se insere nessas três perspectivas, volta-se a uma economia tida como de sobrevivência com propostas sociais.

França Filho e Lavelle (2004) ressaltam que a economia solidária apresenta alguns pontos importantes e que merecem destaque: é uma economia que possui diferentes lógicas em interação; possui uma solidariedade diferente do convencional, uma vez que a ação voluntária se desenvolve em um espaço público; são formados grupos com base em ação comunitária na elaboração das atividades econômicas que podem estar ligadas a problemas na educação, cultura e meio ambiente; preocupação constante com o desenvolvimento local; valorização da ação social que pode provocar uma dimensão pública e gerar impactos na organização da vida local.

Para os autores acima abordados, a economia solidária pode ser entendida de forma plural, reunindo diferentes lógicas em interação. Outro ponto que chama atenção na proposta de França Filho e Lavelle (2004), refere-se a ideia de que a economia solidária combina duas dimensões, sendo uma a comunitária – tradicional – e a pública – moderna. Um exemplo, na visão dos autores, seria uma associação de moradores de um bairro, que suas ações são pensadas de forma “tradicional”, mas também de forma “moderna”. Mas sabe-se que algumas cooperativas mais tradicionais colocam a dimensão socioeconômica acima da dimensão sociopolítica, apesar dessa evidência, os autores entendem que a tendência do movimento da economia solidária é a “valorização de uma dimensão pública da sua ação mediante a ênfase nos impactos da organização na sua vida social (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 19)”.

Essa dimensão pública que os autores chamam atenção volta-se a proposta de agir no espaço público com base em problemas que são observados na prática e além da ação política, pode ser desenvolvido novos valores e lógicas voltadas ao trabalho econômico, por meio de uma construção coletiva democrática.

Assim, França Filho e Lavelle (2004) afirmam que as estruturas da economia solidária precisam ser espaços públicos de proximidade, demonstrando assim, a necessidade de criar espaços de associações e iniciativas populares em que a intersubjetividade possa proporcionar novas normas. Com base em Habermas (1990), França Filho e Lavelle (2004) ressaltam que os agrupamentos voluntários que proporcionam ações que se desvinculam da lógica mercantil, levam ao desenvolvimento de instituições que buscam forças na integração social que representa a solidariedade e colabora com o debate público.

França Filho e Lavelle (2004) ressaltam que o motivo do surgimento de muitos empreendimentos econômicos solidários acontece com base na necessidade econômica e também na ação voluntária baseada em valores, assim sendo, na visão dos autores “a economia

solidária, portanto, deve ser compreendida na sua singularidade enquanto fenômeno – no lugar de ser objeto de explicações baseadas em determinações gerais (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 21).

Para os autores, o entendimento da economia solidária apresenta uma visão contrária àquela focada na economia real, ou seja, referente apenas ao mercado (teoria neoclássica) e passa a ser compreendida como economia plural, em que existem uma pluralidade de comportamentos econômicos. Para os autores, essa ideia de economia solidária traz à tona a questão da solidariedade, desprezada pelo modelo tradicional de economia.

Sendo assim, França Filho e Laville (2004) aproximam-se dos discursos de Polanyi que identifica quatro princípios de comportamento econômico, sendo o mercado autorregulado, a redistribuição, a domesticidade e a reciprocidade, que se desenvolvem como quatro tipos de economia, sendo:

Uma economia mercantil – fundada no princípio do mercado autorregulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame (ou da relação social) que se busca numa lógica recíprocitárias; Uma economia não-mercantil – fundada na redistribuição, isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los; e finalmente, uma economia não-monetária – fundada na reciprocidade, isto é, um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica da dívida, tal como formulada/descrita por M. Mauss (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 116).

Diante de toda a perspectiva apresentada por França Filho e Laville (2004, p. 118), os autores conceituam economia solidária “como conjunto de atividades contribuindo para a democratização da economia a partir de engajamentos de cidadania”. Assim, ressaltam que o seu objetivo envolve “muito mais de uma articulação junto à esfera pública a fim de produzir reimplantação da economia num projeto de integração social e cultural (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 118).

França Filho e Laville (2004) no livro “Economia Solidária – uma abordagem internacional” apresentam conceitos e experiências do surgimento e manutenção da economia solidária na Europa (França) e no Brasil, e apresentaram uma contribuição interessante acerca dos exemplos de práticas cotidianas na França tidas como pertencentes à economia solidária e que dizem muito sobre esses empreendimentos no país.

Assim, apresentam quatro exemplos de práticas cotidianas pertencentes a economia solidária na Europa: comércio justo, finança solidária, economia sem dinheiro e empresas

sociais. O comércio justo refere-se a proposta de criar relações comerciais mais justas entre países do Norte e produtores dos países do Sul. A finança solidária, segundo os autores, propõe a democratização do acesso ao crédito, porém essas experiências acontecem em um ambiente conflituoso, uma vez que constitui diferentes lógicas de ação e várias formas de legitimidade. Já a economia sem dinheiro refere-se a três experiências, sendo a autoprodução coletiva, os sistemas de trocas locais e as redes de trocas recíprocas de saberes. Por último, apresentam as empresas sociais, que se referem as experiências locais que se desenvolvem como prestação de serviço de proximidade (ou solidários) e, para os autores, esse último modelo é visto como uma possibilidade de institucionalização dos outros tipos apresentados.

Ressaltando as empresas sociais, França Filho e Laville (2004) afirmam que são interesses dos poderes públicos da Europa, uma vez que possibilitam a potencialização de políticas sociais. Diante dessa proximidade com o Estado, o grande desafio das economias sociais se refere a manutenção do seu funcionamento democrático, uma vez que lida diretamente com os riscos da instrumentalização institucional.

Com o propósito de entender algumas experiências da economia solidária no Brasil, os autores apresentaram alguns exemplos e contribuições significativas para o estudo dos empreendimentos econômicos solidários no país. Segundo França Filho e Laville (2004, p.149)

No Brasil, o termo economia solidária tem servido para identificação de diferentes iniciativas de grupos sociais (e de base popular, na maioria dos casos) que se organizam sob o princípio da solidariedade e da democracia para enfrentar suas problemáticas locais através da elaboração de atividades econômicas.

Diante das diversidades culturais, políticas ou econômicas do nosso país, França Filho e Laville (2004) evidenciam que isso pode causar uma dificuldade no desenvolvimento da economia solidária. Assim, os autores ressaltam que a economia solidária vai além das formas cooperativistas, mas envolve também diferentes modalidades de trabalhos associativos com objetivos democráticos.

Como forma de abordar outros exemplos de economia solidária no Brasil, França Filho e Laville (2004) apresentam as associações vinculadas a um território de pertencimento, como um bairro, uma região, por exemplo que são capazes de desenvolverem a produção, a prestação de serviços, o sistema de trocas e a finança solidária. Assim, trouxeram dois exemplos, sendo a Associação dos Pequenos Agricultores do Município Valente (APAEB) do estado da Bahia, o primeiro deles que desenvolve a industrialização e comercialização de produtos agrícolas. Contam com um conselho técnico e de capacitação para seus produtores, possibilitam créditos às famílias da região e uma escola-família. O outro exemplo trazido pelos autores e muito

conhecido é o Banco Palmas, que se configura como um banco popular que financia diversas atividades solidárias no campo do artesanato, confecções, material de limpezas, entre outros. Além desses dois exemplos, os autores afirmam que existem experiências exitosas também no campo da reciclagem de lixo, produção artística, educação, entre outros.

Luiz Inácio Germany Gaiger tem sua contribuição na economia solidária quase toda focada nos estudos acadêmicos. É diretor de pesquisa da Unisinos e chefe de investigações, desenvolve seus trabalhos por meio de muitas parcerias com foco na economia solidária e, mais precisamente, sobre os empreendimentos solidários (MONTEIRO e GONÇALVES, 2020).

De acordo com Gaiger (2013), em contraposição ao capitalismo hegemônico, desde o século XIX, novas estratégias voltadas para as associações e cooperativas se apresentam como proposta de garantir melhores condições de vida às populações e também tornar presente os princípios voltados a organização do trabalho, produção de bens e outros divergentes daqueles apresentados na racionalidade instrumental. Assim, para o autor, a economia solidária reedita essa estratégia em diversos locais do mundo.

Gaiger (2015) apresenta a economia solidária como:

A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. O termo foi cunhado na década de 1990, quando por iniciativas de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. As expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças (GAIGER, 2015, p.162).

O autor faz um panorama acerca dos estudos de economia solidária no Brasil e como se deu esse movimento que contribuiu muito para o fortalecimento e discussões do referido campo.

No Brasil, os primeiros estudos sobre a Economia Solidária foram promovidos por entidade de apoio aos movimentos populares. Seus resultados foram publicados em boletins, revistas de divulgação e livros, antes de integrarem a produção acadêmica em sentido estrito. O interesse científico pelo tema despertou em seguida, a princípio em instituições de pesquisa já dedicadas ao estudo do associativismo e do cooperativismo; posteriormente, estendeu-se a universidades que possuíam incubadoras de cooperativas populares e projetos sociais nesse campo. Desde esses primórdios, uma simbiose singular entre reflexão e ação tem marcado a produção de conhecimentos sobre a Economia Solidária. A atividade científica não se restringe ao interior dos recintos universitários: quem se dedica ao tema, como pesquisador ou docente, usualmente colabora em programas de apoio aos empreendimentos, participa de debates e de instâncias deliberativas. As pesquisas desenvolvem-se em conexão com demandas dos atores sociais e vinculam-se a políticas públicas

que financiam estudos e avaliações. O campo acadêmico se notabiliza por um trânsito intenso entre a sociedade civil, a institucionalidade política e o Estado (GAIGER, 2013, p. 18).

Por meio de uma pesquisa realizada no ano de 2004, o autor reconhece algumas situações específicas que explicam o surgimento de empreendimentos econômicos solidários, sendo o associativismo, o envolvimento de grupos populares que possuem referências culturais e lideranças autênticas e relações de confiança para o desenvolvimento e a defesa coletiva de interesses. Assim sendo, Gaiger (2013) informa que as práticas de economia solidária não se estabelecem obrigatoriamente como uma contradição à economia capitalista, mas sim como uma forma de se divergir da visão histórica e submissa que as economias populares apresentam diante da visão hegemônica da economia.

O estudioso participou do Seminário Nacional de Economia Solidária da Unitrabalho como representante da região sul e em 2004 organizou um livro que tinha como objetivo apresentar as diferenças e semelhanças da economia solidária no Brasil contendo vários grupos de pesquisa nacionais (LOCKS, 2014).

A partir de 1997, Gaiger assumiu a coordenação nacional de um programa de pesquisa do Unitrabalho intitulado “Significado e tendências da Economia Solidária no Brasil”. A partir de 2001, fez parte do GT de economia solidária, participando do Fórum de Economia Solidária como representante da Unitrabalho. Em 2003, integrou o corpo profissional da Maestria em Economia Social (MAES), cujo diretor é José Coraggio, e fez parte da Rede de Investigadores Latino-americanos de Economia Social y solidaria (MONTEIRO E GONÇALVES, 2020, p. 5).

Para Gaiger (2008) a importância da economia solidária está atrelada ao reaparecimento do associativismo entre os trabalhadores, que envolve diversas categorias sociais que se diferenciam do modelo tradicional pelas formas de produção, gestão, produto e apropriação. Como forma de apresentar um panorama, Gaiger (2013, p. 215) ressalta que:

Há pouco mais de dez anos, eram vistas como respostas emergenciais, lentivas diante da pobreza e do desalento, não constituindo senão uma resposta defensiva, de resistência. Nos dias atuais, admite-se que as experiências solidárias encerram uma dimensão propositiva, com reflexos efetivos no campo das políticas públicas e no fortalecimento político dos movimentos sociais implicados em construir alternativas pós-capitalistas.

Assim sendo, Gaiger (2013) apresenta que na última década, as experiências da economia solidária proporcionaram uma posição de buscar a viabilização da mesma como uma forma de geração de renda e coesão social, por meio de políticas públicas específicas que contribuíram muito para essa nova posição.

Segundo Gaiger (2007), para os trabalhadores que atuam na economia solidária, o valor da mesma se situa em relação a sua capacidade de proporcionar eficiência econômica, mas também sistêmica, que na visão do autor, refere-se a capacidade de desenvolver qualidade de vida das pessoas e proporcionar bem-estar duradouro para a sociedade, e ao mesmo tempo, possibilitar práticas significativas de trabalho, baseadas na equidade e relações sociais sem o foco utilitarista.

Assim, para o autor, a alternativa de ação coletiva se desenvolveu e renovou e trouxe diversas perspectivas com o tempo, como observado abaixo:

A alternativa de agir coletivamente manteve-se e renovou-se entre os trabalhadores, gerando o cooperativismo operário no séc. XIX, o associativismo e a economia social na passagem ao séc. XX, a economia solidária na entrada do séc. XXI, por uma razão fundamental: brindar segurança, reconhecimento e vida significativa à imensa maioria de pessoas que vivem primordialmente da sua capacidade de trabalho (GAIGER, 2007, p. 60).

Para o autor, o campo da economia solidária pode ser dividido em quatro componentes, sendo: 1) os empreendimentos econômicos solidários; 2) as organizações que dão apoio a economia solidária, como ONG, sindicatos, universidades; 3) órgãos de representação e articulação política, como as incubadoras de cooperativas populares e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), entre outros; 4) órgãos estatais ligados a políticas públicas para a área, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (GAIGER e KUYVEN, 2020; GAIGER, 2013).

Gaiger (2007; 2013) desenvolveu dois trabalhos com o propósito de trazer as contribuições que o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários apresenta para as discussões sobre a economia solidária. Diante disso, identificou que os diversos empreendimentos analisados demonstram que a solidariedade é tida como o valor ético e como a chave do sucesso da sua racionalidade, sendo social e econômica. Assim, a autogestão, juntamente com a cooperação possibilita a eficiência e viabilidade desses empreendimentos.

Diante da abordagem de quatro principais estudiosos da economia solidária, Lima (2014) revela que Coraggio (2007a), em seus estudos, apresentou diversos termos relacionados ao campo de estudo, como: economia solidária (SINGER, 2002, 2003, 2007a; GAIGER, 2007); economia popular (NUÑEZ, 2007; QUIJANO, 2007); economia solidária e popular (BOCAYUVA, 2007); economia do trabalho (CORAGGIO, 2000, 2007b); economia social e solidária (CORAGGIO, 2007b; SABATÉ, 2007). Apesar da existência de diversos termos, evidencia-se que esses se relacionam com o caráter ideológico de mudança social, tendo como objetivo debater as formas desiguais de produção e distribuição de riquezas por meio do

capitalismo hegemônico e a partir disso, propor formas de superação (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002).

2.3 Categorias da economia solidária

Nesta seção, apresentam-se as principais categorias pertencentes à economia solidária, pois fazem com que os empreendimentos econômicos solidários se diferenciem dos empreendimentos mercantis, a saber: **solidariedade, cooperação, autogestão e gestão democrática.**

2.3.1 Solidariedade

Singer (2002) considera como condição para que uma sociedade seja igualitária, que a economia seja solidária em vez de competitiva, ou seja, os participantes da economia deveriam cooperar e não competir entre si.

França Filho e Laville (2004) corroboram esse argumento afirmando que, por mais que existam muitas diferenças existentes entre os conceitos e os pressupostos envolvendo a economia solidária, a solidariedade é o traço comum nas atividades econômicas desenvolvidas, sendo essas atividades um meio para o alcance de outros propostos, sejam eles culturais, sociais ou políticos.

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez de contrato entre desiguais (SINGER, 2002, p. 9)

Para exemplificar, o autor apresenta as cooperativas de produção, em que todos os sócios têm a mesma parcela de capital e de direito ao voto nas decisões, assim sendo, ninguém manda em ninguém, uma vez que não existe aquela competição árdua entre os sócios, pois se a cooperativa prosperar, todos ganham por igual e, se por acaso isso não acontecer, todos participam de forma igual no prejuízo. Complementando, Pereira e Cançado (2018) ressaltam que a solidariedade se refere aos laços racionais que unem os participantes e os levam a agir de forma coletiva, pautados pelos princípios cooperativistas e democráticos deliberativos.

Singer (2002), em sua concepção, afirma que a competição e a desigualdade não são situações naturais, pois são resultados da maneira como as atividades econômicas se desenvolvem, denominadas modo de produção, cujos princípios envolvem o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. Diante desse

cenário, fica evidente a separação de duas classes básicas, sendo a primeira proprietária do capital e a segunda aquela em que ganha a vida vendendo sua força de trabalho para a primeira classe.

Já a economia solidária é tida como um outro modo de produção, que tem como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Nesse modelo, existe uma única classe de trabalhadores que possuem o capital por igual em cada sociedade econômica, o que tende a gerar solidariedade e igualdade na redistribuição de renda (SINGER, 2002).

Gaiger e Laville (2009) apresentam como a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e material nos empreendimentos da economia solidária se manifesta e é promovida, sendo: pela socialização dos recursos produtivos e adesão de critérios igualitários; solidariedade entre os membros, por meio de um vínculo social de reciprocidade que é desenvolvido nas relações de cooperação; solidariedade por meio da mobilização de desempregados e pessoas em desamparo; solidariedade na saúde, educação e preservação ambiental e; engajamento cidadão em questões de interesse comum, criando espaços públicos de autonomia por meio de um modelo democrático de participação direta no sistema representativo.

Milani, Stahnke e Manchesan (2020, p. 154) conferem a solidariedade algumas dimensões que acredita ser relevante na compreensão da mesma para os empreendimentos econômicos solidários. Segundo os autores:

O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: 1- na justa distribuição dos resultados alcançados; 2- nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; 3- no compromisso com um meio ambiente saudável; 4- nas relações que se estabelecem com a comunidade local; 5- na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; 6- nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; 7- na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e, 8- no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Assim, Pereira e Cançado (2018, p. 153) reforçam que a solidariedade é tida como prática dos vínculos identitário desenvolvido entre os associados e isso significa que:

[...] as ideias e os valores compartilhados pelo grupo são colocados em prática na divisão do trabalho entre os associados. A solidariedade significa cooperação, em oposição a competição, e deve estar fundamentada na ação comunicativa, nas iniciativas voluntárias e livres dos associados que buscam definir e alcançar metas organizacionais de produção, de serviços, entre outras.

2.3.2 Cooperação

Carneiro (1981) defende que a cooperação, de acordo com seu propósito ideal, não deve apenas promover os interesses das pessoas, mas também o progresso e o bem-estar da humanidade. A cooperação contribui para os valores sociais e morais, o que passa a ser a justificativa das ações desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários. Além de promover o bem-estar de todos, a cooperação também é vista como uma alternativa de sobrevivência em momentos de crise.

Sociologicamente, a cooperação é tida como uma forma de integração social por meio de uma ação conjugada e, epistemologicamente, demonstra a ideia de trabalhar de forma conjunta com alguém de forma a buscar objetivos comuns entre esses (PIMENTEL, 2006).

Nesse sentido, Pinheiro e Silva (2010) abordam que a cooperação, alinhada à comunicação são categoriais extremamente importantes para o desenvolvimento de relações construtivas, uma vez que a comunicação na gestão de empreendimentos econômicos solidários, por meio da cooperativa como exemplo utilizado pelos autores, proporciona a interação e participação entre os cooperados nos processos decisórios dessas organizações.

Dentro da perspectiva da cooperação, um princípio cooperativista que se assemelha a essa discussão nos empreendimentos econômicos solidários refere-se à intercooperação, observada na economia solidária por meio do desenvolvimento de suas redes (PEREIRA e CANÇADO, 2018), que além de fortalecer o campo, ainda permite o fortalecimento da comunidade ao qual pertencem. A intercooperação proporciona a aproximação entre os empreendimentos nas trocas comerciais e informações, criando uma possibilidade de ação coletiva no âmbito da sociedade e mercado. Machado (2017, p. 121) ressalta que a “intercooperação entre cooperativas pode ser estabelecida pelas relações comunicativas entre elas, fundamentando-se na ação comunicativa de Habermas”.

2.3.3 Gestão democrática

Os empreendimentos econômicos solidários, principalmente as cooperativas, segundo Ricken, Tenório e Kronemberger (2010) possuem uma visão de que as decisões não são tomadas com base no capital, mas sim no interesse dos cooperados diante da situação, com base na prática democrática.

Enquanto nas organizações comerciais o objetivo é o lucro e a gestão é definida por quem controla financeiramente a organização, nas cooperativas o seu objetivo básico consiste em prestar serviços aos cooperados, viabilizando e desenvolvendo a produção e o consumo, possibilitando a seus cooperados se apropriarem de seu trabalho sem a intermediação de terceiros. Da mesma maneira, sua gestão tende a ser diferenciada das sociedades mercantis, pois, desde o estatuto de Rochdale, as cooperativas devem ser organizações democráticas, na medida em que cada cooperado, independente do seu investimento na organização tem direito a um voto e pode, ainda, ser votado para cargos de direção na cooperativa (CANÇADO, 2004, p. 40-41).

França Filho e Laville (2004) apresentam a democratização dos processos decisórios como um dos princípios da economia solidária. Segundo os autores, nos empreendimentos econômicos solidários, a decisão interna é baseada no ideal da participação democrática, sendo a autogestão seu modelo tradicional.

Cançado e Gontijo (2004, p. 8) demonstram como a gestão democrática deve ocorrer nessas organizações:

O princípio da Gestão Democrática trata da participação e gestão destas organizações. Os associados devem participar ativamente, reunidos em assembleia, onde irão discutir e votar as políticas, objetivos e metas de trabalho. Nas assembleias, os cooperados devem, também, eleger e serem eleitos como representantes que irão administrar a sociedade, cada pessoa tendo direito a um voto independente da quantidade de quotas-partes integralizadas (CANÇADO; GONTIJO, 2004, p. 8).

Medeiros (2013) corrobora com esse argumento afirmando que a democratização dos processos decisórios é um fato que diferencia as iniciativas da economia solidária das iniciativas de empresas mercantis. É um processo interno que gera mecanismos de participação e tomadas de decisões baseadas na participação. Com base no que Medeiros (2013) apresenta, a gestão democrática dos empreendimentos econômicos solidários está atrelada a prática da ação comunicativa proposta por Habermas (2012). No estudo de Machado (2017) verificou-se que o princípio da gestão democrática é o que mais se aproxima dos elementos pertencentes à ação comunicativa, pois tem como premissa a participação e engajamento dos praticantes nos processos decisórios, dividindo responsabilidades, elaborando metas e tomando decisões, pautados na “[...]discussão de ideias, o respeito pela opinião alheia e a aceitação da vivência dos outros cooperados, sendo tudo mediado por um diálogo franco e aberto (MACHADO, 2017, p. 116).

Nessa perspectiva, Pereira e Cançado (2018, p. 73) apresentam o princípio da gestão democrática aplicado às cooperativas, sendo essa uma organização pertencente aos empreendimentos solidários:

O princípio de gestão democrática de cooperativa implica a formação do cidadão cooperativista, ou seja, aquele que cumpre seus direitos e deveres, que reconhece os direitos dos outros, que atua na coprodução do bem comum da cooperativa, que se dispõe a dialogar sempre para resolver qualquer tipo de problema no âmbito do trabalho, que compartilha valores éticos de gestão, que participa de todo o processo decisório, que se compromete com a transparência na fiscalização, controle e prestação de contas, que se compromete com a busca do entendimento por meio da tramitação de informações verdadeiras dentro e fora da cooperativa.

2.3.4 Autogestão

A autogestão é um princípio relevante nas discussões sobre economia solidária e gestão democrática. Muitos estudiosos declaram a importância da prática da autogestão para que os empreendimentos se enquadrem nos requisitos da economia solidária. Nesse sentido, Cançado (2004, p. 58) apresenta o seu entendimento acerca do princípio:

[...] autogestão é um modo de organização do trabalho, onde não há separação entre concepção e execução e os meios de produção são coletivos, sendo caracterizado como um processo de educação em constante construção na organização.

Nascimento (2003, p. 3) também contribui com o conceito e a importância da autogestão ao configurá-la, a partir da Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, como:

[...] a construção permanente de um modelo de socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores–cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores–cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento, das decisões, dos cargos e dos acordos (NASCIMENTO, 2003, p. 3).

Sguarezi et. al (2020) reforçam a contribuição da autogestão para a economia solidária ao demonstrarem que cada vez mais tem acontecido a adesão de diferentes grupos sociais que procuram formas democráticas de se organizarem e tomarem decisões. Assim, na visão dos autores, buscar outras maneiras de construir relações sociais, educativas, políticas e de trabalho é vista como uma tentativa de redução do impacto que os paradigmas dominantes possuem.

Singer (2002) considera que a autogestão possui como propósito o desenvolvimento humano para os participantes das discussões e decisões do coletivo, pois assim, desenvolve-se a educação e a conscientização da situação real, tornando a pessoa mais autoconfiante e segura das suas participações. Fecha com a ideia de que “é para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária (SINGER, 2002, p. 21).

Compreendendo o conceito para a economia solidária, a V Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em 2013, divulgou que a autogestão é tida como o princípio fundamental para todas as organizações e grupos que se organizam de forma associada, sendo empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio, projetos e políticas públicas direcionados a economia solidária. Complementam ainda que,

[...]autogestão deve ser construída no coletivo e é um princípio a ser buscado em todas as dimensões da vida e não apenas na gestão do empreendimento, embora essa seja a forma mais expressiva no compartilhamento da gestão do trabalho, de forma autônoma e com independência sócio-política e econômica dos indivíduos que compõe cada coletivo (V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013, p. 39).

Todos esses elementos conceituais sobre economia solidária são essenciais para se compreender o processo de construção das esferas públicas sobre economia solidária no Brasil, considerando o processo dialógico dessa construção com base na Teoria da Ação Comunicativa, a qual será apresentada no próximo capítulo.

3 ESFERAS PÚBLICAS E AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS

3.1 Ação comunicativa em Habermas

Jürgen Habermas desenvolveu a Teoria da Ação Comunicativa (TAC), cuja publicação em português encontra-se em seu livro “Teoria do Agir Comunicativo” (2012). Essa teoria tem sido aplicada nos estudos organizacionais e na gestão social no Brasil e, especificamente, a principal categoria teórica de seus estudos, as esferas públicas, cujas aplicabilidades e contribuições serão exploradas nesta tese. Assim, ressalta-se a importância de abordar os principais pontos apresentados pelo autor em seu livro e em toda a sua contribuição teórica acerca da temática.

Andrews (2011) informa que Habermas, em 1955, era um jovem doutor que trabalhava no Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt como assistente de Adorno e, passados todos esses anos, é o estudioso mais conhecido da Escola de Frankfurt. No Brasil, o autor ficou conhecido por meio da sua publicação “Direito e Democracia: entre facticidade e validade” em 1997.

Habermas, ao desenvolver a obra “Teoria do Agir Comunicativo”, teve como propósito apresentar uma nova teoria crítica da sociedade, com o objetivo de entender a sociedade contemporânea e aborda os seguintes pontos centrais: o conceito de racionalidade

comunicativa, o contraponto entre agir instrumental e agir comunicativo, o desenvolvimento de uma nova teoria da ordem social tendo como foco o agir comunicativo, e o contraponto entre mundo da vida e sistema. Pinto (1994) argumenta que Habermas pretende em seu estudo apresentar algumas lacunas deixadas pelos estudos de Weber, Adorno e Horkheimer sobre racionalização, de forma a contribuir para o potencial emancipador presente na razão humana, uma vez que esses autores observam a racionalidade instrumental como a única e capaz de ser a racionalização societária na sociedade.

O autor afirma (2012, p. 386):

Eu gostaria de sustentar que o programa de teoria crítica anterior fracassou não por causa desta ou daquela circunstância contingente, mas devido a uma exaustão do paradigma da filosofia da consciência. Argumentarei que a mudança de paradigma para a teoria da ação comunicativa torna possível voltarmos ao projeto que foi interrompido com a crítica da razão instrumental; e isso nos permitirá retomar as tarefas até então negligenciadas pela teoria crítica da sociedade.

Dessa forma, Habermas pretende abandonar o paradigma da consciência e propor um paradigma da comunicação, pois segundo Pinto (1994, p. 66):

o paradigma da consciência é calcado na ideia de um pensador solitário que busca entender o mundo a sua volta, revelando a unidade encoberta sob a diversidade aparente. Neste modelo há uma relação de subordinação do objeto frente ao sujeito. Para Habermas, esse paradigma não se sustenta mais.

Como forma de deixar claro a evidência do abandono do paradigma da consciência, Habermas (1987) ressalta que o paradigma para racionalidade comunicativa pode ser entendido da seguinte maneira:

Não é a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo que pode ser representada e manipulada, mas a relação intersubjetiva, que sujeitos que falam e atuam assumem quando buscam o entendimento entre si, sobre algo. Ao fazerem isso, os atores comunicativos movem-se por meio de uma linguagem natural, valendo-se de interpretações culturalmente transmitidas, e referem-se a algo simultaneamente em um mundo objetivo, em seu mundo social comum e em seu próprio mundo subjetivo (HABERMAS, 1987, p. 392).

Como ressaltada acima, Habermas (1987) apresenta um contraponto entre agir instrumental e agir comunicativo, demonstrando a importância do segundo para as interações entre os sujeitos. Assim sendo, Habermas (2012, p. 35) informa que “quando partimos do uso não comunicativo do saber proposicional em ações orientadoras por um fim, tomamos uma decisão prévia em favor do conceito de racionalidade cognitivo-instrumental”. Entendendo essa posição do autor, Andrews (2011) informa que o mesmo rejeita todo individualismo típico do pensamento liberal, o que contribui mais ainda para a perspectiva de que a ação comunicativa pode fortalecer os argumentos teóricos e conceituais da economia solidária.

Vale ressaltar que essa visão do contraponto entre as racionalidades apresentadas pelo autor no seu livro “Teoria do Agir Comunicativo” (2012), Habermas já apresentava uma preocupação desde 1954, quando publicou um artigo intitulado “A dialética da racionalização” em que discutia temas relacionados a sociologia do trabalho, argumentando por meio de críticas da teoria heideggeriana, pela teoria da alienação de Marx, pela teoria da reificação de Lukács e também de Arnold Gehlen.

Assim, conforme ressalta Pinzani (2009), o autor diferencia em seu estudo três tipos de racionalização, sendo a técnica, a econômica e a social. Essa última aborda a organização do trabalho. Adiante, Habermas ressalta que as duas outras racionalidades – técnica e econômica – tendem a impor-se sob o mundo social seus imperativos, visão essa que mais tarde ele apresenta em relação ao mundo do trabalho e mundo da vida.

Na visão de Habermas (2012), desde seus estudos iniciais, as racionalidades técnica e econômica podem conduzir a opressão de outras formas de racionalidade, o que tende a provocar problemas sociais. Sendo assim, para que ocorra soluções para esses problemas deve-se afastar desses tipos de racionalidades para que finalmente seja possível progredir no sentido de emancipação da racionalidade social que sempre esteve presente na sociedade (PINZANI, 2009). Na Teoria do Agir Comunicativo, Habermas (2012) apresenta essa discussão por meio da racionalidade comunicativa (racionalidade social) e racionalidade instrumental (técnica e econômica).

Habermas (2012) propõe a racionalidade comunicativa como forma de orientar as ações dos indivíduos na sociedade, mediadas pela linguagem e pela comunicação. Assim, na visão do autor, a ação racional é desenvolvida por meio de três conceitos relacionados a ela, crítica e fundamentação, permeados pelo senso crítico dos indivíduos. Dessa forma, a ação racional proposta por Habermas pode ser analisada como uma crítica da racionalidade que é fundamentada nos interesses e nas realizações individuais, ou seja, a racionalidade instrumental (MACHADO, 2017, p. 14).

Nesse sentido, o autor considera que a racionalidade comunicativa se dá por meio da linguagem, possibilitando relacionamento privilegiado entre os atores, uma vez que favorece o vínculo entre valores, normas e questionamentos entre os envolvidos. Assim, para Baptista (2011) essa visão do autor já deixa clara a diferença entre o agir comunicativo e o instrumental, pois este último permite que o sujeito aja sobre outro com objetivo de buscar os fins que ele mesmo projetou como relevantes, já o agir comunicativo busca o reconhecimento intersubjetivo da validade dos argumentos.

Habermas (2012) ressalta que a teoria da argumentação ganha espaço, uma vez que por meio dela é capaz de reestruturar os pressupostos de um comportamento racional. Para o autor,

a racionalidade deve ser vista como o procedimento em que o conhecimento é testado, ou seja, o processo em que o sujeito adquire e usa o conhecimento.

Habermas (2012, p. 61) conceitua a argumentação da seguinte maneira: “[...] prosseguimento reflexivamente direcionado do agir que se orienta por outros meios ao entendimento”. Nesse sentido, o autor considera que a argumentação se fundamenta nas pretensões de validade e na busca de um entendimento (consenso). Ele observa que, não apenas o comportamento é passível de ser analisado, mas também o agir, ou seja, a investigação da lógica das ações, normas e regras que fazem parte das mesmas.

Como forma de explicar a importância da argumentação para o processo dialógico, Habermas (2012) apresenta cinco tipos de argumentações (Quadro 4) capazes de julgar a racionalidade de um indivíduo que fala e age de acordo com sua forma de se comportar em cada situação enquanto participante da argumentação.

Quadro 4 - Tipos de Argumentação

Formas de Argumentação	Dimensões de Referência	
	Expressões problemáticas	Reivindicações de validade controversas
Discurso Teórico	Cognitiva-instrumental	Verdade de proposições; eficácia de ações teleológicas
Discurso Prático	Moral-prática	Validade de normas de ação
Crítica Estética	Valorativa	Adequação de padrões de valores
Crítica Terapêutica	Expressiva	Sinceridade de expressões
Discurso Explicativo	-----	Compreensibilidade ou boa formação de construções simbólicas

Fonte: Habermas (2012, p. 57)

No discurso teórico, segundo Habermas (2012), predomina o campo cognitivo-instrumental, que determina que a pessoa racional é aquela que age de forma eficiente e exterioriza ideias fundamentadas, mas a racionalidade ainda é tida como casual, uma vez que não se pensa na possibilidade de aprender por meio das falhas. Já no discurso prático, observa-se a esfera prático-moral, em que a pessoa racional justifica suas ações com base nos contextos normativos, ou seja, sua argumentação permite tematizar pretensões à correção normativa.

Segundo a discussão acerca dos tipos de argumentação, o autor afirma que uma pessoa racional argumenta com base nos padrões valorativos apreendidos. Segundo Habermas (2012, p. 52), “argumentações que se põem a serviço da justificação de padrões valorativos não

satisfazem as condições exigidas por discursos”. Apesar da crítica exposta, Habermas ressalta que argumentos estéticos se apresentam como menos coercivos do que discurso teórico e prático.

Em relação ao discurso expressivo, Habermas (2012) afirma que uma pessoa racional é aquela que está pronta para se desvincular de ilusões baseadas em autoengano, ou seja, exteriorização de desejos próprios e sentimentos que apareçam com a pretensão de veracidade. O autor também o trata como crítica terapêutica, uma vez que afirma que se deve julgá-la com base no fim que almeja com essa exteriorização.

Depois dessa reflexão acerca dos quatro tipos de argumentação acima, Habermas (2012) apresenta o discurso explicativo. Segundo o autor (2012, p. 55), “denominamos racional uma pessoa que se comporta com disposição positiva diante do entendimento e, diante de problemas de comunicação, reage de modo que reflita sobre as regras da linguagem.” Andrews (2011) corrobora ao afirmar que o discurso explicativo é tido como aquele que apresenta a argumentação com base na compreensão, formação adequada ou regra adequada de expressões simbólicas que passam a ser tematizadas como discussões e não mais como aceitas de forma ingênua. Concluindo essa reflexão de Habermas (2012) acerca das argumentações, ressalta-se que toda análise de pretensões de validade controversas precisa de uma forma precisa de comunicação que utilize os pressupostos da argumentação.

Habermas (2012) apresenta a teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget para informar que as sociedades modernas possuem uma visão descentrada, que permite com que essas visões se modifiquem em vista de novos níveis de aprendizado que são adquiridos, alterando as dimensões entre cognitiva-instrumental, moral-prática e estético-expressiva. Assim, isso permite que indivíduos reconheçam outros como igualmente comprometidos na exposição e interpretação de fatos e questões subjetivas. Andrews (2011) afirma que essa visão descentrada de mundo proporciona a racionalidade comunicativa.

Como forma de compreender a ação comunicativa, Habermas (2012) apresenta outros três conceitos de ação, sendo o agir teleológico, o regulado por normas e o dramaturgicamente. Observa-se que a intenção do autor é identificar a ação em termos da relação entre o ator e o mundo de forma a compreender modelos de ação que se baseiam na perspectiva de mundo descentrado (ANDREWS, 2011).

O primeiro deles – teleológico – segundo Habermas (2012), é apresentado como estratégico, uma vez que pelo menos um ator que atua com base em seus objetos fins informa ser capaz de integrar ao cálculo e expectativas de decisões, com isso, esse agir se configura na forma utilitarista, tendo em vista que seu ator escolhe e calcula tanto o meio quanto o fim com

base em suas próprias expectativas. Nesse modelo, segundo Andrews (2011) a linguagem é tida como uma transferência de crenças ou intenções com base no interesse do ator na busca pelo sucesso e o pressuposto ontológico é baseado na existência de um mundo objetivo externo ao mundo subjetivo.

O segundo – agir regulado por normas – leva em consideração a organização de participantes de um grupo que se orienta com base em valores comuns, assim uma norma prevalece e todos esperam que as ações sejam tomadas com base em ações já determinadas. Assim, Habermas (2012, p. 164) compreende que “o conceito central de cumprimento da norma significa a satisfação de uma expectativa de comportamento generalizada”. A linguagem nesse segundo modelo de agir é utilizada apenas como uma forma de promover os valores culturais e consensos já existentes e o pressuposto ontológico desse agir é dado pelo reconhecimento do ator da existência de dois mundos simultâneo, sendo o mundo objetivo e o mundo social, em que o ator deve ser capaz de distinguir fatos de normas e mundo objetivo de mundo subjetivo (ANDREWS, 2011).

O terceiro – agir dramático – refere-se aquele em que o ator interage com um público e demonstre uma imagem, ou seja, uma exteriorização de si mesmo. Segundo Habermas (2012, p. 165) “todo aquele que age pode controlar o acesso público à esfera de suas próprias intenções, pensamentos, posicionamentos, desejos, sentimentos, etc., à qual somente ele mesmo tem acesso privilegiado”. Andrews (2011) ressalta que a linguagem nesse modo de agir é utilizada apenas como um meio de se expressar os estados subjetivos, tomando formas estéticas e o pressuposto ontológico refere-se ao reconhecimento de dois mundos, sendo o interno e o externo.

Diante do conhecimento dos três modos de agir, Habermas (2012) apresenta o conceito de agir comunicativo, que diferente dos outros, necessita-se de um elemento extra, o meio linguístico.

O conceito de agir comunicativo, por fim, refere-se à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir que estabeleçam uma relação interpessoal (seja com meios verbais ou extraverbais). Os atores buscam um entendimento sobre a situação da ação para, de maneira concordante, coordenar seus planos de ação e, com isso, suas ações. O conceito central de interpretação refere-se em primeira linha à negociação de definições situacionais passíveis de consenso. Nesse modelo de ação a linguagem assume, como veremos, uma posição proeminente (HABERMAS, 2012, p. 166).

Para melhor compreensão, apresenta-se no Quadro 5, elaborado pela autora Andrews (2011), os modelos sociológicos da ação com base nos modelos apresentados por Habermas (1984).

Quadro 4 - Quatro modelos sociológicos da ação

Modelos sociológicos da ação:	Ação orientada para...	Principais linhas teóricas	Autores citados
Ação teleológica (ação estratégica)	... uma decisão entre cursos de ação alternativos; ... maximização da utilidade; ... usos de meios para se alcançar determinados fins.	Economia neoclássica; Teoria dos jogos.	Von Neumann; Morgenstern.
Ação regulada por normas	... a conformidade com (ou violação das normas de conduta social).	Sociologia clássica (papéis sociais).	Durkheim; T. Parsons.
Ação dramaturgic	... a apresentação da personalidade diante de uma audiência.	Descrições fenomenológicas da interação social.	Goffman.
Ação comunicativa	... um entendimento sobre uma situação a qual se quer coordenar planos de ação.	Interacionismo simbólico; Etnometodologia.	George Mead; Garfinkel.

Fonte: Andrews (2011, p. 36)

Assim, Habermas (1984) argumenta que:

Apenas o modelo comunicativo da ação pressupõe a linguagem como um meio de comunicação não abreviado no qual falante e ouvinte, a partir do contexto de seus mundos-da-vida pré-interpretados, se referem simultaneamente a coisas nos mundos objetivo, social e subjetivo de forma a negociar definições comuns da situação (HABERMAS, 1984, p. 95).

Segundo Pinto (1994), o conceito de razão comunicativa de Habermas presume uma diferenciação entre três mundos, conforme ressaltado acima, diferenciação essa delimitando o pensamento moderno do pensamento mítico, em que se torna possível assumir que as interpretações se modificam de acordo com a realidade social e natural e as crenças e valores se modificam com base em relação ao mundo objetivo e social.

Nesse sentido, as pretensões de validade podem ser criticadas com base na visão dos três mundos, observadas da seguinte maneira: 1) veracidade da afirmação, em que a pretensão refere-se ao mundo objetivo, visto como a totalidade dos fatos que pode ser verificado; 2) correção normativa, sendo a pretensão voltada a um mundo social dos participantes, compreendido como a totalidade das relações interpessoais que são reguladas; e 3)

autenticidade e sinceridade, em que a pretensão destina-se a um mundo subjetivo, visto como a totalidade das experiências do falante, que o mesmo possui acesso privilegiado (PINTO, 1994). Habermas (2012) informa que são os próprios atores que procuram o consenso de acordo com a verdade, a correção e a veracidade, assim, Andrews (2011, p. 39) corrobora com essa ideia afirmando que para Habermas, “a ação comunicativa exige o pressuposto do entendimento mútuo e a crítica a reivindicações da validade”.

Em sua construção teórica e com base nas discussões apresentadas na obra “Teoria do Agir Comunicativo”, Habermas (1984, p. 294) apresenta mais uma consideração acerca da ação comunicativa, sendo: “[...] o tipo de interação na qual todos os participantes harmonizam seus planos individuais de ação uns com os outros e assim buscam seus propósitos ilocucionários sem restrições”. Diante desse conceito, o autor informa que apenas os atos de fala que possam ser criticáveis são tidos como meio da ação comunicativa, ou seja, deve ser aceito ou não de acordo com argumentos racionais (ANDREWS, 2011). Deste modo, Habermas (2012, p. 140) conceitua argumento como “a razão que motiva os participantes a reconhecer as pretensões de validade de uma afirmação ou de uma norma, sendo a força do melhor argumento a motivação racional”.

Habermas (2012), em seu livro, apresenta o consenso, porém não como um projeto teleológico, como observado por alguns dos seus críticos, mas sim como um pressuposto filosófico necessário para abordar sua teoria na proposta da racionalidade comunicativa (ANDREWS, 2011). Assim, para Habermas (2012) o consenso não significa o voto da maioria em relação a minoria, mas aborda o consenso intersubjetivo como um pressuposto do discurso e não a sua meta, ou seja, para o autor o importante é que ocorra o entendimento mútuo, que só se torna possível quando os interlocutores assumem a pé busca do entendimento mútuo com base no processo dialógico.

Dessa forma, para que ocorra o entendimento mútuo, é necessário que os atores participantes estejam em uma situação ideal de discurso, tendo a igual liberdade de expressão, deixando de lado toda e qualquer forma de poder para coagir os outros participantes a tomarem uma decisão com base em objetivos individuais (HABERMAS, 2012; COHN, 1993).

Aquilo que manifestamente resulta de um cumprimento ou ameaça, sugestão ou logro etc., não pode ser intersubjetivamente considerado um acordo, pois uma intervenção deste tipo viola as condições sob as quais as forças ilocutórias despertam convicções e originam ‘ligações’ (HABERMAS, 2002, p. 111).

Com o propósito de buscar esse entendimento, alguns pressupostos da abordagem de Habermas são importantes, conforme evidenciado por Rodrigues (2014): a) inteligibilidade, que refere-se ao fato do falante se expressar de forma que o discurso seja compreendido pelo

ouvinte; b) verdade, uma vez que a comunicação deve ser realizada de forma que o conteúdo proposital seja verdadeiro; c) veracidade (sinceridade), onde a intenção do que o falante diz seja acordado em um entendimento sincero; d) retidão (correção), cujo melhor argumento deve ser reconhecido socialmente como válido.

Ainda com base no entendimento, Habermas (2012) compreende que,

O entendimento só funciona como mecanismo de coordenação da ação à medida que os participantes da interação se põem de acordo quanto à validade pretendida para suas exteriorizações, ou seja, à medida que reconhecem intersubjetivamente as pretensões de validade que manifestam reciprocamente. Para fazer valer uma pretensão criticável, um falante tem de se referir com sua exteriorização a pelo menos um “mundo”; e para conclamar seu interlocutor a um posicionamento racionalmente motivado tem de recorrer à circunstância de que essa relação entre ator e mundo é fundamentalmente acessível a um julgamento objetivo (HABERMAS, 2012, p. 191).

Como forma de apresentar as contribuições de Habermas, Siebeneicher (1989) explica que para o autor a razão não é mais encarada como a ideia do sujeito que possui o domínio sobre o mundo, que julga os outros e os classifica como objeto, mas sim por meio do caráter comunicativo e processual, que possui como propósito fortalecer a intersubjetividade entre atores no processo comunicacional. Marques (2009) corrobora ao explicar que o diálogo apresenta uma função extremamente importante pois possibilita aos participantes apresentarem diferentes pontos de vista de um debate, permitindo que esses se coloquem no lugar dos outros que estão na discussão e também daqueles, que por algum motivo, não puderam estar presentes. Mas para que o diálogo realmente aconteça, a autora reforça que se deve assegurar a liberdade e igualdade entre os indivíduos, argumentos racionais, dando a chance a esses de convencerem e serem convencidos pelos outros na busca de um consenso (entendimento mútuo).

Andrews (2011) apresenta um apontamento importante de Habermas ao informar como o discurso pode gerar um consenso, conforme exposto abaixo:

[...] todo discurso, teórico ou prático, parte de um patamar comum que é a possibilidade de se alcançar um consenso. O discurso teórico busca um consenso quanto à verdade no mundo objetivo; o discurso prático busca um consenso quanto à adequação de normas de convívio social. O discurso teórico se refere às interpretações das experiências de observadores sobre “fatos” no mundo objetivo (perspectiva sujeito-objeto), enquanto o discurso prático se refere às interpretações de necessidades e desejos dos envolvidos, isto é, daqueles que se tratam mutuamente como sujeitos (perspectiva sujeito-sujeito) (ANDREWS, 2011, p. 23).

Entendendo a importância do discurso para a teoria de Habermas (2002), compreende-se que para o mesmo ser realmente válido é importante a procura dos participantes pelo entendimento mútuo, sendo assim, a racionalidade comunicativa torna-se praticável quando os

atores compartilham do mesmo sentido simbólico da linguagem e, por meio de um diálogo, sejam capazes de se entenderem diante de uma situação específica. Assim sendo, nesse processo de discurso, as reivindicações de validade são aceitas por meio de três possibilidades: verdade, adequação normativa e compreensibilidade por todos os atores pertencentes ao discurso (ANDREWS, 2011).

Ainda no entendimento acerca do consenso para o autor, Habermas (2012), ao apresentar as diferenças entre racionalidade comunicativa e instrumental, informa que a comunicativa é baseada na construção de um consenso por meio de um diálogo e racionalidade instrumental baseia-se na procura do poder e do dinheiro. Com isso, a comunicação, por meio do consenso, demanda reciprocidade dos indivíduos ao se comunicarem e questionarem e, assim, buscarem as pretensões de validade de um diálogo.

Dessa forma, ressalta-se que esse diálogo e processo de interação trazido pelo autor ocorre com dois ou mais sujeitos que são capazes de falar e agir por meio de uma relação interpessoal, cujos sujeitos busquem um entendimento sobre uma determinada ação, tendo como pilar a linguagem. Habermas (2012, p. 183-184) informa que o agir comunicativo apresenta a linguagem como médium do entendimento “[...] em que falantes e ouvintes por meio de seu mundo da vida previamente interpretado, referem-se simultaneamente a algo no mundo objetivo, social e subjetivo a fim de negociar definições em comum para as situações”.

Nesse sentido, Habermas (2012) apresenta a importância da legitimidade no processo da racionalidade, uma vez que a legitimidade das ações, seja dos indivíduos ou do Estado, só pode ser atingida por meio da ação comunicativa, ou seja, esta torna-se o meio e a legitimidade é considerada o fim do entendimento mútuo no mundo social.

Habermas (2012) apresenta a emancipação como fundamentação da sua teoria crítica da linguagem, sendo essa a maior possibilidade, chamada por ele de “arma” para que todos possam ter acesso de forma legitimada à emancipação. E reforça que a emancipação não está associada ao Estado, mas sim como uma tarefa que pertence apenas aos sujeitos sociais. Sendo assim,

a linguagem é, portanto, central para definir a racionalidade. Por meio da linguagem os seres humanos formam seu mundo comum (e sua identidade individual, como salientava já H. G. Mead); por meio da linguagem eles verificam as pretensões de validade ligadas a afirmações, normas e formas expressivas subjetivas; por meio da linguagem eles se entendem sobre os critérios com base nos quais suas ações são avaliadas (PINZANI, 2009, p 100).

Nesse sentido, para Habermas (2012) a razão é um mecanismo para o alcance da emancipação, assim, a racionalidade comunicativa permite que as vozes dos indivíduos da sociedade apareçam e ganham notoriedade.

Habermas (2012) apresenta a teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget para informar que as sociedades modernas possuem uma visão descentrada, que permite com que essas visões se modifiquem em vista de novos níveis de aprendizado que são adquiridos, alterando as dimensões cognitiva-instrumental, moral-prática e estético-expressiva. Assim, isso permite que indivíduos reconheçam outros como igualmente comprometidos na exposição e interpretação de fatos e questões subjetivas.

Assim, Habermas (2012) apresenta o êxito da racionalidade comunicativa. Nas palavras de Machado (2017, p. 53) [...] o sucesso advém do bom êxito de processos de entendimento, em que uma pessoa é tida como capaz de compreender, quando esta faz parte de uma comunidade de comunicação que consiga direcionar o seu agir de acordo com as pretensões de validade.

Sendo assim, na visão de Habermas (2012), para que um discurso seja considerado válido é necessário que os participantes procurem o entendimento mútuo. Assim sendo, o autor ressalta que a racionalidade comunicativa só se torna aplicável quando esses indivíduos partilham do mesmo sentido simbólico da linguagem e quando se torna possível chegar a um entendimento mútuo sobre uma determinada situação por meio de um diálogo (ANDREWS, 2011).

Para que fique claro a importância de algumas categorias que pertencem a racionalidade comunicativa, Habermas (2012, p. 147) apresenta o conceito de entendimento. Segundo o autor, “[...] entendimento remete a um comum acordo almejado pelos participantes e racionalmente motivado, que se mede segundo pretensões de validade criticáveis”. Andrews (2011, p. 29) interpreta esse conceito da seguinte forma:

Na concepção de Habermas, os processos discursivos não são uma disputa entre debatedores, mas sim um diálogo no qual os argumentos de cada interlocutor são levados em igual consideração por todos. Só é possível apresentar uma reivindicação de validade partindo-se do pressuposto racional de que ela poderia ser considerada verdadeira, adequada e compreensível por todos os que participam da situação discursiva.

Tendo a racionalidade comunicativa um papel significativo nas tensões entre o mundo da vida e o sistema, a comunicação apresenta-se como elemento central. Dessa forma, busca-se a interação entre os sujeitos por meio da linguagem e dentro do mundo da vida, entendido como um conjunto de saberes pré-teóricos e implícitos, e que, quando compartilhados pelos participantes, formam o ambiente da situação que vivenciam e proporcionam os recursos utilizados para que ocorra um entendimento em determinada situação e, assim, relações

intersubjetivas são estabelecidas e mediadas pela linguagem, garantindo ações coletivas e coordenadas cooperativamente (MACHADO DE MELO et al. 2007).

Com as ações de comunicação pautadas pela racionalidade comunicativa, abre-se um enorme espaço nas sociedades modernas para coordenar processos sociais, como por exemplo, a socialização e a integração social (NOGUEIRA, 2007). E isso permite a busca pela emancipação, objetivo esse que jamais foi esquecido por Habermas e configura-se como a marca da teoria crítica. Nesse sentido, para Habermas (2012) a razão pode continuar a ser um instrumento de emancipação, ou seja, por meio da racionalidade comunicativa, as vozes dos componentes da sociedade podem aparecer.

Habermas (2012) afirma que os indivíduos, em interação uns com os outros, estão a todo momento construindo e reconstruindo o mundo social, o que possibilita uma maior habilidade para enfrentar e solucionar os problemas sociais.

Habermas apresenta dois campos onde ocorrem as relações humanas, sendo o mundo da vida (racionalidade comunicativa) e o mundo do sistema (racionalidade instrumental), cuja dinâmica de interações e tensões formam o conceito de sociedade, ou seja, “[...]proponho que a sociedade seja concebida, ao mesmo tempo, como mundo-da-vida e como sistema” (HABERMAS, 2012b, p. 220). Ramis Olivos (2012, p. 171, *tradução nossa*) explica os dois conceitos com muita clareza, como segue:

Essas duas racionalidades, a instrumental e a comunicativa, integram-se em uma dupla dimensão que Habermas chama de "sistema" e "mundo da vida". Por sistema, refere-se à ação coordenada dirigida a fins, enquanto por mundo da vida ao reino da integração intersubjetiva. O sistema é uma dimensão funcional observável e descritível, por meio da qual os membros de uma sociedade desenvolvem sua ação guiados por critérios racionais adequados ao controle de suas circunstâncias vitais. Nele opera uma "integração sistêmica" que permite o desenvolvimento material da vida em sociedade. Por outro lado, o mundo da vida é a esfera da integração intersubjetiva, daquelas estruturas comunicativas por meio das quais se estabelecem os acordos básicos que regem a adesão e a cooperação no sistema. É o valor, normativo, pano de fundo das tradições culturais e padrões de socialização que, reconhecidos como válidos, permitem a interação comunicativa e a integração dos indivíduos.

Para Ramis Olivos (2017), mundo-da-vida é baseado em leis universais e na possibilidade de interação espontânea entre os sujeitos, tendo como propósito a troca de informações mediada pela linguagem para o alcance do consenso entre os envolvidos. Já o mundo dos sistemas é permeado pelo poder e pela moeda, pelo mercado e pelo Estado, motivados por ações estratégicas.

Como os sistemas dinheiro e poder se reproduzem por meio de ações estratégicas e instrumentais, a monetarização e a burocratização das relações

sociais que eles acarretam levam inevitavelmente a distúrbios e reações de resistência no mundo da vida. Levam, em geral, a formas distorcidas de comunicação, de maneira que os participantes sofrem uma coerção sistemática para considerar os outros e a si mesmos como objetos manipuláveis (KOURY, 2015, p.34).

Diante do que foi exposto, para Habermas (2012) e Chapani e Carvalho (2010) existem duas formas de integração que dizem muito sobre esses dois campos, sendo a integração social advinda de um consenso obtido normativamente ou de forma comunicativa e a integração sistêmica, que surge por meio de uma regulação não-normativa das decisões individuais concedidas pelo mercado ou burocracia. A realidade evidenciada pela sociedade moderna em relação a colonização do mundo-da-vida pelo sistema, demonstra o rompimento do sistema social com as pretensões do mundo-da-vida, logo se entende o afastamento da ação comunicativa dessas integrações (PINTO, 2004).

Nesse sentido, o mundo-da-vida é tido como colonizado por processos de integração sistêmicos, caracterizados pela racionalidade instrumental, visão essa que, segundo Freitag (2005), tem sido a proposta da teoria da ação comunicativa de denunciar esses processos conhecidos como “sistematicamente distorcidos”, sejam realizados de forma ciente ou não. Lubenow (2013) reforça o impacto da colonização do mundo da vida:

A colonização do mundo da vida vai aniquilando os contextos capazes de comunicação, a integração social por meio do entendimento linguístico. As interações regidas pelos meios sistêmicos acabam exonerando a ação comunicativa como modo de coordenação da ação, substituída por meios de comunicação deslinguistizados; uma instrumentalização dos recursos comunicativos do mundo da vida pelos imperativos sistêmicos. O engate institucional dos mecanismos de integração sistêmica no mundo da vida acaba solapando, burocraticamente, o espaço da formação discursiva da vontade coletiva, o espaço da opinião pública (LUBENOW, 2013, p. 170).

Habermas (2012) reforça que essa colonização pode gerar patologias diante da intervenção de imperativos sistêmicos no desenvolvimento de culturas, na integração social e na socialização dos indivíduos e, ainda ressalta, que isso pode afetar consideravelmente a solidariedade social, tendo em vista as divergências geradas pela burocratização na racionalidade. Na visão do autor e na perspectiva desse projeto de tese, entende-se o quanto as patologias influenciam na forma como as pessoas agem e se organizam.

Diante de toda essa tensão existente entre mundo-da-vida e mundo do sistema, Habermas demonstra uma situação em que pode ocorrer a reconciliação da modernidade consigo mesma, ou seja, a convivência entre a autonomia do sujeito e a dependência social por meio da prática da racionalidade comunicativa (HABERMAS, 2012; KELLY, 2004).

Dessa forma, o autor informa que se deve substituir o conceito ontológico de mundo por outro, utilizando da teoria da constituição ao unir o par conceitual de mundo e mundo da vida. Assim, para Habermas (2012, p. 159):

“São os próprios sujeitos socialmente coletivizados que, ao tomar parte de processos interpretativos cooperativos, empregam implicitamente o conceito de mundo. [...] Esse mundo da vida intersubjetivamente partilhado conforme o pano de fundo do agir comunicativo.”

Pinto (1994) reforça que o mundo da vida é constituído pela cultura, pela personalidade e pela sociedade. A cultura refere-se ao conhecimento que os atores possuem quando buscam interpretações acerca de alguma situação específica; a personalidade é compreendida como as competências que fazem com que uma pessoa seja capaz de falar e agir; e a sociedade é tida como as ordens legítimas que fazem com que os participantes regulem suas relações no âmbito social.

Com isso, Habermas (2012) demonstra a importância da relação entre ação comunicativa e mundo-da-vida para sua teoria. Nesse sentido, Pinto (1994, p. 71) compreende que,

Para Habermas existe uma correlação direta entre ação comunicativa e mundo-da-vida, já que cabe à primeira a reprodução das estruturas simbólicas do segundo (cultura, sociedade, pessoa). Assim, sob o aspecto do entendimento mútuo, a ação comunicativa serve para transmitir e renovar o saber cultural, sob o aspecto de coordenar a ação, ela propicia a integração social e, sob o aspecto da socialização ela serve à formação da personalidade individual.

Diante desse cenário entre mundo da vida e sistema, Habermas apresenta em sua obra que as sociedades capitalistas surgem diante da separação entre o sistema econômico e a ordem política e do processo de monetarização da força de trabalho e burocratização da ação do Estado. Nessa linha de pensamento, Pinto (1994) argumenta que as relações entre os dois “mundos” dão início a quatro papéis, sendo o papel de empregado do sistema produtivo e consumidor de produtos (relação entre o subsistema econômico e esfera privada do mundo da vida) e papel de cliente da administração pública e cidadão do Estado. Com base nisso, o empregado e cliente têm suas relações por meio de mecanismos não-valorativos e autorregulados e o consumidor e cidadão se relacionam com base em questões de preferência e valores e atitudes.

Assim sendo, a grande perspectiva é a recuperação das estruturas simbólicas do mundo da vida – cultura, sociedade e pessoa – pelos mecanismos que coordenam a ação através da busca do entendimento (PINTO, 1994). Pinzani (2009) complementa ao afirmar que essas três

estruturas são desenvolvidas na forma de três processos, a saber: reprodução cultural, integração social e socialização.

Pinzani (2009) reforça as contribuições do mundo da vida e afirma que os processos acima citados geram três funções do agir comunicativo, sendo:

Do ponto de vista funcional do entendimento, o agir comunicativo serve à tradição e à renovação do saber cultural; do ponto de vista da coordenação do agir, ele serve à integração social e à criação de solidariedade; do ponto de vista da socialização, finalmente o agir comunicativo serve à formação de identidades pessoais. As estruturas simbólicas do mundo da vida se reproduzem por meio da comunicação do saber válido, da estabilização da solidariedade de grupo e da formação de atores capazes de responder por suas ações (PINZANI, 2009, p. 109).

Portanto, para Habermas (2012), só será possível compreender a modernidade quando encontrar soluções para as patologias da sociedade, sendo necessário colocar em prática algumas mudanças de paradigma, a saber: da racionalidade instrumental para a racionalidade comunicativa, da subjetividade para a intersubjetividade, e da razão monológica para a dialógica (FREITAG, 1993).

Habermas (2012) apresenta a ação comunicativa como a forma de solucionar esse problema da colonização do mundo da vida. Dessa forma, espera-se que a ação comunicativa seja um potencial como meio analítico de construção das esferas públicas da economia solidária no Brasil.

3.2 A categoria esfera pública e suas transformações

O conceito de esfera pública tem sido utilizado em diversos estudos que apontam formas alternativas às institucionais clássicas para a realização de experiências democráticas (LOSEKANN, 2009). Conforme aponta Lubenow (2012) e Garcia (2016) o texto “Mudança Estrutural da Esfera Pública” de Jürgen Habermas (1962) ainda será muito útil para debates sobre as práticas democráticas.

Habermas (2003) apresenta o conceito de esfera pública e a partir de então torna-se uma categoria estudada e aplicada em realidades práticas por muitos estudiosos, apesar de severas críticas que surgiram no decorrer do tempo e que serão abordadas na tese.

A esfera pública é tida como um espaço de mediação entre o campo das relações privadas e o Poder Público. Na origem do conceito, apresenta-se como um espaço independente do Estado que permite a discussão racional de questões consideradas de interesse privado, mas que devido as suas relevâncias, tornam-se questões de interesse público e, ao tornarem-se públicas, ganham conotação política (VENTURELLI, 2010).

Perlatto (2015) considera que a esfera pública se firmou, de acordo com Habermas, como uma nova forma de legitimidade de poder que possibilitava o diálogo livre e racional entre os cidadãos. Assim, “[...] nesse espaço, as opiniões passaram a ser legitimadas pela força dos melhores argumentos racionais mobilizados no debate público, que deveriam ser considerados e valorizados independentemente de fatores como poder, riqueza ou *status* social (PERLATTO, 2015, p.124)”.

Segundo Menezes (2008, p. 15), o modelo ideológico de esfera pública pode ser compreendido da seguinte maneira:

[...] como o espaço de formação da opinião e da vontade política; da tematização, da discussão, deliberação, justificação pública, capaz de conferir legitimidade aos procedimentos de deliberação de ordenamento político. A princípio o acesso é aberto à participação de todos aqueles que têm capacidade de argumentação pública, ou seja, aqueles que têm maioria racional e vontade livre. Os argumentos expressados racionalmente visam o entendimento e o consenso.

Inicialmente, Habermas propôs a categoria da esfera pública atrelada a burguesia nos séculos XVIII e XIX, em que comerciantes e proprietários se reuniam em locais como cafés, bares e salões para argumentar, discutir e demonstrar valores e juízos acerca da realidade a qual estavam inseridos, sendo os interesses da coletividade colocados em discussão (MARQUES, 2008; LOSEKANN, 2009). Vale ressaltar que em um primeiro momento, os assuntos eram destinados a arte e literatura e com o passar do tempo e fortalecimento do capitalismo, assuntos como economia e política começaram a entrar em pauta (LUBENOW, 2007). O cenário inicial da análise era a Alemanha e a análise advinha das formas de representatividade pública existentes e a formação dessas esferas que exerceram influências até o século XIX (REZENDE DE OLIVEIRA, 2010).

Quando se busca entender como se deu a formação da esfera pública burguesa, remete-se a época do movimento iluminista, pois o mesmo foi o berço da formação de uma sociedade burguesa que mesmo sem ter noção do poder de transformação que possuíam, começaram a intervir nas estruturas políticas e religiosas. Anteriormente, existia uma nítida separação entre Estado e sociedade civil e cada um defendia sua parte, domínio político e domínio moral. O público que defendia o domínio moral tinha como hábito se reunir para discutir assuntos privados, porém, sempre que o Estado cometia abusos nas decisões políticas, esses apresentavam severas críticas, mesmo não tendo, nesse momento, teor político, mas tinha influência moral (VENTURELLI, 2010).

[...] Habermas ressalta que a produção capitalista toma o lugar do velho modo de produzir e a sociedade civil burguesa passa a ser constituída. As atividades até então confinadas no âmbito da economia doméstica surgem à luz da esfera pública. O autor destaca que o contexto em reestruturação faz com que se desenvolva a força da imprensa que passa a ser um aliado ao comércio que se desenvolve e passa a ter um caráter mais público, onde intelectuais passam a ser designados a escrever “ao público descobertas que pudessem ser aplicadas” (p.40). Assim, nesse processo histórico, os que eram obrigados a escrever passam a desenvolver suas próprias ideias e a se posicionar contra seus ordenadores. Forma-se então a opinião pública. A sociedade civil se apropria desse espaço e passa a usá-lo para pressionar o Estado. Essa massa é chamada por Habermas de “esfera pública burguesa”, constituindo uma categoria da sociedade liberal que passaria a influenciar o poder decisório sobre as políticas públicas da época (REZENDE DE OLIVEIRA, 2010, p. 783).

Assim sendo, essa dicotomia entre moral e política dá início a um conflito entre Estado e os cidadãos burgueses emancipados, pois possuíam autonomia moral e se consideravam esclarecidos para tomarem decisões sobre questões que os interessavam. A partir dessa visão e da falta de transparência das decisões do Estado, alguns grupos específicos começaram a se reunir em sociedades secretas para debaterem pontos em comum dentro de um espaço privado. Esses grupos eram formados por diversos membros que não possuíam poderes políticos, mas possuíam riquezas e prestígio social, como: banqueiros, homens de negócios, comerciantes, coletores de impostos, filósofos, juizes e escritores. Geralmente, essas pessoas participavam de sociedades secretas, onde, segundo Habermas (1999), praticavam uma comunicação igualitária e direcionada a decisões majoritárias, compostas apenas por burgueses, sendo baseada em discursos livres e racionais.

Para Habermas (2003a) a racionalização pública era o princípio que estruturava a burguesia, pois eram pessoas privadas que se reuniam para discutir questões públicas consideradas relevantes. Perlatto (2015) diz que a discussão racional desenvolvida na esfera pública a configura como uma fonte de legitimidade de poder, mas, para o autor, Habermas construiu uma noção de esfera pública utópica, uma vez que as desigualdades relacionadas a riqueza, poder e status social eram ignoradas em prol do melhor argumento.

Segundo Silva et al., (2015, p. 5):

[...] em A Mudança Estrutural da Esfera Pública Habermas cria um conceito histórico de esfera pública baseando-se na esfera pública burguesa dos séculos XVIII e XIX. Entretanto, ao analisar as condições de funcionamento desta esfera no século XX percebe que as configurações estabelecidas provocam sua decadência.

Diante desse cenário de debate em torno do conceito de esfera pública e as mudanças sociais que ocorreram ao longo do século XX, Habermas sofreu severas críticas de outros

autores com o intuito de adaptá-lo ao momento atual e suas especificidades, como Fraser (1996), Young (2000), Benhabib (1996), Howhendahl (1996), Avritzer e Costa (2004), Perlatto (2015). Diante disso, o próprio Habermas retomou a discussão sobre o conceito com o propósito de reformulá-lo diante do contexto das sociedades contemporâneas e desenvolveu novas perspectivas, ampliando seu entendimento como “esferas públicas” (LOSEKANN, 2009).

O primeiro ponto a ser abordado como reformulação por Habermas (2003a) refere-se a existência de desigualdade de posições dentro da esfera pública moderna, uma vez que observa que grupos de interesse podem usar da esfera pública para disseminarem suas ideias e que, diante disso, um grupo específico de pessoas pode ter acesso privilegiado as informações. Nesse sentido, segundo Habermas (2003a), a esfera pública luta por influência já adquirida - de grupos conhecidos, partidos estabelecidos, entre outros – e de novos grupos de pessoas que adquiriram poder por meio das esferas públicas. Nesse sentido, o autor ressalta que a esfera pública vai além do contexto de interações simples, pois começa a aparecer uma diferenciação entre os organizadores, ouvintes e oradores, arenas e galerias. Assim, segundo o autor:

Os papéis de ator, que se multiplicam e se profissionalizam cada vez mais através da complexidade organizacional, e o alcance da mídia, têm diferentes chances de influência. Porém, a influência política que os atores obtêm sobre a comunicação pública, tem que apoiar-se, em última instância, na ressonância ou, mais precisamente, no assentimento de um público de leigos que possui os mesmos direitos (HABERMAS, 1997, p. 96).

Habermas (1997) discute a existência de atores que surgem do público e participam da reprodução da esfera pública e os diferenciam dos atores que já participam de uma esfera pública constituída, como é o caso de grupos de interesses, bem organizados e que exercem influência no sistema político por meio da esfera pública. Para demonstrarem o poder social que possuem em relação a poder político, esses devem lutar pelos seus interesses, baseados em uma linguagem que proporcione convicções.

Outro aspecto revisado por Habermas é em relação a existência de múltiplas esferas, pois agora o autor concorda e reconhece que a existência de múltiplas esferas públicas formadas “por inúmeras instâncias de públicos transversais, sobrepostos e em vários níveis diferentes, contudo, sempre ligados por algum ponto, seja de conteúdo, vínculos sociais, etc.” (LOSEKANN, 2009, p. 50).

Após essa percepção, Habermas (2003b) reforça que existem três tipos de esferas públicas parciais, sendo a esfera pública da presença organizada – caracterizada por encontros organizados, como reuniões de vizinhos, igrejas, partido – esfera pública episódica – acontecem em bares, cafés, ruas, praças, entre outros – e a esfera pública abstrata – produzida pela mídia

em que seus leitores e ouvintes que estão distantes, porém reunidos em torno de ideias semelhantes. Apesar dessa separação, Habermas (2003b) acrescenta que um tipo está sempre influenciando o outro, sobrepondo e conectando, de forma a aumentar o que é produzido nas esferas públicas.

Habermas também apresenta informações acerca de como acontece a influência da esfera pública política no sistema político a partir de três modelos, sendo: o modelo de iniciativa interna, o modelo de iniciativa externa e o modelo de mobilização. No primeiro, os próprios atores políticos que propõem temas e sem uma preocupação em debater junto a esfera pública. No segundo modelo, os temas são propostos por quem está fora do sistema político, por meio da opinião pública. Já no terceiro, as propostas precisam ter o apoio da esfera pública para serem implementadas com sucesso.

O modelo da iniciativa externa aplica-se à situação na qual um grupo que se encontra fora da estrutura governamental: 1) articula uma demanda, 2) tenta propagar em outros grupos da população o interesse nessa questão, a fim de ganhar espaço na agenda pública, o que permite 3) uma pressão suficiente nos que têm poder de decisão, obrigando-os a inscrever a matéria na agenda formal, para que seja tratada seriamente (HABERMAS, 2003b, p. 114).

Outro ponto trazido pelo autor e que vale destacar refere-se a importância da opinião pública, uma vez que o sujeito só faz parte de uma esfera pública quando é portador de uma opinião pública. Assim sendo, Habermas (2003a) evidencia que todas as pessoas possuem a capacidade de racionalizar e quando um argumento é colocado em discussão, qualquer um é capaz de comprová-lo ou não por meio da racionalização.

Nesse aspecto, Habermas (1997) deixa claro que as manifestações na esfera pública são determinadas de acordo com temas e tomadas de posição a favor ou contra e essas informações e argumentos acerca dos temas são elaborados no modo de opiniões focalizadas que são transformadas em opinião pública por meio da aprovação das pessoas que a possuem. E ao tocar nesse ponto, reforça a distinção existente entre pesquisa de opinião e opinião pública, reforçando que a primeira tem perfil estatístico e que a opinião pública não é constituída de opiniões individuais manifestadas de forma privada, apesar da pesquisa de opinião poder retratar o reflexo da opinião pública.

A importância da publicidade de um tema também possui grande influência na formação de uma esfera pública, pois ao ganhar publicidade, um assunto será submetido a avaliação pública, ou seja, passará por debate, críticas, para então desenvolver um processo de julgamento, síntese ou consenso, assim sendo, Habermas (2003a) reforça que a esfera pública torna-se, portanto, a esfera de legitimação do poder público. Essa importância foi trazida por

Habermas ainda na discussão acerca da esfera pública burguesa, pois com a consolidação da sua instituição e a imprensa, agora além de repassar informações, começa a desempenhar a função de submeter o Estado ao esclarecimento e justificação das suas decisões por meio da exposição pública dos argumentos (MENEZES, 2008).

Nesse sentido, Venturelli (2010) também reforça a importância da imprensa ao afirmar que a mesma possui um papel muito importante quando se fala de esfera pública, uma vez que é considerada um espaço privilegiado para a formação da opinião pública, diante da possibilidade de atingir um número significativo de pessoas e fazer com que os conteúdos diversos cheguem até essas pessoas e permitir que essas sejam capazes de formar opiniões e tomar decisões. Assim sendo, para o autor, a mídia e jornalismo são considerados elementos fundamentais na formação da esfera pública.

Menezes (2008) ressalta em seu trabalho que a noção de publicidade trazida por Habermas refere-se ao bem comum, uma vez que a esfera pública é tida como arena onde o tema da discussão destina-se ao bem comum, onde interesses privados ficam de fora e para que isso seja alcançado é necessário que todos os indivíduos privados estejam juntos e sejam capazes de ir em busca desse objetivo.

Nesse ponto, Habermas (1997) analisa a influência e o poder que a mídia pode proporcionar na formação da esfera pública ao discutir sobre a relação da mídia e a sociedade, no que diz respeito às decisões dos programas e como ocorrerá o acesso aos temas. Segundo o autor, existe uma complexidade da mídia e do aumento do capital que proporcionam uma centralização dos meios de comunicação.

Nesse sentido, Habermas compreende que mesmo que fosse possível identificar o peso e o modo como operam os meios de comunicação de massa e o arranjo dos papéis entre o público e os atores e mesmo que fosse possível opinar sobre quem está com o poder, não seria possível determinar, com clareza, a forma como os meios de massa influenciam os fluxos intransparentes da comunicação da esfera pública política.

Assim sendo, para Habermas (1997), os meios de massa devem comportar como mandatários de um público esclarecido, com capacidade de aprender e de criticar, de preservar a sua independência em relação a atores políticos e sociais, devem levar em consideração, de forma imparcial, as preocupações e demandas do público, determinando que o processo político seja legitimado por meio desses temas. Dessa forma, é possível neutralizar o poder da mídia e impossibilitar que o poder administrativo ou social seja configurado como influência político-publicitária.

Assim sendo, a esfera pública, conforme evidencia Habermas, é a esfera de pessoas privadas reunidas em um público e conforme Gomes (2006) é entendida como arena pública, ou seja, o *locus* onde se desenvolve o diálogo aberto sobre temas considerados de interesse comum, sendo assim, a esfera pública. Venturelli (2010) reforça que as pessoas podem discutir e analisar as ideias na esfera pública, que não deve ser confundido com um espaço físico, mesmo que os espaços físicos públicos sejam palco de discussões públicas, tais como igrejas, praças, escolas, entre outros.

Esse ponto também é evidenciado por Habermas ao reforçar que a esfera pública não pode ser compreendida como uma instituição ou como organização, uma vez que não possui uma estrutura normativa com o poder de diferenciar competências e papéis e também não pode ser considerada um sistema, porque “não é possível traçar seus limites internos” e pensando em nível externo, “se apresenta por meio de cenários abertos, permeáveis e deslocáveis” (HABERMAS, 1997, p. 91).

Gomes (2006) considera que quando as informações e as opiniões se tornam abertas, vão contra a ideia de clausura, proteção e segredo, tendo a publicidade da opinião pública a importância de evidenciar a condição da vida social. Assim sendo, com o surgimento da imprensa escrita, a opinião pública passou a ser considerada função política (VENTURELLI, 2010).

Dessa maneira, para trazer a importância da opinião pública para o seu conceito de esfera pública, Habermas (2003) faz referência a Jeremy Bentham que deixou claro a importância da publicidade e a sua relação com a opinião pública, uma vez que a publicidade garante o controle público em relação as negociações que são realizadas pelo poder público. Assim sendo, a opinião pública precisa da publicidade para se legitimar, uma vez que isso assegura que os fatos sejam conhecidos pelos eleitores e tornam-se conhecimento de causa.

Alguns estudos mais recentes tendem a analisar a esfera pública com base em sua dimensão online, analisando dados, debates, discursos que são encontrados por meio da internet como são os estudos de Gomes (2005), entre outros. Apesar de entender a grande importância que a internet possui nos dias atuais e no acesso às informações, não se pode confundir opinião pública com opinião publicada, o que Habermas (1997) deixou claro ao dizer que a primeira refere-se a construção por meio de processos democráticos e já a segunda é apenas uma opinião que torna-se acessível pelos meios de comunicação, como internet e redes sociais (SILVA, ALCÂNTARA e PEREIRA, 2016).

Mas ao citar a importância da publicidade para o desenvolvimento da esfera pública, observa-se que a publicidade sofreu interferências e começou a ser considerada manipulativa.

A imprensa, instituição da esfera pública, tinha como propósito publicar notícias que retratavam as opiniões públicas. Mas no início do século XIX, a imprensa torna-se uma empresa privada em busca de lucro e, a partir disso, começou a dar voz aos partidos políticos e incentivou vários tipos de consumos. Esse processo em que os interesses privados tomam conta das decisões, tem-se a “refeudalização da esfera pública²” segundo Habermas (2003).

De acordo com Habermas (2003, p.240-241): “A publicidade tem redefinida a sua função, de princípio de crítica (exercida pelo público), torna-se princípio de uma integração forçada por parte da administração, das associações e, sobretudo, dos partidos”.

Nesse sentido, Habermas reforça esse debate apresentando a relação da mudança estrutural da esfera pública e dos meios de comunicação:

A mudança estrutural da esfera pública ocorre mais uma vez com o surgimento dos meios de comunicação de massa eletrônicos, com a nova relevância da propaganda, com a crescente fusão de entretenimento e informação, a centralização mais acentuada de todas as áreas, a decadência das associações liberais, perceptível nas esferas públicas comunitárias etc. [...] Com uma rede de comunicação mais comercializada e condensada, com o crescimento dos custos de capital e com o aumento da escala organizacional das instituições eleitorais, as vias de comunicação foram canalizadas de forma mais rígida e as oportunidades de acesso à comunicação pública ficaram sujeitas a uma pressão seletiva cada vez mais rigorosa (HABERMAS, 1997, p. 57-58).

Diante disso, o autor cita a nova categoria de influência, sendo o poder da mídia que, quando usado de forma manipuladora, acabou privando o princípio da publicidade, assim:

A esfera pública, ao mesmo tempo pré-estruturada e dominada pelos meios de comunicação de massa, tornou-se uma arena permeada de relações de poder, na qual, por meio de temas e contribuições, ocorre uma disputa não apenas em torno da influência, mas também sobre o controle que incide sobre os fluxos comunicativos comportamentalmente eficazes e que oculta o máximo possível suas intenções estratégicas (HABERMAS, 1997, p. 58).

Mesmo diante de toda a manipulação da opinião pública pelos meios de comunicação, Habermas considera que a mesma continua sendo muito importante para a democracia contemporânea, uma vez que, a social-democracia está subordinada ao mandamento de ser público o exercício de todo o poder social e a dominação pública. Assim sendo, o autor evidencia que se torna necessário desenvolver critérios para que a opinião pública seja mensurada na prática de acordo com o caráter público. Dessa forma, “seria o meio mais confiável para chegar a assertivas seguras e comparáveis sobre o valor democrático da integração de uma situação constitucional de fato (HABERMAS, 2003, p.283-284)”.

² A esfera pública passa a funcionar a serviço do poder, num processo denominado de refeudalização da esfera pública, que corresponde ao fim do princípio de publicidade crítica e ao advento da publicidade organizada com fins manipulativos, oriunda de poderosas organizações capitalistas (ALMEIDA, 2018, p. 56).

Ao discutir a opinião pública e sua importância na formação da esfera pública, Habermas (1997) afirma:

A liberdade de opinião e de reunião, bem como o direito de fundar sociedades e associações, definem o espaço para associações livres que interferem na formação da opinião pública, tratam de temas de interesse geral, representam interesses e grupos de difícil organização, perseguem fins culturais, religiosos ou humanitários, formam comunidades confessionais, etc. A liberdade da imprensa, do rádio e da televisão, bem como o direito de exercer atividades publicitárias, garantem a infraestrutura medial da comunicação pública, a qual deve permanecer aberta a opiniões concorrentes e representativas. O sistema político, que deve continuar sensível a influências da opinião pública, conecta-se com a esfera pública e com a sociedade civil, através da atividade dos partidos políticos e através da atividade eleitoral dos cidadãos.

Após as críticas, Habermas retoma a discussão e destaca uma nova reflexão acerca da esfera pública na sua obra “Teoria do Agir Comunicativo” (1981), quase 20 anos depois. Até o referido momento, o autor havia relacionado a esfera pública ao contexto burguês e a partir de então, apresenta o conceito de mundo da vida e mundo do sistema, proporcionando uma análise da distinção entre esses mundos e a formação das esferas públicas (LUBENOW, 2012).

Habermas acredita nos ideais do conceito e analisa que o mesmo possui poder de emancipação desenvolvido na racionalidade comunicativa, pois assim, pode-se promover a integração social, o entendimento e o consenso por meio de uma argumentação baseada em informações, cultura e conhecimento, impedindo que resoluções de conflitos aconteçam de maneiras irracionais (MENEZES, 2008).

Ao desenvolver a Teoria da Ação Comunicativa, Habermas aborda o conceito de sociedade a partir de duas perspectivas, sendo o mundo da vida, que se refere aos relacionamentos pessoais e a prática da ação comunicativa, e o mundo dos sistemas, representado pelo dinheiro e pelo poder administrativo.

Segundo Habermas (2012), o conceito de sociedade a partir de dois mundos proporciona consequências decisivas para a democracia, ou seja, que o equilíbrio de poder deve acontecer entre diferentes recursos da integração social e, assim, o objetivo não é somente a superação do sistema econômico capitalista autônomo e um sistema de dominação burocrática, mas também “a contenção democrática da interferência colonizadora dos imperativos sistêmicos nos domínios do mundo da vida (HABERMAS, 1997, p. 68)”.

Habermas (2012) então apresenta novamente a esfera pública no que tange a discussão que envolve o mundo da vida (mundo das relações cotidianas intersubjetivas) e o mundo dos sistemas (Estado e mercado) e evidencia que esses não estão em harmonia, o que o leva a

considerar que a esfera pública possui a função de proteger e garantir autonomia ao mundo da vida, para que o mundo dos sistemas não consiga ‘colonizá-lo’.

Perlatto (2015, p. 124) aponta como a esfera pública passa a ser abordada na obra *Teoria do Agir Comunicativo* de Habermas (2012) da seguinte maneira:

Ao pensar a esfera pública mais associada aos fluxos comunicativos espontâneos que emergem na sociedade, a partir do debate e da discussão livre sobre questões de interesse comum entre os cidadãos considerados iguais, política e moralmente, Habermas procurou inserir essa categoria no núcleo de sua teoria “procedimentalista” da democracia, apontando-a como uma arena discursiva do agir orientado para o entendimento, na qual os valores democráticos se formariam e se reproduziam a partir de redes de comunicação de conteúdos e tomadas de posição.

Habermas (1997) ressalta que as estruturas comunicacionais da esfera pública precisam ser mantidas intactas por uma sociedade de “sujeitos privados, viva e atuante”, uma vez que a garantia dos direitos fundamentais não é capaz de proteger a esfera pública e a sociedade civil (HABERMAS, 1997, p. 102).

A teoria da ação comunicativa mostra as alterações na comunicação advindas do sistema e as patologias criadas pelo mundo dos sistemas no mundo da vida (FREITAG, 2005). Nesse sentido, Habermas (2012) acredita que a esfera pública seja capaz de fazer a mediação entre mundo da vida e sistemas, porém, ainda possui uma capacidade limitada de incorporar práticas comunicativas no sistema e, para que isso ocorra, o autor aposta na institucionalização da prática comunicativa, com o intuito de garantir, institucionalmente, a formação da opinião pública (LUBENOW, 2012).

Segundo Habermas (1997, p. 92) a esfera pública pode ser entendida da seguinte maneira: “[...] como uma rede adequada para a comunicação de conteúdo, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”. Assim, a esfera pública se reproduz com base na ação comunicativa cotidiana.

Para Menezes (2008) a questão central da reformulação estrutural da esfera pública refere-se a “redescoberta da sociedade civil”, pois para Habermas, as associações democráticas possibilitam a criação de espaços discursivos onde pode ocorrer responsabilidade de comportamento. O significado de sociedade civil para Habermas (1997) não corresponde ao da sociedade burguesa liberal, não é composta por uma economia construída a partir do direito privado e conduzida pelo trabalho, capital e mercados de bens. Passa a ser composta por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas que tem as estruturas comunicacionais da esfera pública baseadas nos componentes sociais do mundo da vida. Assim,

“a sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-os e os transmitem, a seguir, para a esfera política (HABERMAS, 1997, p. 99)”.

Já na sua obra “Direito e Democracia: entre facticidade e validade”, Habermas reconfigura a categoria esfera pública e passa a concebê-la como sensível aos fluxos da comunicação organizados pela sociedade civil e passa a ser entendida como uma “caixa de ressonância”, ou seja, filtra e concentra a vontade pública, conduzindo-a até os níveis institucionais do sistema político (LUBENOW, 2007; HABERMAS, 1997). Dessa forma, Habermas (1997, p. 91) estabelece que “[...] a esfera pública é um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém, sensíveis no âmbito de toda a sociedade”.

Dessa maneira, agora a esfera pública é abordada como um sistema de eclusas, ou seja, aberturas estruturais, onde as decisões que envolvem o sistema político são baseadas no mundo da vida e conduzidos pela esfera pública. Nesse sentido, Habermas (1997b, p. 91) aponta que “[...] a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar”.

Habermas (1997) reavalia algumas mudanças que ocorreram no comportamento do público pertencente a esfera pública. Segundo o autor: “Na época, julguei de uma forma muito pessimista a capacidade de resistência e, sobretudo, o potencial crítico de um público de massa pluralista, muito diversificado internamente, que em seus hábitos culturais começava a superar as barreiras de classe (HABERMAS, 1997, p. 61)”.

Losekann (2009, p. 50) cita que Habermas, em estudos mais recentes, já configura essa existência de uma pluralidade de esferas públicas e as configuram como “[...]esferas públicas literárias, eclesiásticas, artísticas, feministas e até esferas públicas ‘alternativas’ da política de saúde, da ciência, entre outras”. Diante disso, nesta tese, buscamos analisar a formação das esferas públicas da economia solidária no Brasil.

Conforme abordado por Habermas (1997, p. 67):

[...] A sociedade que administra a si mesma, que, mediante uma legislação planejada, programa as esferas da vida, inclusive sua reprodução econômica, deveria ser integrada por meio da vontade política do povo soberano. Contudo, o pressuposto de que o conjunto da sociedade pode ser representado como uma associação que, através dos media, do direito e do poder político, pode agir sobre si mesma, perdeu toda plausibilidade em vista do grau de complexidade das sociedades funcionalmente diferenciadas (HABERMAS, 1997, p. 67).

Essa pluralidade de esferas públicas, também apresentada por Arendt (2009), demonstra que é possível ocorrer interação entre essas esferas e que pode ocorrer trocas cooperativas e/ou conflitivas. Para a autora, “a pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDDT, 2009, p. 16).

Habermas (1997, p. 109) também destaca a importância dos movimentos sociais e ressalta que “é questão de vida ou morte a possibilidade de encontrar formas solidárias de organização e esferas públicas que permitem esgotar e radicalizar direitos e estruturas comunicacionais existentes”. Assim, complementa que para compreender se os atores focam em utilizar uma esfera pública já existente ou se participam de forma ativa na reprodução de suas estruturas, torna-se necessário identificar se “são sensíveis às ameaças que envolvem os direitos de comunicação, e se estão dispostos a ir além da defesa dos próprios interesses, levantando barreiras contra formas camufladas ou escandalosas de exclusão e de repressão de minorias e de grupos marginalizados (HABERMAS, 1997, p. 109)”.

Segundo Habermas (1997) e em concordância com Cohen e Arato (1992), os movimentos sociais buscam objetivos ora ofensivos, ora defensivos. Quando buscam objetivos ofensivos:

[...] tentam lançar temas de relevância para toda a sociedade, definir problemas, trazer contribuições para a solução de problemas, acrescentar novas informações, interpretar valores de modo diferente, mobilizar bons argumentos, denunciar argumentos ruins, a fim de produzir uma atmosfera consensual, capaz de modificar os parâmetros legais de formação da vontade política e exercer pressão sobre os parlamentos, tribunais e governos em benefício de certas políticas. Ao passo que “defensivamente” eles tentam preservar certas estruturas da associação e da esfera pública, produzir contra-esferas públicas sub-culturais e contra-instituições, solidificar identidades coletivas e ganhar novos espaços na forma de direitos mais amplos e instituições reformadas (HABERMAS, 1997, p. 103).

Vale ressaltar que no objetivo defensivo dos movimentos sociais busca-se a manutenção e o desenvolvimento da estrutura da comunicação presente no mundo da vida.

Habermas (1997) ressalta que as estruturas comunicacionais da esfera pública estão muito próximas aos domínios da vida privada – sociedade civil -, assim, acredita que essa tem uma sensibilidade maior para captar os novos problemas antes dos centros da política. A sociedade civil envolve associações interessadas, academias, revistas, iniciativas de cidadãos e outros tipos de plataformas para tratarem esses temas e podem construir núcleos de movimentos sociais. Diante disso, os movimentos sociais são capazes de fazer com que os meios de comunicação de massa tenham interesse na demanda específica.

Outro ponto extremamente importante trazido por Habermas (1997) refere-se ao fato de que na esfera pública liberal os atores podem exercer apenas influência e não poder político.

Segundo o autor:

E a influência de uma opinião pública, mais ou menos discursiva, produzida através de controvérsias públicas, constitui certamente uma grandeza empírica, capaz de mover algo. Porém, essa influência pública e política tem que passar antes pelo filtro dos processos institucionalizados da formação democrática da opinião e da vontade, transformar-se em poder comunicativo e infiltrar-se numa legislação legítima, antes que a opinião pública, concretamente generalizada, possa se transformar numa convicção testada sob o ponto de vista da generalização de interesses e capaz de legitimar decisões políticas (HABERMAS, 1997, p. 105).

Habermas (1997) chama atenção para a existência de processo de poder, mais ou menos camuflado, nas tomadas de decisões do público e complementa afirmando que os processos públicos de comunicação são mais isentos de distorções quando forem destinados a uma sociedade civil advinda do mundo da vida.

O autor também se preocupa em identificar o sujeito que é capaz de colocar os temas em destaque e determinar a orientação dos fluxos de comunicação. Para isso, utiliza três modelos, sendo o *inside access model* (modelo de acesso interno), *mobilizations model* (modelo de mobilização), *outside initiative model* (modelo de iniciativa externa) e faz algumas modificações com base em pontos de vista de uma teoria da democracia. Assim, no primeiro modelo a iniciativa parte dos dirigentes políticos ou detentores do poder e antes de discutir formalmente o tema, esse se estabelece no sistema político, porém sem a influência clara ou mesmo sem a participação da esfera pública política.

Já no segundo modelo a iniciativa também parte do sistema político, mas seus atores são obrigados a mobilizar a esfera pública, pois precisam do apoio de partes importantes do público para alcançar a implementação de um programa já votado. No último modelo é que as forças iniciais partem de fora do sistema político, utilizando a esfera pública mobilizada, ou seja, aqui um grupo articula uma demanda, tenta buscar outros grupos da população com interesse no tema para que seja possível ganhar espaço na agenda pública e, assim, alcancem uma pressão significativa naqueles que possuem poder de decisão, determinando que o tema seja incluído em uma agenda formal para então ser abordado de forma séria.

Mas Habermas (1997) reforça que esse modelo de formação de agenda pública é mais predominante em sociedades mais igualitárias e conclui que, normalmente, os temas e sugestões seguem mais o caminho do primeiro e do segundo modelo. Segundo o autor:

Enquanto o sistema político for dominado pelo fluxo informal do poder, a iniciativa e o poder de introduzir temas na ordem do dia e de torna-los maduros

para uma decisão, pertence mais ao governo e à administração do que ao complexo parlamentar; e enquanto os meios de comunicação de massa, contrariando sua própria autocompreensão normativa, conseguem seu material dos produtores de informações – poderosos e bem organizados – e enquanto eles preferirem estratégias publicitárias que diminuam o nível discursivo da circulação pública da comunicação, os temas em geral serão dirigidos numa direção centrífuga, que vai do centro para fora, contrariando a direção espontânea que se origina na periferia social (HABERMAS, 1997, p. 114).

Apesar de diagnosticar essa realidade, o autor deixa claro que o seu propósito é possibilitar que os atores da sociedade civil, até agora negligenciados, possam desempenhar um papel considerado ativo e pleno de consequências quando possuem consciência da situação de crise. Mesmo identificando a realidade que envolve a fraca capacidade de ação e algumas desvantagens estruturais existentes, afirma que esses atores possuem a possibilidade de redirecionar o fluxo da comunicação na esfera pública e no sistema político, modificando o modo “comum” de resolver os problemas de todo o sistema político (HABERMAS, 1997).

Assim, Habermas (1997) compreende que um mundo da vida racionalizado proporciona a formação de uma esfera pública liberal com grande apoio na sociedade civil, pois a autoridade do público ocupa um espaço de fortalecimento nas controvérsias públicas. Demonstra isso ao identificar que em períodos de crise, por exemplo, uma mobilização permite a existência de uma comunicação pública informal que se direciona e impossibilita a concentração de massas doutrinadas e resgata possíveis atores que estão dispersos e os ajudam a desenvolver influência político-publicitária sobre a construção institucionalizada da opinião e da vontade.

3.3. As críticas sobre esfera pública

Após a publicação de *Mudança estrutural da esfera pública*, críticas surgiram e merecem destaque ao se estudar a esfera pública, tendo em vista a importância que elas possuem na reconfiguração da categoria realizada por Habermas posteriormente. Perlatto (2012) reforça que abordar as críticas torna-se relevante por elencar analiticamente e normativamente os processos de democratização e a relação entre Estado e sociedade em diversos contextos.

A maior parte das críticas vieram diante da esfera pública ter apenas um público, sendo a sociedade burguesa, tornando-a, assim, hegemônica. Nesse sentido, Nancy Fraser (1990) é uma autora que apresenta críticas em relação ao conceito e nesse sentido, vale reforçar, segundo Marra (2009) que Habermas conceitua esfera pública a partir de seu aspecto histórico e

normativo, enquanto Fraser estava inquieta com as contradições e impasses que envolviam à democracia nas sociedades modernas.

A referida autora ressalta que a esfera pública liberal apresentada por Habermas não leva em consideração as outras esferas não liberais e diante disso, reforça a sua crítica ao afirmar que a multiplicidade de esferas públicas não pode ser considerada algo negativo em detrimento da existência de sociedades multiculturais e que possuem vários públicos com identidades e culturas diferentes (LOSEKANN, 2009).

Lubenow (2012) reforça que Nancy Fraser (1992) critica o caráter elitista e burguês na dinâmica interna da esfera pública de Habermas e apresenta uma preocupação com a redistribuição e igualdade e ressalta a desproporção social e a exclusão das mulheres da esfera pública política desenhada por Habermas. Fraser apresenta uma discussão acerca das diferenças de gênero e diferenças sociais e em relação a esfera pública de Habermas aborda que a sua contextualização histórica ressaltou a categoria como instrumento de repressão e distinção, pois acredita que o modelo burguês de comunicação e participação pública é baseado em desigualdade, provocando a marginalização de mulheres e classes plebeias.

Fraser (1990) aponta como utopia a ideia que de que todos tenham acesso a esfera pública e que seja possível debater o bem comum apesar das divergências de status, ou seja, Habermas suspende a existência do confronto e das desigualdades nas relações. De acordo com Marra (2009, p. 214), Fraser aponta o seguinte problema:

[...]mesmo que tomemos como base o acesso formal das minorias às arenas de deliberação, as desigualdades sociais e econômicas dos grupos subalternos são barreiras *informalmente* estruturadas no discurso e nas práticas socioculturais. Isto é, mesmo que em uma assembleia não haja nenhum impedimento legal ou formal para a participação igualitária de todos os seus participantes, pesquisas recentes demonstram que existem maneiras tão sutis de dominação que são facilmente mascaradas pela *voz da maioria*.

Diante dessa situação, conforme evidenciado por Lubenow (2010), Fraser propõe o reconhecimento de certos públicos alternativos ou *subaltern counterpublics* e a partir disso, elenca a ocorrência de várias esferas públicas, tidas como autônomas e informais, que levam a discussão pública diversos temas e contribuições públicas importantes. Assim, os *subaltern counterpublics* formaram arenas discursivas paralelas com o intuito de desenvolverem discursos paralelos que proporcionaram a criação de suas identidades e interesses (PERLATTO, 2015).

Losekann (2009), ao abordar as críticas apresentadas por Fraser, destaca que não é possível que os debatedores consigam excluir suas divergências estruturais no momento do diálogo, trazendo também a discussão acerca do limite existente entre público e privado, uma

vez que, ao limitar a entrada de pautas privadas, acabam sendo excluídas pessoas e questões importantes no debate (FONTANA, 2014).

Em relação a isso, Fraser (1990) aborda que diante da existência dessas desigualdades, o ideal seria que as deliberações acontecessem, de início, a partir do confronto das desigualdades, de forma a demonstrá-las para que seja possível desconstruí-las em um sentido socioeconômico, para que fosse possível, posteriormente, debater o que é o bem comum (MARRA, 2009).

Outra crítica em relação ao conceito de esfera pública refere-se a ideia de um espaço integrado e homogêneo marcado pela discussão racional burguesa. De acordo com Perlatto (2012), Habermas não considera a esfera pública como um *locus* de disputa de poder, dominação e opressão e exclui diversos atores da sociedade, como as mulheres e os operários, como reforçado por Fraser (1992). De acordo com a referida autora, Habermas não percebeu a pluralidade de esferas consideradas ‘não burguesas’ presentes na sociedade.

Nesse sentido, Fraser (1990) conclui que a esfera pública burguesa apresentada por Habermas apresentava “exclusões como de riqueza material, cultural, étnica e de gênero, e, ainda, que o discurso de publicidade, acessibilidade e racionalidade era também uma estratégia de distinção das classes dominantes (SOUZA, ALCÂNTARA e PEREIRA, 2018, p. 437)”.

Vale ressaltar que após essas críticas, Habermas ampliou o conceito de esfera pública e reconhece uma tipologia de diversas modalidades de esferas públicas em referência a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance. A primeira modalidade é a ‘episódica’ formada pelos encontros nos bares, cafés e na rua; a segunda é apresentada como ‘de presença organizada’ que conta com encontros de pais, reuniões de partido ou congresso de igrejas, entre outros; e a terceira refere-se a ‘abstrata’ desenvolvida pela mídia, composta por ouvintes, leitores, espectadores espalhados por todo o mundo (HABERMAS, 1997).

Segundo Perlatto (2012), diversos estudos publicaram críticas em relação a esfera pública de Habermas e problematizam o pessimismo do autor sobre o século XX em que não considerava o surgimento de novos segmentos sociais pressionando pela democratização da esfera pública e além disso, Habermas também superestimava a homogeneização da mídia e as consequências de sua massificação. Diante disso, estudos que envolviam os meios de comunicação evidenciaram a possibilidade da existência de fluxos comunicacionais do mundo da vida por pressão advinda de associações voluntárias que não estavam ligadas nem ao Estado e nem ao mercado (PERLATTO, 2012; AVRITZER, 2000).

Axel Honneth, sucessor de Habermas na Universidade de Frankfurt, apresenta uma variante política contrária a desenvolvida por Habermas que tem como foco as dimensões

psicológicas e pessoais da dominação e emancipação diante de uma concepção formal da vida ética e difunde o conceito de ‘reconhecimento’ (LUBENOW, 2010). Honneth critica Habermas, principalmente, em relação a sociedade vista a partir de dois níveis, sendo mundo da vida e sistema, dois extremos e nada a mediar entre eles e caracteriza essa crítica como o ‘déficit sociológico’ deixado por Habermas e para resolver isso, sugere a ação social como mediadora. Assim, Honneth acredita que a base de integração social não é o entendimento e o consenso, mas sim o conflito e a sua luta por reconhecimento.

Para Lubenow (2010), Honneth considera a distinção entre mundo da vida e sistema apresentados por Habermas como bem mais analítica do que empírico-descritiva, assim, parte dos conflitos sociais para desenvolver uma teoria com inferências mais práticas. Diante de sua teoria, Honneth também sofreu algumas críticas e, mesmo propondo uma solução para o déficit sociológico que identifica na teoria de Habermas, diversos autores ressaltam que o autor deixa de abordar a política, podendo apresentar um ‘déficit político’, uma vez que não demonstra uma discussão acerca da justificação pública, em que os cidadãos possam decidir quais formas de reconhecimento e princípios de justiça podem ser considerados legítimos ou não (LUBENOW, 2010).

Young, como uma autora crítica também ao estudo de Habermas, apresenta que as esferas públicas podem provocar mudanças sociais sem atingir diretamente o Estado ou a economia, uma vez que algumas situações sociais são melhores desenvolvidas no interior da sociedade, como os casos do movimento feminista e ambientalista, que tiveram mudanças de comportamento e pensamentos e, posteriormente, foram incorporadas pelo Estado (LOSEKAN, 2009).

Além de Young, Benhabib também apresenta críticas e alterações em relação ao conceito apresentado por Habermas (LOSEKANN, 2009). Sua principal crítica refere-se ao questionamento sobre o que é público e o que privado e evidencia a necessidade de repensar os pressupostos que envolvem esta discussão nas teorias sociais. Segundo Benhabib, a esfera pública está atrelada a três dimensões, sendo: moral e consciência religiosa, direitos privados relacionais às liberdades econômicas e a esfera íntima. Mas, atrelando a essas dimensões, aspectos relevantes, na visão da autora, deixa de ser discutido publicamente, como é o caso das mulheres e suas causas, que ficam afastadas e longe dos debates públicos. Assim sendo, acredita-se que a linha entre público e privado deve ser sempre renegociada com o intuito de que nenhum assunto assumira uma posição de permanecer isolado nos debates públicos.

Já McCarthy questiona o conceito de Habermas em relação as sociedades pluralistas, pois segundo o autor, o principal problema refere-se a como se mantem um consenso em

sociedades que possuem necessidades diversas, principalmente em relação as classes e valores culturais. Para resolver essa questão, reforça a importância de não se ter um único modelo de esfera pública e sim a possibilidade que cada sociedade desenvolva modelos de acordo com suas especificidades (LOSEKANN, 2009).

Percebe-se que diversas críticas foram desenvolvidas acerca da categoria ‘esfera pública’ trazida por Habermas, e grande parte delas abordam questões que envolvem: pluralidade de esferas, a importância de não excluir diversos públicos, como o caso das mulheres e operários, distinção entre público e privado e o distanciamento entre mundo da vida e mundo dos sistemas na discussão que envolve a categoria em sua prática.

Garcia et al. (2018) trazem uma discussão interessante acerca da esfera pública e gestão social que também nos ajuda a entender alguns pontos e críticas acerca da esfera pública. Para os autores, é possível conceber esferas públicas como *locus* do consenso, mas também do conflito e pluralidade de opiniões e interesses e os estudos atuais devem levar isso em consideração. Em Direito e Democracia (1997b), Habermas apresentava esfera pública como locais de consenso, mas em Teoria do Agir Comunicativo, a esfera pública já se apresentava como espaço em que envolvia o conflito de dois modos de integração, sendo o dinheiro e poder em contraponto a solidariedade.

Souza (2008, p. 194) indica que a crítica em relação a visão do conflito relacionada a esfera pública de Habermas é injusta, uma vez que:

A crítica mais comum e a mais injusta é a que usa a obviedade da situação fática de violência, manipulação, irracionalidade, egoísmo e interesse pessoal como fatores dominantes no mundo “real” e cotidiano como refutação da hipótese habermasiana. Não existe nenhum escrito da Habermas onde ele perceba o mundo real e cotidiano como um paraíso utópico de entendimento mútuo e compreensão. [...] Não é a negação da existência e recorrência da violência e da manipulação em todas as relações humanas, da mais pública à mais privada, que confere sentido à sua hipótese. É apenas o fato de que o mundo real cotidiano, com todas as suas iniquidades e injustiças, não é *apenas* violência e dominação (SOUZA, 2008, p. 194).

Quando se fala sobre a crítica que permeia a relevância dos conflitos na formação das esferas públicas, observa-se a explanação de Habermas (1985) acerca da desobediência civil, mas a ideia de conflito na esfera pública vai além disso e, conforme Garcia et al (2018) e Pereira (2012), nas esferas públicas ocorrem diversas formas de interação, algumas comunicativas, porém outras consideradas até violentas, assim, não deve-se negar a capacidade emancipatória da esfera pública, bem como a da democracia deliberativa (PEREIRA, 2012).

Garcia et al (2018), com base no pensamento de Honneth (2003), apontam que o foco no paradigma da comunicação distanciou Habermas da discussão que envolve o conflito na sociedade e a separação entre mundo da vida e dos sistemas trouxe a ideia de que o mundo da

vida não perpassa por relações tanto de poder, quanto de dominação e assim, Garcia et al (2018) reforçam a necessidade de ampliar a visão do mundo da vida de forma a identificar a existência de preconceitos, criação de ideologias que geram injustiças e também discriminação de diversos pontos.

Voirol (2008) reforça que mesmo que Habermas não tenha se atentado integralmente as relações conflituosas, pode-se, portanto, dar mais ênfase as lutas por reconhecimento, por questões que envolvem preconceitos, discursos de ódio, entre outros, evidenciando a possibilidade de ocorrer consensos e entendimentos nesses contextos também.

Outro ponto apresentado por Garcia et al (2018) que envolve as críticas sobre esfera pública debruçam sobre a ideia de permitir, a priori, que as esferas públicas são ambíguas e que possuem tanto elementos democráticos e emancipatórios, quanto opressivos. Nesse ponto, Habermas, desde as suas discussões sobre esfera pública burguesa, apresenta a existência de esfera pública ambígua, tendo característica emancipatória e também opressiva, a partir da perspectiva emancipatória da esfera pública burguesa, inicialmente, mas que com o passar do tempo, tornou-se uma esfera manipulada.

Em relação a existência de diversos públicos e suas capacidades de acesso e argumentação nas esferas públicas conforme já ressaltado acima, Garcia et al (2018) reforçam que Habermas (2014) concorda com esse argumento ao dizer que, além das esferas públicas burguesas, outras esferas públicas subculturais ou específicas de uma determinada classe podem surgir com suas próprias premissas. Assim, o filósofo identifica a relevância da cultura popular, das desigualdades, questões de gênero, conflitos sociais e as esferas plebeias. Essa visão de Habermas acerca desses pressupostos advém de críticas sofridas e de trabalhos que complementaram a sua obra, como demonstrado acima.

Nesse sentido, Avritzer e Costa (2004) apresentaram exemplos desses públicos que podem participar da formação de esferas públicas, como: *new publics* – movimentos sociais, representações de gênero, entre outros; *deliberative publics* – mecanismos de participação institucionalizados; *counterspublics* – grupos discriminados, mulheres, grupos com relações de poder; e *diasporic publics* – estrangeiros, contracultura. Garcia et al. (2018) reforçam a importância que essa complementação trazida por Avritzer e Costa (2004) auxilia nos estudos sobre a categoria, principalmente no Brasil.

Diante de inúmeras críticas apresentadas a obra de Habermas, no prefácio de Mudança Estrutural (1990) o autor apresenta suas respostas e sinais de mudança, aceitando críticas em relação a: conflitos sociais, esferas subalternas, desigualdades, a questão da função deturpada dos meios de comunicação, televisão e a mudança de publicização e a ocorrência de

manipulação. Outro ponto importante, refere-se ao reconhecimento do autor em relação a pluralidade de esferas públicas e o conceito de públicos fracos indicados por Fraser.

Habermas (1997) ressalta que desde o primeiro volume da obra “Direito e Democracia” admitiu a existência de esferas públicas concorrentes, assim sendo, leva em consideração os processos de comunicação excluídos da esfera pública dominante. Outro ponto trazido pelo autor no prefácio da segunda unidade da obra refere-se à percepção da exclusão das mulheres da esfera pública burguesa e questiona se além das mulheres, os trabalhadores, camponeses e a plebe também não foi excluído dos debates públicos.

Mesmo assim, diversas críticas ainda foram impostas a Habermas e sua discussão acerca de esfera pública, como apresentado por Miguel (2014, p. 21-22): “relativa insensibilidade ao impacto das assimetrias sociais”; “apego a um ideal da comunicação face a face”; “[...] a negligência em relação ao caráter conflitivo da política”. Mas segundo Dahlberg (2005), algumas críticas foram desenhadas por meio de leituras limitadas e assim sendo, uma leitura mais aguçada acerca da temática poderia demonstrar formas estético-afetivas do discurso e de acordo com Melo (2015), lutas por poder e reconhecimento. Mas apesar disso, Avritzer e Costa (2004) concluem que o pensamento de Habermas sobre esfera pública nos anos 90 sofreu críticas contundentes e complementações importantes.

Sendo assim, Melo (2015, p. 12) deixa claro a importância de apresentar as críticas em relação ao conceito e ressalta que:

“o fato é que podemos compreender melhor as mais diversas tentativas de cobrir os déficits históricos, empíricos ou normativos do conceito de esfera pública, as quais têm sido levadas a cabo na teoria social e política contemporânea, quando estamos cientes do desenvolvimento e das dificuldades que a própria teoria habermasiana apresentou ao longo das últimas décadas” (MELO, 2015, p. 12).

3.4 Formação da esfera pública no Brasil: um breve relato

Compreende-se que no Brasil ocorreu a formação de diversas esferas públicas e as características de cada esfera pública deve ser analisada de acordo com seus contextos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Assim sendo, optou-se por finalizar essa etapa do capítulo apresentando um breve relato do surgimento da esfera pública no Brasil, com o intuito de compreender melhor as esferas públicas subalternas e dominantes.

Perlatto (2012) afirma que a categoria ‘esfera pública’ foi central para um novo entendimento acerca do processo de redemocratização do Brasil.

Em sua tese de doutorado, Blotta (2012), baseado em Fernando Novais, ressalta que a formação de esfera pública, no início do século XVIII e início do século XIX, no país não prezou pela distinção entre público e privado na mesma proporção que Habermas identificou na França e na Inglaterra e o autor apresenta que isso aconteceu também pela falta de recursos investidos na educação pública, uma vez que proporcionou o aumento da educação privada e o público que criou as bibliotecas eram médicos, advogados, professores e os locais de debates tinham mais um caráter privado. Assim, segundo Blotta (2012), no Brasil, até o período do início da República, vivia-se uma esfera pública considerada refeudalizada, possuindo uma publicidade representativa. Perlatto (2015, p. 122) concorda ao afirmar que a esfera pública, conhecida como “terceira instituição da modernidade [...] está no Brasil desde o século XIX”.

Mesmo que em termos de história concreta a esfera pública política era privilégio de poucos, as pressões de diversos indivíduos como profissionais da cultura, intelectuais e publicistas e outros grupos anteriormente excluídos para acessar as esferas da publicidade econômica, de direitos e de cultura que se desenvolviam no país, demonstravam que o período de início da República teve como marca uma efervescência nesses campos e a ativação de uma esfera pública política, especialmente em função da articulação de diversas demandas de autonomia individual na imprensa e outros meios de comunicação (BLOTTA, 2012, p. 104).

Na sua análise acerca da esfera pública no Brasil, o autor ressalta a importância dos escravos libertos e dos estrangeiros na formação de esferas públicas subalternas com práticas e identidades próprias e com a formação de grupos que não possuíam integração na esfera pública, nem mesmo possuíam reconhecimento social. E a partir da junção desses dois públicos, surge a esfera pública ‘plebeia’. Diante disso, evidencia que a esfera pública no Brasil pode ser analisada a partir de duas fases, sendo antes e depois da República (GARCIA et al. 2018). Perlatto (2015) em seu estudo argumenta que ocorreu a formação de uma esfera pública formada por um grupo seletivo o que ocasionou a participação hegemônica por classes dominantes, formando uma sociedade desigual.

Nesse sentido, o autor evidencia que se criou um ambiente para discussões e reuniões públicas após a chegada da família real em 1808, porém, contava com um pequeno número de representantes da sociedade e, segundo Perlatto (2015, p.128), “[...] embora tenha havido uma ampliação da esfera pública no período republicano, ela ainda permaneceu pouco permeável aos personagens do mundo subalterno e aos temas ‘perigosos’ à estabilidade da ordem”.

O referido autor ressalta também, baseado em Sérgio Costa (2002), que por muitos anos teve-se a ideia de que no Brasil não tinha um espaço público, pois acreditava-se que a esfera privada estava tão forte e disseminada que a ideia das relações pessoais e práticas patrimonialistas iriam se expandir para o campo público.

Perlatto (2015) reforça que no período Vargas (1930-1945) expandiu a formação da esfera pública e os direitos sociais, na busca pelo consenso e pela solidariedade, porém, o Golpe Militar de 1964 foi considerado um retrocesso quanto a ampliação da esfera pública. Assim, o autor considera a Constituição de 1988 como uma retomada das esferas públicas brasileiras, proporcionando meios de participação além daquelas evidenciadas apenas como conselhos e plebiscitos e reforça que os públicos subalternos tiveram oportunidade de falar e se organizarem contra o discurso hegemônico.

Segundo Perlatto (2012), com a redemocratização do país que aconteceu na década de 1980, diversos trabalhos foram desenvolvidos com o objetivo de entenderem as transformações advindas após o Golpe Militar e tinham duas frentes, sendo a primeira relacionada com o institucionalismo, baseada na teoria racional, com foco nas instituições políticas formais, interesses individuais e comportamento legislativo e, a segunda frente, voltava seus estudos para a sociedade civil, dando ênfase nos movimentos sociais e na própria sociedade civil em torno do processo de transição democrática que o país estava passando.

Assim sendo, a maior parte dos estudos abordavam a categoria ‘esfera pública’ com o intuito de apresentar uma crítica aos estudos desenvolvidos na linha institucionalista, e os trabalhos que começaram a abordar Habermas na década de 1990 problematizava a forma como tratavam os processos de construção institucional e os de democratização societária (PERLATTO, 2012). E a partir dessas críticas, de acordo com Avritzer e Costa (2004), demonstrou-se a necessidade de reinterpretar os estudos de forma a apresentar novos atores sociais emergentes no cenário da democratização, a saber; movimentos sociais, ONG’s, associações de vizinhos, além da inserção de um novo vocabulário analítico, que envolve conceitos como a ‘esfera pública e sociedade civil’.

De acordo com os teóricos da sociedade civil, o processo de democratização contou com baixa participação e organização da sociedade, gerando um fortalecimento do clientelismo e autoritarismo (PERLATTO, 2012). Essa situação somente começou a mudar ao final do regime militar, quando reuniões, encontros e deliberações públicas começaram a acontecer com o objetivo de ultrapassar as heranças políticas deixadas.

Apesar dessa nova configuração, o autor ressalta que a formação da esfera pública no Brasil pode ser considerada seletiva³ em relação aos participantes e aos temas discutidos,

³ Esferas públicas seletivas: setores dominantes formularam ideias e opiniões que se destacavam com força na sociedade, assim, apenas alguns seletos grupos estavam aptos a operar na esfera pública, e assim causavam afastamento ou até exclusão da maioria da população em espaços públicos de debate (PERLATTO, 2015).

considerando o perfil da sociedade brasileira, contando com um alto nível de analfabetismo e distanciamento da maioria da população em relação a espaços de discussão pública.

A partir de então surge a configuração da formação de uma esfera pública subalterna⁴ como trazido por Fraser (1992) ao abordar o conceito de *subaltern counterpublic*. Assim, Perlatto (2015) também apresenta uma discussão importante acerca das esferas públicas subalternas no Brasil e demonstra como conseguiram resistir ao discurso hegemônico e deixa claro que os setores populares não são passivos ou até ‘desvirtuados de vida pública’.

Ao construir a ideia de públicos subalternos, Fraser não os caracterizam como público ‘em geral’, uma vez que pretende estabelecer e deixar claras as diferenças existentes e as relações de poder, principalmente, em sociedades onde existem uma pluralidade de públicos maiores em relação a uma esfera hegemônica (FRASER, 1990; GARCIA, 2016; SOUZA, ALCÂNTARA E PEREIRA, 2018).

As esferas subalternas eram formadas por setores populares que buscavam novas formas de pressionar a esfera pública seletiva e nem sempre esses discursos eram públicos e, às vezes, tomavam a forma de discursos ocultos, conforme Perlatto (2012) analisa. Nesse sentido, a existência de outras configurações de esfera pública no Brasil, que não apenas no formato seletiva, demonstra características não firmadas apenas no modelo europeu ou norte-americano.

Avritzer e Costa (2004) afirmam que na América Latina e no Brasil a ideia de contra públicos subalternos é importante, pois apresentam as relações de desigualdade no acesso a esfera pública.

Vale ressaltar e, conforme evidenciado por Perlatto (2012; 2015), a existência de esfera pública seletiva e esfera pública subalterna não significa que elas não se relacionem, pelo contrário, o autor acredita que essas se relacionam de forma permanente, ora em diálogo, ora em conflito. Porém, também afirma que as relações de comunicação entre elas ocorrem de forma desigual, uma vez que a esfera pública seletiva buscava desenhar um discurso hegemônico sobre a esfera pública subalterna.

Apesar da homogeneidade da esfera seletiva, acredita-se que a mesma não pode ser considerada como uma organização tão contínua, uma vez que possibilitou brechas para que as esferas subalternas se organizassem para irem contra os discursos hegemônicos e práticas de domínio, lembrando que os mesmos tinham dificuldades de serem ouvidos (PERLATTO,

⁴ Esferas públicas subalternas: A noção de esferas públicas subalternas advém do conceito de *subaltern counterpublics* de Nancy Fraser que estabelece arenas discursivas paralelas onde seus membros, pertencentes a grupos sociais subordinados, circulam contradiscursos e estabelecem arenas discursivas alternativas àquelas desenvolvidas por segmentos elitistas (FRASER, 1990).

2015). Assim, conseguiram desenvolver outros discursos baseados em uma cultura popular recheada de força inovadora, criatividade e robustez.

Fraser (1992) chama atenção para o fato de as esferas públicas subalternas não serem sempre virtuosas, ou seja, podem ser antidemocráticas e anti-igualitárias e mesmo as consideradas democráticas, podem, em algum momento, agirem de forma marginalizada e praticarem a exclusão. Mas mesmo assim são consideradas esferas públicas e possibilitam o aumento do processo de discussão e proporciona espaços próprios para esse debate.

Segundo Perlatto (2015), o início das esferas públicas subalternas no país vem desde a Independência do país e ocorreu a chamada ‘explosão da palavra pública’ a partir de manifestações públicas coletivas que ocorreram tanto na Bahia, no Pará, no Maranhão, quanto no Rio Grande do Sul que contava com diversos públicos das camadas sociais e ficou conhecida como “politização das ruas”. A partir de então, projetos ‘de baixo para cima’ começaram a aparecer e foi considerado o lócus da cidadania, conforme relatado por Perlatto (2015).

Como já mencionado anteriormente, a partir das décadas de 1870 e 1880 ocorreu uma pressão significativa de diversos setores da população a favor da abolição da escravidão e a partir dessas manifestações, os discursos ocultos ganharam espaço e permitiram que atores das esferas públicas subalternas pudessem participar de debates na esfera pública seletiva. Mas após a abolição da escravidão, os ex-escravos e a população pobre enfrentaram novos momentos de resistência e manifestação. Como exemplo, tem-se o período de 1889 a 1904, em que ocorreram manifestações com mais ênfase das esferas subalternas, onde aconteceram assassinatos políticos, greves, revoltas populares, guerras civis, golpes de Estado, contando com uma forte participação da população (PERLATTO, 2015).

Assim, grande parte da população ainda se encontrava fora das esferas públicas seletivas, mas uma parte se organizava para criticar, por meio de publicações em jornais, à qualidade dos serviços públicos prestados, à segurança e qualidade de vida e outra parte buscava acesso ao judiciário para reivindicar seus direitos e também contava com a existência de associações que buscavam essas demandas, além de serem espaços de lazer, solidariedade e de reencontro do sentimento de identidade coletiva, construção de cidadania e instrumento de pedagogia política (PERLATTO, 2015; VISCARDI e JESUS, 2007).

Segundo Perlatto (2015) algumas pesquisas recentes têm demonstrado que, desde o início do Império, várias associações organizadas por setores populares se consolidaram, criando as esferas públicas subalternas, mas ressalta que nem sempre o funcionamento era considerado pacífico, como cita o caso das associações de negros que sofriam controle advindos das forças de ordem. E foi na Primeira República que, segundo o autor, diante de uma

organização da sociedade civil fragmentada, foram criadas associações de ajuda mútua, culturais, recreativas, entre outras (BATALHA, 2004).

Os anos de 1920 e 1930 foram marcados por uma grande mudança nos espaços de sociabilidade das esferas públicas subalternas em detrimento da intensificação da urbanização e industrialização, que proporcionou a entrada de novas pessoas e demandas na esfera pública seletiva, principalmente, por conta do acesso à educação. Nesse mesmo período, foram identificados movimentos de minorias que, por meio de pressão na esfera pública seletiva, buscavam seus direitos. Perlatto (2015) apresenta como exemplo a criação do Partido Comunista Brasileiro, sendo a primeira tentativa de organização da população de intervir, de forma partidária, na esfera pública, além da criação da Frente Negra Brasileira – que foi extinto em 1937 – e após, o surgimento da luta das mulheres por uma participação mais efetiva na esfera pública, criando o movimento feminista (PINTO, 2003).

Conforme já evidenciado e ressaltado por Perlatto (2015), o período do Golpe Militar interrompeu um período de fortalecimento das esferas públicas subalternas que buscavam a promoção de reformas estruturais profundas contando com a participação dos trabalhadores agrários que criaram as Ligas Camponesas. Porém, com o Golpe, instaurou um período de perseguição e censura a qualquer organização da população. Mas em contrapartida, foi nesse momento que os ‘discursos ocultos’ ganharam força, uma vez que não era possível expressar a oposição de forma clara e, com o passar do tempo, esses discursos tornaram-se ‘falas públicas’ por meio da criação de esferas públicas subalternas contrárias a ordem. Assim sendo, o período de redemocratização surgiu com novos atores que pressionavam a esfera pública seletiva para que seus direitos e interesses fossem ouvidos.

A mobilização de diversos setores da sociedade civil – como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), alguns setores da Igreja Católica, instituições científicas públicas e privadas, assim como movimentos de minorias – no decorrer destes anos teve como símbolo principal as reivindicações dos metalúrgicos no ABC paulista, que desembocou na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Essa movimentação evidencia o grau de organização da sociedade brasileira e dos movimentos sociais, que desejavam influir decisivamente no processo de construção da nova democracia (PERLATTO, 2015, p. 138).

Diante disso, novos discursos ganharam espaço, como lutas das mulheres, dos negros, das causas ambientais, reforma agrária e urbana, por exemplo. Esses temas, conforme evidenciado por Costa (2002) trouxeram relevância social e possibilidade de ação política.

Dessa forma, é possível perceber que, não obstante a existência da violência vertical e horizontal às quais os setores subalternos estiveram submetidos no

decorrer da história brasileira, eles buscavam se organizar por diferentes meios e de diversas formas, seja para resistir, seja para criar novos mundos alternativos àquela ordem repressora, pressionando, de diversas maneiras, a esfera pública seletiva. Os populares “possuíam noções próprias de justiça e, quando envolvidos em situações de conflito, seguiam rituais de conduta que mostravam apego a valores muitas vezes opostos àqueles prezados pelas classes dominantes” (Chalhoub 2001, p. 209). Daí, a permanente postura repressiva e suspeita dos segmentos dominantes diante de possíveis manifestações dessas esferas públicas subalternas (PERLATTO, 2015, p. 139).

Considerando todos esses aspectos teóricos e conceituais apresentados até aqui, torna-se necessário apresentar os procedimentos metodológicos que sustentam o processo de pesquisa a respeito das esferas públicas sobre economia solidária no Brasil, o que será tratado a seguir no capítulo 4.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Tipo e natureza de pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, que segundo Godoy (1995, p. 21) “[...] ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. O foco central da tese envolve as articulações e debates públicos envolvendo os atores pertencentes ao movimento da economia solidária e a capacidade dos mesmos influenciarem ações e políticas públicas.

Teixeira Cruz (2017) reforça que na pesquisa qualitativa prioriza-se as relações sujeito-sujeito, com o objetivo de entender os discursos e ações no mundo social. Godoy (1995) complementa que a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos, tendo como objetivo identificar como os significados desses fenômenos são apreendidos e também analisar o comportamento e o sentido. Diante disso, nessa pesquisa busca-se compreender a formação das esferas públicas no campo da economia solidária à luz da ação comunicativa de Habermas.

Dessa maneira, essa pesquisa pretende identificar e analisar a formação das esferas públicas da economia solidária, tendo como base os eventos (fóruns, encontros, debates públicos descritos em jornais, publicações das organizações da sociedade civil, dentre outros meios) realizados pelos movimentos sociais, ações e políticas públicas desenvolvidos durante os últimos vinte anos. Assim, com base na análise crítica do discurso, procurou-se demonstrar como os debates públicos ocorreram e como a formação das esferas públicas impactaram e

impactam o contexto da economia solidária e seus atores. Vale destacar a análise do contexto histórico da economia solidária no referido período a partir de fóruns nacionais da economia solidária, eventos da Rede de ITCP's, Rede Unitrabalho para, posteriormente, compreender como as esferas públicas foram construídas e configurá-las em dominantes e subalternas.

Assim sendo, espera-se que essas informações sejam consideradas de forma crítica, coerente, reflexiva e que sejam legitimadas por toda essa análise do contexto histórico e, por meio de artigos, documentos-base, relatórios, entrevistas, publicações em jornais e revistas e redes sociais. (HABERMAS, 1997).

Na pesquisa qualitativa deve-se atentar a escrita dos resultados, pautar pelo rigor e validade junto à comunidade científica e levar em consideração não só o comprometimento do pesquisador, mas também, a sua criatividade em colocar no texto todas as análises realizadas após a coleta de dados (JONSEN; FENDT; POINT, 2018). Nessa tese, a pesquisadora também possui um comprometimento relacionado ao desenvolvimento da mesma e, principalmente, dos resultados de forma clara e que seja possível o acesso e a leitura ao maior número possível de pessoas e, principalmente, de pesquisadores que estudam o tema mas, também, de membros empreendimentos, ITCPs e atores diversos pertencentes ao movimento.

Portanto, essa pesquisa de cunho qualitativo e com o propósito de compreender a formação das esferas públicas da economia solidária, configura-se também como descritiva e exploratória, uma vez que já existe um conhecimento prévio acerca do campo de análise. Triviños (1987, p. 110), demonstra o quanto a pesquisa descritiva, no primeiro momento, pode ser útil nesse projeto, ao dizer que “o estudo descritivo pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade”, diante da necessidade do conhecer uma comunidade em específico, suas características, valores e problemas relacionados à cultura.

Mas além disso, pretende-se compreender a fundo, além da identificação das esferas públicas, o contexto histórico da economia solidária. É também exploratória, porque utiliza-se de métodos amplos e versáteis, como dados de fontes secundárias, levantamentos da experiência, estudos de caso, entre outros (MATTAR, 1996). Nesta tese, busca-se utilizar fontes de dados secundários, como é o caso das publicações, reportagens, relatórios, entre outros, para compreender à fundo a economia solidária e suas articulações e debates públicos.

O posicionamento ontológico da pesquisadora é pautado na interação sujeito-sujeito, o que implica na percepção da realidade existente entre todos os atores envolvidos no movimento da economia solidária no Brasil. Habermas (2012) apresenta críticas referente a filosofia da linguagem e do comportamento pautados na relação sujeito-objeto, baseados na racionalidade instrumental, por isso, nessa tese, a ontologia baseia-se na relação sujeito-sujeito advinda da

discussão apresentada pelo autor na Teoria da Ação Comunicativa, o que permite alcançar os debates públicos sobre economia solidária que influenciaram a formação das esferas públicas.

O posicionamento epistemológico é direcionado a partir da subjetividade da construção do conhecimento relacionado aos debates públicos desenvolvidos nos últimos 20 anos e que proporcionaram a formação das esferas públicas sobre a economia solidária, que pautados na ação comunicativa, possibilitam a participação da sociedade civil na busca por seus interesses amplos, além do fortalecimento do movimento da economia solidária por meio da formação de políticas públicas que tenham continuidade.

Habermas (2012) destaca que nas ações comunicativas desenvolvidas pelas pessoas torna-se possível relacioná-las com o propósito de interagir de forma a tornarem-se protagonistas e, assim, formar uma opinião comum que será capaz de influenciar e formar esferas públicas temáticas. Diante disso, busca-se compreender como são articuladas e formadas as esferas públicas a partir dos documentos pesquisados, deixando claro a ideia de superar o positivismo e desenvolver a pesquisa por meio da intersubjetiva e em busca de um entendimento acerca do campo pesquisado.

4.2 Procedimento para a coleta e organização de informações

Com o intuito de compreender em profundidade a economia solidária, e mais precisamente, a construção dos debates públicos e a formação das esferas públicas nos últimos 20 anos, foram utilizados na tese dados secundários. Pesquisas qualitativas podem contar com diversos métodos para a coleta e organização das informações de forma a apresentar contribuições importantes para a pesquisa (DENZIN e LINCOLN, 2000). Assim sendo, na busca de alcançar os objetivos estabelecidos na tese e entendendo a coerência dos dados secundários coletados com os objetivos, foram realizadas, sequencialmente, a Pesquisa Bibliográfica, a Pesquisa Bibliométrica e a Pesquisa Documental.

Na Pesquisa Bibliográfica o ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento bibliográfico em base confiável de dados (BRITTO JÚNIOR E JÚNIOR, 2011). Sendo assim, as pesquisas bibliográficas da tese foram realizadas por meio de artigos, dissertações, teses, livros e outros tipos de trabalhos acadêmicos. Muniz JR., Maia e Viola (2011) declaram que o estado da arte de uma pesquisa acadêmica deve ser fundamentado em revisões teóricas consistentes, de forma a realizar uma análise crítica dos trabalhos publicados sobre um determinado tema, aqui apresentando de forma mais enfática, a economia

solidária, a ação comunicativa e esfera pública. Dessa forma, os artigos científicos foram coletados por meio das bases de dados *Web of Science*, *Spell*, anais de eventos da área, além de contar com a contribuição de obras importantes nesse projeto, tais como as de Habermas (2012a); França Filho e Laville (2004); Pinto (2006); Habermas (1997); Perlatto (2015); Fraser (1992), entre outros.

Na Pesquisa Bibliométrica o objetivo foi mapear e conhecer a produção acadêmica em torno da temática “esferas públicas sobre a economia solidária, por meio de artigos científicos. De acordo com Cunha (1985), a bibliometria é conceituada como um método de pesquisa que possibilita encontrar uma restrita quantidade de periódicos considerados essenciais que supõe possuir artigos relevantes sobre um determinado assunto. As fontes de um estudo de bibliometria são, portanto, artigos provenientes de estudos originais disponíveis em um banco de dados. Price (1965) apresenta como função da bibliometria a análise de citações que buscam um conjunto de referências bibliográficas incluídas em publicações, quais artigos e autores possuem maior influência em determinada área temática, análise esta que foi realizada na tese de forma a relacionar estudos que abordam economia solidária e a formação de esferas públicas.

A bibliometria se desenvolve por meio de técnicas quantitativas para analisar a produção acadêmica por meio das citações, co-citações, autoria, coautoria, palavras-chaves, periódicos, crescimento e distribuição da bibliografia (MACIAS-CHAPULA 1998; VANTI 2002; FRANCISCO 2011; PINTO et al. 2014). Dessa forma, a revisão bibliométrica foi escolhida por ser um método planejado que busca responder a uma pergunta específica, e que permite a coleta, a seleção e a análise crítica de estudos.

Diante disso, a tese teve como primeira etapa metodológica a análise bibliométrica de artigos encontrados por meio de uma busca inicial sobre as esferas públicas da economia solidária na seguinte base de dados: *Web of Science*. A escolha dessa base se deu em função do grande número de periódicos indexados na mesma, além de permitir um padrão de operacionalização das buscas (PINTO, SERRA e FERREIRA, 2014; PRADO et al, 2016).

Diante da escolha da base de busca, partiu-se para a etapa de escolha dos termos que foram usados na base de dados. Inicialmente, foram pesquisados os seguintes temas: “*social economy*” OR “*solidarity economy*” e “*public sphere*”, porém, nesta busca apenas três artigos foram encontrados. Ressalta-se que, conforme citado no artigo de Lubelcová (2012) e evidenciado por Laville (2002), o termo que se refere a economia solidária não possui uma terminologia uniforme, sendo encontrado vários termos em diversas línguas e pesquisas que evidenciam o propósito, sendo economia social, economia social de integração de trabalho, bem como economia social orientada para o mercado. Diante dessa evidência, optou por colocar

como termo de pesquisa de busca de artigos os dois termos, sendo “economia solidária ou economia social” para que mais artigos sobre a temática fossem encontrados.

Como forma de expandir a análise do campo, optou-se por desmembrar o conceito de esfera pública, a partir do conhecimento teórico apreendido, e além de "*public sphere*", outras palavras que remetem ao significado do termo foram adicionadas a busca, como: "*debat**"; "*public opinion*"; "*argumentation*"; "*legitimation*"; "*arena*"; "*discussio**"; "*communicative action*". A partir disso, a busca realizada contou com a seguinte estrutura: "*social economy*" OR "*solidarity economy*" AND "*public sphere*" OR "*debat**" OR "*public opinion*" OR "*argumentation*" OR "*legitimation*" OR "*arena*" OR "*discussio**" OR "*communicative action*". Vale reforçar que os termos foram buscados nos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos e, para analisar os dados, foram utilizados os programas *EndNote*, *Microsoft Excel* e *VosViewer*.

Nessa segunda busca foram encontrados 209 artigos, mas foram selecionados para essa análise apenas 142 artigos, excluindo aqueles que faziam parte de material editorial, artigo de revisão e artigo de conferência, ficando apenas com artigos científicos, em todos os anos da base, considerando que o artigo poderia estar em qualquer idioma e qualquer área de conhecimento.

As análises realizadas por meio da bibliometria tiveram como foco analisar o volume das publicações, referências e artigos mais citados, autoria e coautoria, países que mais publicaram, categorias (áreas) das publicações, palavras-chave, síntese dos artigos mais citados (os dez mais) e por último, análise das relações e tendências por meio do VOSviewer.

Destaca-se que a discussão sobre economia solidária e/ou economia social está presente em todos os artigos da busca, porém, observou-se pouca discussão que ocorre ao analisar a formação das esferas públicas, uma vez que apenas três artigos apresentam as expressões iniciais e, após a análise desses e dos dez mais citados, por exemplo, evidenciou-se pouca discussão acerca de como os debates e as articulações são formadas. Mas apesar disso, essa evidência demonstra a necessidade de desenvolver mais pesquisas que envolvem a categoria esfera pública e o campo da economia solidária.

Para desenvolver essa etapa, realizou-se uma adaptação do framework desenvolvido por Prado et al (2016) que orienta o desenvolvimento das etapas em pesquisas bibliométricas, conforme Quadro 6:

Quadro 5 - Etapas da Bibliometria

Etapa	Descrição
1.Operacionalização	1.1 Escolha da base científica – <i>Web of Science</i>
	1.2 Definição dos termos que representam o campo - “ <i>social economy OR solidarity economy</i> ” AND “ <i>public sphere</i> ” AND “ <i>public sphere</i> ” OR “ <i>debat*</i> ” OR “ <i>public opinion</i> ” OR “ <i>argumentation</i> ” OR “ <i>legitimation</i> ” OR “ <i>arena</i> ” OR “ <i>discussio*</i> ” OR “ <i>communicative action</i> ”
2.Procedimento de buscas	2.1 Título (termo do campo) – especificado acima
	2.2 Utilização das aspas (para encontrar termo exato)
	2.3 Filtro 1: delimitação somente em artigos
	2.4 Filtro 2: todos os anos
	2.5 Filtro 3: todas as áreas
	2.6 Filtro 4: todos os idiomas
3.Procedimentos de seleção e análise da produção científica	3.1 Download das referências – uso do EndNote
	3.2 Download das referências em formato de planilha
	3.3 Download das referências para utilização no VOSviewer
	3.4 Organização das referências no EndNote
	3.5 Importação dos dados para os softwares de análise – Citnetexplorer e VOSviewer
	3.6 Busca dos artigos completos
	3.7 Análise dos volumes das publicações
	3.8 Análise dos artigos mais citados
	3.9 Análise do país de origem
	3.10 Análise dos periódicos
	3.11 Análise de autoria e coautoria
	3.12 Análise de categorias (áreas) das publicações
	3.13 Análise das palavras-chave
	3.14 Descrição, estudo das relações e tendências

Fonte: Adaptado de Prado et al. (2016).

Após seguir todas as etapas descritas acima, a análise bibliométrica foi apresentada no primeiro capítulo dos resultados desta tese de forma a compreender como o campo de pesquisa sobre as esferas públicas da economia solidária está estruturado e observar a inferência que nos oferece após sua análise. Ao agrupar as descobertas e compreender melhor o campo estudado, a bibliometria permite identificar a *research front* e a *intellectual basis* (PRADO et al., 2016).

A *research front* aborda a análise dos 142 artigos identificados na base de dados. De início, são apresentadas a frequência de publicações ao longo dos anos com o intuito de compreender o surgimento do tema, avanço e declínio e identificar em qual momento o campo de discussão se fortalece. Além disso, as citações dos artigos encontrados na busca também são abordadas com o objetivo de compreender as temáticas do campo de análise e suas principais discussões. Já a segunda etapa refere-se a *intellectual basis* que tem como propósito identificar e compreender os trabalhos mais referenciados e os autores mais citados pelos artigos encontrados na busca.

Na Pesquisa Documental o exame de documentos que ainda não receberam uma análise ou que podem ser reexaminados, com o propósito de trazer novas e/ou complementares informações é o que se conceitua, de acordo com Godoy (1995), como pesquisa documental. O autor aborda que esses documentos podem se configurar como materiais escritos, estatísticos e elementos iconográficos. Assim sendo, nesta etapa foram pesquisados documentos como artigos científicos que relatam a experiência dos eventos, leis regulamentadas após o debate público, documentos-base dos eventos realizados, relatórios dos eventos analisados, redes sociais que divulgam a temática, sites que apresentam o contexto da economia solidária, além de outros documentos complementares.

Com isso, essa pesquisa permitiu que a pesquisadora compreendesse o contexto histórico e social ao qual o movimento da economia solidária perpassa e como os debates públicos foram desenvolvidos e como as esferas públicas foram formadas no período estipulado. A pesquisa documental realizada por meio de discurso e por meio da identificação de como os debates públicos foram construídos a luz da ação comunicativa permitiu compreender, claramente, como as esferas públicas foram formadas no campo de análise.

No Quadro 6, destacam-se os principais documentos pesquisados para compreender o contexto histórico e a formação das esferas públicas sobre a economia solidária no Brasil nos últimos 20 anos.

Quadro 6 - Principais documentos utilizados nos resultados

Documentos	Autores
Site Fórum Brasileiro de Economia Solidária	-
Texto-base I CONAES	2006
Texto-base II CONAES	2010
Um olhar do Fórum Brasileiro de Economia Solidária sobre a II Conferência Nacional de Economia Solidária	IPEA (2010)

Documento Final da II conferência nacional de economia solidária – CONAES	Conselho Nacional de Economia Solidária (2010)
Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010	Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e Ministério do Trabalho e Emprego – TEM (2010)
Texto Referência III CONAES	CNES (2015)
Conferências Nacionais de Economia Solidária: acúmulos e desafios no planejamento participativo de políticas públicas de economia solidária	Cunha (2014)
Relatório Final IV Plenária de Economia Solidária	FBES (2008)
V Plenária nacional de economia solidária: trajetória e construção da economia solidária no Brasil	Nagem e Jesus (2013)
Relatório Final V Plenária de Economia Solidária	FBES (2012)
Documento Orientador VI Plenária FBES	FBES (2021)
O movimento da economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular	Santos (2010)
Em busca de um marco legal para a economia solidária no Brasil: análise da trajetória do PL n. 4685/2012	Silva e Silva (2015)
A “outra economia” e a institucionalidade: análise do processo de regulação da economia solidária no Brasil	Forte (2014)
Participação social em políticas públicas de economia solidária: o que dizem os membros do conselho nacional de economia solidária?	Alencar e Silva (2013)

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Esses são alguns dos documentos utilizados para compreender a formação das esferas públicas sobre a economia solidária no Brasil. Conforme se verifica nos resultados, diversos outros trabalhos, documentos e sites foram utilizados de forma a contribuir para a compreensão. Diante da escolha da realização de eventos da economia solidária a partir dos fóruns nacionais, da Rede de ITCPs e da Rede Unitrabalho, identificou-se que não existem muitos documentos públicos que apresentam tanto as discussões que antecedem os eventos, quanto relatórios finais públicos, por isso, buscou-se basear também em artigos científicos que apresentavam os processos de debates públicos, bem como as experiências e avanços advindos desses eventos.

4.3 Análise e interpretação das informações coletadas

De acordo com Martins (2004), a análise e sistematização se direcionam a uma observação intensiva dos dados coletados em profundidade e amplitude, possibilitando um conhecimento da realidade social.

A partir do I Fórum Social Mundial onde a pauta da economia solidária ganhou notoriedade e vários grupos se formaram para discutir, publicamente e institucionalmente, o movimento da economia solidária em seu contexto histórico no país ganhou espaço nas discussões acadêmicas e demonstrou a possibilidade de analisar as articulações e debates públicos que tiveram condições de influenciar leis e desenvolver políticas públicas em prol do movimento. Assim, surgiu a possibilidade de analisar a formação das esferas públicas no contexto da economia solidária.

O período de análise escolhido para a tese, entre os anos 2002 e 2022 se deve ao fato da constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES ter ocorrido em 2002 e a importância que a formação de grupos com esses propósitos teve e ainda possui no movimento da economia solidária, possibilitando o seu fortalecimento. O I FBES data o início de eventos, organizações, ações e articulações que começaram a ser desenvolvidos no Brasil, os quais são analisados nos resultados.

A formação desses grupos, FBES, ITCP'S, empreendimentos, SENAES, Rede ITCPs, Rede Unitrabalho, pesquisadores, ONGs, governantes apoiadores do movimento, entre outros, são considerados grupos que, organizados e articulados, influenciam os três entes federados (municípios, estados e união) como será demonstrado na constituição das conferências realizadas no país. Nesse sentido, Praxedes (2009, p.58) reforça que:

É necessário compreender que as políticas públicas para o segmento fazem parte de um cenário recente em construção no país. Ao contrário do movimento social de luta pela terra que tem décadas de organização, o movimento de economia solidária é bastante recente e começa a sua articulação durante o Fórum Social Mundial – no final da década de 1990 (PRAXEDES, 2009). O movimento social é fundamental na consolidação de uma política de caráter democrático e amplia a cidadania da população. Este esclarecimento é necessário em razão da dificuldade que existe na institucionalização de uma política pública de caráter popular. Esta se consolida a partir de articulações em diversos campos institucionais e do acúmulo de forças em diversos campos de luta, como o Poder Legislativo, o Executivo e os movimentos sociais, sendo que estes exercem a função fundamental de pressionar os diversos segmentos e dar legitimidade às demandas.

Diante de todos os processos comunicacionais desenvolvidos e a contextualização da economia solidária nos últimos vinte anos, torna-se possível compreender a existência da formação de uma opinião comum entre Estado, Mercado e Sociedade nas discussões que

envolvem as demandas do campo, o que permite compreender as esferas públicas da economia solidária com apoio de diversos grupos e setores, que serão abordados nos próximos capítulos.

Com o intuito de compreender os debates públicos em torno da economia solidária e a formação das esferas públicas, utilizou-se a análise crítica do discurso que, segundo Fairclough (2001), é a análise que estuda textos e eventos em práticas sociais, propondo uma teoria e método para analisar, descrever e interpretar a linguagem no contexto sócio-histórico. Assim, nesse estudo, a análise crítica do discurso possibilitará um entendimento acerca dos documentos produzidos pelos fóruns nacionais, redes de ITCP's e Unitrabalho e demais eventos, ações, leis e políticas públicas que foram desenvolvidas a partir dos resultados dessas articulações. Além disso, procurou-se compreender como estes dialogam, negociam e se organizam para a formação das esferas públicas da economia solidária.

De forma a complementar, Ferreira de Melo (2009) ressalta que Fairclough (2001) compreende o discurso como uma prática social reprodutora e transformadora de realidades sociais e o sujeito da linguagem por meio de uma perspectiva psicossocial, de forma que possa ser possível transformar as próprias práticas discursivas, contestando e reestruturando a dominação e as formações ideológicas socialmente empreendidas em seus discursos. Assim sendo, diante da sua compreensão em relação ao discurso e sua possibilidade de transformação, se justifica o uso da visão do autor, uma vez que demonstra a força que o discurso possui de transformação, realidade observada tanto no desenvolvimento e fortalecimento da economia solidária, como a criação das políticas públicas, órgão de fomento e apoio, leis, decretos, entre outros, que ao se desenvolverem, utilizam o discurso para se organizarem, sendo que esse processo, de como foi desenvolvido pelos envolvidos, foi investigado nesta tese.

Uma característica determinante da ADC é seu caráter emancipatório. Por meio da investigação das relações entre discurso e prática social, busca-se desnaturalizar crenças que servem de suporte a estruturas de dominação, a fim de favorecer a desarticulação de tais estruturas. Com esse objetivo, a ADC vem se desenvolvendo, estreitando seus laços com teorias sociais e com metodologias várias. (RESENDE e RAMALHO, 2004, p. 186).

Fairclough (2011) argumenta que a análise crítica do discurso avança em sua discussão ao identificar que a linguagem não possui apenas a proposta de reproduzir as práticas sociais e ideologias, mas, também, possui importância na transformação social. Assim, a ACD permitirá identificar, de forma crítica, as relações, representações e argumentações desenvolvidas pelos atores envolvidos no movimento da economia solidária por meio de seus textos, discursos e práticas.

A tese utiliza as contribuições de Fairclough (2003), por meio de sua obra *Analysing Discourse*, a qual propõe a análise por meio de três tipos de discurso, sendo o acional – texto como modo de ação social; o representacional – representação dos aspectos do mundo; e o identificacional – negociações de identidades do discurso. Com isso, Silva (2019, p.135) reforça que “[...] O uso da linguagem é sempre simultaneamente constitutivo de 1) identidades sociais 2) relações sociais e 3) sistemas de conhecimento e crenças. Tal proposição se assemelha bastante aos componentes do mundo da vida de Habermas (personalidade, sociedade e cultura)”.

Ferreira de Melo (2009, p. 14) demonstra como Fairclough apresenta o discurso e como os pesquisadores podem utilizá-lo, conforme se expressa:

Para ele, o discurso deve ser visto como um modo de ação, como uma prática que altera o mundo e altera os outros indivíduos no mundo, desse modo os analistas da ACD devem formular pesquisas que exerçam ações de contrapoder e contraideologia, práticas de resistência à opressão social.

Diante desse ponto apresentado pelo autor, a utilização da análise crítica do discurso nessa pesquisa se evidencia, justamente, por apresentar como problema de pesquisa, uma inquietação da pesquisadora, mas também uma análise de discursos que podem expressar essas práticas de resistências, aqui no nosso caso, por meio da resistência a hegemonia do capitalismo e seus efeitos.

Ademais, o mundo é compreendido pelo sentido que os atores sociais o atribuem, assim, sem observar a intenção dos atores, a atribuição de sentidos aos objetivos e a interação subjetiva não se torna possível apresentar o processo de produção do discurso e dos sentidos (FAIRCLOUGH, 2011; FERREIRA DE MELO, 2009). Sendo assim, nessa pesquisa, foram analisados todos os textos, eventos, reportagens, leis, decretos e diversos documentos que permitiram que a análise do contexto da economia solidária fosse pesquisada e compreendida.

5 O CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E ESFERAS PÚBLICAS

São abordadas neste capítulo as características identificadas na literatura internacional envolvendo estudos sobre esfera pública e economia solidária com o objetivo de destacar o primeiro objetivo específico descrito na introdução da tese. E, dentre os 142 artigos encontrados na base de dados *Web of Science*, foram selecionados e analisados aqueles mais relevantes de acordo com os dados obtidos a partir do *VosViewer*. Esse capítulo está disposto em duas seções

principais, sendo a “*Research front*” que contém a frequência de publicações ao longo dos anos, de países que publicaram, periódicos, bem como análise das palavras-chaves que mais tiveram destaques, seguida da análise das categorias específicas da *Web Of Science*.

A segunda seção refere-se a *Intellectual basis* que aborda a análise dos artigos mais citados da busca, a relação dos autores mais citados nos artigos de forma a possibilitar o entendimento acerca das discussões internacionais acerca do tema esferas públicas na economia solidária.

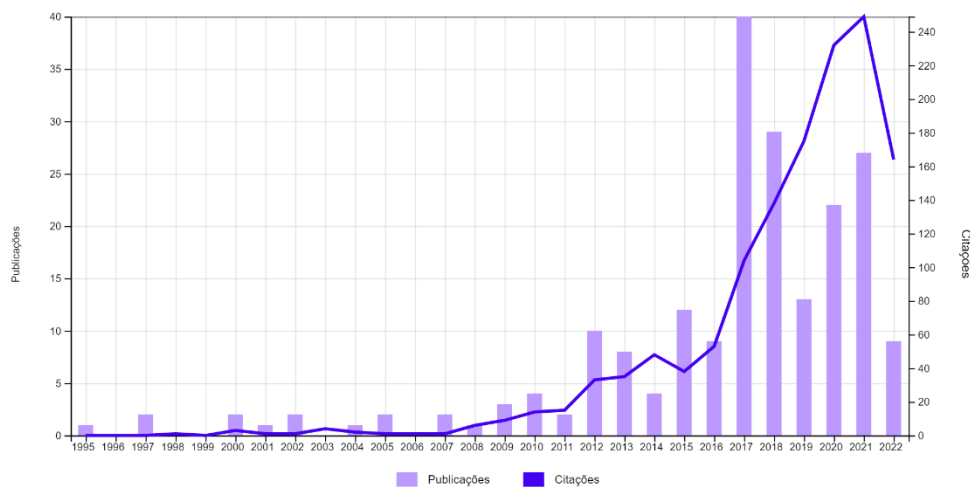
5.1 *Research front*: Características da produção sobre economia solidária e esferas públicas

Nessa seção são apresentados os resultados da frequência de publicação ao longo dos anos, os países e periódicos que mais publicaram, bem como as palavras-chave e as categorias que mais apareceram na busca e que auxiliaram na identificação da *research front*.

5.1.1 Frequência de publicações ao longo dos anos

Na Figura 1, destaca-se o gráfico de análise das publicações ao longo dos anos. Observa-se que as publicações sobre economia solidária e esferas públicas na base de dados *Web of Science* iniciaram no ano de 1995. Apesar de ter iniciado nesta data, percebe-se que até o ano de 2011 não ocorreu um avanço significativo de publicações sobre a temática, sendo que a partir de 2012, ainda sem uma certa periodicidade, mas com um aumento nas publicações, tendo seu auge no ano de 2017.

Figura 1 - Frequência de publicações e citações por ano



Fonte: Da autora com base na *Web of Science* (2022)

Como pode ser verificado na Figura 1, o primeiro artigo publicado sobre a temática refere-se ao trabalho de Chambelland (1995) intitulado “*The Musee Social – A field for reserach*”, cujo principal objetivo foi apresentar a história do Museu Social na França por meio dos debates dos diretores, ressaltando-se que o ambiente é um espaço sem ideologia hegemônica e, com isso, destacam as relações do Museu com as organizações da economia social, movimento operário e as respectivas influências no local. Demonstram a participação dos diretores e apresentam que apenas alguns participaram de debates que envolviam o Museu e, mesmo assim, de forma superficial. De forma conjunta, os líderes e os colaboradores do museu buscaram ideias inovadoras que pudessem provocar debates, modificar legislações e estimular conquistas. O autor ressalta que a comunicação garantiu conferências com diferentes públicos e publicações sobre esses debates.

Além disso, Chambelland (1995) ressaltou que vários líderes franceses foram em outros países estudar instituições e organizações, como sindicatos britânicos, questões agrárias na Alemanha, organizações de trabalhadores e associações patronais nos Estados Unidos. Na França, estudaram a previdência social e as populações trabalhadoras, além das condições de trabalho na Austrália e o socialismo na Nova Zelândia. Outro ponto de estudo e participação do museu refere-se ao período de greve, em que buscaram origem, causa e efeitos e, de forma complementar, participaram dos congressos que envolviam bancos populares, habitação popular, crédito popular, entre outros, demonstrando a atuação em momentos de luta pelos trabalhadores não só da França, mas de todo o mundo. Ressalta-se a rede que foi formada, envolvendo pesquisadores, jornalistas, políticos, trabalhadores, homens pertencentes a

cooperativas e do movimento socialista, demonstrando a força que possuem quando lutam unidos.

O autor chama atenção para que novos estudos sejam realizados sobre ‘o pessoal assalariado’, uma vez que os considera pouco estudados. Vale ressaltar que os resultados dos estudos vinculados ao museu não são descritos em sua essência para que fosse possível entender como aconteceram e como mudaram as legislações.

O aumento da produção de trabalhos, como já evidenciado, se deu a partir de 2012, sendo o artigo de Lemaitre e Helmsing (2012) – “*Solidarity economy in Brazil: movement, discourse and practice analysis through a Polanyian understanding of the economy*” – o que recebeu maior número de citações (19 citações) no referido ano. O artigo trata da construção do movimento de economia solidária no Brasil a partir dos estudos de Polanyi e busca compreender se o movimento apresentou mudanças nas cooperativas populares. Foram pesquisadas 15 cooperativas populares do estado do Rio de Janeiro. As esferas públicas foram discutidas na parte teórica do artigo ao se referir à participação de cooperados nas esferas públicas. Os autores consideraram que a articulação e a constituição da economia solidária como movimento social permitiu que se destacasse na esfera pública um conjunto de práticas econômicas, que, por mais que existisse há tantos anos, não era conhecido na esfera pública, seja em relação aos serviços públicos, seja como políticas e recursos.

Além disso, por meio da análise das cooperativas, Lemaitre e Helmsing (2012) identificaram que uma parte das organizações analisadas participou da criação do controle político local, mas consideraram que não existe um processo educativo para a cidadania que possibilite aos cooperados terem acesso às esferas públicas.

Em 2015 registrou-se um novo aumento de publicações, sendo o artigo “*Cooperative urban mining in Brazil: collective practices in selective household waste collection and recycling*” de Gutbelert (2015) representativo desse contexto. O artigo analisa uma experiência brasileira, mais precisamente as cooperativas de reciclagem e, em especial, a realidade da rede de reciclagem COOPCENT-ABC na região metropolitana de São Paulo. Esse artigo, diante de sua importância, também se apresenta como o segundo artigo mais citado na busca realizada na base de dados *Web of Science* e será mais detalhado no item “Artigos mais citados sobre as temáticas”.

Em 2017 verificou-se outro registro de um aumento significativo em relação a todos os anos anteriores e, também, em referência aos anos seguintes. O artigo mais citado é da autora Arampatzi (2017) – “*The spatiality of counter-austerity politics in Athens, Greece: Emergent ‘urban solidarity spaces’*”. O artigo tem como propósito realizar um debate teórico sobre

espaços urbanos de solidariedade com foco na política de contra-austeridade que surge dentro e fora dos lugares e se expande pelo espaço urbano e além dele. Os resultados mostram que é possível construir um processo empoderador de solidariedade e de políticas de democracia de baixo para cima.

Apesar de não ter uma expansão tão significativa como no ano de 2017, os anos de 2018, 2020 e 2021 também se destacaram. “*Promotion Policies of Social Economy in Argentina: An Approximation from the Knowledge of Experts*” de Lijterman (2018) foi o artigo mais citado do ano de 2019 e busca reconstruir o campo de discussão sobre economia popular na Argentina, analisando os discursos de especialistas que auxiliaram no desenvolvimento de políticas de fomento à economia popular no ano de 2004 no país. A autora apresenta o caminho que foi percorrido para que a economia popular ganhasse espaço na política do país e destaca a importância da mudança de significado que os desempregados tiveram ao longo do tempo, para que pudessem ser reconhecidos e auxiliados na formação da economia solidária. Segundo a autora:

O reconhecimento dos protagonistas das economias populares como sujeitos de trabalho e proteção fez parte da reorganização do vínculo entre o Estado nacional e os territórios locais durante o período analisado, em que há pelo menos uma década novas formas de fazer política. Levantamos a hipótese de que o "trabalho decente" constitui uma forma particular de articulação entre o Estado e as economias populares que buscavam reorganizar essas politicidades. Nesse quadro, é possível pensar a tensão entre a tentativa de normalização das economias populares por meio de sua associação com a economia informal e a possível ruptura que reside na busca pela legitimação da economia solidária no quadro das políticas de Estado (LIJTERMAN, 2018, p. 81, grifo nosso).

Assim como tantos outros artigos analisados, a discussão sobre a formação das esferas públicas não foi detalhada, mas esse artigo traz à luz a compreensão de algumas articulações que foram realizadas com o tempo, na Argentina, que permitiram a influência desses grupos de trabalhadores nas políticas de fomento à economia popular.

O artigo mais citado em 2020 é de Spillare e refere-se ao movimento da agricultura orgânica e sua cultura de consumo, no âmbito do movimento consumista do setor, por meio de redes agroalimentares solidárias, que proporcionaria também uma volta da confiança no sistema agroindustrial, chegando ao setor orgânico. Apesar de trazer ‘economia solidária’ nas palavras-chave, esta quase não aparece no artigo e sua referência maior aparece na conclusão, mas pouco relacionada, de fato, na teoria e nos resultados do artigo. Destaca-se também, que não foram encontradas referências claras sobre as esferas públicas nesse artigo, apesar de ser o destaque do ano em número de citações.

Em 2021, o artigo com maior número de citações e que merece destaque aqui foi desenvolvido por Gutbelert, Besen e Moraes (2021), intitulado “*Participatory solid waste governance and the role of social and solidarity economy: experiences from Sao Paulo, Brazil*”, mais um artigo que conta com a participação de Gutbelert, que também foi autor de outro artigo aqui mais citado. Dessa vez o artigo foi elaborado em parceria com autores pertencentes a universidades brasileiras, sendo a Universidade de São Paulo e a UNES- Araraquara. O objetivo do artigo é oferecer conhecimentos práticos sobre as contribuições de organizações e redes de base na gestão de resíduos, apoiando a discussão da governança de resíduos no contexto da economia solidária, trazendo como foco a participação dos catadores no processo de governança. Foram entrevistados seis líderes de redes de catadores e representantes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Os autores destacam que:

como redes, eles são mais respeitados, podem se engajar na formulação de políticas públicas e têm poder de barganha para negociar contratos com seus governos locais. Às vezes, mesmo grupos geograficamente distantes são incluídos em uma rede, demonstrando afinidades e visões compartilhadas entre esses grupos (GUTBELERT, BESEN e MORAIS, 2021, p. 172).

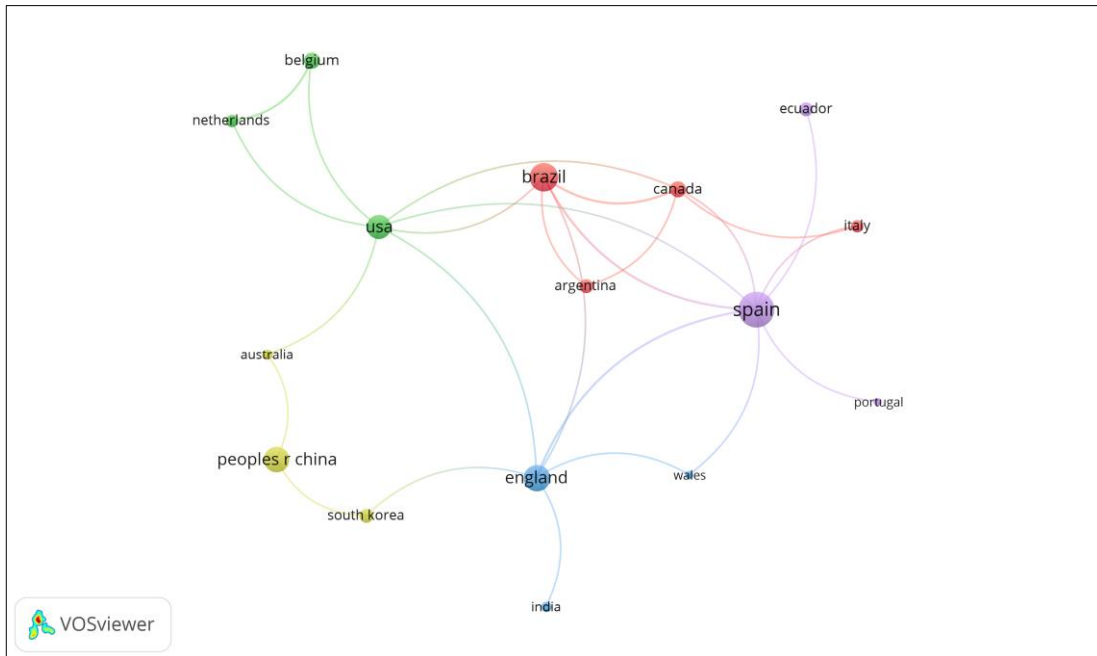
Assim sendo, essa união de cooperativas em rede permite o fortalecimento do patrimônio social das cooperativas, de forma a empoderá-las política e economicamente, seja prestando serviços, capacitando-as, vendendo diretamente para a indústria, ou trocando experiências e conhecimentos entre si, e negociando em contratos com governos locais. Os autores apresentam uma relação histórica-política e destacam que o governo Lula e governo Dilma auxiliariam no fortalecimento dos catadores, assim como a criação da SENAES, a realização dos FBES, a Lei Nacional de Gerenciamento de Resíduos – a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – 2010), entre outros. Além disso, no artigo fica claro quais foram os atores envolvidos na inclusão socioprodutiva dos catadores, dividindo-os em setor público, setor privado, ONGs e catadores, demonstrando a importância da organização e articulação dos mesmos, bem como as leis e decretos que foram alcançados.

Apesar de não abordar a expressão “esfera pública”, esse artigo demonstra as articulações realizadas em prol dos catadores, a forma como se organizaram e as demandas alcançadas.

5.1.2 Frequência de publicações por países

Na Figura 2 são apresentados os países que mais publicaram sobre a temática pesquisada, segundo a base de dados *Web of Science*.

Figura 2 - Rede de países



Fonte: Da autora com base em *Vosviewer* (2022).

O país que mais publicou de acordo com a base de dados pesquisada foi a Espanha, seguida do Brasil, Inglaterra e Estados Unidos. Com o intuito de observar a relevância do Brasil nos estudos sobre a temática, identificaram-se oito artigos publicados no nosso país e por revistas brasileiras. Nesse ponto, vale a pena observar a relevância que o Brasil possui nas discussões acerca da temática, uma vez que possui destaque na Rede de países que mais publicam, apresentando trabalhos com evidências teóricas e práticas relevantes e que contribuem muito para o entendimento das formações de empreendimentos, das relações internas e da organização desses grupos na busca pelo seus objetivos.

Ao analisar a rede formada, é possível observar que as relações entre os países podem ser consideradas dispersas, uma vez que os países em destaque se relacionam com, no máximo, seis países, como é o caso da Inglaterra. O Brasil se relaciona, diretamente, com Argentina, Canadá, Espanha e Estados Unidos, ou seja, autores brasileiros publicaram com autores dos referidos países.

Como as discussões sobre economia solidária iniciaram por volta de 1980, ganharam força a partir da década de 1990, as publicações sobre o tema iniciaram em 1995. Conforme foi

evidenciado por Forte (2014), nesse cenário, as matrizes do cooperativismo e associativismo foram reapropriadas pelas populações excluídas para buscarem sobrevivência diante da falta de postos de trabalhos, além da situação de pobreza, sendo, portanto, uma alternativa ao desemprego.

5.1.3 Frequência de publicações por periódico

Na Tabela 3 são apresentados os periódicos que mais publicaram, tendo como maior referência o periódico “*Ciriec-Espana Revista De Economia Publica Social Y Cooperativa*”. Esse periódico publica artigos originais e de alta qualidade em economia, ciências sociais, direito e política. Esse periódico publicou o maior número de artigos (14 artigos) e o motivo pode ser pelo fato de ter um foco maior à economia social, composta por empresas sociais, cooperativas, organizações sem fins lucrativos e voluntárias, além de trabalhos sobre economia pública, com destaque para políticas laborais, coesão social e desenvolvimento regional e transição ecológica.

Vale reforçar que 107 periódicos foram encontrados, sendo que a maioria possui apenas um artigo dentre os 142 analisados. Na Tabela 3 estão descritos apenas os periódicos que tiveram, no mínimo, três artigos publicados.

Tabela 2 - Frequência de publicação de periódicos

Periódicos	Frequência de publicação
<i>Ciriec-Espana Revista De Economia Publica Social Y Cooperativa</i>	14
<i>Sustainability</i>	4
<i>Annals of Public and Cooperative Economics</i>	4
<i>Voluntas</i>	3
<i>Journal of Peasant Studies</i>	3
<i>Revesco-Revista De Estudios Cooperativos</i>	3
<i>Journal of Rural Studies</i>	3
<i>Medicine</i>	3

Fonte: da autora com base em Web os Science (2022)

Para complementar, foram identificados os seguintes periódicos brasileiros: Revista Geintec - Gestão Inovação E Tecnologias; Desenvolvimento E Meio Ambiente; Administração

Pública E Gestão Social; Revista Gestão Organizacional; Saúde E Sociedade; Rosa Dos Ventos - Turismo E Hospitalidade; Sociedade E Cultura; Revista De Gestão E Secretariado – Gesec.

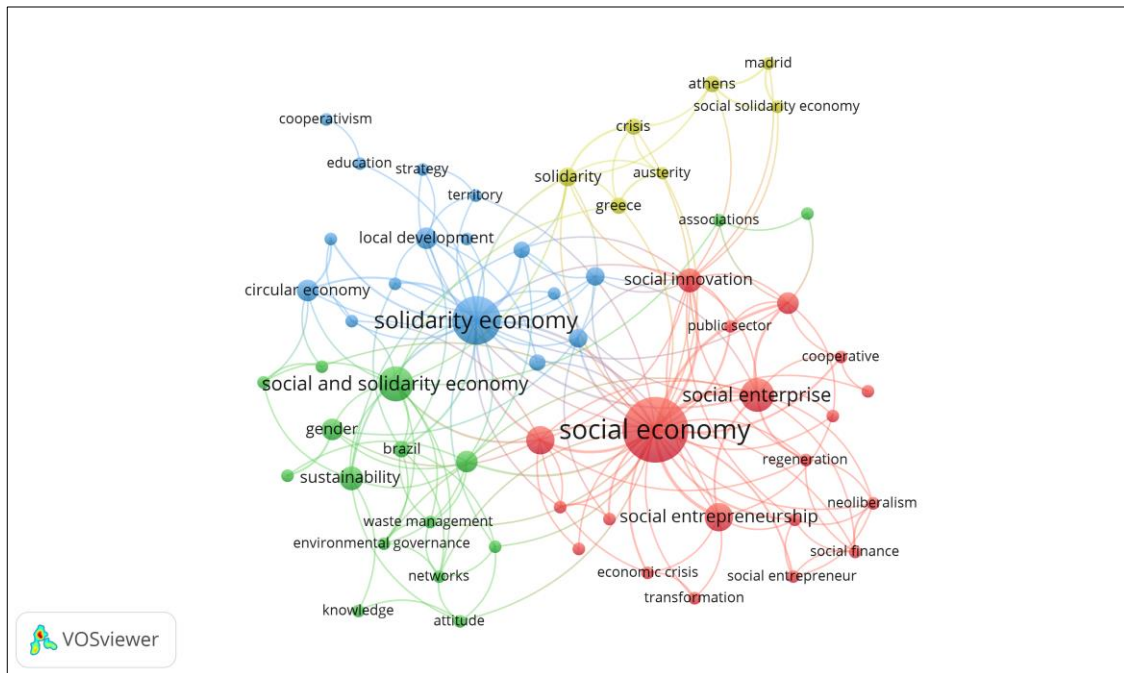
O levantamento de periódicos permite aos leitores identificar fontes que abordam o tema e que possam fazer parte da busca de dados. Além de permitir que o leitor e o pesquisador acessem artigos já publicados e atualizem os seus conhecimentos, esse levantamento também direciona para possíveis publicações de trabalhos sobre o tema ou propostas correlatas.

5.1.4 Análise de palavras-chave

Na Figura 3 são apresentadas as palavras-chave mais frequentes na pesquisa realizada. A palavra com maior frequência é *social economy*, seguida de *solidarity economy* e *social and solidarity economy*. Essas três palavras são utilizadas para delimitar o campo de análise, que se refere a economia solidária e economia social e solidária. Como já apresentado na metodologia, há uma diversidade de nomenclaturas para experiências que envolvem a solidariedade e ação coletiva. No Brasil, Argentina, Chile e Quebec utiliza-se economia solidária, já nos Estados Unidos e Canadá é comum o uso de economia social, e na Ásia utiliza-se mais economia popular. Diante disso, evidencia-se uma variedade de palavras-chave que abordam o tema.

Gutberlet, Besen e Morais (2021) ressaltam que essa multiplicidade de termos advém de diversos modos de geração, desempenho e comportamento que o referido campo se manifesta em diferentes geografias, levando em consideração contextos culturais, políticos, históricos ou jurídicos.

Figura 3 - Rede de palavras-chave mais citadas.



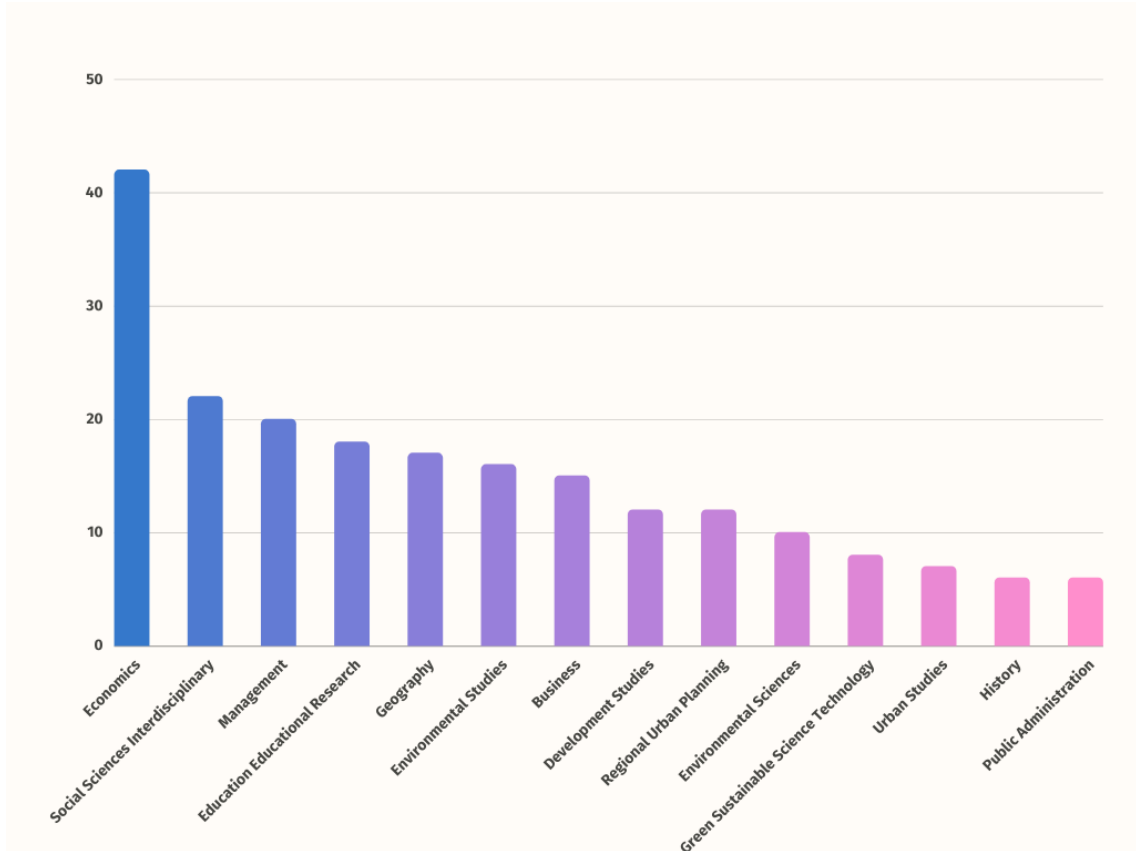
Fonte: Da autora com base em Vosviewer (2022)

Além dessas três palavras de destaque, podemos analisar a rede de palavras a partir das relações evidenciadas por meio das cores. Observando a partir das três maiores referências, temos que a *'social economy'* se relaciona com discussões sobre *social enterprise*, *social innovation*, *public sector*, *neoliberalism*, *transformation*, *economic crisis*, *cooperative*. Já a palavra *'solidarity economy'* se relaciona, diretamente, com *local development*, *education*, *cooperativism*, *strategy*, *territory*, *circular economy*. A terceira palavra *'social and solidarity economy'* está atrelada a *sustainability*, *environmental governance*, *networks*, *gender* e apareceu também nessa relação a palavra *Brazil*. Conforme descrito, as palavras que possuem destaque nos artigos encontrados referem-se, basicamente, ao campo da economia solidária e a relação com as esferas públicas, assim como será exposto nos dez artigos mais citados. Nesse capítulo da tese foram identificadas as articulações, debates públicos, políticas públicas desenvolvidas em prol do campo da economia solidária, de forma a compreender, se de fato, as esferas públicas foram formadas.

5.1.5 Análise de categorias

Por meio da Figura 4 podem ser verificadas as categorias que obtiveram maior ocorrência do banco de dados da *Web of Science* que classifica os artigos encontrados.

Figura 4 - Categorias da Web of Science



Fonte: Pesquisa na Web of Science (2022)

As cinco primeiras categorias que mais tiveram artigos publicados foram: *economics*, *Social Sciences Interdisciplinary*, *Management*, *Education Educational Research* e *Geography*. A discussão sobre economia solidária se destaca no campo da economia por ser vista como uma nova economia frente a hegemonia da economia capitalista. Nascimento (2011, p. 96) deixa isso claro ao dizer que: “a estratégia da Economia Solidária autogestionária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção capitalista”. Por isso, podemos dizer que a categoria economia possui destaque em relação as outras, diante dessa dicotomia que existe entre capitalismo e economia solidária.

A segunda categoria “*Social Sciences Interdisciplinary*” refere-se a área das ciências sociais, área que mais desenvolve estudos, segundo Timotio, Barbosa e Veloso (2019). A terceira categoria “*Management*” também foi destaca pelo autor como uma das áreas que mais estudam a economia solidária.

As outras categorias abordam áreas também relacionadas a gestão, como “*business*” e “*public administration*”. Algumas categorias relacionadas a área ambiental também se destacaram, como: *environmental studies*, *environmental sciences*, *green sustainable science technology* e *geography*. Essa relação do campo da economia solidária com a área ambiental, conforme destacado por SENAES; FBES (2006), pode ter relação, uma vez que a economia solidária surgiu para combater a pobreza e o trabalho precário advindo do desenvolvimento do capitalismo e propõe um modelo de desenvolvimento econômico em convergência com o meio ambiente, de forma que seja ecologicamente sustentável, socialmente justo.

A análise das categorias possibilita compreender os temas que são abordados na literatura e relacionar com o campo em questão, por isso, é importante abordá-las na bibliometria. Na próxima seção são apresentadas as análises da *Intellectual basis*.

5.2 *Intellectual basis*: Conceitos e processos da formação das esferas públicas da economia solidária

Com o propósito de compreender a formação das esferas públicas sobre a economia solidária a partir de trabalhos já desenvolvidos, é realizada uma análise dos artigos mais citados na base de dados *Web of Science* no sentido de evidenciar como a discussão de esferas públicas está presente no campo da economia solidária e se os artigos em análise apresentam, de forma clara, essa relação. Além disso, são apresentados autores mais citados tanto nos artigos, como a relação desses com os referenciados nos seus artigos, de forma a compreender se basearam suas pesquisas em autores considerados renomados tanto nas discussões sobre economia solidária, como em debates sobre esferas públicas.

5.2.1 Artigos mais citados sobre a temática

Como já evidenciado por meio da metodologia dessa tese, após uma pesquisa mais avançada na base de dados *Web of Science*, foi possível identificar os trabalhos mais citados que correlacionam os dois temas centrais. Na busca inicial, utilizando os termos “*solidarity*

economy or social economy” e “*public sphere*” foram encontrados apenas quatro artigos detalhados no Quadro 7. Mais adiante, são apresentados os dez artigos mais citados na busca avançada que só foi possível a partir do uso de palavras-chave que se relacionavam ao termo esfera pública (como apresentado também na metodologia).

Quadro 7 - Quatro artigos mais citados – economia solidária ou social e esfera pública

Autores	Artigo	Número de citações
Lemaitre e Helmsing (2012)	<i>“Solidarity economy in Brazil: movement, discourse and practice analysis through a Polanyian understanding of the economy”</i>	19 citações
LUBELCOVÁ (2012)	<i>Sociálna ekonomika: koncepty, príležitosti, riziká (Social economy: concepts, opportunities, risks)</i>	11 citações
LI ZHAO (2013)	<i>Conceptualizing the Social Economy in China</i>	4 citações
WEISZ e TOMMASINO (2022)	<i>Affective networks in motion: Social and Solidarity Economy networks in Uruguay</i>	1 citação

Fonte: Da autora de acordo com Web of Science (2022)

Conforme se observa no Quadro 7, os artigos que relacionam os dois temas centrais da tese não apresentam um número significativo de citações, bem como de artigos que os relacionam. Vale ressaltar que a base de dados *Web of Science*, que foi utilizada para esse fim é uma base de dados consolidada quando se realiza uma análise bibliométrica. Apesar de não tão significativo o número de citações, optou-se por analisar os referidos artigos, tendo em vista o interesse em entender como os mesmos relacionam economia solidária ou social e esfera pública.

O primeiro artigo “*Solidarity economy in Brazil: movement, discourse and practice analysis through a Polanyian understanding of the economy*” de Lemaitre e Helmsing (2012) aborda os estudos de Polanyi ao compreender a economia substantiva da economia desenvolvida pelo autor, entendida como um processo político institucionalizado. Ao apresentar a conceituação de economia de Polanyi, os autores do artigo apresentam um breve panorama da economia solidária no Brasil com o intuito de apresentá-la como movimento

social. Abordam as redes de economia solidária, a SENAES e o impacto dessas na construção do movimento da economia solidária.

Ao tratar a economia solidária como movimento social, os autores o consideram uma causa universal para a esfera pública, capaz de influenciar as formas de vida social, por meio de contatos com entidades públicas. Os atores do movimento social da economia solidária “defendem, de forma militante, um 'novo' modo de produção, consumo e distribuição de riqueza, um modelo alternativo de desenvolvimento, gerador de benefícios sociais. Muito mais do que um determinado conjunto de práticas existentes, para os atores envolvidos, a ES é um projeto de sociedade (LEMAITRE e HELMSING, 2012, p. 752, grifo nosso)”.

Assim, identificam que a articulação e a constituição como movimento social tornam visível na esfera pública um conjunto de práticas econômicas, que eram comuns nos bairros populares. Para compreender o movimento da economia solidária, os autores estudaram 15 cooperativas populares do Rio de Janeiro e foram divididas em dois grupos. O primeiro grupo de cooperativas faz parte do movimento da economia solidária e os trabalhadores das cooperativas “se consideram progressivamente como cidadãos, como atores sociais com deveres e direitos pelos quais passam a militar juntos. Eles se veem como ‘agente multiplicadores’, com a missão de empoderar outras pessoas por meio de encontros e trocas (LEMAITRE e HELMSING, 2012, p. 755, grifo nosso)”. Além disso, os cooperados são capazes de viver experiências democráticas e, com isso, conseguem acesso à esfera pública.

O outro grupo de cooperativas estudado é considerado como ‘cooperativas orientadas para o mercado’ e não desenvolvem uma forte dimensão política – como o grupo anterior – e, conseqüentemente, não buscam acesso a esfera pública. Também não praticam a autogestão e possuem um foco maior na dimensão econômica e não tanto social e política. Assim sendo, esse artigo aborda a categoria esfera pública de forma a evidenciar que trabalhadores, organizados em cooperativas com foco político e social, podem acessar as esferas públicas e buscarem seus objetivos. Mas também evidencia que existem cooperativas que não se organizam conforme os princípios cooperativistas e estão mais atreladas aos objetivos econômicos.

O artigo “*Sociálna ekonomika: koncepty, príležitosti, riziká*” foi desenvolvido por Gabriela Lubelcová no ano de 2012 e resume-se em um trabalho teórico que propõe analisar a economia social como uma ligação entre os objetivos sociais e procedimentos empresariais. Com base em algumas experiências estrangeiras, a autora busca apresentar tanto as possibilidades, quanto oportunidades que essas oferecem aos problemas sociais nas áreas de inclusão social, desemprego, desenvolvimento social e qualidade de vida da população e, a partir disso, apresenta um rico arcabouço teórico por meio tanto de uma análise histórica acerca

da construção do tema, como também da conceituação central de economia social. Apresenta algumas experiências europeias e americanas de empreendedorismo social e suas principais características para serem consideradas como tal, como por exemplo, as iniciativas americanas de empreendedorismo social que buscam recursos privados e de mercado, enquanto as da União Europeia buscam apoio do setor público, já os portadores dessas iniciativas nos EUA são indivíduos ativos e com habilidades empreendedoras, enquanto na UE são formados por atores coletivos, que fazem parte das organizações do terceiro setor.

Um outro ponto trazido pela autora do artigo refere-se a importância que o apoio da política governamental possui para essas ações. Na União Europeia, conforme destacada pela autora como um diferencial, a partir de 2002, com a chegada do Partido Trabalhista, um departamento específico – Unidade de Empresa Social – foi criado no Ministério do Comércio e Indústria para apoiar o empreendedorismo social e empresas sociais locais. Essa realidade também foi evidenciada no Brasil por meio da chegada do PT ao poder no mesmo ano e a criação de discussões a nível governamental, bem como a criação da SENAES e demais desdobramentos desenvolvidos.

A relação com a esfera pública apresentada no artigo dar-se por meio da conclusão de toda a reflexão trazida pela autora a partir das experiências inovadoras ao delimitar as oportunidades que o empreendedorismo social pôde encontrar por meio da formação da esfera pública e nas políticas públicas na Eslováquia, que envolvem políticas de inclusão social, desenvolvimento social local, emprego, prestação de serviços tanto públicos como sociais, além de incentivar a participação cívica.

Vale ressaltar que, apesar de utilizarem a expressão “esfera pública” no resumo do artigo, não foi citada integralmente no texto. Quando, ao final do trabalho, a autora reforça a importância da formação da esfera pública para o empreendedorismo social, ela faz referência ao apoio a criação de instituições locais, estaduais e regionais, que relacionam todas as entidades envolvidas por meio de uma ampla parceria que formam uma plataforma para o processo democrático de negociação e transferência das demandas e necessidades dos atores sociais. Também foram desenvolvidas ferramentas e serviços de apoio a essas demandas. Esse caso é apresentado como um exemplo canadense de sucesso. Além de proporcionar novas oportunidades de trabalho, segundo a autora, o exemplo relatado possibilitou a construção de parceria integrada, novos processos de tomada de decisão política e novas formas de governança, denominada de cultura deliberativa. Ao final do artigo, apresenta a Eslováquia e sua relação com as empresas sociais e todos os desafios encontrados para a sua manutenção e

os desafios quanto aos impasses de discussões acerca das temáticas que envolvem os problemas sociais.

O terceiro artigo mais citado possui como título “*Conceptualizing the Social Economy in China*” desenvolvido por Li Zhao em 2013 e no mesmo caminho que o primeiro artigo, o termo, esfera pública, foi citado no decorrer do texto apenas uma vez e outras três vezes apareceu apenas em comentários de rodapé. O trabalho apresenta uma análise conceitual da economia social na China no momento da transição institucional, delimitando o cenário encontrado, os fatores que auxiliaram e os que dificultaram o desenvolvimento da economia social no país. A China possui uma tradição longa de cooperativas, bem como de outras organizações sociais e o avanço dessas organizações está atrelado ao desenvolvimento econômico acelerado, privatização do sistema de bem-estar social e a ascensão da sociedade civil durante a reforma econômica.

Segundo o autor, apesar de ser uma prática a economia social na China, a sua conceituação continua subdesenvolvida e, portanto, o trabalho torna-se importante, por tentar unir teoria e prática no contexto do país. Para tanto, o autor inicia apresentando uma contextualização histórica acerca do tema, desde o seu início na França e apresenta um conceito geral de economia social, incluindo todas as atividades econômicas conduzidas por empresas, principalmente cooperativas, associações e sociedades de benefício mútuo, cuja ética transmite os seguintes princípios: (1) prestação de serviço aos seus membros ou para a comunidade antes do lucro; (2) gestão autônoma; (3) um processo democrático de tomada de decisão; (4) a primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital na distribuição das receitas. Além dos conceitos iniciais, pontos importantes são abordados nas discussões teóricas do artigo, como: relação do tema com terceiro setor, diferença entre a economia social da Europa e dos EUA, início do tema na China com a ascensão da empresa social. É na parte teórica, quando apresenta a economia social no país antes da transição econômica, que o autor cita esfera pública como uma discussão que vinha sendo realizada por diversos estudos que abordavam terceiro setor, sociedade civil na China. Apresenta ainda como se deu o ressurgimento da economia social na China, por volta da década de 1970 e com a crescente liberdade econômica e social, ocorreu o aumento das novas formas de organizações sociais e cooperativas no país. Buscando fazer uma possível referência a contextualização de esfera pública no artigo, identificou-se que, conforme Zhao (2013, p. 1106): “a ascensão da sociedade civil veio junto com o desenvolvimento econômico e a modernização social”. Na China, diversos grupos de empreendedores institucionais e sociais têm se dedicado como forças de mudança social. Para tanto, cita três grandes grupos que lutam por seus direitos por meio de redes sociais.

Assim sendo, para que a economia social se instalasse na China, o autor cita três grandes desafios: tradições históricas e culturais, a ligação com o Ocidente e a já citada, ascensão da sociedade civil. O impacto da economia social pode ser observado por alguns aspectos, como: redução da pobreza, prestação de serviço social, integração de trabalho aos desfavorecidos e o desenvolvimento da comunidade, focado muito em questões ambientais, de terra e reconstrução rural.

O último artigo que relaciona economia solidária ou economia social com esfera pública foi publicado em 2022 pelos autores Weisz, Tommasino e Ribeiro (2022) com o título “Entramados afectivos en movimiento: redes de Economía Social y Solidaria en Uruguay” e é o que mais apresenta a discussão sobre esfera pública em seu texto. O artigo apresenta duas redes comunitárias – Rede de Grupos de Mulheres Rurais e a Rede de Agroecologia do Uruguai (RAU) – que “invadiram” a esfera pública do país nas últimas décadas com o intuito de adquirir soluções coletivas para suas necessidades comuns, com foco em questões ambientais e de gênero. Apresentando o contexto do Uruguai, os autores informam que a economia social e solidária no país possui um conjunto de experiências com base em valores solidários. Weisz, Tommasino e Ribeiro (2022) pretendem compreender como essas redes comunitárias e solidárias politizam a vida de seus membros e transformam os vínculos relacionados às lutas pela defesa de seus direitos, seus saberes e a preservação de seus territórios.

Um ponto importante apresentado no artigo refere-se a contextualização e o impacto da COVID-19 na formação de novos grupos. Os autores relatam que a RAU conseguiu participar de ações conjuntas na elaboração de políticas públicas e foi possível aprovar o Sistema Participativo de Garantia por meio de um Decreto. Em relação a isso, segundo os participantes da REDMU, quanto mais unidos estiverem, mais contato com o governo conseguem para irem em busca de seus interesses. Os autores não trabalham teoricamente a esfera pública, apenas citam a participação dos grupos na mesma e poucos exemplos de formas de participação e organização.

Segundo os autores, essas expressões coletivas se orientam para a produção em comum nos espaços de reprodução da vida humana não vinculadas diretamente à valorização do capital e se sustentam em relações de afeto, amizade, cuidado do humano com a natureza.

Após a apresentação dos quatro artigos que relacionam os termos selecionados na tese, conclui-se que os termos, em níveis internacionais e nacionais, por meio da base de dados *Web of Science* não se relacionam efetivamente. Essa conclusão se justifica em virtude dos poucos artigos encontrados, pela leitura dos textos e pela constatação de que o conceito de economia solidária ou social não se articula diretamente com a esfera pública.

Diante dessa evidência, buscou-se realizar uma análise mais abrangente na base de dados *Web of Science* com o objetivo de entender o campo a ser estudado e a nossa principal categoria. Para tanto, os dez artigos mais citados na segunda busca realizada na base são apresentados na Tabela 4 com o intuito de identificar a relação entre a economia solidária ou economia social e esfera pública, ressaltando que o termo fechado “*public sphere*” não foi identificado de início.

Na Tabela 4 são apresentados os dez artigos mais citados na segunda busca realizada pela autora na base de dados *Web of Science*.

Tabela 3 - 10 artigos mais citados na base de dados Web of Science

Autores	Artigo	Número de citações
Bacon (2010)	Who decides what is fair in fair trade? The agri-environmental governance of standards, access, and price	116 citações
Gutberlet (2015)	Cooperative urban mining in Brazil: Collective practices in selective household waste collection and recycling	80 citações
Arampatzi (2017)	The spatiality of counter-austerity politics in Athens, Greece: Emergent ‘urban solidarity spaces’	77 citações
Lang, Song e Zhang (2017)	Responses of the water-yield ecosystem service to climate and land use change in Sancha River Basin, China	65 citações
Sepulveda (2015)	Social Enterprise – A New Phenomenon in the Field of Economic and Social Welfare?	63 citações
Sonnino e Griggs-Trevarthen (2012)	A resilient social economy? Insights from the community food sector in the UK	56 citações
Zografos (2007)	Rurality discourses and the role of the social enterprise in regenerating rural Scotland	48 citações
Gutberlet et al. (2017)	Waste Picker Organizations and Their Contribution to the Circular Economy: Two Case Studies from a Global South Perspective	37 citações

Agarwal (2015)	The power of numbers in gender dynamics: illustrations from community forestry groups	37 citações
Rakopoulos (2014)	Resonance of Solidarity: Meanings of a Local Concept in Anti-austerity Greece	35 citações

Fonte: Pesquisa realizada na base de dados *Web of Science* (2022)

Com o objetivo de entender a contribuição que esses artigos trazem para o campo da economia solidária e da discussão acerca da esfera pública, são apresentados os principais pontos abordados em cada artigo, bem como a relação existente (ou não) entre economia solidária ou economia social e esfera pública.

O artigo de Bacon (2010) foi o mais citado e aborda o comércio justo do café e a governança em torno dessa prática, demonstrando que as políticas estabelecidas por meio da governança do comércio justo influenciam quais produtores têm acesso, quais as práticas agrícolas são realizadas e como se dá a alocação de custos e benefícios. Assim, o autor demonstra no decorrer do trabalho que a governança do comércio justo continua a ser um processo contestado, socialmente incorporado e sujeito a diversas restrições político-econômicas, convicções pessoais e contingências dependentes do caminho e, com o intuito de trabalhar a abordagem social, apresenta Karl Polanyi para trazer a governança agroambiental em um contraste com a estratégia neoliberal dominante. Em seu artigo, Bacon (2010), após examinar redes de comércio justo e dos mercados em rápida evolução, desenha três modelos diferentes de comércio justo, sendo: um modelo centrado na empresa e orientado para o lucro com foco na expansão rápida de nichos de mercado de alta margem para produtos certificados; um segundo modelo comercial alternativo orientado para a economia social e com a proposta de reformar o sistema de comércio global e; por último, encontrou modelos híbridos de comércio justo. No que se refere ao segundo modelo, o autor reforça que: a cadeia de valor é orientada para a economia solidária, pois promove a cooperação, responsabilidade mútua, redistribuição de renda e tomada de decisão deliberativa e seus membros fazem parte de cooperativas de produtores do sul e do norte.

Relacionando a governança do comércio justo com esfera pública, o autor examina e realiza uma análise institucional da Fairtrade Labelling Organizations International (FLO) e da micropolítica associada a um aumento considerável entre 2007-2008 nos preços do café certificado pelo comércio justo e, a partir disso, evidencia a ocorrência de debates e mobilizações lideradas por pequenas cooperativas de comércio justo com o apoio da sociedade

civil. Um movimento por parte dos pequenos produtores que gerou mudanças em relação a suas demandas deu-se a partir de uma rejeição que ocorreu pela FLO para um aumento no preço dos cafés. A partir disso, se organizaram, juntamente com várias organizações da sociedade civil e pressionaram a Instituição pelo aumento e, em março do ano de 2007, a FLO anunciou a modificação dos preços.

Em relação a configuração da FLO e a forma como as decisões são tomadas, ressalta-se que das doze cadeiras, quatro são ocupadas por pequenos produtores (duramente conquistados), seguidos por dois comerciantes e membros externos, porém, o autor deixa claro que há o interesse em reduzir para dois lugares apenas para os pequenos produtores. Além disso, o autor apresenta a falta de representação na FLO no que se refere aqueles que não possuem voz, como Organizações comerciais alternativas, produtores de pequena escala e organizações de base da sociedade civil, e reforça que quando há alguma participação, não é considerada proporcional as contribuições que fazem ao comércio justo.

Ao final do artigo, o autor constata uma mudança em relação a essa questão, como a posição das redes de produtores dentro da FLO e a mudança de beneficiários a coproprietários do sistema. Porém, deixa claro que o comércio justo considerado mais justo deveria incluir um processo de governança com mais pessoas da sociedade civil, partes interessadas do desenvolvimento de base e dos consumidores, bem como a realização de reformas em organizações que prezem pela transparência, flexibilidade e responsabilidade. Conclui-se, portanto, que o artigo de Bacon (2010) apresenta uma contribuição significativa quando se discute como as decisões são tomadas em relação ao comércio justo, apresenta uma relação dos seus princípios com o da economia social e evidencia que, apesar de constituírem uma organização que busca seus direitos, as discussões e decisões que envolvem o comércio justo de café não priorizam os pequenos produtores e muitas das vezes não os dão voz e as mesmas são tomadas com outros interesses, baseados nos que possuem maior poder e conhecimento.

O segundo artigo mais citado foi desenvolvido em 2015 pelo autor Gutberlet com o seguinte título: *“Cooperative urban mining in Brazil: Collective practices in selective household waste collection and recycling”* tem como objetivo demonstrar a atuação das cooperativas de reciclagem no Brasil e suas principais contribuições econômicas, ambientais e sociais por meio da análise empírica da Rede COOPCENT-ABC, na região metropolitana de São Paulo. Este artigo evidencia dados coletados por cooperativas no mundo, deixando claro o quanto são importantes, tendo em vista a economia que proporcionam ao governo e a possibilidade de trabalho decente para pessoas economicamente excluídas, além de contribuírem para a preservação do meio ambiente. Um dado relevante refere-se ao Brasil ao

afirmar que apenas 18% dos municípios possuem coleta seletiva formal, sendo a restante realizada por meio de recicladores informais. Na América Latina tem, segundo Gutberlet (2015), cerca de mil organizações de recicladores, envolvendo cooperativas, associações e sindicatos e ressalta que, na maioria dos países da América Latina, o governo apoia essas organizações e desenvolveu leis e medidas de financiamento.

Outro ponto relevante refere-se à função dos treinamentos que são repassados a esses trabalhadores pelos governos e pelas organizações não governamentais, pois proporcionam conhecimento sobre liderança e tornam-se capazes de participar das tomadas de decisões coletivas e negociações com os governos sobre os contratos de gestão de resíduos, entre outros pontos. O autor aborda também a importância das Redes e demonstra que no Brasil várias foram criadas com o intuito de negociar com o governo ou empresas em eventos públicos.

Ao analisar a Rede COOPCENT-ABC, o autor apresenta quatro visões, sendo: desafios individuais, desafios de grupo, desafios do município e desafios nacionais, internacionais e mundiais acerca do cooperativismo de reciclagem. Os individuais focam na questão das condições de exclusão que os recicladores viveram a vida toda e os traumas gerados. O mundo da cooperativa auxilia no desenvolvimento da reciprocidade e solidariedade por meio do cotidiano do trabalho, interações e diálogos desenvolvidos.

Os desafios em grupo referem-se à qualidade e disponibilidade de equipamentos da coleta, separação, compactação e transporte de materiais recicláveis, além da organização do trabalho e da utilização do espaço que as cooperativas possuem. Já os desafios municipais estão ligados a remuneração dos serviços prestados pelos catadores e, apesar de algumas cidades terem instituído o coletor de materiais recicláveis como categoria profissional, muitas delas não estão engajadas na gestão inclusiva dos resíduos e uma forma de modificar esse cenário seria a organização dos recicladores e seus defensores para chamarem a atenção do governo local para os desafios e oportunidades que a cooperativa de reciclagem impõe. Os desafios mundiais envolvem políticas nacionais e internacionais que prezem pela redução da embalagem, pela responsabilidade vitalícia do produto e pela promoção da reutilização e reciclagem. O desenvolvimento de políticas públicas pode colaborar, mas o autor também chama a atenção para a educação ambiental em nível global como etapa importante para a redução dos desafios.

Apesar de apresentar uma contribuição interessante acerca da economia social e solidária no cenário dos catadores e cooperativas de reciclagem, o autor não apresenta uma discussão acerca da esfera pública, apenas ressalta em algumas partes do texto, bem como na conclusão a importância que a organização dos catadores, suas cooperativas e o governo possuem na organização de programas formais de coleta seletiva e na remuneração de forma

justa dos catadores, além da reintegração dos mesmos após anos vivendo na exclusão. Cita algumas Leis importantes no Brasil para os catadores e suas organizações, mas não explica como as mesmas foram construídas e se houve participação massiva dos catadores e interessados, de forma que fosse possível compreender a influência deles.

O terceiro artigo mais citado possui como título “*The spatiality of counter-austerity politics in Athens, Greece: Emergent ‘urban solidarity spaces’*” escrito pela autora Arampatzi (2017) tem como proposta analisar as políticas de contra-austeridade emergentes no contexto de Atenas, na Grécia. Ela identificou e estudou a trajetória de luta de baixo para cima da população local que tinha como foco a resistência às políticas de mercantilização do espaço urbano, decadência ambiental, a revolta da juventude e a ocupação da praça Syntagma. Diante da política de austeridade identificada, desde 2010, o país desenvolveu a prática da organização coletiva e prática solidária em bairros locais. Realizou análises de espaços de solidariedade urbana e desenvolveu quatro focos analíticos inter-relacionados para analisar a crise neoliberal e as formações “de baixo para cima”. Considerou que os espaços solidários contribuem para a formação da economia solidária e social e entendida como uma alternativa a austeridade. A partir dessa proposta foi que a autora identificou a rede horizontal formada e os principais atores envolvidos, o que proporcionou o entendimento acerca das articulações políticas que foram desenvolvidas pelas iniciativas de base. Vale ressaltar que a autora fez uma pesquisa etnográfica durante nove meses e acompanhou dois grupos e, dentre esses, participou de assembleias, reuniões, entrevistou participantes, analisou material fornecido pelos mesmos e contou com as anotações no seu caderno de campo para entender como as pessoas contestam as crises neoliberais “de baixo para cima” e desenvolvem a solidariedade.

Lang, Song e Zhang (2017) abordam o serviço de abastecimento de água e sua influência no desenvolvimento sustentável trazido pela economia social. O artigo não trata da esfera pública, nem dos processos de debates públicos sobre as temáticas.

Sepulveda (2015) aborda a empresa social e sua emergência na arena política dominante desde os anos 1980-1990 e sua análise se dá a partir do caso da Inglaterra. Ao abordar o público participante de políticas públicas, focam nos atores não-públicos, como movimentos empresariais comunitários, cooperativas, negócios sociais e movimento do comércio justo. Na Inglaterra, a empresa social saiu de uma simples ‘ideia política’ para um campo organizacional concreto, promulgado pelo Estado e até 2006 eram abordadas como empresas e parte do mercado e não como terceiro setor, quando criaram o Gabinete do Terceiro Setor, contando com a participação de Governo e empresas sociais. Um exemplo de objetivo alcançado por meio de lutas foi a Lei que permite as empresas sociais e o terceiro setor a participarem de

contratos do setor público, demonstrando a influência que tiveram nos processos de formulação de políticas.

Assim, Sepulveda (2015, p. 855, grifo nosso) compreende que “o processo de consolidação da empresa social como uma construção política chave e fonte de agência real no cenário de bem-estar social inglês”.

Sonnino e Griggs-Trevarthen (2012) estudam o potencial da economia social por meio da construção de um modelo de desenvolvimento alternativo que reconecta as comunidades com sua base de recursos no sentido de aumentar sua resiliência. Nesse sentido, exploram as práticas e valores daqueles que estão envolvidos na economia social por meio de cinco empresas comunitárias de alimentos do Reino Unido. Os autores alinham a discussão de economia social com os objetivos ambientais, chamado de ‘empreendedorismo comunitário verde’ e trazem o setor alimentício comunitário como foco, pois iniciativas coletivas são desenvolvidas, como as cinco escolhidas pelos autores: uma padaria local e artesanal, uma horta comunitária, uma empresa que promove o cultivo de alimentos orgânicos em hortas da cidade, uma feira de agricultores e uma fazenda comunitária que produz e vende comida local.

Os autores, por meio de entrevistas e pesquisa documental, listaram alguns pontos que mereciam atenção nas entrevistas, como: financiamento, fortalecimento da identidade local, questões ambientais. Um dos pontos abordados pelos entrevistados refere-se às barreiras institucionais existentes em relação a produção e varejo dos alimentos convencionais condicionadas pelo contexto político, que continua subsidiando os grandes agricultores, assim como a falta de consciência dos cidadãos sobre os impactos sociais e ambientais dos alimentos. Assim, de acordo com Sonnino e Griggs-Trevarthen (2012, p. 285) “a resiliência destas iniciativas depende, em certo sentido, da sua capacidade de envolver a comunidade local – um envolvimento que se traduz em maior acesso a voluntários, maior sucesso na angariação de fundos e acesso ao conhecimento e competências de diferentes pessoas”. Na perspectiva dos empreendedores sociais existe a necessidade de replicar o modelo para que ocorra o crescimento real do setor de alimentos comunitários. Apesar de ser um trabalho que aborda pontos importantes para compreender o fortalecimento da economia social e adesão de voluntários a essas práticas, o artigo não apresenta uma referência significativa à esfera pública, nem tampouco destaca como esses empreendedores sociais se unem e se mobilizam para buscar objetivos em nível político.

Zografos (2007) aborda os discursos de ruralidade e o papel da empresa social na regeneração rural da Escócia por meio das Empresas de Fundos de Desenvolvimento em relação ao seu papel na regeneração da comunidade através da entrega de projetos que

melhoram as condições ambientais e de vida locais. Os discursos analisados se basearam em um discurso de ruralidade hedonista que se dividiram em três subdiscursos (radicalismo anticomercial, pragmatismo radical e radicalismo com 'r' pequeno), além de discursos que focavam na ruralidade utilitarista e agro-ruralistas que não se destacaram. Apesar dessa divergência de discursos, houve consenso em relação a rejeição, inicial, da contribuição dos Fundos de Desenvolvimento, substituindo as funções do Estado e da autoridade local da Escócia.

Segundo Zografos (2007, p. 39):

A análise do discurso permite o desdobramento e a compreensão de desafios às visões 'predominantes' ou formuladoras de políticas do 'rural' e revela pontos de possível tensão de políticas futuras com impacto na paisagem rural. Também permite considerar se as visões políticas do futuro do 'rural' estão em sintonia com as visões das partes interessadas no terreno e também revela pontos de consenso entre as visões das partes interessadas de uma forma que permite o planejamento de políticas mais inclusivas.

Apesar de não fazerem referência direta a esfera pública, o autor apresenta os fóruns democráticos participativos como uma possibilidade de relacionar os empreendedores sociais com o Estado e com outros atores com o objetivo de garantir uma sustentabilidade futura.

Gutberlet et al (2017) descrevem dois estudos empíricos de organização de catadores no Brasil e na Argentina com o objetivo de analisar como realizam serviços de coleta seletiva, se relacionam com os municípios e indústrias e praticam a economia circular. Para isso, estudam a economia social e solidária atrelada a economia ecológica com o foco tanto na sustentabilidade ambiental, como nas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais envolvidas na produção, consumo e descarte. Segundo os autores, essa relação se dá pelo fato da economia ecológica e da economia social e solidária chamarem atenção para novas formas de interações econômicas, onde as pessoas e o meio ambiente importam, transcendendo a geração do lucro e a orientação para a eficiência.

Um ponto a ser destacado é que nesse artigo investigam a COOPCENT – ABC, mesma cooperativa abordado no trabalho de Gutberlet (2015) que é um dos trabalhos destacados anteriormente.

Os autores discutem duas abordagens, sendo a primeira referente a necessidade de uma estrutura de política pública voltada para reconhecer os catadores como prestadores de serviços para as residências e para as indústrias e, a segunda, refere-se ao potencial das habilidades pedagógicas dos catadores. Destacam que nas duas abordagens deve-se incluir a participação de uma rede de atores na governança das políticas públicas de gestão de resíduos, desde a formulação até a avaliação.

Ao discuti-las, os autores deixam claro a desigualdade existente entre cooperativas de resíduos sólidos em relação as empresas privadas que também prestam esse serviço. Para diminuir essa desigualdade, apontam que é essencial desenvolver e fortalecer as estruturas de políticas públicas que indiquem claramente o papel e a contribuição das organizações de catadores na economia coletiva, ou seja “os catadores precisam ter a capacidade de atuar como atores centrais nos processos de tomada de decisão e também precisam de flexibilidade suficiente para abordar os contextos situados de cada cooperativa” (GUTBELERT et al., 2017, p. 8) .

Esse artigo, assim como alguns dos já apresentados acima, não destaca a formação de esferas públicas na economia solidária, mas destaca a participação de diversos atores – presentes no movimento da economia solidária ou não – na formulação de políticas públicas em prol dos resíduos sólidos e das cooperativas desse segmento.

Agarwal (2015) argumenta que além da ideia de solidariedade, o conceito de economia social e solidária apresenta a noção de grupo coeso, conectividade e apoio mútuo entre os membros, ao lidar com o Estado e com o mercado. Apesar de se relacionarem com grupos externos, a autora destaca que existe desigualdade e exclusão dentro dos próprios grupos pertencentes a economia social e solidária, com foco nas desigualdades de classe e gênero, que podem afetar a forma como os membros se envolvem, tomam decisões e como o impacto nos resultados pode ser influenciado. Além disso, o artigo demonstra o impacto do aumento de desfavorecidos nas instituições públicas e a capacidade de participação das mulheres (maioria pobres) na articulação e busca de demandas atendidas.

A autora faz uma pesquisa empírica com Instituições Florestais Comunitárias na Índia e no Nepal que administram terras florestais degradadas de propriedade do governo, transferidas para comunidades/grupos de usuários locais para proteger e administrar, com divisão de responsabilidades e benefícios. Nessas Instituições, a autora entrevistou mulheres que faziam parte do comitê executivo e percebeu que, conforme o maior número de mulheres nesse comitê, mais mulheres participavam das reuniões que envolviam as instituições e suas demandas.

Nos dois locais, os resultados demonstram a importância de ter a presença de, pelo menos, um quarto a um terço de mulheres nos órgãos de decisão. Um grupo de mulheres que teve destaque nessas decisões foi das mulher sem-terra que conseguiam expressar suas opiniões por não terem tantas restrições por normas sociais. Assim, “é especialmente importante incluir nas instituições locais de governança as mulheres que são economicamente e socialmente

desfavorecidas, não apenas pela equidade, mas também para que seus interesses sejam mais bem representados” (AGARWAL, 2015, p. 9).

As mulheres tiveram resultados positivos na conservação ambiental e consciência maior porque conseguem disseminar informações claras dentro da comunidade e para número maior de mulheres. Uma discussão que houve interação das mulheres do comitê com mulheres da localidade foi referente ao aumento da extração de lenha, o que nos debates das Instituições Florestais Comunitárias. Para alcançar seus objetivos, as mulheres formaram identidade de grupo para superar as divisões que surgiam por meio de diferença social ou econômica e conheceram as restrições de cada uma para que fosse criada confiança e empatia entre elas. A autora apresenta os fóruns de deliberação democrática como forma de torná-las mais eficazes na promoção de seus interesses coletivos.

Assim, Agarwal (2015, p. 15) conclui:

Além disso, as decisões tomadas por meio de discussão aberta provavelmente terão mais legitimidade e levarão a uma maior conformidade geral e sustentabilidade institucional. Com o tempo, os fóruns de deliberação poderiam ajudar as mulheres a construir uma consciência de grupo e solidariedade que também as capacitaria melhor para lidar com instituições governamentais.

Esse artigo não apresenta claramente a formação da esfera pública, mas deixa claro a importância da articulação de grupos em busca de seus interesses coletivos, além de demonstrar que o agrupamento local influencia tomadas de decisões. Destaca-se a importância de se debater assuntos coletivos, o que pode levar a resultados que atendam a demanda da maioria e, para isso, usam a participação feminina nos processos decisórios, o que implica na participação de outras mulheres nas discussões, mesmo que ainda em fóruns menores.

O último artigo mais citado foi desenvolvido por Rakopoulos (2014) que desenvolve um estudo de caso de um movimento de “economia solidária” e a partir daí explora as repercussões políticas mais amplas dessa atividade que surgiu na Grécia contemporânea, onde projetos de bem-estar social de base são organizados para enfrentar as dificuldades nos meios de subsistência dos atores envolvidos na crise da Grécia. O autor mostra como algumas pessoas em Atenas se organizaram e responderam à crise formando redes de distribuição de alimentos como alternativa ao cenário vivido, principalmente por meio do grupo informal RA.ME.

Esse grupo objetiva formar uma cooperativa no futuro e funciona da seguinte maneira: a associação opera com base em uma rede informal de solidariedade, organizando a coleta e distribuição de produtos agrícolas diretamente dos produtores aos consumidores, a preços de sub-varejo. Vale ressaltar que seus objetivos vão além das preocupações com os alimentos,

ampliando sua agenda de mudança política. Diante disso, após os dias de “feira”, o grupo se reunia para debater sobre o dia do evento e suas demandas políticas, se unindo a outros grupos que lutavam pelos mesmos direitos, assinaram um acordo coletivo para fortalecer os grupos perante a crise. Segundo Rakopoulos (2014, p. 325 – grifo nosso):

A gama de ideias que eles apoiaram, a “educação política” que eles aspiravam contribuir, como Voula colocou em uma assembleia, a distribuição do discurso político e o compartilhamento do descontentamento com os consumidores nos mercados de domingo que eles estabeleceram, tudo sugere sua ligação de preocupações de subsistência com uma agenda política.

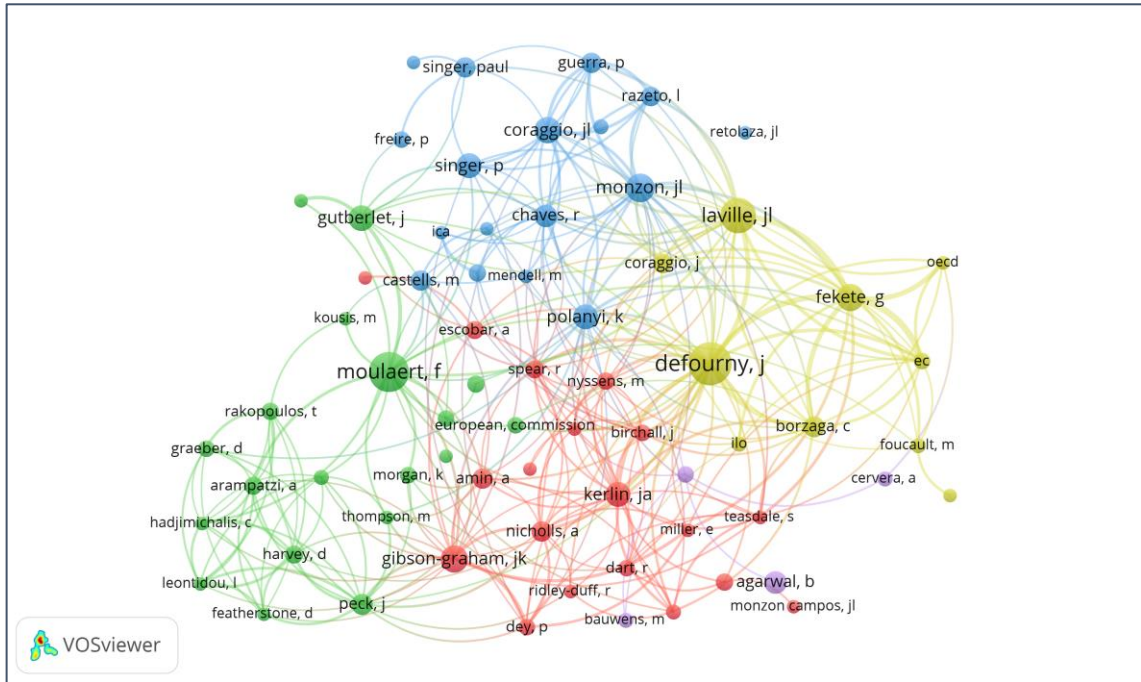
Esse artigo aborda a importância da organização de grupos informais na luta de seus interesses, além de demonstrar a importância que a ação coletiva possui e o caminho que percorrem para se formalizarem como cooperativas. Apesar de não abordar o conceito de esfera pública, ele demonstra a importância da organização civil por meio de grupos para influenciarem o cenário político.

O intuito de apresentar os dez artigos mais citados da busca realizada na *Web of Science* foi justamente compreender como a esfera pública é abordada em estudos sobre economia solidária. Não foram encontrados nos artigos analisados a discussão sobre a formação de esferas públicas a partir da economia social e solidária, mas há uma discussão em quase todos sobre a importância da organização coletiva em prol de objetivos coletivos, para posteriormente, se firmarem como políticas públicas. Os artigos tendem a demonstrar alguns grupos que se uniram, a força que possuem e diante dessa evidência, esta tese tem como proposta mergulhar nesse *gap* existente, no sentido de explorar como esferas públicas são formadas no campo da economia solidária, no nosso caso, apresentando o contexto da economia solidária brasileira.

5.2.2 Autores mais citados

Na figura 5 é possível identificar os autores mais citados nos artigos encontrados e que merecem destaque aqui. Esses autores também tiveram obras base destacadas que são analisadas posteriormente.

Figura 5 - Autores mais citados nas referências dos artigos da busca



Fonte: Pesquisa base no VosViewer (2022)

Como podemos observar por meio da rede, aqueles que possuem maior destaque são considerados os mais citados. Jacques Defourny possui 45 citações; Frank Moulaert com 39 citações; Jean-Louis Laville com 37 citações; José Luís Coraggio possui 35; Paul Singer conta com 29 citações; José Luís Monzon com 22 citações, assim como Karl Polanyi; Jürgen Habermas possui 6 citações, Nancy Fraser com 5 citações.

Jacques Defourny é professor de economia de terceiro setor na Universidade de Liege, onde dirige o Centro de Economia Social e é pesquisador de economia social há mais de 25 anos. Frank Moulaert faz parte da Unidade Global de Pesquisa Urbana (GURU) da Universidade de Newcastle, Reino Unido. Desde 1980 estuda inovação social, especialmente em relação ao desenvolvimento local e regional e traz a ideia de compreender qual o significado de solidariedade em movimentos e iniciativas socialmente inovadoras. Jean-Louis Laville possui doutorado em sociologia e é diretor de investigação no Collège d'Etudes Mondiales de Paris, professor de Economia Solidária no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), investigador no LISE (CNRS-CNAM) e no IFRIS, é membro do Conselho Diretivo do Instituto Karl Polanyi de Economia Política, membro fundador e dirigente da Rede Internacional de Investigação EMES, membro fundador da Rede Latino-Americana de Investigadores em Economia Social e Solidária (RILESS). Seu livro “Economia solidária: uma perspectiva internacional (1994)” tornou-se referência nos estudos sobre economia solidária no Brasil.

Assim como Laville, José Luís Coraggio é economista e possui uma relevância muito grande nos estudos sobre economia solidária. É professor Emérito da Universidade Nacional General Sarmiento (UNGS), diretor Acadêmico do Mestrado em Economia Social (MAES). Suas pesquisas atuais abordam economia popular urbana, desenvolvimento local e economia do trabalho e políticas sociais, especialmente políticas educacionais. Paul Singer é considerado o “pai da economia solidária” no Brasil e não tem como estudar a temática sem passar pelos seus trabalhos, além de compreender a sua atuação política em prol do movimento da economia solidária no Brasil. Economista e doutor em sociologia, foi professor titular da Universidade de São Paulo, participou da formação do PT, foi secretário de planejamento de São Paulo e assumiu a SENAES, onde permaneceu até 2016.

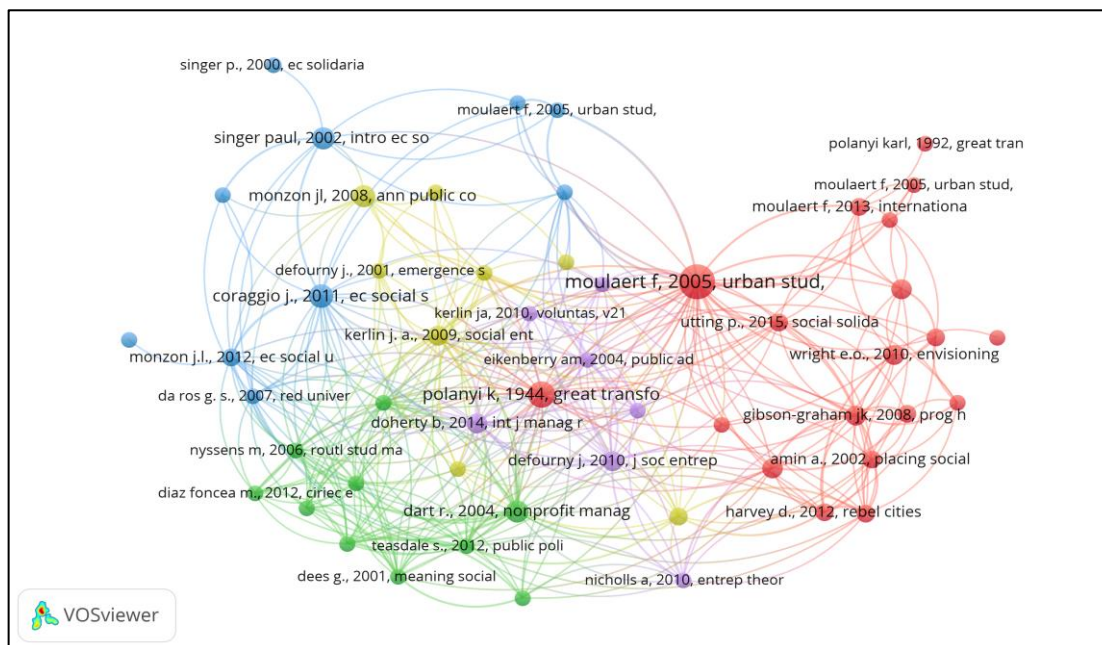
José Luís Monzon é professor de Economia Aplicada, diretor do Observatório Espanhol e Ibero-Americano de Economia Social e presidente do CIRIEC-España, diretor do *CIRIEC-España*, uma revista de Economia Pública, Social e Cooperativa, que inclusive foi a revista que mais publicou artigos da busca realizada. Karl Polanyi foi um filósofo, historiador da economia e antropólogo conhecido pela sua crítica ao pensamento econômico tradicional. Como cientista social austríaco, escreveu o livro “A grande transformação” em 1944, sendo um livro clássico nas ciências sociais.

Optou-se por trazer a referência de Habermas e Fraser, pois são autores que abordam discussões sobre esfera pública. Mas conforme já mencionado em alguns momentos e evidenciado aqui com os autores mais referenciados, a discussão sobre esfera pública nos artigos da busca não acontece de forma evidente e isso pode ser observado não só pela leitura dos artigos, mas também por meio da análise dos autores, uma vez que os únicos que abordam a temática não aparecem de forma significativa nas referências dos artigos encontrados na busca, o que demonstra a originalidade desta tese.

5.2.3 Documentos citados pelos artigos da busca

Com o objetivo de compreender o campo de pesquisa e, mais ainda, se autores considerados renomados nas discussões sobre economia solidária e esfera pública são referenciados, buscou-se analisar essas referências e a rede formada, conforme Figura 6, nos mostra essa relação. Aqui nosso objetivo maior é compreender se esses autores e suas obras foram citados nos artigos analisados na busca.

Figura 6 - Documentos mais citados nos artigos da busca



Fonte: Pesquisa com base no VosViewer (2022)

O documento mais citado, conforme descrito na rede é de Moulaert e Ailenei (2005) intitulado *“Social Economy, Third Sector and Solidarity Relations: A Conceptual Synthesis from History to Present”* e, por ser teórico, apresenta uma vasta discussão sobre economia social, conta com um levantamento histórico e acadêmico contemporâneo, ressaltando conceituações enraizadas na prática da economia social. Além disso, apresenta como relevância abordar a necessidade de um conceito unificador com o propósito de “abraçar” a diversidade de abordagens e conceitos existentes sobre economia social. Esse artigo, por se apresentar como um ponto de partida teórico para os estudiosos da área, se destaca como obra mais citada nos artigos da nossa busca. De acordo com o programa *VosViewer*, essa obra possui link com 39 outras obras da busca. Além disso, vale destacar aqui, o autor Moulaert possui mais outras duas obras (2005) e (2013) que também aparecem na rede.

Outra obra importante demonstrada na rede é a de Polanyi (1944), que possui link com outras 28 obras e refere-se a sua obra primordial *“The great transformation”* que é considerada uma obra importante para se entender o surgimento do movimento da economia solidária na Inglaterra e, por conseguinte, compreender o movimento e as experiências advindas de outros países. Nessa obra, Polanyi aborda a formação da economia social na Inglaterra e conta com as contribuições da antropologia e da economia política, destacando-se a abordagem social dos contramovimentos dos trabalhadores que buscavam a liberdade, além disso, apresenta as contribuições de Robert Owen para a organização dos trabalhadores em cooperativas.

Doherty, Haugh e Lyon (2014) com o trabalho “*Social Enterprises as Hybrid Organizations: A Review and Research Agenda*” aborda uma discussão sobre as empresas sociais por meio de uma revisão de literatura e identificam o hibridismo como características das empresas sociais, ou seja, buscam a sustentabilidade financeira e também o propósito social. Ao analisarem o contexto dessas empresas, os autores avaliaram o impacto do hibridismo na gestão, compreenderam como se realiza a aquisição de recursos financeiros e a busca por mobilização do pessoal. Esse trabalho está ligado a 29 outras obras. Ao realizar a rede de palavras-chave mais citadas, destaca-se a “*Social Enterprise*”.

Além dessas obras já citadas, foram identificadas na rede outras obras de autores importantes na discussão sobre economia solidária, tendo em vista a referência de que todos os trabalhos encontrados na busca inicial (142) abordaram a temática. Assim, encontramos as seguintes obras: Singer (2000) – Economia solidária no Brasil; Singer (2002) – Introdução a economia solidária; França Filho e Laville (2004) – Economia solidária: uma abordagem internacional; Coraggio (2011) – *Economia social y solidaria: el trabajo antes que el capital*.

Esses e outros trabalhos contribuem para compreendermos o campo da economia solidária como um todo e deixa claro o quanto o campo é amplo, contando com diversos autores que abordam questões diretas e indiretas ligadas ao movimento da economia solidária. Ressalta-se que nessa rede não encontramos autores que estão ligados a discussão que envolve Habermas, por ser o autor principal da nossa categoria ‘esfera pública’, nem outros autores que abordam também, ou até aqueles que criticam o conceito.

6 O DEBATE PÚBLICO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Essa etapa da tese se direciona para o entendimento acerca do debate público que possibilitou a formação de esferas públicas sobre economia solidária durante os últimos 20 anos. Para compreendê-lo, foram utilizados eventos nacionais para analisar os temas de maior relevância no campo da economia solidária, quais as demandas eram solicitadas e como se organizaram.

6.1 Os fóruns nacionais de economia solidária

A economia solidária se configura como uma possibilidade de construção de uma globalização solidária com base nas relações entre participantes do movimento da economia

solidária em diferentes continentes e sua articulação com outros movimentos sociais e políticos que defendem uma nova concepção de desenvolvimento (TEXTO-BASE I CONAES, 2006).

A escolha de discutir os fóruns nacionais advém da identificação dos principais desafios que a economia solidária possui atualmente, mas que conforme descrito abaixo, sempre esteve presente.

Um dos principais desafios que a Economia Solidária enfrenta no Brasil é tornar as políticas atuais que lhe dão apoio em políticas perenes, de Estado (município, estado, União, Legislativo e Judiciário), inclusive, com recursos orçamentários definidos, deixando de depender da vontade dos diversos governos que se sucedem. Para tanto, é necessário que a Economia Solidária ganhe relevância na cultura política nacional, isto é, que a sociedade inteira ou pelo menos a maior parte dela, considere impensável deixar de apoiar os setores que praticam a Economia Solidária, construindo uma outra economia (TEXTO-BASE I CONAES, 2006, p. 16).

No país, o reconhecimento político e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a economia solidária tiveram um marco e um avanço de qualidade a partir de 2003, com a criação do FBES e da SENAES. Assim, esse capítulo da tese terá como proposta analisar os debates públicos em torno dos eventos nacionais que aconteceram e que contribuíram para a criação e fortalecimento de políticas públicas da economia solidária, além de incentivar a participação de diversos atores nesse processo. Para compreender os principais debates públicos em torno da temática, foram elencados e analisados os fóruns nacionais, conforme Quadro 8:

Quadro 8 - Eventos Nacionais da Economia Solidária

ANO	EVENTO
2002	I Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – I FBES
2003	II Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – II FBES
2003	III Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – III FBES
2006	I Conferência Nacional de Economia Solidária – I CONAES
2008	IV Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – IV FBES
2010	II Conferência Nacional de Economia Solidária – II CONAES
2012	V Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – V FBES
2014	III Conferência Nacional de Economia Solidária – III CONAES
2022	VI Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – VI FBES

Fonte: Da pesquisa (2022)

6.1.1 Debate público nas Plenárias do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

De acordo com Bertucci e Mendonça (2018), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é considerado um instrumento de ação e um espaço que permite articulação e debate envolvendo diversos atores e movimentos sociais em busca da construção da economia

solidária, com o intuito de fortalecê-la como outro modelo de desenvolvimento socioeconômico para o Brasil.

O FBES está presente em todo o país por meio de mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, contando com mais de 3 mil empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais, além de 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária (FBES, 2022).

Segundo Forte (2014), o FBES e SENAES são considerados dois dos principais agentes sociais e políticos da economia solidária no Brasil, por isso, partiu-se do estudo dos Fóruns Brasileiros para compreender os debates públicos sobre economia solidária no país e a formação das esferas públicas.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) surgiu a partir da realização do I Fórum Social Mundial (I FSM) que aconteceu no ano de 2001, no período de 25 a 30 de janeiro na cidade de Porto Alegre e contou com a participação de 16 mil pessoas oriundas de diversos países. Mas apesar disso, como citado por Bertucci e Mendonça (2018), as iniciativas de economia solidária no Brasil já existiam, não com esse nome, por meio de práticas diferenciadas de solidariedade.

Diante da importância que o FSM possui para a constituição do FBES, foram destacados alguns pontos para que seja possível compreender a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

O I Fórum Social Mundial teve como principal objetivo se estabelecer como uma oposição ao Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente desde 1974, que conta com a participação de mais de mil empresas multinacionais que desejam a melhoria e expansão do neoliberalismo. O FSM trouxe uma agenda de discussão variada, contando com quatro eixos centrais, sendo: I) A produção de riquezas e a reprodução social; II) Acesso às riquezas e à sustentabilidade; III) Afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos; IV) Poder político e ética na nova sociedade.

Forte (2014) ressalta que no FSM formou-se o Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária (GT Brasileiro) por trabalhadores, redes, movimentos sociais, representantes do Poder Público, Igreja Católica e ONGs e tinham como propósito “uma definição de economia solidária, seu reconhecimento social e a distinção de suas atividades de trabalho, produção, comercialização e consumo existentes nas empresas ideológica e pragmaticamente capitalistas (FORTE, 2014, p. 7)”.

O GT, a partir de sua articulação, identificou a necessidade de se constituir uma política nacional de economia solidária e um processo de fortalecimento do movimento em diversas regiões (FBES, 2022).

Foi a partir do FSM que ocorreram a criação de leis e decretos que tinham como objetivo incorporar a economia solidária como política pública nacional, possibilitando um espaço para criação, por meio da regulação, do direito ao trabalho e a economia solidária, como evidenciado por Forte (2014). Assim sendo, processos de mobilizações estaduais trouxeram propostas de política para a economia solidária, criando a SENAES e instituindo o FBES, seus objetivos e estruturas (BERTUCCI e MENDONÇA, 2018).

A definição da estrutura de organização da economia solidária no Brasil, segundo os referidos autores, passou por um processo de revisão e aperfeiçoamento por meio das Plenárias Nacionais. Conforme apresentado no site do FBES, a estrutura atual encontra-se da seguinte maneira:

- Segmentos pertencentes:



Fonte: FBES, (2022)

- Instâncias constituintes:



Fonte: FBES (2022)

- Instâncias de gestão e deliberação:



Fonte: FBES (2022)

- Apoio e execução



Fonte: FBES (2022)

O FBES se desenvolve por meio de dois objetivos, sendo: 1) Representação, articulação e incidência na elaboração e no acompanhamento de políticas públicas de economia solidária e no diálogo com diversos movimentos sociais, se inserindo nas lutas e nas reivindicações sociais sem perder seus princípios e sua autonomia; 2) Apoio ao fortalecimento do movimento de economia solidária a partir das bases.

Em relação ao primeiro objetivo, o FBES tem como propósito a junção das forças no movimento e a participação ativa em grupos de trabalho, comitês, CNES em conjunto com o legislativo e outras instâncias na construção de políticas públicas. Já em relação ao segundo, o Fórum busca realizar ações que promovam apoio ao movimento de forma que os fóruns municipais, regionais e estaduais se configurem como a força que apresenta a economia solidária como uma forma de desenvolvimento sustentável para o Brasil (FBES, 2022).

Para compreender a estrutura da Economia Solidária no Brasil, buscou-se analisar como se organiza e quais os principais temas são definidos para debates públicos. Nesse sentido, partiu-se da hipótese de que os debates públicos em torno dos eventos nacionais da economia solidária se dão a partir da ação comunicativa de seus agentes, por meio da linguagem do direito ao trabalho e de um processo dialógico que resultam de uma intensa interação entre os

participantes vinculados em organizações sociais, criando novos valores, normas e comportamentos (HABERMAS, 2012). Considerando essa hipótese, foram analisados os eventos nacionais que estruturam a economia solidária.

A I Plenária Nacional da Economia Solidária aconteceu em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro do ano de 2002 e contou com a participação de 200 trabalhadores (as) de empreendimentos solidários, além de gestores de políticas públicas e entidades de representação.

De acordo com o FBES (2012), a primeira edição do evento foi dividida em eixos com o propósito de debaterem temas correlatos à economia solidária, como: Finança Solidária; Marco Legal; Redes de Produção, Comercialização, Consumo; Democratização do Conhecimento e Tecnologia; e Organização Social da Economia Solidária.

Nagem e Jesus (2013) afirmam que o principal debate no evento foi em torno da criação de uma instância nacional da e para a economia solidária, e, a partir daí surgiu a ideia de criar um fórum nacional. Após a realização da I Plenária, os participantes aprovaram e encaminharam uma carta ao presidente Lula intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, contendo as diretrizes e reivindicações do setor, como por exemplo, a criação da SENAES dentro do MTE (NAGEM e JESUS, 2013).

Com base nos seis eixos e a partir de intenso debate que ocorreu na Plenária, os participantes deliberaram as seguintes orientações: a criação da SENAES não deve prejudicar a ação dos movimentos sociais; a possibilidade do FBES atuar como fiscal da Secretaria Nacional; buscar a representação da economia solidária no Conselho de Desenvolvimento Econômico, além de solicitar que o governo federal assumira diálogo frequente com o FBES e que a relação com o Estado seja permanente (FBES, 2012).

Para compreender os debates públicos sobre economia solidária desenvolvidos pelo FBES por meio de suas plenárias, foi analisada a Plataforma da Economia Solidária construída durante a I, II e III Plenárias Nacionais de Economia Solidária. Assim sendo, são apresentados alguns pontos de destaque na realização de cada uma das três primeiras edições do evento.

A II Plenária aconteceu durante o Fórum Social Mundial em 2003 presidida pelo GT Brasileiro de Economia Solidária em Porto Alegre. O evento contou com a participação de, aproximadamente, 800 pessoas, entre brasileiros e estrangeiros. A II Plenária se tornou um marco histórico do movimento, pois foi durante o Fórum Social Mundial que o presidente Lula anunciou a criação da SENAES, tendo como secretário Paul Singer (NAGEM e JESUS, 2013).

A III Plenária aconteceu nos dias 27, 28 e 29 de junho de 2003 em Brasília e contou com a participação de, aproximadamente, 900 pessoas. Nesse momento, um outro marco

histórico para a economia solidária aconteceu com a criação e legitimação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária com o propósito de articular e mobilizar as bases e fortalecer os fóruns que já existiam, propiciando a criação de espaços de debates permanentes no Brasil (NAGEM e JESUS, 2013). Considerando essas ações, torna-se relevante para esta tese analisar os eixos que foram discutidos durante os dois anos e que foram pontos do debate público sobre economia solidária.

A Plataforma da Economia Solidária conta com sete eixos que são considerados os temas geradores dos debates nas Plenárias realizadas nos anos de 2002 e 2003, os quais são apresentados e analisados a seguir.

No que se refere as “finanças solidárias”, os participantes debateram a importância de criar um fundo nacional de apoio e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, por meio de uma gestão descentralizada e contando com a participação popular, com recursos públicos e privados. Debateram também a inclusão de mulheres, indígenas, portadores de deficiências e comunidades de baixa renda, empreendimentos que estejam iniciando suas atividades e aqueles já estruturados (FBES, 2005).

Foi pauta de debate a importância de fortalecer instituições financeiras locais, como cooperativas de crédito, bancos do povo, bancos cooperativos e programas governamentais que sejam adequados ao contexto dos empreendimentos e assegurar que os bancos públicos destinem parte dos recursos para a economia solidária. Trouxeram também a importância de modificar as normas do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PROGER) com o objetivo de reduzir os valores das taxas de transação bancárias.

Assim, esse primeiro eixo busca garantir critérios de financiamentos, valores, juros, carências, prazos, garantia e sistema de cobrança e devolução, adequando as condições socioeconômicas e culturais dos EES, aumentando os critérios por limites de créditos estabelecidos em cálculo per capita por posto de trabalho gerado e não por empreendimento (FBES, 2005).

O segundo eixo tem como objetivo o “marco legal da economia solidária” que busca a articulação do FBES com o governo e a sociedade civil por meio de políticas e leis específicas tributária, previdenciária, trabalhista, fiscal, entre outras (SILVA, 2010). Além disso, buscam reconhecimento das diversas formas de economia solidária, como: compras coletivas, feiras, comércio justo, sistemas de trocas com moeda social, entre outras.

Para isso, debateram a importância de se discutir algumas leis que estão em vigor e que afetam as iniciativas solidárias, como a Lei de Licitações que não possibilita a compra e

venda de produtos da economia solidária, a isenção de impostos municipais, estaduais e federais na compra de matéria-prima, veículos e equipamentos, por exemplo (FBES, 2008). Além disso, foram discutidas a necessidade de atualizar a Lei do Cooperativismo, acesso ao crédito, diferenciação tributária, entre outras, levando em consideração as especificidades da economia solidária.

A “educação” é o terceiro eixo e possui como objetivo, segundo Silva (2010, p. 55):

[...] promover a educação de novas gerações através da incorporação de programas sobre a Economia Solidária junto ao MEC, da pré-escola, passando pelo ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação, introduzindo valores da cultura solidária e pedagogias que favoreçam a solidariedade e a construção de um novo modelo de sociedade.

Para isso, destacam a importância de financiar, por meio de linhas de créditos específicas (a partir da criação do fundo nacional), estudos e pesquisas sobre a temática, com o objetivo de desenvolver metodologias de gestão e tecnologias diante das necessidades dos empreendimentos. Nesse sentido, consideram imprescindível a formação de profissionais que fazem parte das iniciativas solidárias com o intuito de terem acesso aos financiamentos públicos (FBES, 2005).

Assim como destacado no marco legal, busca-se incluir as mulheres nas prioridades da economia solidária, e no que tange a educação, discutiram a necessidade de desenvolvimento de projetos de formação profissional para mulheres, destacando-se a importância das carreiras científicas e tecnológicas. Destacaram, ainda, o incentivo aos trabalhadores dos empreendimentos a entrarem em programas de alfabetização de jovens e adultos para aqueles que não tiveram acesso ao ensino formal (FBES, 2005).

A “comunicação” é o quarto eixo de debate das plenárias e apresenta a necessidade de utilizar meios de comunicação já existentes ou criar um sistema que possibilite a divulgação para a sociedade de todos os valores da economia solidária, utilizando linguagem apropriada e diversos recursos, como vídeos, cartilhas, livros didáticos, site, entre outros, de forma a alcançar a horizontalidade da informação (SILVA, 2010).

Além disso, busca-se divulgar experiências, ideias e práticas culturais da economia solidária por meio da concessão de TVs e rádios comunitários e autogestionários, de forma a contribuir para uma abrangência maior de informações sobre o movimento (FBES, 2005).

O eixo que promove os debates sobre “redes de produção, comercialização e consumo” tem como propósito geral:

Desenvolver, fortalecer e articular as redes de produção e consumo em nível local, regional, nacional e internacional, com base nos princípios da Economia Solidária, propiciando auto-sustentabilidade às mesmas, respeitando a regionalidade dos empreendimentos e estabelecendo a equidade entre os

pares, como a igualdade de gênero, raça, etnia, idade etc., garantindo a emancipação dos grupos que ainda são discriminados dentro da Economia Solidária (SILVA, 2010, p. 56).

Para isso, deixaram claro a importância de criar o portal brasileiro de economia solidária com o objetivo de apoiar a estruturação das redes de comercialização de produtos, serviços e informações, podendo assim, facilitar parcerias, negócios e investimentos coletivos entre os EES. Debateram sobre a importância do selo de certificação com o objetivo de facilitar a identificação de produtos e serviços advindos da economia solidária para incentivar a comercialização. Para eles, seria ideal que o governo criasse mecanismos para comprar produtos específicos da economia solidária, disponibilizar espaços públicos ociosos, ou construir novos espaços, como locais de trocas, comercialização e armazenamento dos produtos (FBES, 2005).

A “democratização do conhecimento e tecnologia” busca o desenvolvimento de tecnologias específicas à economia solidária, com o objetivo de desenvolver e qualificar constantemente os produtos, respeitando os valores, saberes e culturas locais, proporcionar melhor condição de trabalho, saúde e sustentabilidade ambiental aos empreendimentos solidários. As tecnologias podem ser desenvolvidas em parceria com as universidades por meio de seus projetos de pesquisa e extensão. Para isso, consideram necessário que os Ministérios e órgãos federais fomentem o desenvolvimento, qualificação e expansão da economia solidária (FBES, 2005). Consideram, também, a importância de criar mais fóruns, como os de ciência e tecnologia, com o intuito de debaterem os desafios da autogestão, além do envolvimento de estados e municípios nos debates sobre as temáticas e experiências solidárias, criar centros solidários de desenvolvimento tecnológico e proporcionar meios para que as novas tecnologias cheguem aos empreendimentos econômicos solidários (FBES, 2005).

O último eixo debatido refere-se à “organização social da economia solidária” que apresentou a necessidade de criar uma Secretaria Nacional de Economia Solidária com o objetivo de:

elaborar políticas de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da Economia Solidária no país e executá-las de maneira estratégica, particularmente no que se refere ao marco legal, finanças solidárias, redes de produção, comercialização e consumo, democratização do conhecimento e tecnologia, educação e comunicação (SILVA, 2010, p. 57).

A criação de uma secretaria, conforme debatido pelos participantes das três plenárias, possibilitará a representação da economia solidária no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e nos demais conselhos que forem organizados, fortalecer as bases do movimento por meio de redes com base em seus segmentos e localidade, organizar fóruns por unidades

federativas como formas de mobilização social para fortalecer a economia solidária (FBES, 2005).

Conforme evidenciado, os sete eixos foram discutidos durante a I, II e III Plenárias de Economia Solidária, cujos debates públicos encontram-se resumidos no Quadro 9.

Quadro 9 - Debates públicos da I, II E III Plenária Nacional de Economia Solidária

TEMAS GERADORES DOS DEBATES	SÍNTESE DOS DEBATES
1 – Finanças Solidárias	- Criação de um fundo nacional de apoio e fortalecimento dos EES.
2 – Marco legal da economia solidária	- Articulação de políticas públicas de interesse da economia solidária; - Nova Lei do Cooperativismo; - Atualização da Lei de Licitações; - Contratação de cooperativas para prestação de serviços nas esferas federais, estaduais e municipais.
3 – Educação	- Desenvolver programas educacionais sobre economia solidária, da pré-escola à pós-graduação; - Criação de uma Escola Nacional de Cooperativismo; - Apoio ao ensino, pesquisa e extensão voltados a economia solidária.
4 – Comunicação	- Utilizar meios de comunicação para cobrir, divulgar e sensibilizar a população em relação aos valores da economia solidária.
5 – Redes de produção, comercialização e consumo	- Desenvolver redes de produção e consumo em nível local, regional, nacional e internacional, com base nos princípios da Economia Solidária; - Desenvolver marcas e selos de certificação para produtos e serviços da economia solidária.
6 – Democratização do conhecimento e tecnologia	- Desenvolver tecnologias apropriadas à economia solidária em parceria com as universidades por meio de programas de pesquisa e extensão; - Criar mecanismos para que essas tecnologias estejam disponíveis a todos os empreendimentos econômicos solidários.
7 – Organização social de economia solidária	- Criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Fonte: Da autora com base em FBES (2005)

Em relação ao documento elaborado a partir das três Plenárias, foi construído a muitas mãos e o debate em torno de todos os seus pontos durou cerca de dois anos. A materialização de um debate no formato de um documento, como foi a Plataforma da Economia Solidária se fundamenta no argumento apresentado por Habermas da publicização dos temas para alcançar o maior número de pessoas que não estiveram presentes nas plenárias. Assim, um processo tão longo de discussão só pode abarcar interesses de todo o campo da economia solidária a partir da racionalidade comunicativa, pois conforme destaca Habermas (2002), essa é praticável quando os participantes compartilham o mesmo sentido simbólico da linguagem e tornam-se capazes de se entenderem diante de uma situação específica.

A partir de 2006 houve uma mobilização para o desenvolvimento da IV Plenária Nacional que tinha como principal objetivo a reestruturação do FBES. De acordo com Nagem e Jesus (2013, p. 87) “percebe-se que a preparação para esse encontro foi mais elaborada, compreendendo etapas como sistematização dos encontros, encontros estaduais e regionais e plenárias estaduais. Foram dois anos de encontros e debates, o processo mais longo de preparação para uma plenária nacional”. Esse avanço entra em acordo com o que foi estabelecido nas três plenárias anteriores, quando debateram sobre a importância de criar novos fóruns e envolver estados e municípios em debates que envolviam temas relacionados a economia solidária.

A motivação para a reestruturação do FBES veio a partir da criação do Conselho Nacional de Economia Solidária logo após a realização da I CONAES, que aconteceu em 2006 e a partir disso, foram cinco encontros de reestruturação realizados com o objetivo de levantar questões a respeito do FBES e de suas bandeiras, o que resultou na VII Reunião da Coordenação Nacional do FBES em 2007. Após esse evento, foram realizadas 25 Plenárias Estaduais envolvendo diretamente mais de 4000 pessoas em todo o Brasil (FBES, 2008).

A quarta edição aconteceu nos dias 26 a 30 de março de 2008 em Luziânia, no estado de Goiás e teve a participação de 288 representantes escolhidos a partir das plenárias estaduais, além de 32 observadores. Essa plenária não foi desenvolvida apenas nos dias citados, pois sua preparação foi dividida em quatro momentos, sendo: 1) encontros estaduais e regionais com o tema “por um novo modelo de organização da economia solidária”; 2) sistematização dos resultados dos encontros feita pela Comissão Nacional com o propósito de estruturar os eixos para serem debatidos na Plenária Nacional; 3) caravana que percorreu os cinco seminários regionais onde foram fundamentadas as questões prioritárias; 4) plenárias estaduais entre dezembro de 2007 e fevereiro de 2008 e que produziram o documento-base para a IV Plenária (FBES, 2012).

Diante dessa configuração da IV Plenária, identifica-se um amplo debate que proporcionou o desenvolvimento da edição nacional, pois diversos atores pertencentes às esferas municipais e estaduais também tiveram oportunidade de debater suas realidades. Nesse sentido, de acordo com Machado de Melo et al. (2007), a comunicação se destaca como elemento central, pois um conjunto de saberes são compartilhados, no caso, as demandas e realidades locais, que possibilitou um ambiente de entendimento por parte dos atores presentes, gerando ações coletivas e cooperadas. Assim, foram gerados documentos-base para que as demandas elencadas fossem levadas aos debates estaduais e nacional para que as necessidades tivessem a chance de gerar ações coletivas.

O documento-base da IV Plenária, realizado a partir de todas essas etapas anteriores proporcionaram debates intensos em relação ao futuro do FBES, como por exemplo: agenda prioritária de lutas, e a sua natureza e estrutura de funcionamento, pois observava-se a necessidade de mudar o fórum em detrimento dos muitos desafios que o crescimento da economia solidária apresentava (FBES, 2008).

Para debater os quatro eixos, os participantes da Plenária foram divididos para discutir o documento-base e, posteriormente, trabalharem os resultados dessas discussões nas quatro mini-plenárias, por eixos, para então apresentarem esses resultados iniciais na plenária geral.

Assim como as outras plenárias, a IV Plenária foi dividida em quatro eixos principais que foram debatidos, como: Produção, Comercialização e Consumo solidários; Formação; Sistema Nacional de Finanças Solidárias; e Marco Legal. Além disso, debateram também a reestruturação do FBES, o que foi considerado aqui como em quinto eixo para organizar a discussão nos resultados da tese.

O primeiro eixo a ser abordado refere-se à “produção, comercialização e consumos solidários”, que foi abordado nas plenárias anteriores, passando desde a produção até o consumidor final dos produtos da economia solidária. Esse eixo está atrelado as discussões de outros três e deixa claro a emergência do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o fortalecimento e consolidação das redes e cadeias de produção, comercialização e consumo, envolvendo a logística, infraestrutura e espaços de comercialização (FBES, 2008).

Esse primeiro eixo contou com vários debates em torno do seu fortalecimento, como possibilitar um orçamento para o desenvolvimento local e infraestrutura para produção, comercialização e consumo com o objetivo de consolidar as redes e cadeias solidárias. Para isso, deixaram claro a importância dos recursos serem passados diretamente aos empreendimentos, sem nenhum intermediário, realizar pesquisas de mercado, apoiar feiras solidárias, proporcionar formação dos empreendimentos e trabalhar para que a população tenha

cada vez mais conhecimento sobre a economia solidária e impulsione o consumo desses produtos (FBES, 2008). Além disso, deixam claro a importância dos governos, nas três esferas, atuarem diretamente com movimentos sociais, bancos, universidades, sindicatos, entre outros.

Outro ponto debatido pelos participantes e deliberado, refere-se à criação de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS), cujo objetivo central seria promover relações comerciais de base justa e solidária, integrando todos os empreendimentos solidários no país. Para isso, debateram as principais funções desse Sistema, como por exemplo: certificar os produtos e trabalhos solidários associativos, facilitar a formalização dos empreendimentos, criar um banco de dados permanente em relação a comercialização dos produtos solidários, organizar fóruns como espaços de articulação dos empreendimentos em debates sobre comercialização e certificação, articular o SNCJS com a segurança alimentar e criar mecanismos de controle social por meio de comissões formadas com representações de vários segmentos (FBES, 2008).

Nesse sentido, consideraram necessária a parceria com diversos órgãos e instituições, como: poder público municipal, estadual e federal, organizações da sociedade civil, Frente Parlamentar, movimentos sociais, CNES, universidades, entre outros (FBES, 2008). Outro ponto debatido nesta plenária e nas três anteriores foi em relação a formação e fortalecimento das redes e cadeias de produção, comercialização e consumo. Para viabilizar essa proposta deveria-se criar e/ou fortalecer programas e ações já existentes voltadas para os espaços de comercialização e utilizar a moeda social nesse processo.

O segundo eixo abordado foi a “formação” em economia solidária, que deve ser permanente e acessível a todos os sujeitos sociais engajados no movimento, conforme entenderam os participantes da IV Plenária (2008, p. 21):

Queremos uma formação contextualizada, emancipatória e engajada. Que parta das práticas e considere as diversidades de gênero, etnia, raça e geração e promova os direitos humanos. Que tenha um olhar crítico da sociedade e promova transformações nos sujeitos e na realidade, rompendo com as desigualdades, incentivando a participação política e social, e promovendo a difusão de conceitos e terminologias coerentes com os princípios da economia solidária.

Nas três edições anteriores, trouxeram a importância da educação, assim como a “formação” na IV edição, mas essa se destaca por trazer a importância de ser permanente e direcionada aos trabalhadores dos empreendimentos, além de perpassar pelos anos da escolaridade tradicional, ou seja, desde a pré-escola até a pós-graduação. Nesse eixo, apresentação a importância da formação desses sujeitos que seja pensada de uma forma que leve em consideração uma linguagem popular, acessível, com base na realidade social,

sociopolítica e econômica de cada empreendimento local. Além disso, nesse eixo, também debateram a importância de formação voltada para tecnologia da informação, comunicação e inclusão digital para os empreendimentos e, por fim, trataram das metodologias emancipatórias que superem as desigualdades de gênero, raça, classe e orientação sexual (FBES, 2008).

Ao focarem na educação para a economia solidária, debateram sobre a criação da Rede de Formadores em economia solidária, que seria composta por trabalhadores e educadores da economia solidária em todos os estados e municípios, com objetivo de fortalecer o movimento e os EES, por meio, por exemplo, de fóruns estaduais e grupos de trabalhos específicos sobre a temática. Para o desenvolvimento da Rede e da formação, os participantes da Plenária deveriam contar com financiamento público para pesquisa e tecnologia e, para isso, deixaram clara a necessidade de construir uma proposta de Programa Nacional de Financiamento para Pesquisas e Geração de Tecnologia para economia solidária e um Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária (FBES, 2008).

Por fim, chegaram à conclusão de que, para alcançar êxito na economia solidária, deve-se realizar campanhas e programas públicos de divulgação e comunicação, conforme já havia sido debatido nas plenárias anteriores no eixo da “comunicação”, demonstrando, mais uma vez, a importância de divulgar conhecimentos, experiências e avanços da economia solidária com a sociedade. De uma forma geral, diversos atores são relevantes para o fortalecimento da formação, como: EES, SENAES, universidades, centros de formação, sindicatos, Rede de ITCPs e da Unitrabalho, ONGs, poder público, incubadoras, entre outras (FBES, 2008).

O terceiro eixo abordou a criação de um “sistema nacional de finanças solidária (SNFS)”, cujo objetivo seria apoiar o desenvolvimento de cadeias produtivas solidárias por meio de uma política da economia solidária como parte de um Estado Democrático (FBES, 2008), envolvendo as redes de finanças solidárias que já estão atuantes ou em construção. A ideia da criação do SNFS surge a partir de debates que aconteceram nas plenárias anteriores, como nos eixos de “finanças solidárias”, “marco legal da economia solidária” e também o eixo que aborda as “redes de produção, comercialização e consumo”.

Assim, por meio dos debates nas Plenárias, os participantes deixaram claro que:

As finanças solidárias que queremos para o Brasil, a partir da Carta de Princípios do FBES, devem garantir o direito das comunidades e do país à soberania de suas próprias finanças, consolidadas por meio de uma política autogestionária de financiamento de investimento do nível local ao nacional. Os bancos comunitários, fundos solidários, cooperativas de crédito e outras experiências de finanças solidárias são os instrumentos para o acesso popular ao financiamento da economia solidária (FBES, 2008, p. 30).

O Sistema deve atender as diversas demandas dos empreendimentos solidários e ser baseado nos princípios da economia solidária, promovendo a proximidade entre todos os atores para seu desenvolvimento. A abrangência é nacional, contemplando municípios, territórios e estados (FBES, 2008). Dessa maneira, incluíram na pauta a criação de um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRONADES), focado no desenvolvimento econômico, sustentável e solidário por diversas linhas de atuação. O PRONADES deveria atuar de forma a ampliar e estruturar os instrumentos que fazem parte do SNFS.

Para abarcar todos os interesses e necessidades em torno do SNFS, os participantes focaram na importância dos GTs de Finanças Solidárias estaduais e nacionais que discutem o PRONADES, que criem e divulguem um banco de dados com informações atualizadas sobre as fontes de recursos disponíveis e articulem as redes de instrumentos de finanças solidárias (FBES, 2008).

O quarto eixo refere-se ao “marco legal” da economia solidária e discutiu, como nas outras Plenárias, a criação da Lei Geral de Economia Solidária, a reformulação da Lei do Cooperativismo, entre outras legislações.

De uma forma geral, a Lei Geral de Economia Solidária tem como objetivo definir o que é economia solidária e defender uma política própria, garantir os direitos para os trabalhadores dos empreendimentos, que respeite os valores e todas as demandas da economia solidária (FBES, 2008). Além disso, por meio da Lei, demonstra-se a necessidade de realizar plenárias, fóruns, pesquisas, grupos de estudos e demais eventos que sejam direcionados ao desenvolvimento de projetos de apoio ao movimento.

Além disso, discutiram a necessidade de alterar a Lei do Cooperativismo para que haja “[...] liberdade organizacional, sem o monopólio do sistema OCB, e garantindo o livre direito de registro, além de incorporar a realidade dos empreendimentos de economia solidária (FBES, 2008, p. 37)”. Deve-se incluir na Lei a estrutura de fiscalização e controle social por meio de instrumentos como o balanço social para cooperativas e buscar a redução de valores arrecadados dos cooperados para seguridade social de acordo com as possibilidades de cada um.

Apesar de ressaltarem que alguns estados e municípios já estavam criando leis de fomento à economia solidária, os participantes demonstraram que ainda não se configura como prioridade para muitos estados. Consideraram que essas leis devem contar com a participação dos EES para elencarem as reais demandas, levar essa proposta a todos os fóruns que tratam da temática, sistematizar e divulgar leis que já existem. Assim, tanto no debate sobre a reestruturação da Lei do Cooperativismo, quanto a Lei Geral de Economia Solidária, foi

evidenciada a necessidade de propor uma tributação diferenciada aos empreendimentos (FBES, 2008).

Como a reestruturação do FBES foi um ponto de debate e deliberação relevante na IV Plenária, o quinto eixo de debate público no evento refere-se a esse objetivo. Conforme descrito no Quadro 10, esse eixo teve pontos centrais que entraram em debate, como a natureza e finalidades, os segmentos e representação e a estrutura e forma de funcionamento do FBES, que são descritos para entender como os participantes chegaram a essas demandas.

Em relação a natureza do fórum, os participantes consideraram que é um instrumento da economia solidária, um espaço de articulação onde diálogos entre diversos atores do movimento acontecem com o intuito de construir uma economia solidária como um outro desenvolvimento socioeconômico do país.

No que se refere aos segmentos e representação do Fórum, temos os empreendimentos econômicos solidários e suas principais características; as redes e cadeias solidárias e a representação dessas nos fóruns locais e nacional; as entidades de assessoria; os gestores públicos e os movimentos sociais. Ao discutirem os empreendimentos econômicos solidários destacaram que a gestão deve ser coletiva, baseada na autogestão, que respeite os recortes de gênero, raça, etnia, geração, orientação social, grupos sociais minoritários e o direito dos trabalhadores, que priorize a conservação ambiental e o desenvolvimento humano (FBES, 2008). Essas características da gestão são convergentes com as características e critérios da gestão social.

Além disso, argumentaram que os empreendimentos que foram eleitos para as coordenações locais e nacional, representem os demais empreendimentos e estabeleçam critérios para definir se os empreendimentos são ou não solidários e tais critérios se baseiam em empreendimentos coletivos, autogestionários e suprafamiliares. Os participantes definiram que os empreendimentos que não se encaixarem nesses critérios podem participar do Fórum, desde que estejam articulados com outros empreendimentos.

As redes e cadeias solidárias são caracterizadas se houver equilíbrio entre os atores econômicos da cadeia, sem nenhum tipo de exploração, desde que suas transações sejam pautadas na sustentabilidade. Os empreendimentos podem ser representados nos fóruns e outros espaços públicos por meio deles mesmo ou de rede de EES.

Além dos empreendimentos, foi debatido também a função das entidades de assessoria e fomento à economia solidária, desde que tenham atividades e participação regulares dentro do Fórum, promovam assessoria aos empreendimentos em relação à constituição de redes, cadeias produtivas e trabalhem com base nos valores e práticas autogestionárias (FBES, 2008).

Os gestores públicos também foram destacados como importantes no Fórum por serem atores destinados a elaborar, executar, implementar e/ou coordenar políticas públicas de economia solidária, mas devem participar no formato de rede e não de forma individualizada, com o intuito de apresentarem interesses coletivos e não privados.

Por último, trouxeram os movimentos sociais como um segmento dos fóruns locais e nacional, pois deixaram claro a importância de cada fórum definir sua agenda e dialogar com os diversos tipos de movimentos sociais. Nesse ponto, esse debate se assemelha a visão de Habermas sobre o papel dos movimentos sociais na formação das esferas públicas, por serem associações democráticas, no sentido da sociedade civil se apropriar desses espaços discursivos para pressionar o Estado a tomar decisões favoráveis às suas demandas (HABERMAS, 1997).

Após identificar cada um desses atores, os participantes da Plenária discutiram sobre a estrutura e a forma de funcionamento do FBES. Em relação as instâncias constituintes, avaliaram que os fóruns locais devem buscar articulação com atores e até fóruns com outras temáticas na região, propor políticas públicas que levem em consideração a região de abrangência, ser espaço de formação de militantes da economia solidária, identificar e valorizar todas as conquistas alcançadas pelo movimento, buscar um processo de certificação dos produtos da economia solidária, entre outros pontos destacados na IV Plenária de Economia Solidária (2008).

Em relação as instâncias deliberativas do Fórum, reforçaram a Plenária Nacional como instância máxima de deliberação e destacaram que deve ser realizada de 3 em 3 anos. Já a coordenação executiva tem como propósito fazer a gestão política cotidiana, a interlocução com outros movimentos e com o governo federal, bem como acompanhamento da Secretaria Executiva Nacional, cujo objetivo é dar voz e vazão as concepções e práticas advindas das instâncias constituintes do FBES.

Assim sendo, o debate público em torno da IV Plenária Nacional de Economia Solidária abarcaram todos os cinco eixos destacados e que estão sistematizados no Quadro 10.

Quadro 10 - Debates públicos da IV Plenária Nacional de Economia Solidária

TEMAS GERADORES DOS DEBATES	SÍNTESE DOS DEBATES
1 – Produção, Comercialização e Consumos Solidários	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de programas e políticas de infraestrutura e apoio à formação de redes e cadeias de produção, comercialização, consumo e logística solidária; - Criação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário;

	- Criação e articular redes e cadeias de produção, comercialização e consumo.
2 – Formação	- Realizar ações de formação junto aos/aos trabalhadores/as da Economia Solidária; - Articular e fomentar a Rede de Formadores em Economia Solidária; - Financiamento público a pesquisas e tecnologias para melhoria da produção e outras temáticas da Economia Solidária.
3 – Sistema Nacional de Finanças Solidárias	- Criação de um Sistema Nacional de Finanças Solidária (SNFS); - Construção de um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária – PRONADES.
4 – Marco Legal	- Criação da Lei Geral da Economia Solidária; - Alteração, aprovação e implementação das leis de Cooperativismo; - Aprovação e implementação de leis municipais e estaduais de reconhecimento e fomento à Economia Solidária; - Necessidade de tributação diferenciada para empreendimentos de Economia Solidária; - Regulamentação e ampliação do mercado institucional para produtos e serviços da Economia Solidária; - Consolidar articulações do FBES com o poder legislativo
5 – Reestruturação do FBES	- Natureza e finalidades do FBES; - Segmentos e representação do FBES; - Estrutura e forma de funcionamento do FBES.

Fonte: Pesquisa baseada no Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, 2008

A V Plenária Nacional de Economia solidária foi realizada entre os dias 09 e 13 de dezembro de 2012, em Luziânia – GO, com a seguinte temática “Bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”. Contou com a participação de, aproximadamente, 600 pessoas de diversos estados, representando EES, entidades de assessoria e fomento, militantes e gestores públicos municipais e estaduais.

Assim como as outras Plenárias, a quinta edição foi precedida por diversos encontros preparatórios durante o ano de 2012 e teve a adesão de mais de 10 mil pessoas em debates, sendo 191 plenárias territoriais, 27 estaduais e duas plenárias temáticas, com os temas: educação e finanças solidárias. Esses eventos proporcionaram a origem dos eixos e dos debates ocorridos na V Plenária (NAGEM e JESUS, 2013). Os referidos autores destacaram que a ideia

era que essa edição fosse destinada a todo o movimento da economia solidária, diferente do último, que debateu temas mais voltados à reestruturação do FBES.

Nesse momento de intenso debate, Nagem e Jesus (2013) reforçaram a importância das mulheres nos debates que envolviam a pré-plenária (70% dos participantes eram mulheres) e também no evento oficial, e de uma forma geral, a V Plenária contou com a participação de diversos segmentos, como: 64% dos empreendimentos de economia solidária, 22% de entidades de apoio e fomento e 14% de gestores públicos (FBES, 2012).

Nesse sentido, destacaram:

As atividades preparatórias, diferentemente das plenárias anteriores, contaram com a participação de diversos movimentos sociais, com maior presença dos movimentos feministas, da agricultura familiar e da reforma agrária, como também a participação do movimento de catadores de material reciclável, indígenas, cultura e educação popular, pescadores, sindicais, quilombolas, agroecologia, moradia, saúde mental, deficientes, desempregados, pastorais, pela democratização da comunicação, juventude, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) e fundos de pasto. Cabe ressaltar que, nos documentos referentes à V Plenária, é clara a preocupação em aproximar e construir agendas comuns de luta entre o campo da economia solidária e os demais movimentos sociais. O fato reflete a progressiva aproximação da economia solidária com os demais espaços de articulação da sociedade, como também evidencia uma das características desse campo, que diz respeito à forte presença em seus espaços de debate de representantes de distintos movimentos sociais (NAGEM e JESUS, 2013, p. 89).

Em relação aos debates, os autores ressaltaram que o evento contou com mesas de debate político e de formação por meio da presença de diversos representantes, como acadêmicos, movimentos sociais e militantes, que tinham como propostas discutir temas correlatos ao propósito do evento. Assim, de acordo com o Relatório Final da V Plenária (2012), a etapa nacional teve a participação de todos os estados, contando com 474 representantes estaduais com direito a voz e voto, 58 integrantes das comissões de trabalho e 33 convidados.

Na Carta Política da V Plenária (2012, p. 1) foi estabelecido que:

a Economia Solidária é um contraponto ao Capitalismo. É uma forma diferente de organizar o trabalho, onde não temos patrão nem empregado, o trabalho é coletivo e autogestionário e a nossa principal preocupação é com as pessoas, com a vida, com o meio ambiente e não com os lucros. Com isso, entendemos que é fundamental fazer valer a igualdade de direitos entre homens e mulheres, respeitando a diversidade de raça, orientação sexual, gerações, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional, portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas, comunidades estrangeiras e garantir a defesa dos direitos sociais, políticos e econômicos destas pessoas.

Conforme será resumido no quadro abaixo, temos três temas geradores dos debates públicos em torno da economia solidária por meio da V Plenária e agora iremos demonstrar o

que cada um trouxe de necessidade para o campo e o motivo de ter incitado tanto debate no evento.

O primeiro eixo refere-se à “orientação política do movimento” e foi dividido em alguns subtemas para discutir suas demandas e deixar clara as necessidades a partir de então. Assim, discutiram sete subtemas, sendo: a sustentabilidade, autogestão e autonomia, economia popular, emancipação econômica e política dos empreendimentos de economia solidária, território e territorialidade, diversidades, cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado.

Em relação a sustentabilidade, os participantes afirmam que a economia solidária está construindo um modelo de desenvolvimento solidário, territorial e sustentável que se identifique como um movimento político, econômico e social e que tenha como base o fortalecimento e valorização da cultura local e do respeito a diversidade e ao meio ambiente. Além disso, busca desenvolver as potencialidades locais e educá-los em relação a uma mudança de postura em relação a vida e a economia e isso se torna possível por meio da relação entre os empreendimentos e a população.

A economia solidária, portanto, deve criar e desenvolver planos locais de economia popular solidária para que os pontos de comercialização e as redes sejam considerados uma prática em toda a sociedade, com o objetivo de gerar renda e realização pessoal dos que estão envolvidos. Diante disso, ainda ressaltam a necessidade de criação de espaços de formação e de diálogo com a comunidade para valorização da cultura e das finanças solidárias (FBES, 2012).

Em relação a autogestão e autonomia, foi debatido a sua importância, deixando claro que a autogestão é construída no coletivo e com o intuito de ser replicada em todas as dimensões da vida e não apenas na gestão do empreendimento. Ressalta-se que a autogestão não possui ‘receita pronta’, pois é construída no dia-a-dia por meio de diálogo no qual cada participante pode contribuir (FBES, 2012).

Nesse sentido, a autogestão deve ser praticada nos espaços do movimento da economia solidária e conforme destacado no Documento Final da V Plenária, para a prática da autogestão, torna-se necessário desenvolver a nova cultura política, em que os princípios da economia solidária sejam a base ética, exercitar o diálogo e a decisão coletiva, respeitar as diferenças, de forma a extinguir a cultura da submissão e da dependência (FBES, 2012).

Assim, no movimento da economia solidária o diálogo vem acompanhado de liberdade e igualdade entre os indivíduos de forma a permitir que os argumentos sejam considerados a partir de uma discussão na busca pelo consenso e entendimento (HABERMAS, 2012). Marques

(2009) ressalta que se deve permitir que os participantes desses debates apresentem os seus diferentes pontos de vista e representem todos que estão no momento do debate, como aqueles que não puderam estar, mas que possuam demandas semelhantes. Assim, a autogestão se faz presente nos espaços públicos de debates sobre economia solidária.

Como debate complementar, o terceiro subtema destaca a “economia popular e a necessidade de dialogar com os participantes da economia popular”, de forma a promover os princípios e o projeto político da economia solidária e para isso, necessita-se espaços de articulação para permitir que os participantes entendam o papel que exercem na apoio e sustentação do capitalismo. Nesse sentido, criar novas estratégias que busquem demonstrar a existência de formas coletivas de trabalho e que o trabalho coletivo apresenta mais segurança e saúde não só para o empreendimento, mas também para seus integrantes (FBES, 2012). Para isso, voltam a trazer a importância dos processos de comunicação para divulgar a economia solidária.

A emancipação econômica e políticas dos empreendimentos também foi discutida no primeiro eixo e trouxeram a importância de desenvolver o ‘consumidor consciente’ (FBES, 2012, p. 46), além de buscar o rompimento com a cultura do clientelismo, subalternidade e de personalismo, por isso a necessidade de espaços que proporcionem a comercialização de produtos e serviços advindos dos EES. Ter liberdade, autonomia, influência, poder de decisão e participação proporciona a emancipação, assim, os empreendimentos emancipados possuem autonomia e não possuem dependência econômica e política, são considerados autogestionários, participativos e democráticos e por isso a necessidade da construção de um novo mercado, como descrito acima (FBES, 2012).

Analisar de perto as pessoas, como e onde elas vivem, como se organizam para sobreviver e como cuidam dos seus recursos também foi debatido na V Plenária. Ao discutirem isso, chegaram no debate sobre território e territorialidade, que até então não havia sido tão destacado nos debates anteriores.

Na economia solidária, esse debate vai além do espaço geográfico e de seus limites físicos, leva em consideração as relações econômicas, sociais, políticas culturais, religiosas, entre outras, além das relações com outros movimentos sociais, das redes e cadeias produtivas, dos povos, comunidades tradicionais e demais participantes que fazem parte desses territórios.

Para a Economia Solidária o território é onde se articulam ações em prol dos nossos valores e princípios. É o espaço onde ocorrem as relações sociais, potencializando o que é comum, respeitando as diferenças e construindo, a partir do diálogo, o sentimento de pertencimento e laços de identidade. Dessa maneira, cada território carrega as peculiaridades de sua região de abrangência, expressando assim uma identidade (FBES, 2012, p. 52).

Assim, a economia solidária precisa organizar estratégias que demonstrem quem são seus aliados para dialogarem sobre a pauta da economia solidária e torna-la mais visível para gerar identificação e um processo de adesão.

Diversidade foi debatido na V Plenária dentro do primeiro eixo e discutiram sobre raça, gênero, orientação e expressão sexual, deficiência e pertencimento à povos e comunidade indígenas com o objetivo de avançarem em ações afirmativas nos espaços de representações da economia solidária nos fóruns estaduais e no Brasileiro. Para isso, torna-se necessário construir e fortalecer a auto-organização de negros, indígenas e mulheres nos GTs de discussão e elaboração das propostas de políticas específicas que busquem a integração do trabalho produtivo e reprodutivo e as especificidades raciais (FBES, 2012). Anteriormente, muito tinha se discutido sobre a abertura da economia solidária para as mulheres, mas na V Plenária expandiu o debate sobre a diversidade.

Em relação a diversidade, os participantes declararam:

Afirmamos que uma sociedade diversa, plural e complexa deve ser uma estratégia na organização do movimento de Economia Solidária, de forma a garantir o diálogo com outros movimentos sociais, para além da afirmação de qual sociedade queremos e precisamos. Por outro lado, estes debates devem ser organizados a partir das Plenárias e Fóruns de forma a articular o conjunto das ações em torno de princípios comuns (FBES, 2012, p. 55).

Por último, debateram sobre a “cidadania, organização da sociedade, que envolve, mais uma vez, a importância de conscientizar a sociedade sobre o que é economia solidária e destacam a importância da criação de leis para maior visibilidade e reconhecimento da economia solidária.

Em nível interno, segundo os participantes da V Plenária, é necessário fortalecer os fóruns municipais, estaduais e nacional, estimular a criação de novos espaços de debate, com o objetivo de ampliar a identidade do movimento e fazer do fórum, instância política (FBES, 2012). Nesse momento, destacaram que ainda não existia política pública permanente e consolidada para a economia solidária e por isso o movimento precisa se organizar e intensificar suas intervenções e promover interações com boas práticas de gestão de políticas públicas de economia solidária com os gestores públicos (FBES, 2012).

As propostas de ações do movimento de Economia Solidária foi o segundo eixo de debate na V Plenária e contou com cinco subtemas, sendo: marco legal; educação e cultura; estratégias econômicas; integração territorial e luta pela continuidade de políticas públicas; e comunidade e visibilidade.

O primeiro subtema abordado no segundo eixo refere-se ao marco legal, que vem sendo discutido desde o início do Fórum e de suas plenárias diante da importância que esse feito tem

para a economia solidária. É considerado uma luta difícil e complexa, uma vez que determina a modificação e transformação do Estado brasileiro em relação ao capitalismo. Mas apesar disso, alguns avanços já foram alcançados, conforme será demonstrado agora, mas alguns pontos ainda precisam ser debatidos e transformados em ações, como:

Quadro 11 - Avanços X Desafios frente a IV Plenária

AVANÇOS	DESAFIOS
Elaboração de uma proposta de Projeto de Lei Geral da Economia Solidária;	Alcance de metas de assinaturas por estado e a articulação política para chegar ao congresso nacional;
Apresentação do Projeto de Lei PL 4685/2012 sobre a Política Nacional de Economia Solidária, os EES e criação do SINAES;	-
Criação de espaços de controle social das políticas públicas, como conselhos municipais e estaduais;	Não possui conselheiros que façam incidências qualificadas e articuladas com as pautas do movimento nesses espaços;
Criação de Leis municipais e estaduais de economia solidária e ampliação do acesso a políticas públicas em vários estados e municípios;	Lutar pela regulamentação e implantação nas realidades;
Criação da Frente Parlamentar da Economia Solidária em nível nacional;	Necessidade dessa articulação acontecer com o poder legislativo em 100% dos estados e municípios;
Proposição da Lei de Finanças Solidária;	Ainda não se tornou realidade;
Realização de audiências públicas em diversos estados para discutir a política nacional;	-
Realização da II CONAES;	-
Decreto que institui o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário;	Funcionamento, de fato, do Sistema;
Aprovação do decreto da criação do PRONINC;	Após decreto, o Programa deixou de receber recursos financeiros do governo;
Proposta em tramitação no congresso da Lei das Cooperativas Sociais	-
Avanço dos estados e municípios em tributação específica para EES;	Em nível nacional ainda é necessário avançar muito;
PAA e PNAE como acesso aos mercados institucionais pelos EES;	Consolidação dos programas nas realidades municipais e estaduais;
-	O Projeto de Lei das Cooperativas não avançou desde a IV Plenária.

Fonte: Pesquisa baseada no Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, 2012

Para continuarem a busca pelo marco legal da economia solidária após análise dos avanços e desafios advindos desde a última plenária, os participantes da V Plenária destacaram ações

que são necessárias para o fortalecimento da economia solidária de uma forma geral e, em específico, para o alcance do marco legal e serão resumidas abaixo (FBES, 2012):

- 1) Continuar na luta para aprovação da Lei Geral da Economia Solidária e criar um grupo de trabalho específico do FBES para acompanhar o processo no Congresso, e ir em busca de assinaturas nos estados;
- 2) Lutar pela criação de Leis de economia solidária, fundos e conselhos municipais onde não existem e criar grupos que possam acompanhar essa criação nos estados e municípios;
- 3) Redução das burocracias no acesso aos selos de certificação dos produtos;
- 4) Democratizar o debate sobre o marco legal nos fóruns em diversos eixos;
- 5) Estabelecer momentos de socialização sobre o tema pela SENAES;
- 6) Questionar o estado sobre leis que prejudicam o movimento;
- 7) Construir frentes parlamentares em estados e municípios e fomentar a audiências públicas como pressão para criação de marcos regulatórios;
- 8) Intervir em processos eleitorais para que a economia solidária seja programa de governo;
- 9) Lutar pela criação de fundos públicos estaduais e municipais específicos para economia solidária;
- 10) Continuar a luta pela criação do Ministério da Economia Solidária ou Secretaria Especial;
- 11) Fortalecer a SENAES;
- 12) Buscar tributos menores que possibilite a comercialização dos EES; entre outras.

Foram demonstradas algumas lutas, avanços e desafios que a economia solidária estava enfrentando naquela época e que foi tema de debate na V Plenária que permitiu apresentar um panorama do movimento naquele momento e dar margem para que novas decisões fossem tomadas pelos participantes.

O segundo eixo contou com a discussão também da ‘educação e cultura’ que se dá a partir das práticas e saberes da educação popular, de saberes e conhecimentos coletivos e livres, sendo a educação popular vivenciada pela gestão participativa dos trabalhadores nas atividades formativas, nos momentos de reflexão e pesquisa sobre processos coletivos de gestão e produção e do território como imersão na realidade (FBES, 2012).

Assim como no subtema acima, os participantes da V Plenária também elencaram desafios e avanços e, posteriormente, ações que podem ser realizadas para fortalecer a economia solidária, e nesse caso, mais precisamente, a educação e cultura em economia solidária.

Quadro 12 - Avanços e desafios em relação a educação e cultura frente a IV Plenária

AVANÇOS	DESAFIOS
Consolidação sobre o que é educação em economia solidária;	Difundir e enraizar esta concepção na base do movimento;
Iniciou o processo de construção de identidade do educador em economia solidária;	Autorreconhecimento das pessoas nesta identidade e democratização desses debates sobre o tema;
Construção e fortalecimento dos coletivos estaduais de educadores;	Aprofundamento do debate sobre a relação da Rede com os GTs de Educação e Cultura do FBES;
Construção de Referenciais teórico-metodológicos sobre a autogestão;	Esses referenciais ainda não estão consolidados e apropriados para todos;
Produção de materiais pedagógicos sobre os processos educativos em economia solidária;	Materiais ainda com linguagem sexista e racista;
Implantação do projeto do Centro de Formação em Economia Solidária	Atividades educativas não devem ficar atreladas ao Centro apenas.

Fonte: Pesquisa baseada no Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, 2012

Diante da importância da educação para a economia solidária, diversas ações foram discutidas e elencadas pelos participante, sendo apresentadas as que ainda não foram discutidas nas Plenárias anteriores: avançar na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Economia Solidária; sistematizar e divulgar as experiências da Economia Solidária; criação de uma rede de educação para o consumo consciente e avançar na ação educativa popular em Economia Solidária nos espaços formal, não-formal e informal, como fóruns, rede de educadores, centros culturais e incubadoras.

Assim como em outras plenárias e em outros eventos da economia solidária, foi discutida a questão de estratégias econômicas que levem em consideração a produção, comercialização, consumo e finanças solidárias. São apresentados abaixo os avanços e debates em torno desses debates:

Quadro 13 - Avanços e debates em relação as estratégias econômicas frente IV Plenária

Tema	Avanços	Desafios
	Criação de novos programas e projetos de apoio a produção, comercialização e consumo em âmbito estadual e municipal;	Muitos estados e municípios ainda não possuem e em nível nacional ainda deixa a desejar;
	Ampliação e criação de redes e cadeias de economia solidária;	Continuar a criar cada vez mais redes e cadeiras;

Produção, Comercialização e Consumo	Realização de feiras para comercialização;	Ampliação em todos os níveis: municipais, estaduais e nacional de feiras;
	Criação de feiras e espaços permanentes de comercialização;	Democratizar o acesso a produtos solidários e produzir outros para aumentar troca de experiências;
	Publicação de resultados obtidos em formato de livros, cartilhas e teses	Ampliação do financiamento para pesquisas e torna-las conhecidas;
	Processo de articulação entre sociedade civil, universidades e poder público;	Essas experiências ainda são poucas em relação a necessidade dos empreendimentos;
	Assinatura do Decreto que instituiu o SCJS e CNES	Difundir o SCJS para todos os empreendimentos;
	O Programa de Aquisição de Alimentos	Organizar a produção e municípios para que possam implantar o programa.
Finanças Solidárias	Ampliação do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS);	Os recursos ainda são poucos frente à realidade da economia solidária no Brasil;
	Mapeamento Nacional dos Fundos Solidários;	Ampliação do mapeamento;
	Expansão dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento;	Ampliação dos Bancos em diversos territórios;
	Aproximação com o Banco Central e outros agentes financeiros;	Atuar mais perto desses agentes para disputar fundos públicos para economia solidária.

Fonte: Pesquisa baseada no Relatório Final V Plenária Nacional de Economia Solidária, 2012.

Já as ações necessárias após a evidência dos avanços e dos novos desafios também são muitas e foram discutidas com base em temas centrais que envolvem a discussão desse eixo, como: mobilização dos fóruns nas três esferas do Estado para criação do SCJS; levar para os bairros e feiras atividades formativas sobre Economia Solidária, estabelecimento de um marco regulatório específico, simplificado e desburocratizado para as questões sanitária, tributária e fiscal que reconheça a especificidade do EES rurais e urbanos; fortalecer, criar e articular iniciativas de comercialização solidária virtuais; sistematizar e divulgar linhas e programas de crédito de interesse à Economia Solidária.

O quarto subtema refere-se à integração territorial e luta pela continuidade de políticas públicas, pois é no território que é definido o jeito de fazer política e economia contradizendo as práticas de exploração, clientelistas e corporativistas. Além disso, apesar da existência de políticas públicas diversas, essas são consideradas descontínuas e muitas das vezes não atendem as necessidades dos trabalhadores da economia solidária (FBES, 2012). Os principais desafios

referem-se a: organizar e fortalecer fóruns locais e/ou microrregionais; integrar as redes de economia solidária; criar possibilidades e maior visibilidade aos grupos específicos; inserir o que é produzido no urbano no rural, e vice-versa; e continuar fortalecendo a luta juntamente com os movimentos sociais, entidades, empreendimentos e consumidores.

Por último, o segundo eixo discutiu a comunicação e visibilidade da economia solidária. De acordo com o documento final da V Plenária, a comunicação deve ser dialógica e direcionada a comunicação popular, com caráter pedagógico, com linguagem coerente e direcionada a todos, assim como Habermas (2012) também apresenta em sua discussão sobre ação comunicativa. Assim, o ato de comunicação do movimento de economia solidária garante os debates entre os segmentos por meio do FBES em suas três esferas de atuação e é considerado um grande desafio, principalmente ao levar em consideração a diversidade, estrutura e presença em diversos locais do país, conforme evidenciado no quadro abaixo (FBES, 2012).

Quadro 14 - Avanços e debates em relação a comunicação e visibilidade da economia solidária

Avanços	Desafios
Construção de ferramentas e instrumentos de divulgação e comunicação, como o site do FBES e do Cirandas;	Buscar uma maior utilização dos mesmos por quem faz parte do movimento;
Criação da Campanha “Outra Economia Acontece”;	A campanha ficou dentro do movimento, é necessário tornar todas as campanhas acessíveis além do movimento;
Campanha da Fraternidade de 2010;	O movimento de economia solidária não desenvolveu ações estratégicas para incorporar à campanha;
Visibilidade com as audiências públicas em todos os estados sobre a temática;	Continuar desenvolvendo momentos como esses para avançar na comunicação;
Elaboração e publicação de cartilhas, vídeos e demais produções;	Esses materiais ainda ficam restritos ao público do movimento, por isso a necessidade de estabelecer parcerias para divulgá-los.

Fonte: Pesquisa baseada no Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, 2012.

Já em relação as ações necessárias, os participantes da Plenária também elencaram inúmeras propostas, como: garantir comunicação do fórum com todos os segmentos da economia solidária, elaborar um Plano Nacional de Comunicação da economia solidária; criar fundo monetário para viabilizar ações de comunicação; construir uma rede de comunicação popular e solidária; confeccionar e distribuir materiais de divulgação, entre outras. (FBES, 2012):

Com o intuito de elencar os debates públicos em torno da economia solidária na V Plenária, chegamos à discussão do último eixo que aborda a ‘organicidade do movimento’ que envolve uma atualização acerca do debate que ocorreu na IV Plenária em que discutiram a

reestruturação do FBES. Assim sendo, aqui serão apresentados os avanços em relação a essa discussão, uma vez que foi relatado acima como se deu o debate em torno dessa temática na Plenária anterior.

Em relação a natureza do FBES, a V Plenária discutiu e declarou que “[...]um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos (FBES, 2012, p. 98)”. O FBES possui duas finalidades e só a primeira delas sofreu alteração no debate sobre esse tema, conforme abaixo:

“Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais sem perder seus princípios e autonomia (Incluído na V Plenária Nacional)”.

Em relação aos segmentos e representação, alguns itens foram adicionados. No item “empreendimentos econômicos solidários” adicionaram três novos critérios, sendo:

[...]São organizações em que o patrimônio e os meios de produção são coletivos, ou seja, pertencente a todos/as trabalhadores/as do empreendimento; [...] Sua atividade fim deve ser coletiva, ou seja, um empreendimento que seja simplesmente um “guarda-chuva” de trabalhadores que fazem suas atividades individualmente não deve ser considerado empreendimento solidário; [...]Os empreendimentos que não são formalizados em formas jurídicas que possam comercializar (emitir nota fiscal) são reconhecidos como empreendimentos solidários, mas devem ter como meta buscar a sua formalização jurídica, lutando por avanços na legislação (FBES, 2012, p. 100-101).

No item “entidades de assessoria” foram anexados dois critérios, sendo: “[...] Fomentem a formalização dos empreendimentos assessorados; [...]Tenham experiência de assessoria e acompanhamento de pelo menos dois anos (FBES, 2012, p. 102)”. Já o item “gestores públicos” anexou o seguinte critério: “[...]São reconhecidos como Gestores Públicos aqueles que desenvolvem as políticas públicas em parceria com os outros segmentos do movimento de ES (FBES, 2012, p.103)”.

Em relação aos movimentos sociais, também foi realizada uma única alteração de critério: “[...]Movimentos sociais que articulam atores econômicos (tais como movimento de pescadores, de catadores, etc.) podem participar dos Fóruns no segmento de empreendimentos solidários (FBES, 2012, p.103)”.

Uma alteração maior aconteceu na inclusão do tópico que envolve “a validação dos segmentos”, em que determinam que o Fórum Local deve validar se os segmentos citados estão de acordo com os critérios apresentados. Criaram também o tópico que aborda “a participação

dos militantes da economia solidária”, indicando que há participantes que não se enquadram em nenhum segmento, mas são militantes da economia solidária e podem participar dos fóruns locais.

Quando apresentado as instâncias constituintes da estrutura e a forma de financiamento do FBES, os participantes da V Plenária alteraram os seguintes pontos: Em relação aos critérios de enquadramento de fóruns locais, adicionaram:

[...]Criação de novos fóruns dialogado antecipadamente nas coordenações estaduais, validando e facilitando seu processo de construção e aprovação dos novos fóruns. [...]Fóruns terem periodicidade de reuniões (por exemplo, mensal, trimestral e semestral), com planejamento das ações e calendário construído coletivamente, com atenção para sua ampla divulgação e comunicação das datas de reuniões e plenárias (FBES, 2012, p. 105).

No ponto que aborda as instâncias deliberativas, apontaram que também é necessário: “[...] construir um calendário de plenárias nacionais que não ocorra em ano de eleição, para não possibilitar oportunismos políticos. [...] Na VI plenária ter um documento-base elaborado (FBES, 2012, p.107)”.

Em relação a coordenação nacional, incluíram a necessidade de se reunirem duas vezes no ano e determinaram que a sua composição deve garantir a representação dos povos tradicionais e a escolha dos representantes tem que ser a partir dos fóruns estaduais e regionais. A indicação dos gestores públicos pela Rede de gestores deve contemplar a proximidade com a região, deve participar dos fóruns estaduais, promover a ligação entre o poder público e a economia solidária e deve estar envolvido com alguma política do movimento. Na composição dos fóruns estaduais, destacaram que dos dois representantes dos empreendimentos, um deve ser de um empreendimento urbano e o outro rural.

A coordenação executiva também sofreu algumas adaptações, como a inclusão de:

Apoiar e acompanhar os encontros macrorregionais; Captar recursos para viabilizar as executivas estaduais; Estimular a contribuição das entidades nacionais para o deslocamento dos empreendimentos para as atividades do FBES; Estimular o apoio de projetos em execução e programas governamentais, mediante a disponibilização de recursos, para apoio às atividades propostas pelos fóruns (nacional, estaduais e locais); Não haverá remuneração da coordenação executiva, se for apoio financeiro, que seja na forma de diária; A Coordenação Executiva deve ter caminhada (experiência) para dar conta dos crescentes desafios do FBES em diferentes âmbitos; A Coordenação Executiva Nacional deve ter em sua composição 13 integrantes, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do nordeste, 2 do norte, 1 do sul, 1 do sudeste e 1 do Centro Oeste) 5 representantes das entidades e redes nacionais e 1 representante da rede de gestores (FBES, 2012, p. 111-112).

Na discussão sobre os Grupos de Trabalho, incluíram que os GTs possuem caráter transitório e só deixarão de existir com aprovação, de no mínimo, 50% mais uma da

coordenação nacional. Essa coordenação deverá definir quais GTs serão fixos e quais serão transitórios e exigiram um GT específico de mulheres (FBES, 2012).

No quadro abaixo, são listados os debates em torno da V Plenária:

Quadro 15 - Debates públicos da V Plenária Nacional de Economia Solidária

TEMAS GERADORES DOS DEBATES	SÍNTESE DOS DEBATES
1 – Orientação Política do Movimento	<ul style="list-style-type: none"> - Sustentabilidade; - Autogestão e autonomia; - Economia popular; - Emancipação econômica e política dos empreendimentos de economia solidária; - Território e territorialidade; - Diversidades; - Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado.
2 – Orientação das ações do Movimento	<ul style="list-style-type: none"> - Marco legal; - Educação e cultura; - Estratégias econômicas; - Integração territorial e luta pela continuidade de políticas públicas; - Comunidade e visibilidade.
3 – Organicidade do Movimento	<ul style="list-style-type: none"> - Natureza, estrutura e forma de funcionamento do FBES; - Da natureza e finalidades; - Dos segmentos e representação; - Da estrutura e forma de funcionamento; - Orientações de sustentabilidade e personalidade jurídica.

Fonte: Pesquisa baseada no Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, 2012.

A VI Plenária aconteceu já no ano de 2022, ano em que a tese estava sendo finalizada, assim sendo, não foi possível avaliar como ocorreu o debate público em torno da mesma, mas como complemento, apresentaremos abaixo os principais temas que foram abordados por meio de informações iniciais acerca do evento.

De acordo com o Documento orientador da VI Plenária, a temática desse evento será “Economia Solidária: autogestão como estratégia de resistência e alternativa à crise do capitalismo, na luta pela radicalização da democracia” que acontecerá entre os dias 06 a 09 de dezembro de 2022 e segundo esse documento, o objetivo é retomar a esperança e um projeto de uma outra sociedade, tendo em vista o tempo em que não realizou Plenárias do Fórum. Assim, deve-se analisar e avaliar os encaminhamentos advindos da V Plenária e debater os desafios futuros para o movimento (FBES, 2021).

A Plenária contará com cinco eixos principais de debates, sendo: economia solidária como alternativa ao capitalismo; economia solidária como movimento social; os segmentos da economia solidária; marco legal da economia solidária; Fórum Brasileiro como representação.

Em relação a sexta Plenária realizada pelo Fórum e em comparação com os outros eventos nacionais realizados e depois de tanto tempo, percebe-se que debates com temas centrais ainda são necessários e que muitas discussões ainda prevalecem no campo da economia solidária em detrimento do contexto geral a partir de 2016, em que, segundo o Documento Orientador da VI Plenária (2021), ocorreu uma desarticulação dos movimentos e fóruns em detrimento do impeachment da então presidente Dilma Rousseff.

6.1.2 As Conferências Nacionais de Economia Solidária

As conferências públicas são momentos em que ocorrem a participação ativa da sociedade que proporciona a expressão direta dos diversos interesses e demandas e proposições de diversos setores ou segmentos organizados da sociedade, além da representação do poder público nas esferas municipal, estadual e federal (CNES, 2010b) e por isso merece destaque no nosso estudo sobre as esferas públicas da economia solidária, pois nesses momentos, torna-se possível identificar a organização desses atores na busca pelo seus interesses e a influência que possuem na formulação de políticas públicas e no atendimento as demandas específicas.

As Conaes devem ser compreendidas dentro do contexto de estímulo à participação social, citado anteriormente, a partir de 2003, mas também como processo intrínseco à natureza participativa reivindicada na construção das políticas públicas de economia solidária no Brasil. Por isso, as duas primeiras conferências, ambas envolvendo mais de 20 mil pessoas no conjunto de suas etapas, são aqui reconhecidas como momentos-síntese no detalhamento da concepção e do conteúdo de uma agenda política nacional, construída a partir de uma mobilização interativa entre atores sociais e estatais (SILVA, CUNHA e SILVA, 2018, p. 16).

De acordo com Cunha (2014) a participação e a transversalidade foram essenciais para a formulação e implementação de políticas públicas de economia solidária e possibilitaram espaços de interlocução entre Estado e Sociedade no ano de 2006, no mesmo período em que criaram o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e também a I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES).

As Conferências Nacionais realizadas advêm de um contexto de estímulo ao desenvolvimento desses eventos nos governos Lula e também em função do processo de

participação reivindicado a partir das políticas públicas de economia solidária (CUNHA, 2014). Por meio de um panorama geral, a autora informa que a participação nas conferências se deu da seguinte maneira: “50% de representantes de empreendimentos econômicos solidários (ESS), 25% de entidades da sociedade civil e 25% de representantes governamentais, escolhidos previamente como delegados em conferências estaduais (CUNHA, 2014, p. 84)”.

Segundo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2010):

As conferências, espaços de discussão e diálogo aberto na sociedade, são uma conquista da democracia no Brasil. Elas possibilitam, por um lado, a participação social na construção de políticas públicas e, por outro, um processo pedagógico a respeito destas políticas e suas implicações no dia a dia de cada brasileiro (IPEA, 2010, p. 47).

Singer (2010, p. 2) também corrobora ao afirmar:

Conferências nacionais são momentos de grande importância não só para os movimentos que as realizam como também para os governos federal, de estados e municípios, que realizam políticas públicas de apoio a eles, em geral visando objetivos sociais, econômicos, políticos e culturais que representam avanços da sociedade brasileira rumo à prática autêntica da democracia e da justiça social.

A I CONAES foi realizada entre os dias 26 e 29 de junho de 2006, mas começou a ser organizada ainda em 2005 e foi convocada pelo Ministério do Trabalho, juntamente com os Ministérios de Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e como destacado por Cunha (2014), eram os ministérios mais parceiros das políticas federais de economia solidária. Nesse mesmo período, havia a expectativa da formação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e possibilidade que esse assumisse o evento, mas por conta de demora em processos administrativos, os Ministérios assumiram a organização, porém as entidades que viriam a integrar o CNES também fizeram parte da comissão organizadora.

A metodologia da I CONAES se deu da seguinte maneira: a comissão organizadora desenvolveu um texto-base que foi submetido às plenárias estaduais com o objetivo de ser aprovada, rejeita ou alterada e vale ressaltar que essas conferências estaduais são momentos importantes para o debate e elaboração de propostas para serem enviadas a Conferência Nacional. Após, uma equipe de sistematização desenvolveu uma nova versão do texto-base a partir das considerações realizadas pelos estados para então submetê-la aos delegados nacionais eleitos nas conferências estaduais e indicados pela comissão organizadora para realizarem suas sugestões de alteração.

A I Conferência teve como tema central a “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”. Seus principais objetivos eram:

Afirmar a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento; Propor princípios e diretrizes para orientar uma Política Nacional de Economia Solidária; Identificar o estado atual e o potencial da ES no país, tanto do ponto de vista da sua organização social quanto das políticas públicas desenvolvidas; Propor prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de economia solidária, bem como, os mecanismos de participação e controle social (TEXTO-BASE I CONAES, 2006, p. 2).

Esses objetivos foram desenvolvidos a partir de três eixos, sendo:

Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo. O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas. Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle (TEXTO-BASE I CONAES, 2006, p. 2).

Assim, descrevemos o que foi discutido em cada eixo. Mas para melhor visualização, segue abaixo um quadro com os temas dentro de cada eixo.

Quadro 16 - Debates públicos na I CONAES

TEMAS GERADORES DOS DEBATES	SÍNTESE DOS DEBATES
1 - Os fundamentos da economia solidária e seu papel para a Construção de um desenvolvimento sustentável, Democrático e socialmente justo.	- Fundamentos da economia solidária; - A economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento;
2 - O balanço do acúmulo da economia solidária e das Políticas públicas implementadas.	- Articulação política alcançada até o momento;
3 - Os desafios e prioridades para a construção de políticas Públicas de economia solidária, sua centralidade, a Articulação com as demais políticas e os mecanismos de Participação e controle social.	- Concepção de Política Pública; - Objetivos da política pública; - Prioridades para a Política de Economia Solidária; - Institucionalidade e papéis dos Entes Federados na Política de Economia Solidária; - Participação e Controle Social.

Fonte: Pesquisa baseada no Texto-base I CONAES (CNES, 2006)

O primeiro eixo temático busca evidenciar os “fundamentos da economia solidária” e nesse ponto discute que a economia solidária apresenta concepções e práticas voltadas a colaboração solidária por meio de valores culturais que destacam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa. Além disso, destaca que os meios de produção dos empreendimentos são de controle e propriedade coletiva

dos participantes, uma vez que possuem direitos e oportunidades iguais, o que demonstra a autogestão (TEXTO-BASE I CONAES, 2006).

Demonstra também diversas manifestações da economia solidária, como: coletivos informais, cooperativas de produção, consumo solidário ou serviços, associações; organizações e grupos de crédito solidário; redes de empreendimentos, produtores e consumidores; grupos e clubes de troca solidária; recuperação de empresas pela autogestão, entre outras iniciativas presentes no meio urbano, rural, de forma a respeitar gênero, raça e etnia (TEXTO-BASE I CONAES, 2006).

Dentro do primeiro eixo, apresenta-se a discussão do desenvolvimento, tema importante, tendo em vista o seu destaque também no tema central da conferência. Após contribuições de conferências estaduais de MG, SP e PE, observou-se que o desenvolvimento é visto como o aumento da produtividade global resumido ao crescimento econômico como resultado de investimentos realizados por capitais privados ou públicos de regiões e países. Mas existem outras concepções de desenvolvimento que levam em consideração a sustentabilidade ambiental, justiça econômica, cidadania, valorização da diversidade cultural, articuladas as atividades econômicas, assim, a economia solidária busca um novo modelo de desenvolvimento sustentável e incluyente (TEXTO-BASE I CONAES, 2006).

O segundo eixo aborda “o balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas” e destaca a importante articulação política que a economia solidária alcançou, principalmente por meio da constituição do FBES, redes de produção e comercialização, organizações de representação dos participantes, entre outros, o que permite o fortalecimento de ações conjuntas de elaboração de concepções e propostas. Nesse ponto, abordam o crescimento de entidades que auxiliam na assessoria ao fomento da economia solidária, como ONG’s, universidades que demonstram a importância dessas redes e articulações se orientando, cada vez mais, para uma articulação nacional e latino-americana (TEXTO-BASE I CONAES, 2006).

Essa articulação, conforme demonstrada no Texto-Base (2006) proporcionou a criação da SENAES, diversas iniciativas governamentais de políticas de apoio e fomento a economia solidária, além das legislações específicas criadas pelos estados e municípios. Também trouxe a importância de apoiar políticas de enfrentamento à pobreza, agricultura familiar, segurança alimentar, educação de jovens e adultos, qualificação social e profissional, meio ambiente, entre outros.

O terceiro eixo aborda “os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos

de participação e controle social”. No texto-base, ao relatar o terceiro eixo, destaca o principal desafio, que apesar de ser descrito em 2006, reflete um desafio atual:

Um dos principais desafios que a Economia Solidária enfrenta no Brasil é tornar as políticas atuais que lhe dão apoio em políticas perenes, de Estado (município, estado, União, Legislativo e Judiciário), inclusive, com recursos orçamentários definidos, deixando de depender da vontade dos diversos governos que se sucedem. Para tanto, é necessário que a Economia Solidária ganhe relevância na cultura política nacional, isto é, que a sociedade inteira ou pelo menos a maior parte dela, considere impensável deixar de apoiar os setores que praticam a Economia Solidária, construindo uma outra economia (TEXTO-BASE I CONAES, 2006, p. 16).

Dessa forma, torna-se necessário o envolvimento e engajamento dos movimentos da economia solidária nos espaços de gestão pública, nas três esferas do governo. Outro desafio destacado refere-se ao estado brasileiro ainda desenvolver o capitalismo e todos os seus instrumentos e mecanismos para planejar, executar e avaliar políticas, deixando a economia solidária como subordinada a essa lógica. O texto-base afirma que para avançar os desafios da economia solidária será necessário:

priorizar as ações voltadas a superação dos principais gargalos existentes para a consolidação dos empreendimentos econômicos solidários: produção, comercialização e distribuição da produção; acesso e organização dos serviços de crédito; reconhecimento jurídico de suas organizações e atividades desenvolvidas; formação, assistência e desenvolvimento tecnológico. A superação dos limites requer, igualmente, uma maior articulação da economia solidária com outras políticas setoriais (TEXTO-BASE I CONAES, 2006, p. 20).

Vale ressaltar que, mais uma vez, também demonstraram a importância da criação de uma nova Lei do Cooperativismo. Também reforçaram a importância da elaboração do marco jurídico para a economia solidária, conforme o Texto-Base da I CONAES (2006, p. 22):

Elaborar o marco jurídico da Economia Solidária que facilite o registro dos empreendimentos econômicos solidários, normatize um sistema tributário diferenciado, reconheça suas formas específicas de organização social e econômica e o direito do trabalho associado, garantindo o acesso à seguridade.

A preocupação do I CONAES vai além das questões de recursos financeiros, preocupa-se também com a formação, assistência técnica e tecnologia para a economia solidária, de forma a valorizar a educação popular e as metodologias participativas para fortalecer a autogestão, desenvolver tecnicamente suas atividades econômicas e sociais e buscar a consciência crítica dos trabalhadores. Assim, acredita-se na importância de desenvolver centros de estudos sobre economia solidária para propiciar discussões que envolvem a temática, proporcionar formação para os gestores públicos e incentivar ações de pesquisa e extensão nas instituições de ensino que abordam a economia solidária em seus trabalhos.

O texto-base também aborda a “institucionalidade e papéis de Ente Federados na Política de Economia Solidária” e a entende como uma política transversal e por isso deve se

relacionar com diferentes órgãos do governo federal, estadual e municipal, articulando os programas e ações a partir de uma estratégia de desenvolvimento endógeno, conforme detalhado no texto-base da CONAES. E nesse ponto, buscam discutir a constituição de um Sistema Nacional de Economia Solidária e regular a Lei Orgânica da Economia Solidária.

Por último, evidencia-se a “participação e controle social”, elementos fundamentais na constituição de políticas públicas. Ao destacar a importância da participação, o texto-base da I CONAES já aborda a construção de esferas públicas que abrange diversos atores que podem negociar, em igualdade de condições, os seus interesses pensados em relação a coletividade e ainda afirma que a esfera pública pode se constituir por meio de fóruns, conselhos, orçamentos participativos, comissões, entre outros e o documento deixa claro a importância de não fazer desses espaços, “clubes fechados”. Nesse sentido, em 2006, já encontramos discussões que envolvem a formação da esfera pública da economia solidária e apresenta possíveis espaços que as mesmas possam ser formadas e a importância da constituição dessas para o fortalecimento da economia solidária.

Assim, o texto-base da I CONAES termina com um desafio que a economia solidária possuía em relação a institucionalização e participação em políticas públicas. Vale reforçar que esse desafio, assim como tantos já destacados, se encontra até os dias atuais.

Os governos democráticos têm a capacidade de facilitar o processo de avanço e consolidação do desenvolvimento socioeconômico solidário do Brasil, reconhecendo o sujeito político a Economia Solidária e criando espaços de participação em que se construam programas de governo que atendam as demandas do setor e que abram caminho para institucionalizar políticas públicas de Estado em seu favor. O desafio está na agregação destes diferentes atores e papéis e na sua interlocução institucional com outros atores e sujeitos políticos, que compõem as esferas públicas, para que se estabeleçam políticas públicas, perenes, para este setor, com base nesta interlocução entre o estado e o sujeito político da Economia Solidária (TEXTO-BASE I CONAES, 2006, p. 30).

Cunha (2014) informa que os temas que causaram maiores debates na I CONAES foram: a quantidade de sócios-cooperados a ser estabelecido na nova Lei do Cooperativismo e o lugar institucional que a política de economia solidária deveria ocupar no governo, ou seja, permanecer no MET ou ter um ministério próprio. Assim sendo, entende-se que a I CONAES “buscava conceitualizar e aprofundar a compreensão sobre o que seria a economia solidária em termos de suas práticas, princípios e valores (IPEA, 2010, p. 47)”.

Em 2010, entre os dias 16 a 18 de junho, foi realizada a II CONAES em Brasília e teve como proposta realizar um balanço do período e compreender a natureza de políticas públicas que tinham como base o trabalho associativo e as organizações baseadas na cooperação e na

autogestão. O tema central era “Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”.

Contou com a participação de 1613 pessoas, entre delegados com direito a voto e voz e convidados com direito a voz e foi organizada durante quatro meses, período em que foram realizadas as conferências regionais e estaduais. Assim, essa adesão significativa de participantes permitiu o avanço no “diálogo sobre os acúmulos e desafios da economia solidária no Brasil e apontaram para prioridades e estratégias para o seu reconhecimento e afirmação política (CNES, 2010, p. 7)”.

Para contextualizar, nesse período a economia solidária, segundo Singer (2010, p.4) se encontrava da seguinte maneira:

A economia solidária vem acumulando experiências significativas de formação, produção, trabalho, consumo, comercialização e iniciativas artístico-culturais que valorizam o trabalho associado e adotam os princípios e práticas da sustentabilidade e da solidariedade. Verifica-se o crescimento no número dos EESs. No campo, as formas de extrativismo sustentável e de produção agroecológica resgatam e valorizam a cultura dos povos e comunidades tradicionais, da pesca tradicional, da agricultura familiar, camponesa e de assentados da reforma agrária. Nas cidades, entre outras iniciativas, as associações e cooperativas de catadores (as) de materiais recicláveis, apesar das dificuldades, contribuem para evitar o desperdício, manter as cidades limpas e saudáveis e reduzir outros danos ambientais. Da mesma forma, a agricultura urbana e periurbana contribuem para a segurança alimentar e nutricional. (...) Em todos os casos, os sistemas produtivos sustentáveis, experimentados e incentivados na economia solidária apontam para estratégias criativas de organização do trabalho e de relação da atividade produtiva com a natureza, garantindo a produção de bens e serviços, a pesquisa e assessoria técnica para o atendimento das necessidades da população.

Assim, a II CONAES chega com o intuito de “avançar no reconhecimento da economia solidária como direito de cidadania, tendo por base a institucionalização de políticas públicas articuladas a um Sistema Nacional de Economia Solidária (CNES, 2010c, p. 6). O relatório final da II CONAES ressalta a alta participação no evento e a importância da mesma:

A II CONAES foi mais um momento privilegiado de participação ativa da sociedade nos debates sobre temas e questões relevantes, desde as etapas preparatórias até a conferência nacional, possibilitando a expressão direta dos diversos interesses, necessidades, demandas e proposições de diferentes setores ou segmentos organizados da economia solidária, da sociedade e do poder público nas esferas federal, estadual e municipal (CNES, 2010, p. 6).

Assim, destaca-se que foram realizadas 187 conferências regionais contando com a participação de 15.800 representantes de 2894 municípios que discutiram a temática e aprovaram resoluções que foram enviadas as conferências estaduais. Cada estado realizou uma conferência que discutiu o documento base preparado pela Comissão Organizadora da II CONAES e os pontos enviados pelas conferências regionais e contou com a participação, no

total, de 4659 pessoas, contando com os delegados eleitos e convidados. No processo da discussão, cada conferência estadual elegeu delegados para representa-los na Conferência Nacional e aprovaram emendas do documento base (SINGER, 2010).

Observou-se a diversidade de representantes pertencentes a organização e envolvimento da II CONAES, o que demonstra a importância da pluralidade de atores defensores da economia solidária em momentos onde o diálogo pode proporcionar mudanças significativas.

A II CONAES teve um enfoque maior para a construção de uma base legal em relação as políticas públicas focadas na consolidação do direito ao trabalho associado e as formas coletivas de organizações baseadas na economia solidária (IPEA, 2010). Assim sendo, o principal debate estava voltado para o direito que cada cidadão possui de optar pela forma de organização em que não se é patrão, nem empregado.

Segundo informações divulgadas pela IPEA (2010), na II Conferência a sociedade civil teve uma participação importante e saiu fortalecida, pois demonstrou autonomia e trabalhou de forma ativa na organização do evento.

Diante disso, passaram a debater a articulação da economia solidária com temas pertencentes a sociedade brasileira, como: reforma agrária, juventude, energia, meio ambiente, entre outros temas (IPEA, 2010). Reforça-se a importância da SENAES na II CONAES pois se empenhou em realizar o evento de forma transparente e pautada na construção coletiva na discussão desses temas e de outros correlatos.

A II CONAES trouxe uma inovação em relação a primeira edição ao incluir as conferências temáticas que proporcionou grandes avanços, de forma a favorecer as deliberações finais e dar mais densidade as mesmas. Os temas das conferências temáticas foram: formação e assessoria técnica; finanças solidárias; comercialização solidária; cooperativismo solidário; etnodesenvolvimento e cooperativismo social (IPEA, 2010).

Singer (2010) ressalta a importância das conferências temáticas ao informar que as mesmas contaram com setores específicos da economia solidária, como foi o caso da conferência de etnodesenvolvimento, que contou com a participação de comunidades quilombolas, indígenas, entre outras comunidades tradicionais, que segundo o autor, possivelmente tiveram a primeira oportunidade de expor suas demandas em relação a economia solidária.

Além dessa, a conferência de cooperativismo social teve a participação de segmentos da sociedade que estavam em desvantagem econômica, como é o caso dos militantes do movimento de egressos de penitenciárias, de manicômios, entre outros e também puderam dialogar sobre a prioridade das políticas públicas de economia solidária. Ao final dessas

conferências temáticas, foram publicados 6 cadernos temáticos que foram encaminhados para a II CONAES e possibilitou debates enriquecedores (SINGER, 2010).

A II CONAES se dividiu em três eixos centrais e por meio desses, identificaremos quais debates públicos foram desenvolvidos. O primeiro eixo discutiu os ‘avanços, limites e desafios da economia solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental nacional e internacional’; o segundo debateu i “direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade, como modelo de desenvolvimento; e o último abordou “a organização do Sistema Nacional de Economia Solidária”.

Esses eixos foram discutidos pelos participantes e diversos pontos correlatos foram abordados com o intuito de alcançar os melhores resultados para o campo da economia solidária e para seus atores. Sendo assim, com o objetivo de compreender os resultados alcançados e, principalmente, os debates públicos realizados no evento, abaixo serão descritos os principais pontos discutidos.

No eixo 1 diversos assuntos são abordados e um panorama histórico da economia solidária é abordado e segundo o relatório final da II CONAES, apesar de todas as vantagens comparativas que a economia solidária possui em relação ao capitalismo, para que seja possível se tornar um modelo de desenvolvimento justo, sustentável e democrático, a economia solidária necessita de instrumentos públicos de apoio, reconhecimento e fomento que as organizações capitalistas tiveram ao longo do tempo. Para alcançar isso, destacam dois pontos principais, sendo: fortalecer a economia solidária como movimento por meio da criação e fortalecimento de fóruns e redes, criação de empreendimentos econômicos solidários e também o acesso aos fundos públicos e aprofundamento das normas democráticas (CNES, 2010).

Ainda no primeiro eixo, apresentam o contexto das crises e principalmente, o contexto a partir da crise de 2008 e mais uma vez reforçam a ideia da importância de reconhecer o direito das comunidades de terem acesso a iniciativas de finanças solidárias ao lado do sistema financeiro público de enfrentamento da crise.

Nesse primeiro eixo, discutiram e apresentaram também os avanços e limites das políticas públicas sobre economia solidária desenvolvidas até o momento. A criação da SENAES permitiu a inclusão da economia solidária no Plano Plurianual do Governo Federal (2004/2007 e 2008/2011) e também possibilitou um avanço em relação à consolidação de uma política federal de apoio a um novo sistema econômico baseado na autogestão, fortalecido também pela criação da Frente Parlamentar de Economia Solidária.

O segundo eixo debateu o direito a uma outra economia para outro desenvolvimento, discussão já iniciada no I CONAES, no eixo II. Outro tema debatido envolve a necessidade de reconhecer todas as formas de organização econômica baseada na cooperação, no trabalho associado, na autogestão e na sustentabilidade e esse contexto foi evidenciado pela quantidade de empreendimentos informais de acordo com o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) e também pelas inúmeras barreiras jurídicas, administrativas, fiscais e tributárias que dificultam tanto o registro quanto a manutenção desses empreendimentos em formato de cooperativas. Por isso, a II CONAES também destacou a emergência da aprovação da nova Lei Geral do Cooperativismo.

A II CONAES evidenciou, assim como as Plenárias Nacionais que aconteceram anteriormente, a necessidade da implantação da Política Nacional de Economia Solidária.

Além de trazerem a inclusão das mulheres, evidenciaram a inclusão da juventude, com o objetivo de incentivar os jovens a constituírem organizações da economia solidária ou participarem ativamente de organizações já existentes. Também estimular a criação e fortalecimento de empreendimentos voltados à cultura, desenvolvendo políticas públicas que envolvem os diversos setores, como artesanato, culturas afro-brasileiras, indígenas, literatura, entre outras. Reforçaram também debates que já haviam acontecendo nas Plenárias Nacionais, como: meio ambiente, mobilidade urbana, energia, políticas sociais, territorialidade, integração internacional, raça e etnia, cultura afro, indígenas e indicadores de desenvolvimento (CNES, 2010c).

O último eixo debatido foi a “Organização do Sistema Nacional de Economia Solidária”. O referido Sistema garantirá um efetivo reconhecimento das práticas e iniciativas da economia solidária como sujeitos econômicos. De acordo com o Documento Final da II CONAES:

Um Sistema Nacional de Políticas Públicas de Estado diz respeito à institucionalidade da organização e implantação de uma política pública com vistas à garantia de direitos legalmente constituídos. O Sistema Nacional de Políticas Públicas, para garantir sua integração, universalização, descentralização, intersetorialidade e territorialidade, deve ser composto pelos seguintes componentes, de forma articulada: i. um marco legal; ii. a definição de diretrizes e conceitos orientadores; iii. as formas de atuação e atribuições dos diversos sujeitos públicos e sociais; iv. a estrutura administrativa necessária; v. as formas de participação e controle social; vi. os mecanismos de financiamento público e de habilitação ao seu acesso (CNES, 2010, p 43-44).

Além desses objetivos, discutiram e definiram que o SINAES deverá contar com a participação: da Conferência Nacional de Economia Solidária, Conselho Nacional de Economia Solidária, Conselho Estadual e Municipal de Economia Solidária, organizações da sociedade

civil que aderirem ao SINAES e órgãos da administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios responsáveis por políticas de economia solidária. Além desses, o SINAES também demonstra interesse que as organizações da sociedade civil e empreendimentos econômicos solidários participem, integrando diversos atores em debates públicos sobre economia solidária.

E nesse caminho, para gerenciar os recursos orçamentários dos programas no âmbito da SINAES, a III CONAES propõe a criação legal do Fundo Nacional de Economia Solidária (FNAES) com os objetivos de: manter o SINAES e seus componentes; financiar pesquisas, assessoria técnica, formação e qualificação dos trabalhadores, gestores públicos e entidades da sociedade civil ligados ao movimento da economia solidária; criar linhas de crédito e financiamento direto para os empreendimentos solidários e propor recursos para infraestrutura e desenvolvimento de atividades produtivas, armazenamento e comercialização de produtos e serviços da economia solidária, além de recursos para divulgar a economia solidária, bem como programas e ações que buscam o fortalecimento do movimento (CNES, 2010).

A II CONAES destacou a importância da transparência nos processos de divulgação de editais de fomento e projetos sociais, destacando a ideia da criação de um site que possibilite essa divulgação de forma a permitir o acesso a recursos, programas e projetos, sejam públicos e/ou privados, tendo como foco também a prática do controle social das políticas públicas relacionadas a economia solidária (SINGER, 2010). Além disso, também ocorreu em um cenário de expansão e fortalecimento das práticas e valores do associativismo e da cooperação em organizações de produção, serviços, crédito e finanças solidárias, bem como comércio justo e consumo responsável (CNES, 2010).

De acordo com Singer (2010), a II CONAES é um marco na consolidação da economia solidária e as resoluções aprovadas são importantes para consolidar avanços e abrir espaço para novos avanços da economia solidária no país e, em todo o seu desenvolvimento, reforça as vantagens da democracia participativa para construir um país em que o bem viver será considerado um direito de todos.

Apesar de todo o avanço identificado na II CONAES, os participantes da conferência afirmam que as políticas públicas desenvolvidas ainda são limitadas e com pouca abrangência e isso pode ser justificado pelo motivo dos programas de economia solidária serem limitados em relação a recursos e estrutura institucional. Assim, a implementação de programas e ações é seriamente comprometida pelas normativas e pela cultura institucional que favorecem a fragmentação das políticas, dificultando apoio governamental no fomento aos empreendimentos de economia solidária (CNES, 2010, p. 10)”. Esse discurso pode ser

evidenciado a partir do destaque dado a essa realidade no Documento Final da II CONAES (CNES, 2010, p. 21):

Não existe um lugar adequado no Estado para a sua implantação ou mecanismos eficientes de divulgação, planejamento e controle social. Falta o reconhecimento legal da economia solidária, ao lado do setor estatal e do setor privado, e falta a articulação e comprometimento nas políticas das três esferas dos poderes públicos com o objetivo de dar sustentabilidade aos empreendimentos econômicos solidários com formação, assessoria técnica e acesso ao crédito apropriado às necessidades da economia solidária. Há ausência de leis específicas que embasem as ações de economia solidária, em todos os aspectos, na organização, na capacitação, no financiamento, na produção e na comercialização dos produtos, inclusive com incentivo ou isenção fiscal para o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários. Muitos empreendimentos econômicos solidários deixaram de existir por falta de leis e assessoria técnica e jurídica adequadas à realidade dos mesmos. Estas limitações tornam insuficiente a ação da Economia Solidária na agenda de desenvolvimento do país.

Nesse sentido, os delegados da II CONAES destacam que para construir uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário, tem-se a necessidade de reconhecer a economia solidária como direito de cidadania, ou seja, como direito dos trabalhadores às condições socialmente necessárias de produção, e como dever do Estado. Esse foi o primeiro desafio debatido na II CONAES, mas além desse, os diversos participantes também destacaram a importância de se fazer do movimento econômico solidário um direito do cidadão e uma preocupação do Estado e conforme já destacado anteriormente, por unanimidade, buscavam a aprovação do Marco Legal da Economia Solidária pelo Congresso Nacional (CNES, 2010).

Como forma de resumir o que foi debatido na II CONAES e de acordo com o texto referência da III CONAES (BRASIL, 2015), foi desenvolvido um quadro com os principais temas dos debates relatados acima:

Quadro 17 - Debates públicos da II CONAES

TEMAS GERADORES DOS DEBATES	SÍNTESE DOS DEBATES
1 – Economia Solidária e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso ao conhecimento; - Surgimento do novo sujeito social; - Comercialização justa e solidária; - Organização da produção de bens e serviços; - Ações de territorialidade; - Diálogo com outros movimentos sociais.
2 – Economia Solidária e Autogestão	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento das características dos empreendimentos econômicos solidários (EES); - Princípios norteadores dos EES; - Importância da educação na economia solidária.

3 – Economia Solidária e Solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas sociais e o combate à exclusão social; - Articulação com políticas públicas de educação, formação, ciência e tecnologia; - Articulação com Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referências Especializados da Assistência Social (CREAS).
4 – Economia Solidária e Democracia	<ul style="list-style-type: none"> - Lei Geral do Cooperativismo; - Lei das Cooperativas de Trabalho; - Política Nacional de Economia Solidária; - Criação da SINAES; - Criação do FNES; - Reestruturação do Conselho Nacional de Economia Solidária.
5 – Economia Solidária e Atuais Instrumentos de Políticas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> - Espaços Funcionais de Economia Solidária; - Incubadoras; - Redes de Centros de Formação e Apoio ao Assessoramento Técnico; - Finanças Solidárias; - Certificação; - Plano de Sustentabilidade Econômica de EES; - Agentes de Desenvolvimento Solidário.

Fonte: Pesquisa baseada no Relatório CONAES, BRASIL (2015)

A III CONAES foi convocada pelo Conselho Nacional em junho de 2013 e de forma contrária as outras duas conferências, não contou com a elaboração de um texto-base, mas sim a construção e elaboração participativa de um Plano Nacional de Economia Solidária e possui como tema central “Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”.

Os debates ocorridos na I e II CONAES influenciam o desenvolvimento da III CONAES e Cunha (2014, p. 92) destaca:

As duas primeiras conferências são aqui reconhecidas como momentos-síntese na definição e detalhamento da concepção e do conteúdo da política nacional para apoio e fortalecimento da economia solidária como estratégia para promoção do desenvolvimento sustentável e solidário, e como tal suas resoluções deverão em grande parte se refletir no diagnóstico sobre o qual se apoiará o Plano Nacional a ser elaborado – com destaque para o modelo de gestão baseado na construção de um Sistema Nacional articulando esferas de governo e organizações da sociedade civil, bastante trabalhado na II Conaes.

A III CONAES possui quatro principais objetivos, conforme disposto no Texto de Referência (2014, p. 9):

I - realizar balanço sobre os avanços, limites e desafios da Economia Solidária considerando as deliberações das Conferências Nacionais de Economia Solidária; II - promover o debate sobre o processo de integração das ações de apoio a economia solidária fomentadas pelos governos e pela sociedade civil; III - elaborar planos municipais, territoriais e estaduais de economia solidária; e IV - elaborar um Plano Nacional de Economia Solidária contendo visão de futuro, diagnóstico, eixos estratégicos de ação; programas e projetos estratégicos e modelo de gestão para o fortalecimento da economia solidária no país.

Entendendo que a proposta da III CONAES é justamente o desenvolvimento do Plano Nacional de Economia Solidária, ressalta-se que um plano nacional é um instrumento de orientação da política pública desenvolvido por meio da análise do contexto e de uma perspectiva do futuro, que dá margem para a elaboração dos objetivos e estratégias e prioridades para formulação de ações e projetos. Nesse sentido, o I Plano foi separado em três eixos, conforme disposto abaixo:

Quadro 18 - Eixos da III CONAES

EIXOS	TEMAS DISCUTIDOS NOS EIXOS
Eixo 1 - Contextualização do Plano	- Análise das forças e fraquezas (internas) e das oportunidades e ameaças (externas) para o desenvolvimento da economia solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental nacional e internacional.
EIXO 2 - Objetivos e estratégias do Plano	- Definições estratégicas considerando a análise do contexto, as demandas dos empreendimentos econômicos solidários, à luz dos princípios, práticas e valores da economia solidária.
EIXO 3 - Linhas de ação e diretrizes operacionais do Plano	- Elaboração de diretrizes operacionais a partir de eixos estratégicos de ação que ofereçam subsídios para a formulação de metas e atividades.

Fonte: Pesquisa baseada no Plano Nacional de Economia Solidária, 2015.

A Conferência aconteceu no período de 27 a 30 de novembro de 2014 em Brasília e seu principal objetivo era construir o Plano Nacional de Economia Solidária que teve como base toda a discussão em torno da política pública de economia solidária desenvolvida nas duas conferências anteriores. A abertura do evento contou com a participação da então presidente do país, Dilma Rousseff que afirmou o seu compromisso com o avanço das políticas públicas de economia solidária no Brasil (SILVA e SILVA, 2017).

Seguindo as experiências anteriores em relação a participação ativa de diversos atores, a III CONAES reuniu em torno de 1500 pessoas, entre delegados e convidados e nas 207 conferências territoriais e municipais que foram desenvolvidas na preparação para a conferência nacional contou com a participação de 16.603 participantes, nas 26 conferências estaduais participaram 4484 delegados e nas 5 conferências temáticas nacionais, 738 pessoas estiveram

presentes. No total, 21.825 pessoas em 1572 municípios participaram e auxiliaram no desenvolvimento de 239 propostas que foram encaminhadas para a III CONAES (SILVA e SILVA, 2017).

As conferências municipais, territoriais e estaduais tiveram objetivos de elaborar planos relativos as suas abrangências e desenvolver suas interações, além de elaborar demandas também para o Plano Nacional. O debate em torno das demandas específicas de cada região também é importante no desenvolvimento da economia solidária, assim, ao final de cada conferência territorial e/ou municipal, foram escolhidas comissões com o objetivo de dar continuidade ao desenvolvimento dos planos. A partir de toda a contribuição advinda das conferências, a comissão organizadora da III CONAES desenvolveu um documento referência contendo os subsídios discutidos pelas conferências que antecederam a etapa nacional (BRASIL, 2014).

Da mesma forma que aconteceu na II CONAES, a terceira edição também realizou as conferências temáticas tratando dos seguintes temas: participação das mulheres, catadores de material reciclável, educação, ambiente institucional e comercialização. Silva e Silva (2017) destacaram a participação das mulheres, que se reuniram nos dias 26 e 27 de novembro de 2014 e encaminharam 28 propostas para a etapa nacional da conferência e além das mulheres.

Conforme descrito no quadro acima, a conferência foi dividida em três eixos centrais que culminou no desenvolvimento do Plano Nacional de Economia Solidária. As análises dos debates que ocorreram na III CONAES serão abordados aqui por meio do estudo do Plano e de autores que o estudaram e trouxeram suas percepções.

O Plano, seguindo a discussão que aconteceu nas conferências que antecedem a nacional e também nesta etapa, foi desmembrado em 4 eixos que abordam os três eixos pré-determinados na III CONAES. São os seguintes: a) produção, comercialização e consumo; b) financiamento: crédito e finanças solidárias; c) educação e autogestão; d) ambiente institucional (SILVA e SILVA, 2017). Ao analisar esses quatro eixos e fazendo alusão aos debates que aconteceram nas I e II Conferências, temos que vários dos pontos discutidos anteriormente se fizeram presentes na proposta do Plano, como financiamento, que vem sendo discutido desde a primeira edição, educação e autogestão foi mais enfatizado no II CONAES e trazido aqui também como prioridade, assim como produção, comercialização e consumo que está intimamente ligado à importância do acesso ao financiamento.

Além de todas essas discussões envolvendo essas questões, a discussão propiciada a partir da III CONAES também trouxe metas orientadoras para o PPA 2016-2019, com o objetivo de proporcionar:

[...] o fomento a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação, o apoio a grupos sociais específicos que se inserem no universo do trabalho associado, a articulação intersetorial com os demais instrumentos de políticas públicas no âmbito das diferentes estruturas de governo e a consolidação institucional de propostas normativas em tramitação, como o do PL no 4.685/2012 (SILVA e SILVA, 2017, p.147).

Vale reforçar que o desenvolvimento do 1º Plano Nacional de Economia Solidária é considerado a materialização de um trabalho coletivo desenvolvido na III CONAES e a sua abrangência envolve o cenário nacional, bem como ações que perpassem pelos municípios e pelos estados com o objetivo de fomentar políticas públicas de economia solidária, fortalecer as bases sociais e força política e organizativa dos sujeitos.

Para analisarem o contexto da economia solidária e suas necessidades, os participantes da III CONAES discutiram as oportunidades e ameaças e fraquezas e forças da economia solidária, conforme proposto no Eixo 1 da Conferência e expressas no Quadro 22:

Quadro 19 - Matriz SWOT da economia solidária

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Os avanços na implantação de políticas e instrumentos para acesso dos empreendimentos econômicos solidários aos recursos públicos; • Ampliação da adesão à economia solidária como estratégia emancipatória, com abertura de diálogos junto a diversos movimentos sociais e culturais; • A conquista de alternativas de melhoria da produção sustentável e de sua comercialização, com destaque para a consolidação e ampliação de espaços de comercialização dos produtos e serviços da economia solidária, bem como a inserção de produtos da economia solidária nos processos de compras governamentais. 	<ul style="list-style-type: none"> • A economia solidária não dispõe ainda de suficiente força política para criar um ambiente institucional adequado à expansão das suas potencialidades; • As políticas públicas de economia solidária não são suficientes para atender, em larga escala, as demandas dos empreendimentos econômicos solidários; • As dificuldades internas da sua organização social e política como movimento social e articulação com os demais movimentos.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • A capacidade de constituição dos empreendimentos econômicos solidários e de sua organização em redes e cadeias de produção, comercialização e consumo; • A existência de um movimento da economia solidária de base popular que constrói alternativas para uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável; 	<ul style="list-style-type: none"> • A hegemonia do sistema capitalista que favorece o acúmulo de capital, gerando crescimento econômico sem desenvolvimento social, sendo contrário aos princípios da economia solidária e que limitam a expansão de seus empreendimentos; • Um contexto político marcado ainda pelas políticas neoliberais, com seus aparatos ideológicos conduzidos por

<ul style="list-style-type: none"> • A conquista e a implantação de políticas públicas de economia solidária, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e de estruturas administrativas e conselhos de gestão da política em âmbito nacional, estadual e municipal; • A formulação de referenciais teóricos, políticos e pedagógicos que orientam as práticas educativas na economia solidária. 	<p>forças conservadoras da sociedade que têm poder de repressão, criminalização, cooptação e degeneração das estratégias e alternativas sociais emancipatórias, a exemplo da economia solidária.</p>
--	--

Fonte: Pesquisa baseada no Plano Nacional de Economia Solidária, 2015.

Esses elementos destacados acima serviram de pano para o debate que envolve o contexto da economia solidária e diante disso, o plano pôde ser construído baseado na opinião de diversos representantes do movimento da economia solidária e atores do poder público.

Em relação ao debate sobre a produção, comercialização e consumo solidários, teve-se como objetivo central “fortalecer a estruturação dos processos de produção, comercialização e consumo da Economia Solidária, de forma autogestionária e sustentável, garantindo recursos públicos para a implantação deste plano no período de cinco anos (PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p. 21)”.

Para isso, deixam claro a necessidade de fortalecer os empreendimentos das mulheres urbanas e rurais, além de estimular à organização de produtores de base agroecológica, tecnologia social e também dos catadores de materiais recicláveis. Com o intuito de fomentar a produção, comercialização e consumo, destacam a importância, assim como nas Plenárias do FBES, da criação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SJCS) para certificar os produtos dos empreendimentos econômicos solidários.

Em relação ao debate relacionado a produção, destacaram a importância do acesso ao financiamento público e estipularam a necessidade de criar e implementar uma estratégia nacional de assessoria técnica que conte com a elaboração participativa de diagnósticos e planos de produção e comercialização, com o intuito também de desenvolver uma logística solidária fortalecida. Deixaram claro a importância de programas e políticas públicas específicas para esse foco, como a consolidação de programas do governo CATAFORTE, ECOFORTE, TERRAFORTE, entre outros, também programa de turismo solidário e políticas de incentivo à produção agroecológica, orgânica e artesanal, pesca artesanal e aquicultura. (PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015).

Assim como destacado nas Plenárias do FBES e nas Conferências anteriores, demonstraram a importância de criar e estruturar espaços fixos em todos os municípios para

fortalecer as redes de comercialização solidárias em locais de grande circulação, além da contratação de produtos e serviços da economia solidária pelas três esferas do governo e para fortalecer ainda mais, destacam também a criação e manutenção de portais eletrônicos da economia solidária para incentivar a comercialização virtual.

Entendendo a importância de ter um olhar diferenciado para o financiamento solidário, o segundo eixo discutido refere-se justamente a esse ponto e possui como foco principal a criação de um Sistema de Finanças Solidárias com regulação própria, garantindo ambiente institucional para seu desenvolvimento e tendo como principal objetivo a dinamização das economias nos territórios (PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p. 25)”.

Esse debate em torno do financiamento solidário vem sendo destacado desde a I Conferência e aqui se materializa como proposta diante da interferência que o crédito e o financiamento solidário possuem no desenvolvimento e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. Para isso, torna-se necessário incluir o marco legal da economia solidária nas três esferas de forma a reconhecer as iniciativas de finanças solidárias como órgão de financiamento dos empreendimentos, como cooperativas de créditos e bancos comunitários.

Identificando a importância da educação no processo de fortalecimento da economia solidária, nesse item também discutiram a importância de implementar ações de educação financeira. A educação financeira permitirá conhecimento por parte dos trabalhadores dos empreendimentos e também favorecerá o acesso dos empreendimentos ao crédito público e assim, fortalecer as linhas de créditos já existentes e criar novas que contemplem empreendimentos formados exclusivamente por mulheres, de segmentos culturais e de unidade produtiva solidária, como catadores, agricultura famílias, entre outros.

O terceiro eixo de debate da III CONAES envolve a educação e autogestão e buscam a criação da Política Nacional de Educação em Economia Solidária por meio de instrumentos e financiamentos específicos, em busca de processos educativos que levem em consideração diversos públicos, como gestores públicos, EES, além do desenvolvimento de tecnologias sociais e estratégias de comunicação para fortalecimento das práticas de autogestão (PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015). Assim como já mencionado nas Plenárias do FBES, essa educação em economia solidária deve ser acessível e, por isso, a necessidade do desenvolvimento de materiais educativos e também desenvolvidos em braile e libras.

A educação hoje perpassa o mundo todo por meio do digital e a economia solidária também deve se incluir nesse ‘novo mundo’ e por isso debateram sobre o desenvolvimentos de ações inovadoras e tecnologias sociais apropriadas aos empreendimentos e reforçam a necessidade do fomento a pesquisas, tecnologias sociais e estudos sobre a temática por meio

dos centros de pesquisa, ensino e extensão (PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015).

Por último, temos o eixo 4 que discutiu a criação do ambiente institucional e jurídico com o propósito de fortalecer a economia solidária e para isso buscaram a aprovação e criação do Sistema Nacional de Economia Solidária, além disso, estimulam a criação também de estruturas, como secretarias, departamentos, por exemplo, de economia solidária nas unidades federativas para favorecer o diálogo entre o governo e os movimentos sociais da economia solidária.

Instituir metas físicas e financeiras no PPA, na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) também foi discutido e levado para o Plano Nacional de Economia Solidária, juntamente com o incentivo a criação de conselhos de economia solidária nos estados e municípios, levando em consideração a participação de representantes, sendo 50% de empreendimentos, 25% de gestores e 25% de entidades de apoio e fomento, além do já citado Programa de cooperativas sociais e de cooperativas de trabalho.

Ao discutirem o marco legal, reforçaram as necessidades já observadas nos debates públicos realizados anteriormente e destacaram a importância de criar leis municipais que permitam a contratação dos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis.

Após apresentar os principais pontos e debates públicos em torno da III CONAES, foi elaborado um quadro resumo dos temas geradores dos debates e o contexto de cada um deles de forma a identificar o avanço nos debates em relação as outras conferências e também perspectivas futuras para o campo da economia solidária.

Quadro 20 - Debates públicos da III CONAES

TEMAS GERADORES DOS DEBATES	SÍNTESE DOS DEBATES
1 – Economia Solidária e produção, comercialização e consumo solidários;	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento das capacidades produtivas; - Criação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e identidade da economia solidária; - Criação de estrutura e espaços fixos de comercialização; - Acesso aos mercados institucionais, principalmente por da implantação do CADSOL.
2 – Economia Solidária e financiamento: crédito e finanças solidárias	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento do sistema de finanças solidárias; - Acesso do crédito público pelos empreendimentos econômicos solidários.

3 – Economia Solidária e educação e autogestão	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição da Política Nacional de Educação em Economia Solidária; - Fomento a ações educativas de incubação, formação e assessoramento técnico; - Incentivo ao desenvolvimento de ações de inovação e tecnologia social; - Divulgação e comunicação dos princípios e valores da economia solidária.
4 – Economia Solidária e ambiente institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação do Sistema Público e Fundo Nacional de Economia Solidária; - Constituição do Marco Legal dos empreendimentos econômicos solidários.

Fonte: Pesquisa baseada no Plano Nacional de Economia Solidária, 2015.

Ao analisar as três conferências realizadas, percebe-se que essas seguem um roteiro que se inicia pela afirmação e reconhecimento da identidade da economia solidária por meio da I CONAES, perpassa pela busca da política nacional como direito de cidadania e obrigação do Estado com base na II CONAES e, na III CONAES, buscou-se a consolidação de planos da economia solidária, conforme evidenciado no Texto Referência da III CONAES (CNES, 2014).

Silva e Silva (2017) também corroboram com o entendimento acerca dos debates públicos advindos das Conferências, principalmente em relação a I e a II edição ao afirmarem que se busca um marco legal da economia solidária que assegure a constituição de um fundo específico que forneça orçamento permanente à ampliação do fomento à economia solidária em eixos que envolvam a formação e acesso técnico aos empreendimentos, além de crédito e finanças solidárias, bem como mercados que tornem possíveis a comercialização solidária e comércio justo. Portanto, a criação do fundo permitirá também o repasse de recursos aos estados e municípios para investimento em sistemas locais e a criação do Sistema Nacional de Economia Solidária.

Conforme evidenciado por Silva e Silva (2017) o formato vertical desenvolvido nas conferências (da municipal à nacional) possibilitou a captação das demandas particulares e localizadas, por meio de realidades sociais heterogêneas, para o desenvolvimento de políticas públicas e isso tornou-se possível a medida que os debates avançaram, seja em níveis municipais, estaduais e nacional. Por isso nesse capítulo optou-se por trazer um panorama sobre o desenvolvimento de cada conferência, além dos debates públicos desenvolvido. Todo o alcance que esses debates proporcionaram à economia solidária no Brasil serão destacados no capítulo referente “as influências das esferas públicas da economia solidária no sistema”.

6.2 Encontros e congressos da Rede de ITCP's

Com o intuito de identificar o debate público em torno da economia solidária por meio dos eventos da Rede de ITCPs optou-se por apresentar, de forma sintetizada, um pouco sobre a Rede para, então, adentrarmos nos eventos e nos debates em torno dos mesmos e do fortalecimento do movimento de economia solidária.

A Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs) surgiu com o propósito de articular as experiências das universidades em relação aos processos de incubação, possibilitar o apoio ao surgimento de cooperativas populares e proporcionar a qualidade de vida, inserção social, produzir e compartilhar conhecimentos aos grupos incubados e a comunidade (NASCIMENTO, 2013). Além de todos esses propósitos que a Rede carrega, a mesma também possui como objetivo estimular e orientar, de forma metodológica, a extensão universitária diante de seu compromisso com o desenvolvimento social, a partir das incubadoras e da relação existente entre os alunos, professores e técnicos (ATAUALPA, 2012).

Vale ressaltar que, segundo o autor citado acima, antes de 1999, as incubadoras não se articulavam em formato de Rede, apenas atuavam de forma isolada e tinham como referência, quando necessário, o modelo da Incubadora desenvolvida pela UFRJ.

A Rede teve início com a participação de seis incubadoras pertencentes as seguintes universidades: UFRJ, UFC, USP, UFRPe, UFPR e UNEB em 1998 (INCOP, 2020). No ano seguinte à sua criação, a Rede de ITCPs começou a fazer parte da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Rede Unitrabalho). A referida Rede, criada em 1996, era formada por pesquisadores de diversas universidades e de várias áreas de conhecimento e foi criada por reitores progressistas e possuía um conselho formado por dirigentes das universidades, o que proporcionou um caráter legal e reconhecido de forma institucional e tinha como propósito desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão que envolviam questões relacionadas ao mundo do trabalho (VECHIA et al., 2011; SOLTEC, 2017).

A Rede de ITCPs, de acordo com Atualpa (2012), possui um papel social e educacional extremamente importante no cenário brasileiro e isso pode ser desenvolvido por meio dos seus princípios. Assim, segundo Nascimento (2013), Gonçalo (2000) foi responsável por estabelecer alguns princípios que fazem parte da Rede de ITCPs e que norteiam a sua atuação, que pode ser evidenciado no Estatuto da Rede de ITCPs (1999, p. 1):

- a) colocar-se como agentes do Cooperativismo Popular, entendido como um meio que possibilita a melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos associados, suas famílias e comunidades em que se inserem, visando o pleno exercício da cidadania;

- b) estimular o ensino, a pesquisa e a extensão sobre o Cooperativismo Popular e a Economia Solidária, envolvendo interdisciplinarmente corpo docente, discente e técnico;
- c) disponibilizar conhecimentos capazes de instrumentalizar propostas de políticas públicas voltadas a essa forma de organização para o trabalho;
- d) desenvolver e implementar uma metodologia de trabalho para a incubação da Cooperativa Popular, da organização do grupo até sua inserção e consolidação no mercado;
- e) desenvolver e aplicar metodologias capazes de garantir na prática, uma forma de organização para o trabalho autogestionário;
- f) desenvolver um processo educacional continuado e particularizado (técnico, administrativo, tecnológico e outros);
- g) valorizar a educação integral do ser humano como direito fundamental de todo cidadão;
- h) socializar os avanços metodológicos, os conhecimentos e as informações obtidas com as demais Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, no meio acadêmico, em instituições afins e na sociedade em geral.

A Rede de ITCPs foi criada com o objetivo funcionar, de fato, como uma rede, uma vez que não apresenta uma estrutura permanente, o processo de tomada de decisão é mais informal e não possui qualquer estrutura formal (VECHIA et al, 2011). Os referidos autores ressaltam que estava em pauta a necessidade da Rede possuir um regime formal para que fosse possível buscar parcerias e convênios e também a necessidade de ter uma comissão de avaliação de projetos para orientar as incubadoras em relação as ações desenvolvidas de forma a basearem sempre nos princípios pertencentes a Rede.

Com o decorrer dos anos, a Rede foi disseminada e ganhando espaço, tendo, no início, uma concentração mais significativa de incubadoras pertencentes a Rede nas regiões Sul e Sudeste, mas observa-se, atualmente, uma expansão considerável da Rede (ATAUALPA, 2012). Entendendo a importância da participação das incubadoras de todas as regiões, a Rede possui um colegiado composto por um coordenador nacional por região e dois coordenadores por região. A coordenação nacional é formada pelas regiões sudeste, sul e nordeste, sendo que nesta última considera-se as regiões norte e centro-oeste. Representando a região sudeste, temos a INCOP, UFSCar e o IFF (INCOP, 2020).

A Rede conta, atualmente, com 41 incubadoras com cerca de 200 docentes/pesquisadores, em torno de 750 estudantes de graduação e pós-graduação, além de, em média, 200 técnicos de nível superior, que atuam de forma conjunta nas incubadoras. Segundo evidenciado no site do VI Congresso da Rede (2022), aproximadamente 330 grupos são incubados pelas diferentes incubadoras, totalizando 4500 trabalhadores vinculados aos grupos.

Vechia et al. (2011) apresentam quatro pontos extremamente importantes que relatam os desafios e as necessidades que envolvem as incubadoras e a Rede de ITCP's até os dias atuais.

(i) qualificar ainda mais nossas ações e nossa capacidade de reflexão teórica sobre elas, melhorando nosso desempenho em relação a nossos objetivos e potencializando, portanto, a ação emancipatória dos empreendimentos com os quais nos relacionamos; (ii) ampliar nossa visibilidade e nossa capacidade de intervenção, através do reconhecimento acadêmico e social sobre a importância de nosso trabalho; (iii) aperfeiçoar nossa organização e nossa democracia, potencializando a capacidade de influência da REDE e das incubadoras nos processos sociais e políticos dos quais participam; (iv) estreitar os laços de solidariedade e de cooperação em nível local, nacional e internacional, com todas as organizações – sejam elas parte do Estado ou da sociedade civil – que comunguem de nossas esperanças e projetos (VECHIA et al, 2011, p. 138).

Em relação ao ponto que envolve a “qualificação das ações” os autores retomam uma discussão muito necessária que envolve o aperfeiçoamento da relação entre ensino, pesquisa e extensão, buscando a criação de unidades acadêmicas mais amplas que as incubadoras, sendo cursos de pós-graduação e graduação em cooperativismo e economia solidária, núcleos de pesquisa e extensão, uma vez que a criação dessas unidades tem a possibilidade de fortalecer as incubadoras e o campo da EcoSol como um todo. Assim sendo, os autores afirmam que é necessário que a Rede atue de forma mais incisiva nessa questão, desenvolvendo e mantendo ativa uma revista científica das ITCP's, criação de grupos de trabalhos temáticos que consigam produzir de forma coletiva, além de um portal web que reúna todas as publicações científicas acerca do tema.

No que se refere a “ampliação da capacidade de intervenção” busca-se a construção de uma relação política entre as incubadoras e os dirigentes das universidades, da Rede com o movimento da economia solidária, além da Rede e os agentes financiadores, como é o caso do Estado. Assim, Vechia et al. (2011, p. 140) afirmam:

Ao qualificarmos nossa intervenção acadêmica e ao pautar nossa relação e nossos compromissos externos à universidade de forma coerente e independente, seremos capazes de nos qualificarmos como interlocutores válidos e confiáveis e essa é a chave para a construção de relações mais amplas e verdadeiramente mais solidárias.

Assim, com o intuito de melhorar a atuação das incubadoras pertencentes à rede, são realizados eventos que possuem o objetivo de discutir, debater e divulgar o conhecimento produzido pelas pesquisas e experiências sobre economia solidária nas universidades, com os empreendimentos econômicos solidários e na gestão pública, diante disso, os principais eventos da Rede serão abordados:

Quadro 21 - Eventos da Rede de ITCPs

ANO	EVENTO
2006	I Congresso da Rede de ITCPs
2008	II Congresso da Rede de ITCPs
2011	III Congresso da Rede de ITCPs
2015	IV Congresso da Rede de ITCPs
2019	V Congresso da Rede de ITCPs
2022	VI Congresso da Rede de ITCPs

Fonte: Pesquisa, 2022.

Diante disso, apresentaremos um panorama sobre como foram os eventos e serão apresentados os principais debates públicos em torno dos mesmos, por meio de seus grupos de trabalho, demonstrando a importância de cada tema para o fortalecimento da economia solidária. Sendo assim, a análise do debate público aqui diverge um pouco em relação a análise das Plenárias do FBES e das Conferências, pois aqui são apresentados temas acadêmicos discutidos por meio dos trabalhos apresentados nesses eventos, e diante da importância dos mesmos, optamos por apresentá-los.

O I Congresso da Rede de ITCPs aconteceu entre os dias 4 a 6 de dezembro de 2006 com o seguinte tema central “O papel das universidades na construção da economia solidária”. O I Congresso não teve uma divulgação ampla na internet, nos sites e artigos sobre a temática, bem como as próximas duas edições do congresso. Assim sendo, essas três edições serão apresentadas de forma superficial aqui, tendo em vista a dificuldade de acessos documentais, deixando claro o tema central de cada uma delas. O foco será por meio da IV e V edições, em que foi possível identificar os temas que envolveram os debates públicos sobre a economia solidária.

O II Congresso da Rede de ITCPs foi realizado em São Paulo, entre os dias 12 e 14 de dezembro na Universidade de São Paulo (FBES, 2008) e debateu a questão da política e suas relações com a economia solidária (SUCUPIRA et al, 2017). Segundo os autores, os debates ocorreram em torno dos seguintes temas: organização política e a política da economia solidária; política, extensão universitária e economia solidária; economia política, política econômica e economia solidária; e política de apoio a grupos produtivos. Essa segunda edição também trouxe a importância do debate que envolve a construção de políticas públicas específicas para a economia solidária, assim como demonstrado em debates públicos sobre a economia solidária por meio das Plenárias do FBES e das Conferências Nacionais.

O III Congresso foi realizado entre os dias 30 de março e 2 de abril de 2011 em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e teve como tema central “Universidade

e Economia Solidária: Produção de Conhecimento, Cenário de Desenvolvimento e o Lugar das Tecnologias Sociais” (SUCUPIRA et al, 2017).

O IV Congresso aconteceu em abril de 2015, entre os dias 15 e 17 do referido mês, na Universidade Federal de Bahia com o seguinte tema “O lugar da universidade na economia solidária: a produção de conhecimento na política de economia solidária” (SUCUPIRA et al, 2017). Diante do tema principal do evento, os organizadores definiram três eixos centrais, sendo que cada eixo foi composto por grupos de trabalho que tinham como proposta debater, mais a fundo, temas correlatos. Assim, são apresentados abaixo os temas dos debates públicos em torno do IV Congresso da Rede de ITCPs.

Quadro 22 - Debates públicos da IV Congresso da Rede de ITCPs

EIXO TEMÁTICO	TEMAS GERADORES DOS DEBATES PÚBLICOS	SÍNTESE DOS DEBATES
Teoria e Questões Macro	1 - Economia solidária e autogestão	- Debate conceitual e histórico sobre a economia solidária e as formas autogeridas de empreendimentos econômicos; - Conjuntura atual e as perspectivas futuras para a economia solidária.
	2 - Tecnologias sociais e economia solidária	- Conceituação e métodos das tecnologias sociais; - Estudos de caso, história e perspectivas de desenvolvimento de TSs relacionadas à economia solidária e à autogestão.
	3 - Marco jurídico da economia solidária	- Debate conceitual e formulação do marco jurídico da economia solidária e sua correlação com áreas do direito.
	4 - Políticas públicas de apoio à economia solidária	- Experiências, propostas e avaliações sobre políticas públicas de apoio à economia solidária.
	5 - Movimentos sociais, territórios e economia solidária	- Experiências, propostas e avaliações sobre processos que relacionam movimentos sociais, territórios e economia solidária.
	6 - Seleção de resíduos sólidos e reciclagem	- Estudos de caso e relato de experiências sobre empreendimentos, redes e processos de incubação de EES nas áreas de seleção de resíduos sólidos e reciclagem.

Estudos de caso em economia solidária e incubação de EES	7 - Agricultura, pecuária, pesca e extrativismo rural	- Estudos de caso e relato de experiências sobre empreendimentos, redes e processos de incubação de EES nas referidas áreas.
	8 - Artesanato, produção manufatureira e industrial urbana e serviços	- Estudos de caso e relato de experiências sobre empreendimentos, redes e processos de incubação de EES nas referidas áreas.
	9 - Comunicação, cultura e turismo	- Estudos de caso e relato de experiências sobre empreendimentos, redes e processos de incubação de EES nas referidas áreas.
	10 - Comercialização, consumo, finanças e desenvolvimento territorial	- Estudos de caso e relato de experiências sobre empreendimentos, redes e processos de incubação de EES nas referidas áreas.
ITCPs e metodologia de incubação	11 - Educação popular e pedagogias do trabalho associado;	- Teorias e metodologias de ensino-aprendizagem aplicadas à incubação de EES;
	12 - Metodologias participativas para autogestão;	- Teorias e metodologias de processos grupais aplicadas à incubação de EES: grupos operativos, círculos de cultura, pesquisa-ação etc.;
	13 - Experiências de adequação sociotécnica;	- Teorias e metodologias de desenvolvimento de tecnologias sociais e/ou apropriadas em processos de incubação de EES;
	14 - Construção de soluções para questões jurídicas e contábeis;	- Problemas jurídicos e contábeis de EES em processo de incubação e metodologias e experiências na construção de soluções;
	15 - Estruturas e metodologias de funcionamento das incubadoras.	- Processos de autogestão das incubadoras; metodologias de seleção de empreendimentos para incubação; metodologias de seleção para extensionistas (professores, técnicos ou estudantes) e processos formativos; metodologias de avaliação de processos de incubação; participação das incubadoras em fóruns e outras instâncias; institucionalização das ITCPs; Rede de ITCPs etc.

Fonte: Pesquisa baseada no Relatório da UFCA (2015)

Apesar de ter acesso ao site em que as inscrições do evento foram realizadas e os temas geradores dos debates, não foi encontrado anais do evento ou documentos gerados a partir da edição do evento, o que dificultou o entendimento acerca dos debates que realmente aconteceram e quais os avanços e desafios foram apresentados.

Esse contexto deixa claro a importância de se ter um local de fácil acesso, não só para os pesquisadores, mas também para os diversos atores com interesse no tema, pois a dificuldade de encontrar os artigos que foram debatidos no evento inibe também a procura por pesquisas desenvolvidas sobre a temática e, conseqüentemente, o avanço das discussões. A partir do ano de 2021 foi instituída a Revista das ITCPs, onde foram apresentados os trabalhos advindos do V Congresso, sendo assim, um canal de acesso as informações. Diante disso, recomenda-se que a revista continue a divulgar os trabalhos publicados nos congressos da Rede e que os anais dos eventos sejam disponibilizados sempre que o evento for realizado. Vale reforçar que a V Edição também contou com a liberação dos anais, o que facilitou muito a análise na tese e, provavelmente, ajudará muitos outros pesquisadores.

O V Congresso da Rede aconteceu entre os dias 01 a 04 de maio de 2019 no Rio de Janeiro no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) e o seu tema central foi “Universidade e economia solidária: Rede de ITCPs – 20 anos – ressignificando a Universidade no Brasil” e teve como objetivo debater, apresentar e divulgar o conhecimento produzido pelas pesquisas e experiências que envolvem a extensão sobre a economia solidária tanto nas universidades, como nos EES e na gestão pública (ANAIS DO V CONGRESSO DA REDE DE ITCPs, 2019).

Nesse evento, foram debatidos diversos temas divididos nos grupos de trabalhos que tinham como objetivo geral agregar estudos consolidados ou em andamento e promover o debate entre pesquisadores de diversas temáticas que envolvem a economia solidária.

O primeiro Grupo de Trabalho refere-se a discussão de gênero na economia solidária que teve como objetivo discutir, mais precisamente, sobre possibilidades para a conquista da igualdade de gênero; desafios e fragilidades; a autogestão como processo de empoderamento feminino; as condições de trabalho; políticas públicas; a autonomia das mulheres; e participação política (ANAIS V CONGRESSO DA REDE DE ITCPs, 2019).

Nessa edição do congresso foi elaborado os “anais do evento” o que nos permite identificar a quantidade de trabalhos desenvolvidos e apresentados sobre cada temática e analisar a força dos debates em torno da economia solidária. Em relação ao primeiro tema, foram apresentados 7 trabalhos e os principais debates aconteceram em torno das seguintes abordagens: emancipação das mulheres dos empreendimentos; o patriarcado e as pautas

identitárias de gênero; empoderamento das mulheres dos empreendimentos; protagonismo das mulheres na economia solidária e participação política das mulheres nos fóruns (ANAIS DO V CONGRESSO DA REDE DE ITCPS, 2019).

Ao identificar os principais temas, temos que a discussão sobre as mulheres se tornam evidência nesse grupo de trabalhos, assim sendo, compactua com as discussões já desenvolvidas em outros eventos da economia solidária, como os Fóruns e também as Conferências, que destacam a importância das mulheres na centralidade da economia solidária.

O segundo grupo de trabalho apresentou o debate sobre ‘políticas públicas da economia solidária’ com foco nas políticas públicas específicas sobre o movimento refletindo sobre suas configurações sociais, políticas, econômicas e culturais, a participação de diferentes atores da economia solidária e os limites e/ou possibilidades de desenvolvimento da economia solidária (V CONGRESSO DA REDE DE ITCPS, 2019).

Foram encontrados nos anais do evento (2019) quatro trabalhos que discutiram a temática nesse grupo de trabalho e as discussões se deram a partir de: limites e possibilidades da democracia e a relação do Estado e a sociedade no Brasil, no caso a economia solidária; a importância de feiras de economia solidária na relação entre políticas públicas e extensão universitária na economia solidária; os valores da economia solidária no desenvolvimento de políticas públicas; e a importância do PRONINC nas políticas sociais no país. Um fato que chamou atenção em relação a esse grupo de trabalho foi a quantidade de trabalhos, considerada pouca diante da importância que se tem o debate do estabelecimento de políticas públicas sobre economia solidária, principalmente no debate que envolve a necessidade de se tornarem políticas de governo e não apenas transitória.

Já o terceiro grupo de trabalho debateu a “Economia solidária, agroecologia e soberania alimentar” que tem ganhado espaço nas discussões tendo em vista a emergência da agroecologia como diferencial nas produções. A proposta do Grupo de trabalho era discutir os seguintes subtemas: processos associativos solidários no meio rural; relatos de experiências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis baseados nos conceitos da economia solidária e da agroecologia; agroecologia X agronegócio; experiências de gestão de bens comuns, produção e comercialização conjunta de empreendimentos da agricultura familiar, baseados nos princípios da economia solidária.

Porém, conforme demonstrado acima, esse grupo foi debatido baseado em apenas três trabalhos, mas que tiveram como destaque as seguintes abordagens: principais desafios e perspectivas na implementação de um plano de segurança alimentar e nutricional; experiência da Rede Raíces na Terra e sua implementação, comercialização, produção e autogestão; e o

desenvolvimento de oficinas de alimentação saudável com o intuito de construir conhecimento sobre agroecologia (ANAIS DO V CONGRESSO DA REDE DE ITCPS, 2019). Assim sendo, os três trabalhos abordam temas centrais e que conseguem demonstrar a importância de debates que envolvem a agroecologia associada a economia solidária nos dias atuais.

O próximo grupo de trabalho debateu sobre ‘Economia solidária e processo educativo’ com o intuito de demonstrar a articulação das temáticas da economia solidária e educação popular e diante dessa proposta, foi prevista a discussão acerca dos seguintes subtemas pela organização do evento: educação popular como um método para estabelecer relações horizontais entre as pessoas; superação da hierarquização dos saberes, da divisão social e técnica de trabalho; e promoção e troca de experiências e conhecimentos.

Esse grupo de trabalhos apresenta o maior número de trabalhos até o momento, sendo 15 artigos que proporcionaram debates que envolviam as seguintes abordagens: a importância da educação ambiental na escola e na comunidade e a relação com o fortalecimento da economia solidária; a incubação de catadores de materiais recicláveis e o processo político-pedagógico; articulação entre ensino, pesquisa e extensão em economia solidária por meio de uma ITCP; relato de um professor sobre os temas cooperativismo popular e economia solidária em um curso de psicologia; a importância da transformação social da educação por meio da economia solidária; experiências de formadores e militantes de uma ITCP em relação a educação para a autogestão; discussão sobre etnocontabilidade e autoavaliação reflexiva de sustentabilidade; relação entre teoria, prática e empreendedorismo social; emancipação e experiências de economia solidária; a formação em economia solidária para estudantes por meio das incubadoras; e relação dos saberes acadêmicos e populares a partir de um empreendimento (ANAIS DO V CONGRESSO DA REDE DE ITCPS, 2019).

Percebe-se a importância que a educação popular possui para a economia solidária, mas principalmente para a discussão na Rede, uma vez que a mesma é formada por pesquisadores que lidam diariamente com o processo de formação da economia solidária, seja com os empreendimentos ou até mesmo em seus estudos internos nos grupos e nas incubadoras.

O quinto grupo de trabalho debateu sobre ‘Economia solidária e territorialidade’, sendo um tema muito debatido no FBES por meio de suas plenárias e das Conferências Nacionais sobre a temática e teve como principal objetivo debater a pluralidade, diversidade e singularidade das experiências de economia solidária no âmbito do território e que tenha relação com conceitos que envolvam territorialidade, território e economia solidária. Quatro trabalhos foram apresentados e proporcionaram debates a partir dos seguintes subtemas: a importância da mulher rural na economia solidária e no desenvolvimento territorial; ações territoriais que

envolvem geração de trabalho, renda e comercialização pela economia solidária; e análise da expansão da economia solidária nos territórios Norte/Noroeste Fluminense e Vale do Itabapoana.

O sexto grupo de trabalho abordou a ‘Produção, consumo responsável, comercialização e comércio justo’, tema também muito discutido nos eventos sobre economia solidária diante da necessidade da abertura de mercado para os produtos e serviços advindos da economia solidária. Sete trabalhos foram apresentados e a partir desses, os debates se concentraram em: formação de consumidores para o consumo responsável e comércio justo; metodologia de incubação de um grupo de consumo responsável; análise de duas redes de comercialização e consumo responsável, suas articulações, tecnologia social para comercialização e diagnósticos; as feiras e suas práticas comerciais baseadas nos valores da economia solidária; relações de consumo em clubes de troca; e redes de economia solidária como alternativa ao comércio justo (ANAIS DO V CONGRESSO DA REDE DE ITCPS, 2019).

Vale destacar que esses trabalhadores abordaram discussões importantes e também observadas em outros momentos, que envolvem a importância das redes nesses processos e das feiras como locais fixos de comercialização. Outro ponto extremamente importante, refere-se à educação necessária aos possíveis consumidores para que entendam a importância da comercialização de produtos solidários e a influência que essa prática possui no combate ao capitalismo.

O sétimo tema destaca as ‘finanças públicas’, também bastante debatido em eventos sobre a economia solidárias. Apesar da importância do tema, nos anais do evento (2019) foram encontrados apenas cinco trabalhos e por meio desses, realizaram os debates em torno dos seguintes subtemas: crédito solidário; incubação de um banco comunitário e as ambiguidades envolvendo mercado capitalista x relações de trabalhos nos empreendimentos; fundo solidário como capital de giro em uma rede; análise entre banco tradicional e banco comunitário; e compartilhamento de recursos (econômicos e humanos) para causas sociais.

O oitavo tema de debate no Congresso da Rede discutiu a ‘Economia Solidária, catadores e gestão de resíduos sólidos’ tema que ganhou destaque após a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Nesse grupo, tinham como proposta debater, de uma forma geral, o papel dos catadores e dos diferentes empreendimentos econômicos solidários (EES) e a influência de tais agentes e empreendimentos na implementação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Foram apresentados nove trabalhos que debateram sobre temas importantes na abrangência do grupo de trabalho, como: liderança solidária em uma associação de catadores; cidadania e reconhecimento dos catadores de recicláveis; avanços e desafios de

cooperativas de catadores de matérias recicláveis; diagnóstico da realidade de uma associação de catadores; ferramentas de avaliação de produtividade em empreendimentos de catadores; análise do mercado de resíduos sólidos e a constituição de um Rede de catadores; logística inteligente entre cooperativas e empresas de resíduos sólidos na busca por redução do impacto social; fortalecimento da prática da coleta seletiva; e logística reversa em um Rede de cooperativas de materiais recicláveis.

O nono tema de debate teve como foco as ‘Tecnologias sociais e economia solidária’ que tinha como objetivos discutir sobre as experiências relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias sociais, à adequação sociotécnica e às metodologias de incubação, no intuito de identificar os desafios presentes nesses processos e as oportunidades de parcerias entre incubadoras e territórios. Sete trabalhos foram apresentados e debateram os seguintes subtemas: construção da autogestão em um grupo de mulheres; a incubação no auxílio do fortalecimento do turismo de base comunitária; análise das ITCPs do Rio de Janeiro; a formação de tecnologia de inclusão social como capacitação de um grupo autogestionário; tecnologias sociais e o impacto na criação e desenvolvimento de uma cooperativa; tecnologias sociais de baixo custo como apoio ao saneamento básico; e desenvolvimento de tecnologias sociais e o impacto nas políticas públicas de geração de trabalho e renda.

O décimo grupo de trabalho discutiu um tema que tomou frente do primeiro FBES e se vê presente desde então, que se refere a ‘Economia solidária, legislação e marco legal’ e a importância da economia solidária presente nos três níveis de legislação, sendo municipal, estadual e nacional. Apesar da importância do debate, dos inúmeros tópicos decididos pela organização do evento como necessários para o debate público em torno da temática, apenas dois trabalhos foram apresentados nesse grupo de trabalho e tiveram como objetivo apresentar: o CNES no período de 2003 a 2019 e o processo do marco regulatório em Campos dos Goytacazes e a influência de uma ITCP. Sabe-se que a discussão sobre esses dois temas são extremamente importantes e demonstram um processo histórico, político e social da economia solidária tanto em nível nacional – com o CNES – como em nível local – com a experiência de Campos dos Goytacazes, mas ressalta-se a necessidade que se tem de discutir mais amplamente essa temática diante da necessidade de buscar atuação na preparação, elaboração e controle das legislações e marco legal da economia solidária (ANAIS DO V CONGRESSO DA REDE DE ITCPs, 2019).

O penúltimo tema discutido no V Congresso refere-se a ‘Economia solidária e saúde mental’ e seus debates envolveram as atividades de pesquisa e de extensão que versam sobre o tema da inclusão social produtiva de grupos vinculados às Redes de Saúde Mental e de

Economia Solidária. Além disso, analisar políticas públicas de economia solidária e saúde mental para compreender os atuais desafios para o fortalecimento destas políticas públicas.

Apesar de ser um tema considerado relativamente novo por não estar presente em eventos nacionais, como o caso das Plenárias do FBES e das Conferências Nacionais de Economia Solidária, o grupo de trabalho contou com oito trabalhos que versam sobre: a economia solidária como possibilidade de tratamento e reinserção social de dependentes químicos; incubação de um grupo de produção solidária composto por pacientes com transtornos psiquiátricos crônicos em parceria com uma ITCP; experiência do trabalho de uma ITCP e da incubação de associação com foco em saúde mental; impacto da produção de produtos solidários na saúde mental e seu teor terapêutico e de geração de renda; e práticas de economia solidária em uma Rede de saúde mental.

Por último, debateram sobre a cultura por meio do tema ‘Empreendimentos de Cultura na Economia Solidária’, realidade também já evidenciada em outros eventos da economia solidária e colocada em debate público no evento. Apenas dois trabalhos fizeram parte deste debate e abordaram a relação de uma ITCP e um projeto que visa o resgate e valorização cultural de um município e projeto cultural desenvolvido em escolas que prezam pelo consumo e produção literária coletiva.

Acima foram apresentados os temas dos debates públicos em torno do V Congresso da Rede de forma a demonstrar também as principais publicações desenvolvidas sobre o campo da economia solidária, principalmente por membros de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

Nesse sentido, sabe-se que as Incubadoras são muito conhecidas por seu papel significativo na extensão universitária, mas segundo Vechia et al. (2011) a pesquisa também possui um espaço considerável, uma vez que a incubadora precisa atender as demandas dos grupos incubados e estão inseridas em atividades de ensino que prezam por temas como economia solidária e cooperativismo, por meio de cursos de graduação, pós-graduação ou cursos de pequena duração concedidos por seus professores.

Abaixo, temos o quadro que demonstra, resumidamente, os principais temas dos debates públicos em torno da economia solidária realizado pelo V Congresso da Rede de ITCPs e observa-se que nem todos os itens que foram elencados pelos organizadores do evento estão presentes no quadro, pois após a análise dos trabalhos que foram apresentados e debatidos em cada GT, identificou-se os temas que realmente tiveram destaque e que se tornaram públicos no evento a partir dessa ótica.

TEMAS GERADORES DOS DEBATES	SÍNTESE DOS DEBATES
1 – Gênero e economia solidária	<ul style="list-style-type: none"> - Igualdade de gênero; - Desafios e fragilidades; - Autogestão como empoderamento feminino; - As condições de trabalho; - Políticas públicas; - Autonomia das mulheres; - Participação política.
2 – Políticas públicas da economia solidária	<ul style="list-style-type: none"> - Configurações sociais, políticas, econômicas e culturais das políticas públicas; - A participação de diferentes atores da economia solidária; - Limites e/ou possibilidades de desenvolvimento das políticas públicas.
3 – Economia solidária, agroecologia e soberania alimentar	<ul style="list-style-type: none"> - Experiências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis baseados nos conceitos da economia solidária e da agroecologia; - Experiências de gestão de bens comuns, produção e comercialização conjunta.
4 – Economia solidária e processo educativo	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção e troca de experiências e conhecimentos sobre economia solidária e processo educativo; - Educação em economia solidária e emancipação; - Relação da pesquisa, ensino e extensão em economia solidária; - Empreendedorismo social.
5 – Economia solidária e territorialidade	<ul style="list-style-type: none"> - Pluralidade, diversidade e singularidade das experiências de economia solidária no âmbito do território.
6 – Produção, consumo responsável, comercialização e comércio justo	<ul style="list-style-type: none"> - Discussões de conceitos, processos educativos, práticas de disseminação, experiências de produção, consumo responsável e consumo público ético; - Sistemas, redes e metodologias de comercialização para empreendimentos da economia solidária; - Discussões de conceitos, processos educativos e práticas de disseminação de comércio justo.
7 – Finanças solidárias	<ul style="list-style-type: none"> - Práticas de finanças solidárias por meio de um conjunto de serviços e produtos financeiros e pedagógicos que fomentam e contribuem para o crescimento e a consolidação da Economia Solidária;

	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade da democratização de acesso ao crédito, utilizando como instrumentos os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários, Cooperativas de Crédito e Clubes de Trocas Solidárias; - Redução da pobreza com a emancipação social das comunidades envolvidas nos projetos financiados.
8 – Economia Solidária, catadores e gestão de resíduos sólidos	<ul style="list-style-type: none"> - Condições de vida e trabalho dos catadores; - Metodologias e formas de trabalho nos EES de catadores; - Gestão compartilhada de resíduos sólidos; - Potencialidades e dificuldades dos EES de catadores para atendimento às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos; - Constituição de Redes de catadores.
9 – Tecnologias sociais e economia solidária	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de tecnologias sociais, à adequação sociotécnica e às metodologias de incubação; - Desafios presentes e as oportunidades de parcerias entre incubadoras e territórios.
10 – Economia solidária, legislação e marco legal	<ul style="list-style-type: none"> - Sistematização de experiências de elaboração, tramitação e aprovação de legislação relativa à economia solidária no âmbito nacional, estadual e municipal; - Consolidação da CNES.
11 – Economia solidária e saúde mental	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades de pesquisa e de extensão que versam sobre o tema da inclusão social produtiva de grupos vinculados às Redes de Saúde Mental e de Economia Solidária.
12 – Empreendimentos de Cultura na Economia Solidária	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura e Economia Solidária; - Cultura e cidadania; - Atividades culturais e desenvolvimento humano.

Fonte: Pesquisa baseada no V Congresso da Rede de ITCPs, 2019.

O VI Congresso da Rede aconteceu no ano de 2022, no período de 31 de agosto à 03 de setembro em Salvador, na Bahia e teve como tema central “A incubação em economia solidária ressignificando a relação entre ensino, extensão e pesquisa: práticas, perspectivas e os desafios do atual cenário político”. Vale reforçar que o evento aconteceu de forma híbrida, com transmissão também via internet e contou com 14 temas centrais (VI CONGRESSO DA REDE DE ITCPs, 2022).

O primeiro GT aborda a discussão sobre ‘Economia solidária e educação popular na Universidade Pública em tempos de crise’ e promove o debate sobre a Universidade Pública no Brasil e o ensino, pesquisa e extensão nesse contexto e para isso, os subtemas são: educação popular, relação universidade/sociedade, produção científica sobre economia solidária, práticas de ensino, pesquisa e extensão em economia solidária. Nesse momento, foram debatidos o contexto da Covid-19 e 14 trabalhos foram apresentados e debatidos com os seguintes objetivos: limites e possibilidade da educação popular em uma rede no contexto do Covid-19; sistematização de iniciativas de economia solidária e contribuição das universidades também no pós-pandemia; contribuição de ITCP para a educação popular; processo de incubação utilizado por uma ITCP; articulação de projetos de intenção e o fortalecimento da economia solidária; oficinas de capacitação; desenvolvimento local e formação em economia solidária; uso de tecnologias sociais em organizações coletivas; relação teórica entre economia solidária, trabalho e educação, universidade do bem-viver; economia solidária e o processo de inclusão social.

Conforme observamos, os trabalhos tiveram temas diversos e proporcionou debates importantes com experiências e discussões teóricas acerca da temática. Nesse primeiro GT já percebemos a diferença em relação a participação e apresentação de trabalhos no V Congresso, onde apenas um GT teve um número mais significativo de trabalho e de diversidade de temas e além disso, destaca-se também a discussão atual envolvendo o contexto da Covid-19 e o impacto na economia solidária.

O segundo GT debateu sobre as ‘questões de gênero e raça na economia solidária’ tendo como objetivo central discutir as lógicas de produção de desigualdades presentes no capitalismo, colonialismo e patriarcado como formas de opressão no cotidiano, principalmente em situações que contam com grupos minoritários (VI CONGRESSO DA REDE DE ITCPs, 2022). Esse tema também foi abordado no V Congresso e podemos observar que pela eminência desse debate, ele se apresenta novamente e traz consigo novos arranjos, ao apresentar em sua pauta as demandas das condições de trabalho e autonomia de indígenas e lgbtqia+ e a participação política desses grupos como necessárias.

Em relação a essa temática central, apenas 6 trabalhos foram apresentados e discutidos e abordaram os seguintes debates: relação entre gênero e trabalho por meio de uma associação de feirantes; gestão democrática e a justiça de gênero; grupos de mulheres quilombolas; economia feminista e economia solidária. Diante disso, foi observado uma semelhança com o GT do V Congresso também, que apesar de abranger a discussão para outros grupos, a discussão sobre as mulheres e a economia solidária se destaca devido a necessidade de incluí-las não só

em grupos solidários de forma a proporcionar qualidade de vida e renda, mas também da atuação política das mesmas. Apesar de tamanha relevância do debate envolvendo as mulheres, fica como proposta que mais trabalhos envolvendo outros grupos, como o já citados lgbtqi+, negros e negras, indígenas, por exemplo, sejam relatados.

O terceiro GT debateu publicamente a questão da ‘Inovação e tecnologias sociais na Economia Solidária e na incubação de cooperativas populares’ com o objetivo de discutir o desenvolvimento de tecnologias sociais, adequação sociotécnica e as metodologias de pesquisa; identificar os desafios nesses processos, parcerias entre as incubadoras e territórios e, também discutir conceitualmente tecnologia social e inovação social.

Com essa temática, 9 trabalhos foram apresentados, debatidos e focaram esse debate dos seguintes subtemas: os desafios da incubação em rede de empreendimentos solidários; viabilidade econômica de empreendimentos; resgate histórico e contexto atual da relação entre ITCPs e o campo da tecnologia social; aproximação de universidade e comunidade; tecnologia social e o coletivo de consumidores responsáveis compostos por mulheres; experiência da moeda Sol; e desafio da qualificação digital na economia solidária. Esse tema foi bem discutido pelos trabalhos e aliar a inovação a economia solidária também por meio das tecnologias sociais vem ganhando espaço no debate público sobre economia solidária, como já observado nos eventos sobre o campo estudados nessa tese e compreendidos aqui por meio de trabalhos realizados, apresentados e debatidos sobre o tema.

O quarto GT apresenta uma discussão sobre território e territorialidade assim como o V Congresso, mas nessa edição, associa claramente a discussão desses temas também as ações coletivas e redes locais conforme seu tema central ‘Ação coletiva, redes locais e interterritoriais na Economia Solidária’ e teve como propósito debater a pluralidade, diversidade e singularidade de experiências da economia solidária no território de forma a levar em consideração os conceitos de economia solidária, território, territorialidade e redes.

Foram apresentados 12 trabalhos e abordaram o debate a partir de diversas perspectivas, como: turismo comunitário e redes de empreendimentos; grupo quilombola e a economia solidária; as outras economias, a solidariedade e a confiança no território como estratégias de crise; estudos de redes de artesanato; organização política da economia solidária por meio de eventos sobre território; articulação de uma feira, resistência e sobrevivência; redes de economia solidária e processos de formação e autogestão; experiência de rede quilombola. Nesse tema, foram apresentados muitos relatos de experiências, o que demonstra a importância de transferir o conhecimento e a prática da economia solidária não apenas em formato de artigos

científicos e resumos, bem como por meio de relatos que também são acessíveis a diversos públicos.

O GT 5 debateu um tema recorrente quando se estuda e discute sobre a economia solidária no contexto brasileiro, uma vez que apresentou a importância de se debater a relação entre ‘Estado, políticas públicas e marco legal da economia solidária’. Nesse tema, é interessante que ocorra a participação de pesquisadores, gestores públicos e trabalhadores que abordem as políticas públicas de economia solidária a partir de suas configurações sociais, econômicas, políticas e culturais e os atores da arena pública da economia solidária.

Seguindo a experiência da edição anterior, apenas seis trabalhos foram realizados e debatidos a partir dos seguintes subtemas: construção e atuação de uma ITCP; histórico da economia solidária e desenvolvimento de políticas públicas; o contexto da economia solidária no Centro-Sul do país; a função das cooperativas populares na manutenção do PNAE durante a pandemia; a política estadual de economia solidária de Santa Catarina.

O sexto GT abordou a ‘Diversidade Cultural e empreendimentos de Cultura na Economia Solidária’ e que também foi debatido no evento anterior da Rede e anexou alguns outros subtemas de debates dentro do central, como: cultura e economia solidária; economia criativa; cultura e cidadania; atividades culturais e desenvolvimento humano; cultura e geração de trabalho e renda; artes, produção cultural e economia solidária; sustentabilidade e perspectivas de empreendimentos culturais solidários; políticas públicas de cultura, manifestações culturais e organizações culturais populares.

Um tema com tantos subtemas interessantes e possíveis de debates contou com apenas três trabalhos apresentados e debatidos que envolviam os seguintes aspectos: a cultura de uma associação sociocultural; análise de um centro cultural a partir da economia solidária; e a cultura organizacional em uma associação sociocultural.

O GT 7 debateu as “Questões ambientais, agroecológicas e agricultura familiar” e tem em seu objetivo debater os mesmos subtemas que foram elencados no V Congresso e já citado acima. Assim sendo, 14 trabalhos foram debatidos e focaram nas discussões envolvendo as políticas públicas que visam a produção comunitária e agroecológica; experiência de uma horta agroecológica de base popular; práticas de cooperação de experiências socioculturais; valorização das mulheres e justiça social na certificação participativa; fortalecimento de grupo de consumo responsável; extensão universitária; permacultura como inclusão socioeconômica solidária sustentável; experiência do aperfeiçoamento da agricultura familiar de um assentamento; sistemas participativos de garantia da qualidade orgânica e seus desafios; e oferta, comercialização e diversificação produtiva da agricultura familiar.

O GT 8 debateu as ‘Finanças solidárias, comercialização e comércio justo’ e também apresentou os mesmos propósitos já citados nesse eixo no V Congresso da Rede. Esse grupo também teve 14 trabalhos sobre a temática central e desenvolveu o seu debate em torno das seguintes perspectivas: experiência de banco comunitário; experiência do crédito habitacional de um banco comunitário; precificação justa de uma rede de comercialização; análise de férias solidárias e saberes coletivos; fair-trade e o comércio justo no país; estratégias de comercialização de um centro de economia solidária pós-pandemia; e finanças solidárias como desenvolvimento territorial.

A título de curiosidade, ressalta-se que todos os artigos debatidos nesse tema referem-se a discussões práticas, ou seja, podemos compreender que existem experiências que envolvem as finanças solidárias e que vêm sendo estudadas, e que por isso a economia solidária precisa debater essa temática, tendo em vista a importância que o acesso as finanças solidárias possibilitam para o desenvolvimento dos empreendimentos, dos trabalhadores e do território.

O debate sobre ‘Economia Solidária, catadores e gestão de resíduos sólidos’ também já esteve presente em outras edições do Congresso. Dez trabalhos foram debatidos sobre a temática e esse momento se deu a partir de discussões que envolviam a diversidade e solidariedade em cooperativa de reciclagem; economia solidária e sustentabilidade em uma cooperativa de catadores; políticas públicas municipais de reciclagem; relação de contratação de empreendimento de reciclagem pelo poder público; ecofeminismo e inclusão socioproductiva de catadores; processo de pré-incubação de uma associação de catadores; protagonismo dos catadores de uma associação; relação das ITCPs e catadores; e valorização da saúde de catadoras.

Esse debate em torno de catadores de materiais recicláveis abordou uma questão importante que envolve a saúde desses trabalhadores e que, diante da pesquisa realizada para identificar os debates públicos sobre economia solidária, não foi encontrada pesquisas vastas que debatam essa perspectiva, tendo em vista a importância de analisar as condições de trabalho desses grupos. Assim sendo, fica como proposta de pesquisas e projetos futuros em relação a esses grupos e a saúde no ambiente de trabalho.

O décimo GT de debate envolveu a ‘Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo Social’ e possui como principal objetivo debater trabalhos oriundos de pesquisas ou intervenções no campo da economia solidária que tenham como foco a inclusão social de pessoas em desvantagem social, por meio da interface entre saúde mental e economia solidária.

Esse tema também foi alvo de debate público no V Congresso e contou com apenas seis trabalhos que deram margem para o debate público e discutiram: a função dos empreendimentos solidários como estratégia de inclusão social entre catadores; cooperativismo habitacional como acesso ao direito à moradia; políticas públicas de geração de trabalho e renda na saúde mental; experiência de uma cooperativa de agricultores familiares; e a experiência do programa de formação do cooperativismo solidário jovem. Nesse sentido, não foram debatidos tantos temas correlatos ao debate principal, mas possui margem para que a saúde mental seja ainda mais debatida nas práticas de economia solidária.

O décimo primeiro debate ocorrido no VI Congresso ocorreu com o objetivo de realizar ‘reflexões multidisciplinares na economia solidária’ e tinha como objetivo debater conhecimentos de diversas áreas do conhecimento em torno da economia solidária. Assim, discutiram sobre a vivência de ITCP em tempo de pandemia; oficinas remotas como fortalecimento da economia solidária; debate sobre ativismo econômico; iniciativas de ressocialização e reintegração socioeconômicas, experiência de eventos sobre economia solidária; e a saúde mental e empreendimentos.

O GT 12 debateu a ‘economia solidária e curricularização’ e se apresenta como inovação no debate dos congressos da Rede e tem como objetivo central discutir sobre a integralização da extensão nos currículos da educação superior no Brasil e foi estabelecido que as discussões poderiam ocorrer a partir dos seguintes subtemas: a extensão em economia solidária como prática para formação integral de estudantes e promoção da transformação social.

Como assunto novo em relação ao debate público sobre economia solidária, o GT teve a contribuição de 5 trabalhos que realizaram o debate a partir das reflexões e potencialidades da curricularização da extensão e a relação com as ITCPs; o processo de integralização da extensão universitária; relação do curso de nutrição e centro público de economia solidária; e a experiência de oficinas como extensão.

O GT 13 abordou a ‘economia solidária e a juventude’ tema extremamente novo também no debate do Congresso, mas já exposto nos debates que envolvem o desenvolvimento de ações e políticas públicas destinadas a grupos específicos, como o caso dos jovens, que pode ser observado nos debates públicos acerca das Plenárias do FBES e também das Conferências Nacionais de Economia Solidária.

Esse debate busca refletir acerca das relações entre economia solidária e juventude, suas potencialidades, contradições e desafios presentes. De acordo com o VI Congresso da Rede de ITCPs (2022), essa temática ainda é incipiente apesar do contexto que envolve o avanço do neoliberalismo e impactos da pandemia do Covid-19 na geração de miséria, desmantelamento

das políticas públicas de economia solidária e o aumento da exclusão do mercado de trabalho e educação por parte dos jovens, assim, buscou-se debater com o intuito de disseminar os saberes e criação de parcerias que desenvolvam a produção dos conhecimentos científicos e estimulem ações extensionistas com a juventude na economia solidária.

Em relação a essa temática, apenas dois trabalhos foram realizados e discutiram os desafios e potencialidades da inserção dos jovens na economia solidária. Mas conforme apresentado acima, por ainda ser um debate novo no campo da economia solidária, espera-se que novos trabalhos sejam desenvolvidos e que novas experiências sejam colocadas em prática.

Por último, realizou-se o debate sobre a ‘Economia Solidária e Formas Alternativas de Organização e Gestão do Trabalho’ que tinha como propósito fomentar, articular e difundir conhecimentos sobre as formas organizacionais e de gestão do trabalho de experiências emancipatórias a partir da economia solidária. Em relação a esse tema, oito trabalhos foram discutidos e envolviam os seguintes subtemas: redes de economia solidária na pandemia; formação de grupos de mulheres e o protagonismo na economia solidária; redes cibernéticas, autogestão, solidariedade e infocapitalismo; resultados de uma ITCP; e reflexões sobre autogestão em um assentamento.

Quadro 24 - Debates públicos da V Congresso da Rede de ITCPs

TEMAS GERADORES DOS DEBATES	SÍNTESE DOS DEBATES
1 – Economia solidária e educação popular na Universidade Pública em tempos de crise	<ul style="list-style-type: none"> - Educação popular; - Relação universidade/sociedade; -Produção científica sobre economia solidária; - Práticas de ensino, pesquisa e extensão em economia solidária; - Contexto do Covid-19.
2 – Questões de gênero e raça na economia solidária	<ul style="list-style-type: none"> - Relações sociais de gênero e raça na economia solidária; - Possibilidades para a conquista de igualdade; desafios e fragilidades; - Autogestão como estratégia de justiça; condições de trabalho das mulheres.
3 – Inovação e tecnologias sociais na Economia Solidária e na incubação de cooperativas populares.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de tecnologias sociais; - Metodologias de pesquisa e incubação; - Desafios nesses processos; - Parcerias entre as incubadoras e territórios; - Campo da tecnologia social.

4 – Ação coletiva, redes locais e interterritoriais na Economia Solidária	<ul style="list-style-type: none"> - Pluralidade, diversidade e singularidade de experiências da economia solidária no território; - Importância das redes de economia solidária.
5 – Estado, políticas públicas e marco legal da economia solidária	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas públicas de economia solidária e suas configurações sociais, econômicas, políticas e culturais; - Os atores da arena pública da economia solidária.
6 – Diversidade Cultural e empreendimentos de Cultura na Economia Solidária	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura e economia solidária; - Cultura e geração de trabalho e renda; - Organizações culturais populares.
7 – Questões ambientais, agroecológicas e agricultura familiar	<ul style="list-style-type: none"> - Experiências de gestão de bens comuns, produção e comercialização conjunta de empreendimentos da agricultura família; - Experiências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis baseados nos conceitos da economia solidária e da agroecologia; - Sistemas participativos de garantia da qualidade orgânica e certificação.
8 – Finanças solidárias, comercialização e comércio justo	<ul style="list-style-type: none"> - Experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, dos Fundos Rotativos Solidários, feiras e redes de comercialização solidárias; - Comércio justo/Fair Trade; - Outras formas democráticas, justas e solidárias de acesso a recursos e de comercialização.
9 – Economia Solidária, catadores e gestão de resíduos sólidos	<ul style="list-style-type: none"> - As condições de vida e trabalho dos catadores; - Metodologias e formas de trabalho nos EES de catadores.
10 – Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo Social	<ul style="list-style-type: none"> - Empreendimentos solidários como estratégia de inclusão social entre catadores; - Cooperativismo habitacional como acesso ao direito à moradia; - Políticas públicas de geração de trabalho e renda na saúde mental.
11 – Reflexões multidisciplinares na Economia Solidária	<ul style="list-style-type: none"> - ITCP em tempo de pandemia; - Oficinas remotas como fortalecimento da economia solidária; - Debate sobre ativismo econômico; - Iniciativas de ressocialização e reintegração socioeconômicas, - Experiência de eventos sobre economia solidária;

	- Saúde mental e empreendimentos.
12 – Economia Solidária e curricularização	- A extensão em economia solidária como prática para formação integral de estudantes e promoção da transformação social.
13 - Economia Solidária e Juventude	- Desafios e potencialidades da inserção dos jovens na economia solidária.
14 - Economia Solidária e Formas alternativas de Organização e Gestão do Trabalho	- Práticas de gestão coletiva; - Auto-organização e autogestão; - Processos de incubação; - Redes solidárias.

Fonte: Pesquisa baseada no V Congresso da Rede de ITCPs, 2019.

Diante da análise desses eventos da Rede, percebe-se que os debates públicos se assemelham aos temas desenvolvidos em outros eventos e em outros espaços, porém aqui evidencia-se uma participação ainda menor em relação aos demais, analisando a partir da publicação de trabalhos que foram apresentados.

Ferreira (2019, p. 36) destaca um ponto importante em relação aos estudos sobre economia solidária ao dizer que o contato com os problemas da sociedade desenvolvem questões que precisam ser respondidas, sendo que alguns problemas podem ser respondidos por conhecimentos já produzidos por outros pesquisadores e outros precisam de estudos novos. Segundo o autor, “se a origem e a pesquisa não têm relação com os problemas com os quais a sociedade se defronta, dificilmente seus resultados dirão respeito a estes problemas e, nesse sentido, a origem também determina as possibilidades de utilização do conhecimento produzido”.

Assim sendo, tornar o conhecimento acessível é colocá-lo disponível a quem necessita, ou seja, informar os resultados de uma pesquisa, um novo conceito, mas principalmente, se esforçar para que essas novas informações se tornem comportamento e não apenas considerações verbais. Diante disso, acredita-se que os resultados de pesquisa sobre economia solidária possuem esse objetivo, que é transformar o conhecimento científico, desenvolvido nas universidades, por meio das incubadoras, em novos comportamentos diante das práticas cooperativistas e solidárias, sendo esse um ponto importante na análise desta tese.

6.3 Encontros e Congressos da Rede Unitrabalho

A Rede Unitrabalho foi criada em 29 de outubro de 1998 e desenvolve pesquisa, extensão e estudos sobre os movimentos sociais e o mundo do trabalho e é composta por pesquisadores, docentes, técnicos e discentes de diferentes áreas de atuação profissional que

possuem como objetivo maior produzir e disseminar conhecimento, apoiar iniciativas locais para geração de renda, buscar políticas sociais e de trabalho na busca por direitos e cidadania do trabalhador, dessa maneira, deve-se unir o saber produzido na universidade com o saber dos trabalhadores com o intuito de fortalecer a organização e a ação social por meio dos processos de formação e educação continuada (UNITRABALHO, 2022).

A Rede Unitrabalho desenvolve programas de grande relevância em três grandes áreas, sendo educação e trabalho, relações de trabalho e emprego e economia solidária e desenvolvimento sustentável contando com o apoio do corpo acadêmico, estudantes e técnicos das universidades e também com diversos segmentos da sociedade no alcance de alternativas para a transformação social. Os resultados desses programas são publicados de forma a compartilhar conhecimento e experiências adquiridas e diversas ITCP's fazem parte da Rede Unitrabalho (SOLTEC, 2017).

Inicialmente a Rede de ITCPs fazia parte da Rede Unitrabalho, mas em 2002, devido a divergências ocorridas entre a coordenação da Rede de ITCP's e a coordenação da Rede Unitrabalho, a Rede de Incubadoras optou por não fazer mais parte desta última rede (VECHIA et al, 2011).

De acordo com os referidos autores, a Unitrabalho era uma fundação e contava com processos burocráticos e era controlada pelos reitores e possuía uma hierarquia centralizada, já a Rede de ITCP's funcionava como uma cooperativa, sem burocracia e suas decisões eram tomadas por uma coordenação eleita pelas incubadoras. A partir de então, as divergências iniciaram e começou a surgir um clima de desconfiança. Diante disso, surgiram duas redes, sendo a Unitrabalho composta pelos reitores e pela Incubadora pertencente a Universidade Federal do Ceará e a Rede de ITCP's, que contou com quase todas as outras incubadoras, principalmente com as mais antigas.

Assim, segundo Velloso, Moraes e Menezes (2020), em 2002, após a separação e constituição de duas redes e apesar de suas diferenças, ambas realizavam atividades acadêmicas na produção de conhecimento sobre economia solidária. Essa organização em rede proporcionou um avanço considerável para as incubadoras, uma vez que permitiu troca de experiências e de ajuda mútua, fazendo da incubadora não apenas um centro de extensão, mas também de ensino e pesquisa.

A UNITRABALHO articula universidades que a compõem por meio das incubadoras e núcleos de estudos, pesquisa e extensão sobre o trabalho e esses se encontram em diversas regiões, como: norte, nordeste, centro-oeste, Minas Gerais, Rio de Janeiro/Espírito Santo, São Paulo e Sul (CULTI, 2006).

Para entender os debates públicos em torno da economia solidária por meio da atuação da Rede UNITRABALHO e, em decorrência da pesquisa realizada sobre os eventos nacionais que a rede organiza, e a percepção de que não são produzidas ‘documentos-sínteses’ dos eventos, apresenta-se uma dificuldade de acesso aos debates públicos. Diante disso, optou-se por analisar os debates públicos da Rede Unitrabalho a partir dos projetos que são desenvolvidos e de toda a influência que esses possuem no fortalecimento da economia solidária.

Após uma vasta análise do site da Rede Unitrabalho, foi possível identificar diversas frentes de atuação que a mesma possui no fortalecimento da economia solidária. A Rede atua diretamente com as universidades e possui uma Incubadora que fica lotada na Universidade Estadual de Maringá e que desenvolve diversas ações locais e realiza parcerias com outras universidades e grupos para promoverem ações, eventos e projetos com o propósito de disseminar conhecimento e experiências sobre a economia solidária (REDE UNITRABALHO, 2022).

Atualmente, por meio de seus projetos, a Rede atua nos seguintes temas que envolvem a economia solidária: fortalecimento de empreendimentos da economia solidária por meio da construção de estratégias para a inclusão social; a construção da identidade cultural regional por meio da alimentação e do artesanato e o papel da incubadora na disseminação de tecnologias sociais sustentáveis nos meios rurais e urbanos. Mas a Rede já abordou outras vertentes da economia solidária por meio dos seus projetos também, como: formação sistemática e continuada de docentes, técnicos, discentes da incubadora e demais atores da economia solidária; desenvolvimento de plano estratégico para a gestão e organização de empreendimentos; criação de rede de pesquisas e estudos sobre sustentabilidade e produção orgânica; orientação tecnológica para empreendimentos; formação de empreendimentos de catadores; função das incubadoras e desenvolvimento local; trabalho gênero e políticas com as mulheres de empreendimentos.

Ao identificar os projetos que estão ativos e aqueles que já finalizaram e em referência a todo o debate público em torno da economia solidária demonstrado aqui na tese em detrimento dos eventos nacionais do FBES, das Conferências e da Rede de ITCP's, percebemos que a Rede UNITRABALHO atua de forma semelhante a esses, pois desenvolve projetos que permitem a criação de ações que envolvem os referidos temas que possuem relevância no cenário da economia solidária. Dessa maneira, foi possível relacionar a análise dos debates já evidenciados e chegar à conclusão dos seguintes temas geradores dos debates e seus balanços:

Quadro 25 - Debates públicos das ações da Rede Unitrabalho

TEMAS GERADORES DOS DEBATES	SÍNTESE DOS DEBATES
1 – Educação e trabalho na economia solidária	- Formação sistemática e continuada de docentes, técnicos, discentes da incubadora e demais atores da economia solidária.
2 – Relações de trabalho, gênero e emprego na economia solidária	- Trabalho gênero e políticas com as mulheres de empreendimentos.
3 – Economia solidária e desenvolvimento sustentável	- Criação de rede de pesquisas e estudos sobre sustentabilidade e produção orgânica.
4 - Tecnologias sociais e economia solidária	-Orientação tecnológica para empreendimentos; - Papel da incubadora na disseminação de tecnologias sociais sustentáveis nos meios rurais e urbanos; - Função das incubadoras e desenvolvimento local.
5 - Diversidade Cultural e empreendimentos de Cultura na Economia Solidária	- A construção da identidade cultural regional por meio da alimentação e do artesanato.
6 - Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo Social	- Formação de empreendimentos de catadores; - Desenvolvimento de plano estratégico para a gestão e organização de empreendimentos; - Fortalecimento de empreendimentos da economia solidária por meio da construção de estratégias para a inclusão social.

Fonte: Pesquisa baseada na REDE UNITRABALHO, 2022.

Tendo em vista a função educativa das ações da Rede UNITRABALHO, o site da mesma apresenta muitas informações importantes e atualizadas a partir da emergência da economia solidária e diversos documentos são compartilhados, como vídeos, imagens, artigos, de forma a democratizar o acesso aos conhecimentos sobre a temática.

Diante da falta de documentos que determinem os eventos nacionais da Rede, seus desdobramentos e decisões tomadas a partir dos mesmos, fica aqui a chamada para que documentos sejam criados e divulgados acerca dos eventos que são realizados, pois assim torna-se possível que mais pessoas conheçam os debates oriundos da Rede e possam compreender quais as pautas de lutas são presentes no grupo atualmente e em todo o seu contexto histórico. Como a Rede UNITRABALHO também desempenha um papel extremamente importante na economia solidária, optamos por realizar essa etapa de forma a relacioná-la com os projetos, uma vez que compreendemos que os projetos deixam claro os desdobramentos e demandas atuais as quais a Rede tem trabalhado, assim conseguimos ter uma referência de quais os debates públicos a mesma já realizou nos últimos vinte anos.

Ressalta-se que muitos outros temas já devem ter sido debatidos em momentos de diálogo na Rede e em parceria com diversos atores da Rede, mas não conseguimos ter acesso a todos esses e, por isso, finalizamos o capítulo dos debates públicos com a Rede UNITRABALHO e a percepção inicial de seu debate público em torno da economia solidária.

Como forma de sintetizar todo o debate público em torno da economia solidária a partir do recorte temporal e em eventos específicos escolhidos na tese, foi desenvolvida uma nuvem e palavras de forma a demonstrar os principais temas abordados nos momentos de discussões públicas dos atores da economia solidária.

Figura 7 - Nuvem de palavras – Debates públicos da economia solidária



Fonte: Pesquisa, 2022.⁵

Os termos que se destacam, como finanças solidárias, marco legal, produção, comercialização e consumos solidários, políticas públicas de apoio à economia solidária e, questões de gênero e raça na economia solidária são considerados os temas mais relevantes nos debates públicos em torno da economia solidária, por embasarem discussões nos eventos nacionais da economia solidária nos últimos 20 anos.

Como forma de deixar mais claro os debates e suas relações com os avanços para a economia solidária, as cores dos termos também apresentam relevância. A cor roxa está mais

⁵ A nuvem de palavras (Imagem 7) foi construída de forma manual pela autora, a partir dos dados encontrados na análise dos principais temas que envolveram as discussões sobre economia solidária.

direcionada a debates que envolveram o marco legal e o desenvolvimento de políticas públicas e de órgãos para apoio a economia solidária. A cor azul revela os debates que envolvem as questões de gênero e organização do trabalho; a cor amarela revela debates que envolveram questões direcionadas a educação e a sua importância para a economia solidária; a cor preta refere-se a temas que foram debatidos mais atrelados a atores presentes na economia solidária e suas especificidades; e a cor cinza foram temas também debatidos em espaços públicos da economia solidária e que ganharam destaque ao longo das discussões e da realização dos eventos.

Essa nuvem tem como objetivo não só apresentar os principais temas que estiveram presentes nos espaços públicos de debate sobre economia solidária, mas também agrupá-los de forma a demonstrar como o campo da economia solidária é diverso, envolve as demandas e necessidades de grupos diversos e necessita de um marco legal que faça com que a economia solidária tenha espaço público de debate garantido no Governo e que as políticas públicas sejam desenvolvidas de acordo com a realidade e diversidade desse campo, sendo consideradas permanentes e não transitórias, como têm sido observado.

7 CARACTERIZAÇÃO DAS ESFERAS PÚBLICAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

7.1 Esferas públicas dominantes e subalternas

Para compreender a formação das esferas públicas a partir dos debates apresentados anteriormente, é necessário identificá-las com base na opinião comum sobre os diversos temas abordados.

Habermas (1997b) afirma que as esferas públicas se relacionam com maior impacto nos espaços em que ocorrem uma participação ativa de públicos considerados atuantes e deixa claro que não necessariamente isso precisa acontecer em um espaço físico. Assim, é preciso compreender que a esfera pública pode adquirir diferentes formas, como é o caso de conselhos, fóruns, orçamento participativo, entre outros e destaca-se, novamente, a importância de não a reduzir a clubes fechados.

Diante disso, foram escolhidos fóruns, conferências e eventos nacionais da economia solidária para compreender a formação de suas esferas públicas. Ressalta-se que a esfera pública é local de negociar os conflitos, os diferentes interesses e de construir compromissos públicos

comuns na busca pelo fortalecimento da economia solidária (TEXTO-BASE I CONAES, 2006).

O processo de formação de esferas públicas na economia solidária é considerado tenso e intenso, pois segundo o Texto-Base da I CONAES em 2006, o surgimento da economia solidária na agenda pública precisou de sujeitos políticos atuantes, engajados. Apesar dessa constatação ser referente ao período da economia solidária até o ano de 2006, ainda hoje permanecem desafios em relação a manutenção das pautas da economia solidária. É necessário, portanto, delimitar os papéis dos principais atores envolvidos na economia solidária, sendo: empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento, governos, poderes legislativos, pesquisadores, entre outros.

Nesse sentido, governos democráticos são fundamentais para o fortalecimento da economia solidária, conforme evidenciado no I CONAES (2006, p. 30):

Os governos democráticos têm a capacidade de facilitar o processo de avanço e consolidação do desenvolvimento socioeconômico solidário do Brasil, reconhecendo o sujeito político a Economia Solidária e criando espaços de participação em que se construam programas de governo que atendam as demandas do setor e que abram caminho para institucionalizar políticas públicas de Estado em seu favor. O desafio está na agregação destes diferentes atores e papéis e na sua interlocução institucional com outros atores e sujeitos políticos, que compõem as esferas públicas, para que se estabeleçam políticas públicas, perenes, para este setor, com base nesta interlocução entre o estado e o sujeito político da Economia Solidária (TEXTO-BASE I CONAES, 2006, p. 30).

Da mesma forma, as conferências de economia solidária foram relevantes para a formação das esferas públicas que podem ser evidenciadas a partir das relações entre a SENAES – na figura da estrutura governamental – o FBES e os demais grupos e atores que estão envolvidos no movimento. Assim, essa interação dialógica possibilitou a construção de ações e políticas públicas (SILVA e SILVA, 2017).

Nesse sentido, pontua-se a referência de Habermas ao redescobrimiento da sociedade civil, na figura de movimentos, associações e organizações, que captam os problemas sociais presentes nas esferas privadas e os transmitem para a esfera pública. Assim, os debates sobre a economia solidária contam com essa categoria, pois a realidade dos empreendimentos e movimentos sociais ligados a economia solidária permitem que temas sejam gerados e colocados na prática do diálogo.

De acordo com Habermas (2012), quando são formados núcleos temáticos e uma argumentação efetiva, os interesses dos participantes se voltam para condições formais da racionalidade do conhecer, do entendimento e do agir, seja por meio de discursos, experiências

e/ou plano cotidiano. Nesse sentido, a ação comunicativa, segundo o autor, leva em consideração a interação entre duas ou mais pessoas capazes de falar e agir, que tenham uma relação interpessoal e buscam um entendimento acerca de um determinado tema.

A forma de comunicação nos debates públicos em torno da economia solidária podem se configurar como ação comunicativa, justamente pelo fato de debaterem, de forma democrática, em torno de temas específicos, incluindo todas as pessoas na busca de um entendimento, capaz de gerar um consenso que se materializa em planos de ação e ações a serem desenvolvidas a curto e médio prazo, assim como proposições de políticas públicas e leis específicas.

Na construção dos debates públicos sobre a economia solidária os próprios participantes procuraram construir os consensos baseados no compromisso com a verdade, com as correções de rumos e decisões nas diversas instâncias e encontros realizados ao longo dos 20 anos analisados, por isso, o entendimento mútuo foi alcançado nas estruturas de organização do movimento com base na visão crítica dos participantes acerca das reivindicações e argumentações que passaram pelo crivo da validade pela crítica coletiva. Nesse sentido, deve-se considerar, no âmbito do movimento de economia solidária ao longo dos 20 anos analisados, a interrelação entre públicos diferentes que, por meio de seus valores e capacidades de comunicação, enfrentaram o desafio do diálogo público com o propósito de construir políticas compartilhadas.

Portanto, pode-se observar que em cada evento nacional realizado para debate em torno da economia solidária diversos temas foram abordados, discutidos e rediscutidos pelos participantes, demonstrando as práticas do processo dialógico capaz de formar uma opinião comum em torno dos temas debatidos. Alguns temas, como marco legal e políticas públicas específicas, foram mais debatidos em detrimento de outros, o que levou a formar esferas públicas dominantes e subalternas dentro do próprio movimento da economia solidária.

Os temas dominantes identificados na pesquisa são aqueles que envolvem os empreendimentos econômicos solidários, uma vez que as principais demandas surgiram a partir da realidade vivenciada por eles.

A SENAES, por meio de seus representantes e sua posição estratégica dentro do mundo do Sistema (burocracia do Governo Federal), abriu espaço de interlocução e de interação dialógica com o mundo da vida, onde se desenvolveram as esferas públicas por meio do movimento da economia solidária, estabelecendo uma verdadeira governança democrática durante o período de sua existência. A SENAES inseriu a economia solidária na agenda pública

do governo federal e elaborou as políticas públicas com base nos resultados dos diversos fóruns de discussão analisados, principalmente, do FBES.

Chiariello (2020, p. 98) complementa:

A SENAES representou, em certo sentido, a institucionalização de um rol de demandas represadas pelos diversos movimentos sociais, urbanos e rurais, por políticas públicas de fomento de trabalho e renda sob o arco organizacional de empreendimentos econômico solidários, possibilitando sua implementação, desenvolvimento e continuidade de suas atividades de forma autogestionária.

Esse processo histórico descrito por meio dos debates públicos sobre economia solidária no Brasil confirma e reforça os elementos fundamentais da teoria da ação comunicativa e a força das esferas públicas de influenciar as decisões políticas no mundo do sistema, especialmente, quando o sistema se abre para interações e interlocuções com o mundo da vida. Nesse sentido, Habermas (2003b, p. 115) reforça a importância da sociedade civil ao tomar consciência de sua capacidade de influenciar decisões políticas com base na força dos debates públicos:

Basta tornar plausível que os atores da sociedade civil, até agora negligenciados, podem assumir um papel surpreendentemente ativo e pleno de consequências, quando tomam consciência da situação de crise. Com efeito, apesar da diminuta complexidade organizacional, da fraca capacidade de ação e das desvantagens estruturais, eles têm a chance de inverter a direção do fluxo convencional da comunicação na esfera pública e no sistema político, transformando destarte o modo de solucionar problemas de todo o sistema político.

Além da SENAES, os gestores públicos cumpriram, também, esse papel de interlocução dialógica entre o mundo da vida (movimento da economia solidária) e o sistema que eles representavam, tanto que, para o FBES (2012), os gestores públicos cumpriram o papel de potencializar a luta pelo aumento dos recursos para a economia solidária, além de cobrar compromisso e empenho nas lutas específicas, construir políticas de incentivos fiscais, motivar as pessoas a se informarem sobre economia solidária e terem participação ativa nos fóruns, e defender, de uma forma geral, políticas públicas e marco legal para a economia solidária.

Dessa forma, o Estado, que representa parte do mundo do sistema, atuou intensamente, neste caso, na criação de canais de acesso e de comunicação direta com o movimento de economia solidária, que representa o mundo da vida. Por isso, ocorreu a participação dos fóruns nas decisões de políticas públicas de forma horizontal.

Quando se analisa os temas problemas que influenciaram a formação das esferas públicas, pode-se analisá-los a partir da orientação do fluxo comunicacional dos sujeitos participantes. Habermas (1997) apresenta três modelos, sendo o *inside access model* (modelo de acesso interno), *mobilizations model* (modelo de mobilização), *outside initiative model* (modelo de iniciativa externa). Nos debates públicos em torno das Plenárias do FBES em suas

seis edições, de 2002 até 2022 o fluxo comunicacional foi mais próximo do modelo de mobilização, pois conforme já evidenciado, o FBES é constituído por representantes dos empreendimentos econômicos solidários, das entidades de apoio e fomento e da Rede de Gestores Públicos, caracterizando a participação no processo de representantes tanto da sociedade civil, como do mercado e do Estado.

Nesse sentido, pode-se observar como o fluxo da comunicação ocorreu em todo o período analisado por meio das representações nas plenárias, como aconteceu na V Plenária, em que os EES tiveram 64% dos participantes, seguidos de 22% das entidades de apoio e fomento e 14% de gestores públicos. Os EES representam a sociedade civil por meio de movimentos sociais feministas, da agricultura familiar, de catadores de material recicláveis, de pescadores, quilombolas, sindicalistas, agroecologistas, saúde mental, LGBTs, entre outros (NAGEM e JESUS, 2013). Assim, as demandas apresentadas abarcam necessidades vivenciadas na realidade social desses movimentos.

Habermas (1997) destaca que a esfera pública pode ser considerada uma rede adequada para a comunicação de temas, tomadas de posição e opiniões e nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados de forma que sejam configurados em opiniões públicas relacionadas a temas específicos. Diante disso, analisaremos, por meio do Quadro 26, os temas que formaram esferas públicas que influenciaram decisões políticas no âmbito do sistema.

Quadro 26 - Esferas públicas da economia solidária

Classificação das esferas públicas	Tema-problema (esferas públicas)	Mobilização (mundo da vida)	Objetivo (sistema)
Dominante	Políticas Públicas específicas para a economia solidária	Plenárias do FBES; Conferências Nacionais de Economia Solidária; Congressos da Rede de ITCP's; Rede Unitrabalho	Criação da Política Nacional de Economia Solidária; Política de produção, comercialização e consumo; Política de gênero e raça; Política educacional; Política de finanças solidárias; Políticas de Territorialidade, entre outras.
Dominante	Marco legal da economia solidária	Plenárias do FBES; Conferências Nacionais de Economia Solidária; Congressos da Rede de ITCPs; Rede Unitrabalho	Criação de uma Lei Nacional da Economia Solidária; Lei Geral do Cooperativismo; Lei das Cooperativas de Trabalho; Criação da SINAES;

			<p>Criação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SJCS); Criação legal do Fundo Nacional de Economia Solidária (FNAES); Alteração na Lei de Licitações e da Lei do Cooperativismo, entre outras.</p>
Dominante	<p>Criação da SENAES e reestruturação FBES</p>	<p>I, II, III Conferências Nacionais de Economia Solidária; IV Plenária de Economia Solidária</p>	<p>-Conferir reconhecimento institucional às formas diferenciadas de trabalho e renda, cuja natureza exige políticas específicas que podem e devem dialogar com as outras políticas do campo social, sem se confundir ou subsumir às demais.</p> <p>- Analisar a sua agenda prioritária de lutas e a sua natureza e estrutura de funcionamento, pois observava-se a necessidade de mudar o fórum em detrimento dos muitos desafios que o crescimento da economia solidária apresentava</p>
Subalterna	<p>Debates conceituais sobre economia solidária</p>	<p>Congressos da Rede de ITCPs</p>	<p>Discutir teoricamente temas como: Autogestão Tecnologias sociais Marco jurídico Políticas públicas Movimentos sociais e territórios por meio do incentivo de pesquisa, ensino e extensão</p>
Subalterna	<p>ITCPs e suas metodologias</p>	<p>Congressos da Rede de ITCPs</p>	<p>Debater e apresentar experiências das Metodologias participativas de autogestão; e das</p>

			Estruturas e metodologias de funcionamento das ITCPs.
Subalterna	Saúde mental na economia solidária	Congressos da Rede de ITCPs	Atividades de pesquisa e de extensão e políticas públicas que versam sobre o tema da inclusão social produtiva de grupos vinculados às Redes de Saúde Mental e de Economia Solidária.
Subalterna	Economia solidária e curricularização	Congressos da Rede de ITCPs	Discutir sobre a integralização da extensão nos currículos da educação superior no Brasil

Fonte: Resultado da pesquisa, 2022.

A partir dos debates públicos em torno da economia solidária e das características conceituais da categoria esfera pública, identificou-se a formação de esferas públicas dominantes e subalternas.

A estruturação dos eventos nacionais, as Plenárias e as Conferências, formaram esferas públicas dominantes, pois representam amplo debate com a participação de representantes do Estado, do mercado e da sociedade civil. Além disso, as pautas identificadas nesses eventos se configuraram como geradores da mobilização, articulação e debate para formar as esferas públicas, ganhando espaço e adesão, além de se repetirem em quase todas as edições no período de 20 anos. Além disso, as esferas públicas possibilitaram influenciar decisões políticas significativas no sistema, aspecto que será analisado na próxima seção.

Assim, por um lado as Plenárias desenvolveram esferas públicas dominantes que influenciaram a formulação de políticas públicas específicas para a economia solidária, envolvendo a Produção, comercialização e consumo, educação popular, finanças solidárias, territorialidade, gênero, raça e diversidade; o marco legal da economia solidária por meio da criação de novas leis e reformulação de algumas já existentes e que precisam de atualizações a partir do novo contexto da economia solidária; a criação da SENAES e reestruturação do FBES, como instrumentos necessários para a formulação das políticas públicas e fortalecimento da economia solidária.

Além disso, as Conferências Nacionais também desenvolveram esferas públicas dominantes que envolveram a formulação de políticas públicas específicas para a economia

solidária como também a produção, comercialização e consumo, finanças solidárias, gênero, principalmente com a inclusão das mulheres e da juventude e educação e mais uma vez evidencia-se a centralidade do marco regulatório da economia solidária, com foco na criação da Lei Geral do cooperativismo, Lei das Cooperativas do Trabalho, Lei Nacional da Economia Solidária e criação do Fundo Nacional de Economia Solidária e Sistema Nacional da Economia Solidária.

Nos debates que propiciaram a formação das esferas públicas dominantes foi possível identificar uma organização forte, no sentido de, contar a participação de diversos atores relevantes no campo da economia solidária e essa diversidade, permitiu que demandas fossem detalhadas e, mais ainda, que essas pudessem influenciar o sistema e criar novos órgãos, grupos, secretarias e demais ações públicas e políticas com o objetivo de fortalecer a economia solidária.

Nesses momentos de debate, a força da união dos representantes de alguns EES, dos movimentos sociais, da SENAES, do FBES, dos gestores públicos, dos representantes das entidades de apoio e fomento e de demais participantes que lutam pelas causas da economia solidária possibilitou a discussão pautas relacionadas as esferas públicas dominantes que passaram por diversas arenas públicas e níveis de debates, como fóruns municipais, temáticos, estaduais e também nos momentos nacionais de debate, o que permitiu o fortalecimento e empenho na busca de melhorias para a economia solidária e seus representantes.

O marco legal da economia solidária, juntamente com o desenvolvimento de políticas públicas específicas para o campo, são considerados os temas centrais nos debates que envolvem a economia solidária e por isso se apresentam nas esferas públicas dominantes, por terem contado com uma mobilização em todos os eventos nacionais realizados e analisados, bem como os momentos de debates que antecederam os fóruns nacionais.

O Marco Legal da economia solidária, por estar presente em todos os momentos de debate, trouxe grandes avanços para a economia solidária e debates que envolvem a reformulação de leis, criação de órgãos e alterações de leis já existentes. Diante dos temas mais relevantes nos debates públicos, esse se configura como dominante tendo em vista a influência que obteve no sistema, ao criar SCJS, alteração nas Leis do Cooperativismo e Cooperativas de trabalho, criação de Conselhos, Centros, entre outros.

As políticas públicas de economia solidária tiveram destaque nos debates públicos desde o primeiro evento realizado em 2002, tendo em vista a necessidade de torna-se políticas permanentes, como tanto já destacado na seção anterior. Essa realidade permeou debates de todos os eventos nacionais analisados e permitiu a criação da Política Nacional de Economia

Solidária, o apoio na criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e reforçou, constantemente, a necessidade de criar políticas que tivessem como foco mulheres, jovens, bem como o foco central no incentivo a produção, comercialização, consumo e finanças solidárias para permitir que os EES tivessem a capacidade de disputarem mercado com as empresas capitalistas.

A criação da SENAES e sua reestruturação foi debate nas Conferências Nacionais de Economia Solidária e na IV Plenária do FBES. Essa esfera pública é considerada dominante tendo em vista o amplo debate ocorrido a partir da necessidade de sua criação e, diante da sua relevância, buscou-se reestruturar para que a mesma estivesse atrelada aos novos desafios da economia solidária. A SENAES é uma Secretaria extremamente relevante para o referido campo e a sua atuação foi considerada uma influência significativa no sistema, e a manutenção das suas atividades permitiu que diversos outros debates e arenas públicas fossem mobilizadas e, diante disso, novas ações coletivas foram desenvolvidas a partir de sua força nos debates públicos em torno da economia solidária.

Já os Congressos da Rede de ITCPs se configuram como esferas públicas subalternas, pois conforme cita Fraser (1990), essas são formadas por pautas que possuem pouca adesão pública. As esferas abordaram debates sobre as ITCPs e suas metodologias e sobre os debates conceituais de temas acerca da economia solidária, saúde mental ligada aos empreendimentos, economia solidária e curricularização da extensão. Apesar de serem temas importantes em prol da economia solidária, não estiveram presentes em outros momentos de debates e/ou não tiveram força nos debates públicos nacionais das Conferências e das Plenárias. São formadas, basicamente, por membros das universidades, principalmente docentes e discentes associados às incubadoras e à representantes dos empreendimentos econômicos solidários.

As esferas públicas subalternas da economia solidária estão relacionadas com a discussão que Habermas faz sobre a participação de atores que surgem do público, ou seja, aqueles que participam da reprodução da esfera pública, mas que não fazem parte de uma esfera já concluída. E o caso da Rede de ITCPs, que conta com a participação de muitas universidades, têm membros que fazem parte dos momentos de debates, mas não estão mobilizados para participarem das esferas públicas dominantes, assim como também trabalhadores dos empreendimentos atendidos por essas ITCPs que, muitas das vezes, o único momento de participação ocorre em um debate público nos eventos das incubadoras e da Rede.

Ressalta-se que a Rede de ITCPs conta com 41 incubadores, 200 docentes, 750 estudantes de graduação e pós-graduação e 200 técnicos, configurando-se como um público muito específico e focado em discussões advindas do ambiente acadêmico. Por isso, os temas

ainda podem não ter ganhado tanta visibilidade e, conseqüentemente, alcance para se tornarem esferas públicas dominantes e influenciarem o sistema. Apesar dessa realidade, Vechia et al. (2011) destacaram que a Rede de ITCPs busca, constantemente, aperfeiçoar a sua organização e a sua democracia, com o propósito de aumentar a potencialidade da Rede e das incubadoras nos processos sociais e políticos que participam.

O fato de terem sido encontradas esferas públicas formadas na economia solidária diante do recorte feito na tese e destacadas aqui demonstra a urgência que Garcia et al (2018) apresentaram ao abordar trabalhos que demonstrem as esferas públicas subalternas, seus públicos fracos e a pluralidade existente nelas.

Vale mencionar que os debates em torno da Rede de ITCPs e Unitrabalho advém da realidade vivenciada não só pelos empreendimentos que são atendidos pelas incubadoras, mas, também, por estudos, ensino e extensão por meio de debates dos docentes e estudantes que tratam dessas questões nas universidades. A articulação entre as ITCPs e os empreendimentos, muitas das vezes, ficam presas aos espaços de debates internos que possuem nas visitas que as incubadoras fazem à esses grupos, podendo ser considerados, por momentos, discursos ocultos, como evidenciado por Perlatto (2012) e, para que esses temas ganhem publicidade, é necessário uma mobilização das ITCPs para ganharem voz junto com esses empreendimentos.

O canal de comunicação inicial e mais próximo dos empreendimentos acaba sendo os eventos organizados pela Rede de Incubadoras. Além dessa relação incubadora/metodologia/empreendimento, a discussão que envolve a necessidade de inserir temas da economia solidária no currículo ainda é incipiente, mas necessária. Tendo a economia solidária como uma outra economia, é importante que as pessoas conheçam, desde cedo, o seu conceito, o seu funcionamento e o seu impacto na vida de todas as pessoas.

Nesse sentido, percebe-se uma adesão aos temas da economia solidária apenas para estudantes que já estão na faculdade e que estudam ou trabalham diretamente com a economia solidária, apesar de vários docentes e discentes se engajarem nos fóruns, plenárias e conselhos. Assim sendo, fica a chamada para que não só no ensino superior, mas também no ensino médio, as escolas e institutos coloquem ou mantenham em suas grades de estudos disciplinas que abordem a economia social e solidária e suas especificidades, de forma a mobilizar mais pessoas para as esferas públicas.

Em relação a formação de esferas públicas em torno da economia solidária e saúde mental, dentro de seu grupo de debate, ganhou um destaque importante e teve um espaço considerável de debate, tendo em vista o número de trabalhos que foram discutidos sobre a temática. O tema não ganhou publicidade a partir desse evento, mas ao mesmo tempo, acredita-

se que possa ser um tema emergente diante dos reflexos que o Covid-19 deixou nas pessoas e nas suas relações em grupo.

Quanto ao tema-gerador “debates conceituais” da esfera pública subalterna é interessante deixar claro a sua especificidade sobre o desenvolvimento desses conceitos por meio de pesquisa, ensino e extensão. Essa urgência entra muito em congruência com o tema que envolve a importância de inserir disciplinas de economia solidária nas universidades, pois uma ação acontecendo, pode ocasionar aumento de projetos de pesquisas e de extensão desenvolvidos dentro da universidade, dando voz e vez aos empreendimentos solidários locais e suas demandas.

Vale ressaltar que, não foi possível agrupar as esferas públicas subalternas por apresentarem temas diversos, como foi feito para as esferas dominantes, por isso, elas aparecem em maior quantidade no referido quadro.

Perlatto (2012; 2015) ressaltou a existência das duas esferas públicas, como evidenciado aqui no contexto da economia solidária e deixou claro a possibilidade de que essas se relacionem de forma permanente. Assim acontece na economia solidária, uma vez que representantes da Rede de ITCPs e da Unitrabalho podem acessar as esferas públicas dominantes, por terem uma proximidade com os grupos organizados em torno da temática, mas a “massa” que faz parte dos debates públicos das Redes não possui acesso direto à esses momentos, porém, o que for debatido em nível da Rede pode chegar as esferas públicas dominantes, mas não tão facilmente.

A existência de esferas públicas subalternas deixa clara a necessidade de debater mais a fundo esses temas e levá-los para outros debates públicos, como é o caso das Plenárias e das Conferências, uma vez que o debate em torno da produção acadêmica, da influência da universidade e as ITCPs e suas metodologias ficam atreladas mais aos eventos dessa Rede.

Nesse sentido, pode-se relacionar esse contexto com a referência que Habermas (2003a) faz em relação a publicidade e sua influência na formação da esfera pública. Em relação a isso, chama-se atenção para as discussões, debates e estudos desenvolvidos sobre economia solidária que possam ganhar espaço de divulgação e alcançar uma opinião comum capaz de influenciar decisões políticas no mundo do sistema. Nesse sentido, vale ressaltar que todos os eventos, em que as pautas são discutidas publicamente sobre economia solidária, produzam relatórios finais, anais e informações complementares de forma a tornar público o processo dialógico construído e as deliberações alcançadas.

Outro aspecto a ser explorado sobre esferas públicas sobre economia solidária, é a sua contraposição ao capitalismo enquanto sistema dominante. Nesse sentido, tanto o discurso

quanto a prática da economia solidária têm demonstrado como uma nova dinâmica das relações de trabalho, de enfrentamento da pobreza e das desigualdades regionais e se fortalece como um sistema econômico diferenciado. Contudo, nesse contexto, a colonização do mundo da vida pelo sistema constitui um fato social, mas também se verifica a gestação de uma transformação do sistema dominante pelo mundo da vida no que diz respeito a economia solidária.

Assim, as influências recíprocas são verificadas nessa interação entre mundo da vida e sistema. Portanto, quanto mais forte forem as esferas públicas sobre economia solidária no Brasil, mais capacidade de influência elas terão sobre o sistema (Estado e mercado). Dessa forma, as esferas públicas formadas pela economia solidária se configuram como possibilidade objetiva de superação dos sistemas pelo mundo da vida, apesar de todas as iniciativas destrutivas do Estado e do mercado contra o mundo da vida nos últimos seis anos e, especificamente, com a extinção da SENAES e de demais instâncias de representação da economia solidária no governo federal. Com a posse do terceiro governo Lula a SENAES foi novamente instituída.

7.2 Influências das esferas públicas sobre o sistema

Os estudos e análises dos debates públicos em torno da economia solidária por meio dos Fóruns Nacionais, dos eventos da Rede de ITCs e dos projetos desenvolvidos pela Rede Unitrabalho proporcionaram conhecimento acerca das possíveis influências que as articulações dos atores da economia solidária proporcionaram no referido campo. É sobre os resultados dessas influências que esta seção trata.

No Brasil, o reconhecimento político e de políticas públicas para a economia solidária teve um avanço em sua qualidade a partir de 2003, por meio da criação do FBES, e da SENAES e, a partir de então, a articulação proporcionou o desenvolvimento de várias políticas setoriais e ocasionou um aumento de políticas públicas de economia solidária também nos governos estaduais e municipais (II CONAES, 2010).

Os debates públicos em torno da economia solidária demonstraram a importância desses momentos e de como foi possível fazer com que as demandas se tornassem ações efetivas no dos sistemas (Estado e mercado). Singer (2010) ressalta que as resoluções debatidas e aprovadas em conferências nacionais, como é o caso da economia solidária, fornecem diretrizes para melhorar as políticas públicas que já estão ativas, tornando-as efetivas e também atuam de forma a criar outras com base nas demandas que ainda não foram atendidas.

Além disso, conforme destacado por Habermas (2012), a racionalidade instrumental tende a conduzir a opressão de outras formas de racionalidade, o que tende a gerar problemas sociais. Assim, o autor chama a atenção para o desenvolvimento de mecanismos que consiga afastar esse tipo de racionalidade para ir em direção a emancipação racional da sociedade (PINZANI, 2009). Nesse sentido, tem-se a esfera pública como proposta apresentada pelo autor e as ações desenvolvidas a partir de sua formação e o impacto que essas são capazes de gerar na sociedade, no Estado e no mercado.

Assim, as conquistas da economia solidária, como a política pública, é um processo de conquista social, pois o seu crescimento está atrelado tanto aos esforços dos trabalhadores, dos movimentos sociais, das populações excluídas, quanto do. Os avanços alcançados e que influenciam o sistema fortalecem a economia solidária e potencializam as estratégias de geração de trabalho associado e de cooperação em atividades que envolvem a produção, comercialização e consumo, relacionados aos processos sustentáveis e solidários (BRASIL, 2015). Os resultados das conquistas das esferas públicas sobre economia solidária no Brasil podem ser listados e discutidos a seguir.

1) Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES

A primeira conquista a ser destacada refere-se à criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, tendo em vista sua influência no movimento e no fortalecimento da economia solidária na articulação com o Governo e por ter instituído e participado das influências posteriores.

A Secretaria foi criada em junho de 2003 por meio da publicação da Lei nº 10.683 de 28 de maio e com base no Decreto nº 4.764 de 24 de junho de 2003 (BRASIL, 2012) pelo Presidente Lula em cumprimento ao seu plano de governo, que previa a retomada do desenvolvimento econômico, meta prioritária dentro do Programa Fome Zero (SINGER, 2014). O seu principal objetivo é fortalecer e divulgar a economia solidária, por meio de políticas integradas, proporcionando a geração de trabalho e renda, inclusão social e desenvolvimento justo e solidário.

De acordo com Nagem (2011), o primeiro ano de atuação da SENAES teve o intuito de estruturar de forma interna a secretaria, definir orçamento e plano de ação e aproveitaram a plataforma construída pelo Fórum como plano de atuação.

No Ministério do Trabalho e Economia, inicialmente, a SENAES encontrou algumas limitações na discussão sobre economia solidária já que o Ministério tinha como experiências debater questões voltadas aos trabalhadores assalariados. Mas no decorrer dos anos, a SENAES

se consolidou e conseguiu contribuir para a ampliação do debate sobre o fomento ao trabalho associado (BRASIL, 2012).

Sardá (2011) também aborda que situar a SENAES no MTE foi uma forma de reconhecer, institucionalmente, as formas diferenciadas de trabalho e renda e ressaltar a necessidade de políticas públicas específicas que devem dialogar com outras políticas do âmbito social, sem confundi-las ou mesmo submetê-la a outras.

A Secretaria atua diretamente ou por meio de convênios e cooperação com outros órgãos do governo (federais, estaduais e municipais) e com as organizações da sociedade civil (BRASIL, 2012). Nesse sentido, Singer (2014) destacou que o trabalho institucional da SENAES se tornou possível em decorrência da próxima relação com os movimentos sociais. Um autor e membro extremamente importante e que merece destaque nos estudos sobre a economia solidária é Paul Singer, que assumiu a coordenação geral da SENAES. Mas mesmo assim, deixa-se claro o processo coletivo para sua construção.

De acordo com Sardá (2011) a criação da SENAES permitiu a ampliação do espaço social da economia solidária no país e o desenvolvimento de políticas públicas que prezem pelo apoio e fomento às organizações voltadas para a autogestão, solidariedade e ação coletiva. Diante disso, são apresentadas as influências mais significativas que a SENAES proporcionou para o fortalecimento da economia solidária desde a sua criação.

- a) Em parceria com o FBES, a Secretaria assumiu a responsabilidade de ser uma base nacional de informações sobre economia solidária e a partir dessa proposta, foram criados: o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) que proporcionou uma melhor atuação da SENAES no território no desenvolvimento de políticas públicas de economia solidária, principalmente, em relação ao desenvolvimento local, territorial e a organização econômica e solidária (ARCANJO e OLIVEIRA, 2017);
- b) Implementou o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, que foi inserido no PPA de 2004-2007 e 2008-2011 (ARCANJO e OLIVEIRA, 2017);
- c) Realizou a I Conferência Nacional de Economia Solidária em 2006 com o propósito de ampliar a participação da maioria dos estados, que de acordo com Arcanjo e Oliveira (2017, p. 237) “refletiu na atividade nacional e na consolidação de um processo público e democrático de transmissão das demandas deste segmento para o governo”;
- d) Implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) que oportunizou a construção participativa na elaboração das suas políticas;
- e) Desenvolvimento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC que apoiou as incubadoras que teve seu número multiplicado por cinco e

- contou com a marca de 100 universidades públicas e institutos federais envolvidos no campo da economia solidária (SARDÁ, 2011);
- f) Implementou programas voltados para o desenvolvimento local e territorial como Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, Territórios da Cidadania, Territórios de Paz do Programa Nacional de Segurança com Cidadania, entre outros. Assim, a SENAES desenvolveu suas políticas com o objetivo de potencializar também projetos endógenos (ARCANJO e OLIVEIRA, 2017);
 - g) Instituiu o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidária (CadSol) para possibilitar aos empreendimentos o acesso a políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas e programas;
 - h) Parceria com o Ministério da Justiça por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) com o objetivo de desenvolver ações de economia solidária para prevenção de violência: Parceria com o Ministério da Educação no apoio às incubadoras e na política de Educação de Jovens e Adultos (EJA); Parceria com o Ministério da Saúde por meio da Política de Saúde Mental e na construção de políticas de apoio às cooperativas sociais; Parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome na segurança alimentar e nutricional; assim como o Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Meio Ambiente (ARCANJO e OLIVEIRA, 2017);
 - i) Estabeleceu parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social (BNDES) para a linha de crédito para empresas recuperadas e a inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis; com o Banco do Nordeste no apoio aos fundos rotativos solidários; com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para apoio aos bancos comunitários de desenvolvimento (ARCANJO e OLIVEIRA, 2017). As referidas autoras ressaltam que de 2004 a 2010, a SENAES realizou convênios com 23 municípios e três governos estaduais e a expansão das políticas públicas ocorreu de forma horizontal com a criação de legislações e conselhos de economia solidária em diversos estados.
 - j) A instituição do Grupo de Trabalho – Finanças Solidárias que mobilizou diversos atores que já estavam presentes no campo das finanças solidárias, como: Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças Solidárias (Abcred), o Banco do Nordeste (BNB), a Cáritas Brasileira, o Banco Palmas, a Pastoral da Criança, o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ARCANJO e OLIVEIRA, 2017). Nesse sentido,

diversas ações foram desenvolvidas após a instituição do GT, mas Arcanjo e Oliveira (2017) destacaram o reconhecimento dos Bancos Comunitários e da moeda social pelo Banco Central do Brasil;

- k) Articulação internacional com representações de inúmeros países e por meio de participação em fóruns e articulações no Mercosul e em outros continentes por meio da Rede Intercontinental de Promoção de Economia Social e Solidária (SINGER, 2014);
- l) Implementou a rede de Centros de Formação em Economia Solidária com o objetivo de desenvolver uma construção coletiva do conhecimento sobre ecosol.;
- m) Parceria com a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS-CUT no projeto ‘Integração de Redes Solidárias’ que contemplou 23 redes em âmbito nacional na produção, comércio e serviços e que tinha como objetivo, segundo Arcanjo e Oliveira (2017) proporcionar formação, assessoria técnica, articulação e troca de experiência para fomentar o desenvolvimento territorial;

Apesar de todo o avanço que a SENAES proporcionou para o campo da economia solidária, sabe-se que o *impeachment* da Dilma Rousseff fez com que houvessem cortes nas políticas sociais e a partir disso, Paul Singer também se afastou da Secretaria e em 4 de novembro de 2016 a SENAES foi extinta e foi criada uma subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações de Trabalho, no Ministério do Trabalho. Assim, Arcanjo e Oliveira (2017, p. 244) ressaltam: “Diante desse contexto, é essencial o papel dos segmentos da ES, juntamente com demais movimentos sociais, nas lutas por cidadania e justiça social, intensificando as articulações junto à sociedade, para reagir e defender a continuidade das políticas públicas”.

2) Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária foi desenvolvido pela SENAES em parceria com o FBES, teve início no ano de 2003, mas foi implantado em 2004 e configura-se como ferramenta para identificar e registrar informações sobre os empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento à economia solidária e políticas públicas de economia solidária no país (BRASIL, 2013).

O SIES possui sete objetivos no fornecimento de informações sobre a economia solidária, sendo:

Constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária; b) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos

Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização; c) Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; d) Subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária; e) Subsidiar a formulação de políticas públicas; f) Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; e g) Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária (BRASIL, 2013, p. 1).

Diante desses objetivos e de toda sua importância para a economia solidária, são apresentadas ações e influências que o SIES proporcionou aos atores e ao campo da economia solidária.

- a) I Mapeamento Nacional de Economia Solidária ocorrido entre 2005 e 2007 que possibilitou o acesso de dados sobre 22 mil empreendimentos, envolvendo uma população, de aproximadamente, 1,2 milhão de participantes em todos os estados e em 41% dos municípios (GAIGER, 2007). Segundo o autor, o mapeamento contou com cerca de 230 entidades e mais de 600 técnicos e entrevistadores.
- b) II Mapeamento Nacional de Economia Solidária ocorrido entre 2009 e 2013 e foram mapeados 11.663 empreendimentos novos e 7.839 revisitados.

Silva e Carneiro (2016) destacam que os dados advindos dos mapeamentos abarcam diversas estruturas e organizações sociais, econômicas e políticas dos empreendimentos econômicos solidários e possibilitam uma caracterização geral dos associados e as motivações para o desenvolvimento do trabalho associado.

Gaiger (2007) complementa ao destacar a importância dos mapeamentos, pois os empreendimentos se caracterizam como portadores de uma racionalidade específica em relação a forma como tratam as pessoas, utilizam seus recursos produtivos e materiais e por terem características próprias, como a não divisão entre proprietários e trabalhadores, gestão coletiva, participação em redes e movimentos em prol da economia solidária e desenvolvimento de ações em busca da construção da identidade política da economia solidária.

Os dados do Mapeamento, integrados ao Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária – SIES, oferecem uma visão ampla do perfil econômico, social e político da economia solidária. As perguntas formuladas, sobre os membros dos EES e as circunstâncias de sua criação, suas atividades econômicas, sua organização e gestão, seus vínculos e sua atuação social, produziram uma massa de informações passível de análise sob diversos ângulos, quanto à gênese e aos padrões de desenvolvimento dos EES, além de fundamental para a seleção judiciosa de casos a serem estudados qualitativamente (GAIGER, 2007, p. 63).

A importância e influência do SIES também se dá pela quantidade de usuários de seus dados, sendo: órgãos públicos governamentais, universidades e centros de pesquisa, organizações da sociedade civil, redes e fóruns da economia solidária, entre outros. Além disso, existem três finalidades centrais de acesso: estudos e pesquisas; para produção de catálogos impressos e eletrônicos; e para implantação do Sistema Territorial ou Especial de Informações em Economia Solidária (BRASIL, 2006).

Foram apresentados, de uma forma geral, o impacto do trabalho do SIES na sistematização dos dados coletados e na importância da publicação dos mesmos. Mas ressalta-se a necessidade de desenvolver um novo mapeamento, tendo em vista a data da última realização e também para que seja possível fazer uma análise do impacto que a pandemia teve na constituição de novos empreendimentos e na manutenção dos já existentes. Seria interessante atualizá-lo e trazer referências ao período conturbado vivido por todos durante e pós-covid 19.

3) Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária

Em dezembro de 2002 foi discutido e decidido a necessidade da criação da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária que foi consolidada em 2003 (BRASIL, 2012).

De acordo com Praxedes (2009) o aumento de ações e programas de economia solidária nos municípios e estados a partir das eleições municipais de 2000 foi determinante para a criação da Rede que é formada por gestores e gestoras municipais e estaduais do Brasil. Seus principais objetivos são: possibilitar interação, interlocução, sistematização e desenvolvimento de políticas públicas governamentais e projetos comuns que tenham como intuito o fomento e desenvolvimento da economia solidária por meio de ações desenvolvidas pelos órgãos do governo para o referido campo.

De acordo com as diretrizes da Rede, a mesma também surgiu a partir da demanda que os trabalhadores da economia solidária passavam a esses gestores e pela percepção da necessidade de respostas adequadas que esse novo segmento social ocupava na geração de trabalho e renda e no desenvolvimento local.

A Rede participa ativamente do FBES e outros espaços públicos que discutem a economia solidária e busca sempre desenvolver parcerias das três instâncias de governo com outros órgãos públicos responsáveis pelas políticas que destinam a economia solidária, como universidades, órgãos de pesquisa e instituições financeiras e de fomento. Além disso, busca também desenvolver a formação de gestores e gestoras.

Nesse sentido, Praxedes (2009) apresenta que o ‘Projeto de Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária’ busca contribuir para a qualificação e ampliação das políticas públicas de economia solidária e desenvolver atividades formativas relacionadas a gestão pública e economia solidária para os gestores da área, além de proporcionar espaços de debate, troca de conhecimentos e experiências, elaboração de políticas públicas sobre a temática, sem esquecer de tornar público os debates produzidos.

A parceria da SENAES e da Rede de Gestores tinha como metodologia proporcionar e analisar os desafios e propostas de atuação dos municípios e estados na implementação de políticas públicas da economia solidária e motivar a formulação de estratégias com objetivo de articular as políticas sociais e setoriais com a economia solidária (SCHIOCHET e SILVA, 2017).

A partir de 2005, a organização e a responsabilização dos eventos formativos passaram a ser compartilhados entre SENAES e a Rede, ampliando o número de participantes e descentralizando as atividades. De acordo com Schiochet e Silva (2017) essa parceria com a SENAES permitiu o fortalecimento e a implementação de políticas públicas de economia solidária nos municípios e nos estados. Assim, destacam-se algumas ações realizadas pela Rede de Gestores:

- a) Parceria com a Caixa Econômica Federal para financiamento das formações e com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia COPPE/UFRJ para execução dos momentos de formação;
- b) Debate conceitual sobre as políticas públicas de Economia Solidária em 2004 em âmbito nacional e regional;
- c) Atividades de formação nacionais, regionais e locais com o objetivo de trocar experiência, refletir sobre as ações realizadas pelos gestores em cada unidade da federação e aprofundar o debate sobre a construção e formulação de políticas públicas sobre economia solidária em 2006 e das contribuições desse momento organizaram a I CONAES;
- d) Parceria com a ITCP/COPPE/UFRJ nos anos de 2009 e 2010 na realização de 10 seminários e 6 cursos regionais que contou com a participação de mais de 400 gestores municipais e estaduais e o tema central foi ‘instrumentos das políticas públicas de economia solidária’ que auxiliaram no fortalecimento da Rede e também na organização da II CONAES;

- e) Curso de Especialização sobre Políticas Públicas de Economia Solidária para gestores públicos no ano de 2010 na Universidade Federal de Tocantins. Esse curso foi o primeiro com certificados contando com a participação de 382 gestores;
- f) Desenvolvimento do projeto ‘Fortalecimento de redes de gestores de políticas públicas de economia solidária’ em parceria com a Unitrabalho com objetivo de sistematizar as experiências e práticas de implantação de instrumentos de políticas públicas de economia solidária e como propósito fornecer subsídios para processos participativos de implantação de práticas inovadoras na política e economia solidária.

Dessa maneira, Schiochet e Silva (2017, p. 46) concluem que:

Além do fortalecimento da Rede de Gestores, os processos educativos foram determinantes na construção de crescentes consensos sobre o caráter, os princípios, os sujeitos, os instrumentos, os espaços de participação e controle social, a interação intersetorial e transversal da política pública de economia solidária.

Assim sendo, ficam demonstrados os impactos positivos que possuem nas discussões sobre economia solidária e, principalmente, sobre a necessidade de desenvolver políticas públicas específicas e não no âmbito assistencialista.

4) Centros de Formação em Economia Solidária - CFES

Seguindo a discussão sobre a importância da formação em economia solidária, foram criados, em 2009, vários Centros de Formação em Economia Solidária por meio de uma política pública sob a responsabilidade da SENAES. Possui como objetivo formar educadores populares, gestores públicos, conselheiros de políticas públicas e formadores que atuam com o movimento da economia solidária na perspectiva de fortalecer o projeto de sociedade solidária, justa e sustentável. Configura-se também como um espaço que promove a interação entre movimentos sociais que possuem interface com a economia solidária, como reciclagem, reforma agrária, agroecologia, agricultura familiar, entre outras (CAMP, 2017).

De acordo com Singer (2010), os CFES são importantes centros de articulação entre aprendizados advindos da prática de autogestão e do desenvolvimento e aplicação de novas técnicas, tanto de produção, distribuição e consumo pelos empreendimentos solidários de todo o país. Desde a criação da SENAES em 2003, o movimento de economia solidária tinha uma expectativa de que seria criado um instrumento de organização das atividades educativas da ecosol. Destacavam a necessidade de se ter um espaço onde as metodologias e os processos formativos relacionados aos empreendimentos, trabalhadores e comunidades pudessem ser debatidos e sistematizados (CAMP, 2017).

Os Centros de Formação em Economia Solidária possuem sete objetivos específicos que são direcionados ao propósito de debater, constantemente a economia solidária. De acordo com o Termo de Referência dos CFES (2007, p. 4):

Contribuir para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários por meio da ampliação do número de formadores(as) em economia solidária;

- Favorecer a ampliação quantitativa e aperfeiçoamento qualitativo de programas, projetos e ações de formação, qualificação social e profissional e de elevação de escolaridade de trabalhadores/as da economia solidária;
- Desenvolver metodologias e conteúdos de formação em ES
- Sistematizar e disseminar das metodologias e dos conteúdos da formação em ES;
- Produzir e disseminar materiais pedagógicos e informativos sobre economia solidária;
- Contribuir para a articulação de formadores(as) e educadores(as) que atuam com ES;
- Fornecer subsídios à construção da Política Nacional de Formação e Assistência Técnica para a Economia Solidária, a cargo do Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Em relação a gestão e estrutura do CFES, são cinco centros regionais e um nacional que atuam no alcance dos objetivos listados acima e são distribuídos da seguinte maneira: CFES Norte; CFES Nordeste; CFES Sul; CFES Sudeste; CFES Centro Oeste e CFES Nacional.

Além da formação propriamente dita, a ideia é que nos Centros sejam produzidos materiais pedagógicos, seja realizada a sistematização de metodologias e o desenvolvimento de pesquisas e estudos. Dentre as atividades elencadas pelo CFES, destacam-se: Cursos Nacionais, regionais e estaduais de Formação; oficinas locais de formação; seminários regionais e nacionais de economia solidária; e encontros estaduais e regionais de articulação de formadores e educadores em economia solidária (BRASIL, 2007).

5) Plano Nacional de Economia Solidária

O desenvolvimento do Plano Nacional de Economia Solidária já foi citado anteriormente nos debates públicos em torno da economia solidária, pois o mesmo foi a materialização dos debates públicos em torno da III CONAES. Sendo assim, será abordado aqui de forma central por compreender que sua elaboração influenciou o sistema e os debates em torno da economia solidária.

De acordo com Silva e Silva (2017) o Plano é um instrumento fundamental para a orientação, monitoramento e avaliação e política pública de economia solidária. Foi desenvolvido com base em quatro eixos centrais, sendo: produção, comercialização e consumo; financiamento; educação e autogestão; e ambiente institucional.

Além disso, foi elaborado de forma a impactar também o novo ciclo do PPA de 2016-2019 por meio de um conjunto de metas que tinham como foco o fomento a empreendimentos

econômicos solidários e redes de cooperação, o apoio a grupos sociais específicos do trabalho associado, a articulação intersetorial com os demais instrumentos de políticas públicas no âmbito das diferentes estruturas de governo e a consolidação institucional de propostas normativas em tramitação, como o do PL no 4.685/2012 (SILVA e SILVA, 2017).

6) Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário - SCJS

Em 17 de novembro de 2010 foi instituído o Decreto nº 7.358 que criou o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário com o objetivo de coordenar as ações do Governo em relação ao reconhecimento de práticas voltadas ao comércio justo e solidário e à sua promoção. Dessa maneira, o Brasil tornou-se o primeiro país a se comprometer com as relações comerciais domésticas do Comércio Justo, de acordo com o estudo do SCJS realizado em 2016.

A SENAES já havia desenvolvido programas que tinham eixos voltados a comercialização justa e solidária e tinha como proposta permitir aos EES o acesso aos mercados privados e governamentais por meio de compras públicas. Tanto o governo federal, quanto o movimento de economia solidária e do comércio justo tinham um objetivo comum que era a constituição do Sistema SCJS.

Diversos debates públicos aconteceram para que a ideia do Sistema fosse colocada em prática e se deram por meio de eventos, como, por exemplo, o Grupo de Trabalho do Sistema de Comércio Justo (GT-SISTEMA) e I Encontro Nacional de Empreendimento Econômico Solidário em 2004.

De acordo com o Estudo sobre o SCJS (2016) a comissão gestora do Sistema é composta por membros do Governo Federal, como Ministérios do Trabalho, Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Entidades dos EES, como UNISOL BRASIL, UNICAFES, ANTEAG e Cooperativa Central do Cerrado; Entidade de apoio e fomento, como SEBRAE, INCA, UNITRABALHO e Visão Mundo; Entidades de Redes de Economia Solidária, como FBES, Plataforma de articulação e debate Faces do Brasil.

O Sistema possui sete critérios para reconhecer práticas de comércio justo e solidário, sendo: fortalecimento da democracia, respeito à liberdade de opinião, de organização e de identidade cultural; condições justas de produção, agregação de valor e comercialização; promoção do desenvolvimento local em direção à sustentabilidade; respeito, cuidado e conservação do meio ambiente; respeito à diversidade e garantia de equidade e não discriminação; correta e adequada comunicação e informação ao consumidor; e solidariedade e integração entre os elos da cadeia produtiva.

Além disso, o Sistema também possui instrumentos que o auxiliam a se organizar e atuar diante de seus objetivos, como: 1) Suporte ao Sistema de Gestão e Controle e Participação Social do Cadastro Nacional de Empreendimento Econômico Solidário e do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; 2) Suporte à estruturação do Cadastro Nacional do Comércio Justo e Solidário (CNCJS); 3) Suporte ao processo de credenciamento e permanência de um organismo de avaliação da conformidade no Sistema; 4) Suporte ao Serviço da Certificação Solidária, com Foco no Reconhecimento de EES e as Práticas de Comércio Justo e Solidário; 5) Suporte ao Desenvolvimento do Plano de Formação de participantes dos CADSOL e do SCJS, bem como suas instâncias de gestão e controle social; 6) Suporte a Organização da Rede Nacional de Entidade Parceira de Certificação Solidária; 7) Termo de Adesão ao SCJS; e 8) Termo de Referência - Contrato Comercial de Base Justa e Solidária (ESTUDO SOBRE SCJS, 2016).

Alguns resultados já alcançados são apresentados a partir do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, de forma a justificar sua influência no sistema:

- a) Identificação e mapeamento de organizações econômicas solidárias no Brasil e entidades que atuam na sua promoção;
- b) Promoção e difusão dos produtos e serviços dos empreendimentos, principalmente em relação aos espaços de venda direta como as feiras;
- c) Implementação de projetos socioeconômicos direcionados ao fortalecimento e constituição de redes de cooperação e de colaboração solidária na cadeia produtiva;
- d) O próprio desenvolvimento do Sistema que reconheça as práticas de comercialização de base justa e solidária.

O Sistema é fruto de um amplo debate público em torno da comercialização, produção e consumo que foi observado anteriormente e, por isso, é um grande marco na história da economia solidária e de toda a sua mobilização em prol de políticas públicas específicas.

7) Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES

O Conselho Nacional de Economia Solidária iniciou suas atividades em 2006 e é considerado um canal permanente de acompanhamento social das políticas e decisões do governo, além de convocar os atores para conferências nacionais, deixando claro os objetivos, critérios de participação e etapas previstas e escolha dos responsáveis pela coordenação, acompanhamento e financiamento das conferências (SILVA e SILVA, 2017).

O CNES é uma organização que estabelece redes de apoio com o intuito de contribuir para a integração das políticas públicas de economia solidária e, nesse intuito, foram realizados eventos como as Conferências Nacionais de Economia Solidária em 2006 e 2010 (IPEA, 2012).

De acordo com o Relatório do IPEA (2012, p. 14), as principais competências do CNES são:

as principais competências do CNES estão: encorajar e promover ações para o engajamento da sociedade civil e do governo na política de economia solidária; estabelecer diretrizes para a política de economia solidária; propor medidas de aperfeiçoamento tanto para a legislação quanto para as atividades e as propostas do MTE e da Senaes ligadas à área; mediar as parcerias estabelecidas entre as entidades da sociedade civil representadas no conselho e a Senaes; e atuar de forma conjunta com outros conselhos que tenham atuação nas áreas de desenvolvimento, geração de emprego e renda. Além do mais, o conselho deve elaborar seu regimento interno.

O Conselho, inicialmente, era composto por 56 entidades divididas em três setores, sendo o governo, empreendimentos solidários e entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária, conforme previsto no Decreto nº5811/2006.

Em sua pesquisa, Rouconi (2008) realizou entrevista com alguns atores pertencentes a SENAES e ao FBES e um deles deixou claro que o Conselho não tem objetivo de substituir o espaço de debate entre o Fórum e a Secretaria, pelo contrário, o CNES é uma experiência que permite a participação de diversos movimentos sociais na busca por políticas públicas e fortalecimento da própria economia solidária. Nesse sentido, ainda destaca que:

o CNES tem o objetivo de oportunizar que as elaborações feitas pela sociedade civil e as suas instituições, que organizam a economia solidária no Brasil, tenham um espaço de interlocução a nível governamental. O Conselho, então, é corolário do processo de uma visão compartilhada de elaboração da política pública. Com o Conselho o Fórum não deixa de ser interlocutor; na verdade o Conselho é mais abrangente em função das necessidades das políticas que os empreendimentos necessitam (ROUCONI, 2008, p. 232).

Assim, tanto o FBES quanto o CNES, mediados pela SENAES, devem atuar ativamente de forma a criar agendas que possibilitem a efetiva aplicação dos programas e projetos que busca, o desenvolvimento da economia solidária no Brasil (ROUCONI, 2008). Essa relação com o FBES e com a SENAES permite ao CNES organizar, participar e deliberar nos eventos nacionais que são desenvolvidos em prol da economia solidária como também já discutidos aqui na tese, mas o CNES realiza ‘Reuniões Ordinárias’ com os seus membros para debaterem e desenvolverem ações frente a seus objetivos desde 2006.

Apesar de toda a interlocução e debate proporcionado pelo CNES, que antes fazia parte do Ministério do Trabalho e Economia e como a SENAES foi transferida para um outro Ministério, a saber o Ministério da Cidadania, teve suas atividades paralisadas e sua composição

foi alterada. A composição sempre contou com mais representantes da sociedade civil, mas após a mudança a comissão passou a ser tripartite, com representantes do governo, de trabalhadores e de empregados, reduzindo a participação da sociedade civil. Ribeiro (2019) reforça que a retomada das ações e reuniões do CNES é urgente, uma vez que é necessário acompanhar e propor novas políticas públicas para o setor.

8) Política Nacional de Economia Solidária

A instituição da Política Nacional de Economia Solidária no Brasil é um tema que vem sendo debatido desde o início das movimentações e articulações de diversos atores da economia solidária e sua emergência também pode ser observada a partir dos debates públicos em torno da economia solidária evidenciados pela pesquisadora desta tese, tendo em vista a quantidade de vezes que essa pauta entrou em debate.

No ano de 2022, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de Lei que cria a Política Nacional de Economia Solidária, assim como o Sistema Nacional de Economia Solidária. O projeto ainda será analisado nas Comissões de Finanças e Tributação, de Constituição e Justiça e de Cidadania e, por fim, no Plenário da Câmara (BRASIL, 2022).

Segundo evidenciado na II CONAES (2010), a referida Política busca colocar a economia solidária na agenda de desenvolvimento do Brasil por meio de suas atividades econômicas autogestionárias e do incentivo aos empreendimentos econômicos solidários em todos os setores, do fortalecimento de grupos já existentes, criação de novos e da integração dos EES em redes e cadeias solidárias, no alcance do direito dos trabalhadores associados.

Assim, diante de tanto debate em torno da Política, suas diretrizes buscam o fortalecimento da economia solidária e de todo o seu contexto. A II CONAES (2010), após intenso debate, determinou:

Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna; ii. Fortalecer e estimular os fóruns, a organização e a participação social e política da economia solidária; iii. Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia solidária; iv. Contribuir para a geração e distribuição da riqueza, trabalho e renda, melhoria da qualidade de vida e promoção da justiça social; v. Contribuir para a igualdade entre homens e mulheres, respeitando a diversidade sexual, de raça, de etnia e de geração, propiciando condições concretas para a participação de todos e organização dos setores historicamente excluídos; vi. Democratizar e promover o acesso desburocratizado da economia solidária aos fundos públicos, aos instrumentos de fomento, aos meios de produção, e às tecnologias sociais necessárias ao seu desenvolvimento; vii. Promover a integração, interação e

intersectorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia solidária e o etnodesenvolvimento; viii. Apoiar ações que aproximem consumidores e produtores, pautados nos princípios do comércio justo e solidário, impulsionando na sociedade reflexões e práticas relacionadas ao consumo consciente, responsável e solidário, inclusive através de campanhas educativas; ix. Contribuir para a redução das desigualdades regionais com políticas específicas de desenvolvimento endógeno e com a desburocratização do acesso às políticas públicas através da flexibilização de editais de acordo com as realidades locais, entre outras; x. Promover práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, a agroecologia e o etnodesenvolvimento; xi. Promover o trabalho decente e digno nos empreendimentos econômicos solidários; xii. Fomentar a articulação em redes e cadeias solidárias entre os grupos de economia solidária e entre as iniciativas de etnodesenvolvimento; xiii. Garantir a formação para a autogestão, tendo em vista que esta forma de relação se diferencia fundamentalmente das relações que se estabelecem no sistema capitalista. xiv. Fomentar a pesquisa, desenvolvimento e inovação e, assessoria técnica e tecnológica adequados às especificidades da economia solidária. xv. Contribuir para a institucionalização e formação de um sistema nacional de finanças solidárias e para a ampliação das redes de empreendimentos de finanças solidárias (II CONAES, 2010).

A referência a Política Nacional de Economia Solidária deixa claro a urgência de se alcançar o marco legal da economia solidária, como tão debatido publicamente e, espera-se que no ano de 2023, a Política seja instituída e que se configure como um avanço nas discussões sobre o marco legal da economia solidária.

9) Lei do Cooperativismo e Lei das Cooperativas de Trabalho

Em 2006, no I CONAES, houve um intenso debate acerca da Lei do Cooperativismo, mas muito focado na sua emergência de alteração de forma a incluir a liberdade de representação de todas as correntes que formam o cooperativismo e possibilitar mecanismos públicos e desburocratizados de registro das cooperativas (I CONAES, 2006).

A Lei 5.764/1971 define a Política Nacional do Cooperativismo, bem como o regime jurídico das sociedades cooperativistas. Apesar de todo o avanço que a Lei proporcionou na época de sua criação e nos anos seguintes, os debates sobre economia solidária, e mais precisamente sobre cooperativas, evidencia-se que a Lei é limitada e inadequada para atuar frente as experiências inovadoras das cooperativas, sem contar que a Lei ainda abre brecha para a manutenção das cooperativas de fachada (ARCANJO e OLIVEIRA, 2017).

Diante disso, iniciou-se o debate público e as ações para a criação da Lei das Cooperativas de Trabalho que tinha como propósito, segundo Pereira e Silva (2012), garantir o reconhecimento dos empreendimentos pelo Estado de forma a possibilitarem a contratação de

seus serviços pelo poder público; incentivar a criação de cooperativas de trabalho autênticas; e desestimular e punir as falsas cooperativas que prejudicam o cooperativismo no Brasil.

Assim, em 19 de junho de 2012 foi sancionada pela Presidência da República a Lei nº 12.690/2012, conhecida como a Nova Lei das Cooperativas de Trabalho. De acordo com Pereira e Silva (2012, p. 65)

Além de reconhecer juridicamente as cooperativas de trabalho, a Lei nº 12.690/2012: garante direitos aos seus sócios; modifica alguns aspectos de sua organização e funcionamento; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACCOOP); fixa mecanismos de combate às cooperativas de intermediação de mão de obra – as chamadas “falsas cooperativas”, “coopergatos” ou “cooperfraudes”;¹ e estabelece a Relação Anual de Informações das Cooperativas de Trabalho (RAICT). Por todos esses aspectos, pode-se afirmar que ela atende à Recomendação no 193/2002 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a “promoção de cooperativas”.

Antes, as cooperativas de trabalho estavam delimitadas na Lei do Cooperativismo, assim como outras modalidades do cooperativismo, agora são definidas como sociedades constituídas por trabalhadores, com base na autogestão e autonomia, que possuem o objetivo de gerar melhor renda, qualificação, condições de trabalho e situação socioeconômica e são classificadas por dois tipos, sendo produção e serviços (PEREIRA e SILVA, 2012).

Algumas mudanças foram realizadas na Lei nº 5.764/1971 em relação as cooperativas de trabalho, como evidenciado por Pereira e Silva (2012):

- O número mínimo de associados passa de 20 para 7 sócios;
- A denominação obrigatória antes era cooperativa e agora passa a ser cooperativa de trabalho;
- Instituiu a assembleia geral específica com o objetivo de deliberar sobre gestão da cooperativa, planejamento, direitos e deveres dos sócios, entre outros assuntos, e deverá ser realizada, pelo menos, uma vez no ano, sempre no segundo semestre;
- O Quórum para as decisões válidas passa a ser por meio da aprovação da maioria absoluta dos sócios que está presente e não apenas os que possuem votos;
- As ausências nas assembleias poderão causar sanções, desde que especificadas no Estatuto Social;
- A Lei afirma que não há impedimento para a participação de cooperativas em licitações públicas, sendo esse uma grande conquista para o cooperativismo;
- Instituição do PRONACCOOP;
- Criaram multas para inibir que as cooperativas atuem como falsas cooperativas;

- Estabeleceu a RAICT que deve ser preenchida pelas cooperativas todo ano com o objetivo de apresentar informações sobre o ano-base anterior e isso auxilia no banco de dados sobre o quadro social das cooperativas

Apesar de todas os avanços apresentados a partir da criação da Lei das cooperativas de trabalho, algumas críticas foram apresentadas por atores ligados ao cooperativismo. Para que essas divergências de opiniões não impactem diretamente os cooperados, é necessário que os atores governamentais tenham habilidades de articulação para ponderar algumas críticas em relação a Lei e que os cooperados a utilizem como instrumento de organização econômica e que as instituições que envolvem o mercado de trabalho a utilizem com base em seus objetivos reais.

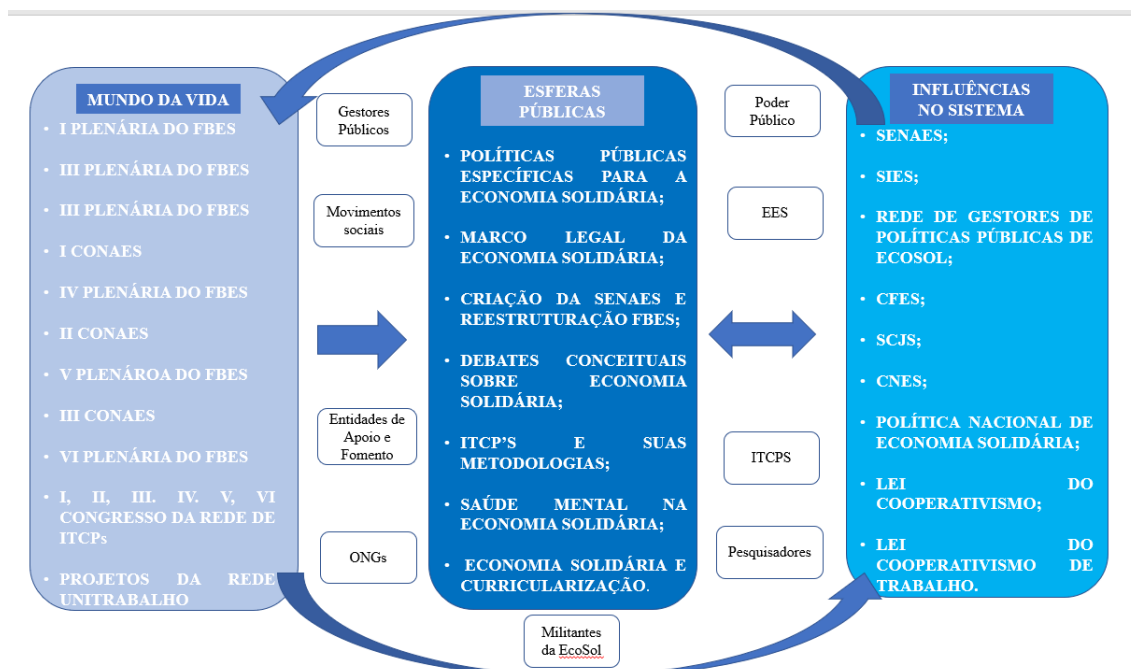
Ressalta-se que a Lei nº 5.764/1971 ainda continua em vigor, mesmo com críticas em relação ao momento em que foi criada e a sua aplicabilidade atualmente. Por isso, considera-se a Lei das Cooperativas de Trabalho um avanço e uma influência no sistema, pois foi instituída após muito debate público com a participação de diversos atores por meio das Conferências Nacionais de Economia Solidária.

Assim sendo, os resultados apresentados mostram nove influências que o debate público em torno da economia solidária e as suas esferas públicas possibilitaram influenciar o sistema (Estado e mercado). Outras possíveis influências ainda estão em debate e podem se configurar como avanços na economia solidária, como a discussão recente sobre a Política Nacional de Economia Solidária, o Sistema Nacional de Economia Solidária, entre outros pontos que voltaram aos debates pós-pandemia.

Nesse sentido, a existência da SENAES, do CNES, de órgãos semelhantes tanto nos estados quanto nos municípios, além de algumas leis instituídas, representa avanços significativos das esferas públicas sobre economia solidária no Brasil. Contudo, o debate em torno da I CONAES (2006) deixa claro a importância do engajamento e envolvimento dos movimentos da economia solidária nos espaços de gestão e debates públicos, nas três esferas do governo, o que ainda hoje tem validade.

Portanto, considera-se que a formação das esferas públicas sobre economia solidária no Brasil, no âmbito do mundo da vida, e suas influências no sistema (Estado e mercado) foram apresentadas nesta tese, cumprindo os objetivos propostas. Para finalizar, veja na Figura 8 a síntese de todo esse processo no mundo da vida, as esferas públicas constituídas e suas influências no sistema, materializadas em leis, decretos, normas, regulamentos e ações públicas e seus principais atores.

Figura 8 - Síntese da formação das esferas públicas da economia solidária no Brasil



Fonte: Resultados da pesquisa, 2022.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar a tese demonstra que o caminho percorrido durante todos os anos pode, de fato, contribuir para o campo da economia solidária a partir de muitas leituras, reflexões, análises, impasses, desafios e, acredito que estudar economia solidária no Brasil envolve de fato muitos desafios tendo em vista a limitação de alguns acessos a documentos, mas por conta disso, terminar uma tese que busca compreender a formação das esferas públicas da economia solidária é um sentimento de dever cumprido em relação a toda a minha trajetória acadêmica desde que comecei a participar da Incubacoop-UFLA.

Assim, a tese se baseou no entendimento do contexto da economia solidária para identificar e analisar as esferas públicas sobre economia solidária e, para isso, foi necessário realizar uma longa pesquisa teórica acerca de conceitos extremamente importantes e documental que fizeram com que a análise fosse possível. De início, foi realizada uma pesquisa bibliográfica da economia solidária a partir de debates conceituais por meio de autores como Singer, França Filho e Laville, Coraggio e Gaiger, sendo impossível estudar teoricamente a economia solidária sem apresentar o contexto no Brasil.

Foi necessário mergulhar nos estudos sobre esferas públicas de Habermas, categoria central da tese. A ação comunicativa proporcionou conhecimento base para entender o debate público em torno da economia solidária e, mais precisamente, como se deu a comunicação dos

atores nesses momentos de debate e luta por políticas públicas de economia solidária. Por meio dos seus ensinamentos foi possível compreender o histórico das discussões teóricas da categoria, repensar junto a autores, como Nancy Fraser, que apresentaram algumas críticas às discussões iniciais desenvolvidas por Habermas, para então compreender como a categoria pode ser aplicada atualmente e como essa se torna articulada com as discussões públicas sobre economia solidária.

Ao realizar todo o estudo teórico necessário na tese, foi necessário investigar os objetivos propostos para, ao final, responder a pergunta-problema. Os objetivos estipulados foram: i) realizar pesquisa bibliométrica sobre esferas públicas da economia solidária na *Web of Science*; ii) analisar o debate público sobre economia solidária por meio de fóruns e eventos nacionais organizados pelo FBES e pela Rede de ITCPs e Unitrabalho nos últimos 20 anos; iii) Mapear e identificar as principais pautas sobre economia solidária no Brasil e caracterizar as esferas públicas dominantes e subalternas.

A partir disso, o primeiro objetivo se materializou na pesquisa bibliométrica sobre economia solidária e esferas públicas. Foram identificados, já de início, a pouca relação existente entre os termos, o que dificultou a análise imediata de trabalhos que abordavam a relação. Assim sendo, o leque das buscas foi ampliado de forma a permitir uma análise do campo e, com isso, foram encontrados mais artigos que possibilitaram realizar uma pesquisa e análise sobre as esferas públicas na economia solidária.

Apesar do aumento do número de artigos, foram identificados apenas quatro trabalhos que relacionam os termos economia solidária e esfera pública e, apesar dessa relação, a teoria de Habermas não se apresenta nas discussões, nem tampouco foi encontrado nas referências. O termo utilizado nos artigos não vem acompanhado de uma discussão conceitual sobre o mesmo, o que pode justificar a ausência do autor-base da teoria. Buscou-se analisar os dez artigos mais citados da busca realizada para compreender como vem sendo discutida a economia solidária e seus processos de debate. No entanto, foi necessário realizar uma leitura em profundidade nos artigos.

Percebeu-se que existem debates realizados por organizações da economia solidária, porém não são, muitas vezes, detalhados e isso dificultou o entendimento acerca da formação das esferas públicas por meio dos artigos. Esse resultado mostra, portanto, a originalidade científica desta tese. Essa lacuna também foi identificada pela análise bibliométrica.

Além dessa análise inicial, a bibliometria permitiu construir redes, gráficos, tabelas para identificar autores mais citados, revistas que tiveram mais artigos publicados, entre outros

pontos que servem para análise do campo estudado e serviu de conhecimento inicial para as outras etapas dos resultados.

O segundo objetivo refere-se a análise dos debates públicos sobre economia solidária e este foi realizado a partir do estudo das Plenárias do FBES, das Conferências Nacionais de Economia Solidária; dos Encontros da Rede de ITCP's e de Projetos desenvolvidos pela Rede Unitrabalho. Nessa etapa, foi realizada uma análise criteriosa sobre o debate em relação a cada tema que foi apresentado nesses eventos para compreender os temas geradores dos debates e como apresentavam pautas específicas. Foram identificadas pautas da economia solidária que se repetem constantemente, pois foram debatidos em diferentes anos e em diferentes contextos políticos do Brasil. Em 2006, por exemplo, por meio da I Plenária do FBES, vários temas discutidos ainda se fizeram presente em eventos que aconteceram em 2022.

De uma forma geral, os eventos que foram analisados permitiram identificar diversas pautas, como por exemplo: marco legal da economia solidária, políticas públicas específicas para o campo; desenvolvimento sustentável, justo e solidário, questões de classe e raça; produção, comercialização; educação popular; entre outras.

Assim sendo, a partir do estudo e análise desses debates e dessas pautas, foram identificadas e analisadas a formação das esferas públicas sobre economia solidária no Brasil, o tema central da formação de cada esfera pública, as características dessas e os principais atores em torno dessas articulações. E por fim, foram classificadas como dominantes e subalternas.

As esferas dominantes referem-se a três temas centrais: o marco legal da economia solidária, o desenvolvimento de políticas públicas específicas para a economia solidária e formação da SENAES e reestruturação do FBES e suas atuações. Nesse sentido, foram levantadas e analisadas diversas políticas específicas da economia solidária, como políticas para produção, comercialização e consumo, questões de gênero e raça, principalmente na presença da mulher na economia solidária, finanças solidárias e a importância de fundos solidários para incentivo da produção e comercialização, entre outros subtemas que estiveram presentes nas esferas públicas.

As esferas públicas subalternas foram também identificadas e analisadas em torno de questões que envolvem mais os debates públicos em torno de conceitos sobre economia solidária no meio acadêmico e as incubadoras e suas relações com os empreendimentos. Essas foram formadas a partir de encontros da Rede de ITCPs e, apesar de sua relevância, ainda são considerados temas que não alcançaram tanto destaque a ponto de ser capaz de influenciar o sistema (Estado e mercado).

Após a análise das esferas públicas que foram formadas na economia solidária nos últimos 20 anos, foram identificadas e apresentadas nove influências no sistema. A constituição da SENAES e suas influências tanto no mundo da vida quanto no próprio sistema (Estado) onde se localiza, foi o ponto principal em todo o debate público em torno da economia solidária, dentre outras influências identificadas e analisadas. A partir das análises acima retratadas, torna-se possível relacionar a pesquisa aqui realizada como uma agenda de política pública sobre economia solidária por meio das diversas pautas observadas nos eventos analisados, sendo assim, a tese pode tornar-se um ponto de início para que os temas observados e discutidos por tanto tempo, sejam, de fato, colocados em destaque no que tange o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o campo da economia solidária.

Dessa forma, esse estudo permitiu compreender o quanto o caminho percorrido pela economia solidária no Brasil já avançou e trouxe benefícios a todos envolvidos no movimento, mas ao mesmo tempo, ainda é necessário continuar a luta pelo trabalho digno, pela forma associativa de organização do trabalho como um bem comum, principalmente, diante do cenário político que o Brasil se encontra. A esperança é que, a partir de 2023, por meio do governo do eleito Presidente Lula, a economia solidária retorne aos debates políticos e que um novo olhar acerca das questões sociais ganhem destaque e, principalmente, as questões que envolvem os empreendimentos econômicos solidários, as entidades de apoio e financiamento e os movimentos sociais ligados à economia solidária.

9 AGENDA DE PESQUISAS FUTURAS

Após análise das contribuições da pesquisa realizada, indica-se outras possibilidades teóricas e empíricas de uma ampla pesquisa que se abre:

- a) Buscar desenvolver mais trabalhos que abordem a análise dos eventos nacionais, estaduais e locais sobre economia solidária de forma que seja possível estudar e compreender os debates sobre os desafios e avanços da economia solidária;
- b) Desenvolver trabalhos empíricos acerca das esferas públicas da economia solidária, com o intuito de participar dos debates que envolvem o campo e assim, compreender, a partir dos atores da economia solidária, as principais esferas públicas formadas durante um determinado período;

- c) Desenvolver trabalhos que analisem os estudos e teóricos da economia solidária, de forma a manter o campo atualizado tanto com os autores-base, como autores contemporâneos que se dedicam aos estudos da economia solidária.

REFERÊNCIAS

- AGARWAL, B. The power of numbers in gender dynamics: illustrations from community forestry groups. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 1, p. 1-20, 2015.
- ALCÂNTARA, V. C. et al. Mundo-da-vida e Sistema: refletindo sobre o locus da gestão social e suas tensões. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 18., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2015.
- ALCÂNTARA, V. de C.; PEREIRA, J. R. O *locus* da gestão social no contexto das interrelações e tensões entre mundo-da-vida (*lebenswelt*) e sistema (*system*). **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 82, 2017.
- ALMEIDA, M. A. B. de. Empresa e qualidade de vida, novos rumos e desafios. **In: GONÇALVES, A. et al. (ORGS.) Gestão de qualidade de vida na empresa.** Campinas, IPES EDITORIAL, p.71-83, 2005.
- ANDREWS, C. W. **Emancipação e legitimidade:** uma introdução à obra de Jürgen Habermas. São Paulo: Unifesp, 2011.
- ARCANJO, M. A. S. de.; OLIVEIRA, A. L. M. de. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. **Revista Perseu**, n. 13, ano 11, p. 231-249, 2017.
- ARAMPATZI, A. The spatiality of counter-austerity politics in Athens, Greece: Emergent ‘urban solidarity spaces. **Urban Studies**, v. 54, n. 9, p. 2155–2171, 2017.
- ARENDT, H. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- ATAUALPA, L. de O. Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: um caso brasileiro. **Otra Economía**, v. 6, n. 10, p. 53-67, 2012.
- AVRITZER, L. **Entre o diálogo e a reflexividade:** a modernidade tardia e a mídia. In L. Avritzer; J.M. Domingues, eds. *Teoria social e modernidade no Brasil.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: concepções e usos na América Latina. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004.
- BACON, C. M. Who decides what is fair in fair trade? The agri-environmental governance of standards, access, and price. **Journal of Peasant Studies**, v. 37, n.1, p. 111 – 147, 2010.
- BARBOSA, G. H. **Habermas.** Penapólis: FUNEPE, 2019.
- BARRETO, R. de O.; PAES DE PAULA, A. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos Ebape. BR**, v. 7, n. 2, 2009.
- BATALHA, C. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. **In C. Batalha; F. Silva; A. Fortes, eds. Culturas de classe.** Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BEATRIZ, M. Z. **Os sentidos da economia solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa.** 156p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

BERTUCCI, A.; MENDONÇA, H. O fórum brasileiro de economia solidária e os dilemas para seu futuro. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2018. São Carlos – SP. **Anais...** São Carlos, 2018.

BLOTTA, V. S. L. **O direito da comunicação: reconstrução dos princípios normativos da esfera pública política a partir do pensamento de Jürgen Habermas.** 390p. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, 2012.

BOLLIER, D. Os bens comuns: um setor negligenciado da criação de riqueza. **Lugar Comum**, n. 31, p. 43-54, 2012.

BRASIL. **Termo de Referência para implantação dos centros de formação em economia solidária** – CFES. Brasília: MTE, 2007.

_____. **Texto de Referência III CONAES- contextualização e balanço nacional.** Brasília: MTE, 2014.

_____. **Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária – SIES** – Disponibiliza Nova Base de Dados. Brasília, MTE, 2013.

BRITTO JÚNIOR, A. F. de; JÚNIOR, N. F. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência**, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

CANÇADO, A. C. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática.** 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2004.

CANÇADO, A. C.; GONTIJO, M. C. H. Princípios Cooperativistas: origens, evolução e influência na legislação brasileira. In: ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANO DE COOPERATIVISMO, 2004, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo, 2004.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma.** 2. ed. Curitiba: CRV, 2015.

CARNEIRO, P. P. **Co-operativismo: o princípio cooperativo e a força existencial-social do trabalho.** Belo Horizonte: Fundec. 1981.

CARTA POLÍTICA DA V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2012.

CASTANHEIRA, M. E. M. **Ação coletiva no espaço organizacional de cooperativas populares.** 2008. 75 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2008.

CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL – CAMP. **A política pública de educação em economia solidária através do CFES Sul.** / Daniela de Oliveira, Helena Bins Ely. – Porto Alegre: Dialogar, 2017.

CHAMBELLAND, C. Le Musée social: un champ de recherches. **Le Mouvement social**, n. 171, p. 71-78, Apr. - Jun., 1995.

CHAPANI, D. T.; CARVALHO, L. M. O. de. Entre o sistema e o mundo da vida: possibilidades de ação comunicativa na trajetória formativa de professores de ciências. **Práxis Educacional**, v. 6, n. 9 p. 187-208, jul./dez. 2010.

CHIARIELLO, C. L. A trajetória da SENAES em prosa e números: consolidação e réquiem de uma agenda pública para a economia solidária. **ORG & DEMO**, Marília, v. 21, n. 2, p. 97-116, Jul./Dez., 2020.

COHEN, J.; ARATO, A. **Civil Society and Political Theory**. London: MIT Press. 1992.

COHN, G. A teoria da Ação Comunicativa em Habermas. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **Teoria da Ação em Debate**. São Paulo: Cortez, FAPESP, PUC, p. 63-75, 1993.

CONGRESSO DA REDE DE ITCPS. **ANAIS V Congresso da Rede de ITCPS: Universidade e economia solidária: Rede ITCPS: 20 anos ressignificando a universidade no Brasil, 01 a 04 de maio no Rio de Janeiro, RJ – Rio de Janeiro, CEFET/RJ, 2019.**

_____. Grupos de Trabalho do VI Congresso da Rede de ITCPS, 2022. Disponível em: <https://www.vicongressodaredeitcps.com.br/grupos-de-trabalho>. Acesso em: dez./2022.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Documento Final II CONAES**. 49p. 2010.

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**, Petrópolis: Vozes, p. 91-133, 2000.

_____. Una perspectiva alternativa para la economía social: de la economía popular a la economía del trabajo. In: CORAGGIO, J.L. **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007.

COSTA, B. A. L. Economia solidária e o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil: a experiência de extensão universitária da ITCP-UFV. **Revista ELO - Diálogos em Extensão**, v. 2, n. 2, 2013.

COSTA, S. **As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

CUNHA, G. C. Conferências nacionais de economia solidária: acúmulos e desafios no planejamento participativo de políticas públicas de economia solidária. **Mercado de Trabalho – IPEA**, n. 57, p. 83-94, 2014.

CUNHA, M. V. Os periódicos em ciência da informação: uma análise bibliométrica. **Ciência e Informação**, Brasília, v. 14, n. 01, p. 37-45, 1985.

DAHLBERG, L. The habermasian public sphere: taking difference seriously? **Theory and Society**, v. 34, n. 2, p. 111-136, 2005.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Boitempo Editorial, 2017.

DAWBOR, L. Políticas nacionais de apoio ao desenvolvimento local: empreendedorismo local e tecnologias sociais. **RAP**, v. 39, n. 32, p. 87-206, Mar./Abr. 2005.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. London: Sage, 2000.

DINIZ, S. C. Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENANPUR. 2017.

DOHERTY, B.; HAUGH, H.; LYON, F. "Social Enterprises as Hybrid Organizations: A Review and Research Agenda. *International Journal of Management Reviews*, v. 16, n. 4, p. 417-436, 2014.

DRUMOND, V. R. S. A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: EBPC, 2010.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FERREE, M. M. et al. Four models of the public sphere in modern democracies. **Theory and Society**, v. 31, n. 3, p. 289-324, 2002.

FERREIRA, D. M. **Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão**: economia solidária e desenvolvimento territorial. a experiência Incoop/Numi-Ecosol. 138p. Tese (Doutorado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, 2019.

FERREIRA DE MELO, I. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, v. 5, n.11, 2009.

FRANÇA FILHO, G. A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local. **Organizações & Sociedade**, v. 45, n. XV, p. 219-238, 2008.

FRANÇA FILHO, G.; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. **Organizações & Sociedade**, v. 6, n. 14, Jan/Abr., 1999.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANCISCO, E. D. R. RAE-eletrônica: exploration of archive in the light of bibliometrics, geoanalysis and social network. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 3, 280-306, 2011.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, n. 25/26, p. 56-80, 1990.

FRASER, N. 'Sex, Lies, and the Public Sphere: Some Reflections on the Confirmation of Clarence Thomas'. **Critical Inquiry**, n. 18, p. 595–612, 1992.

FONTANA, V. Esfera pública ou esferas públicas? **Revista Ciências do Trabalho**, n. 2, p. 81-102, 2014.

FORTE, J. P. S. A “outra economia” e a institucionalidade: análise do processo de regulação da economia solidária no Brasil. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 25, 2014, Natal – Rio Grande do Norte. **Anais...** Natal – Rio Grande do Norte: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Documento Orientador da VI Plenária Nacional de Economia Solidária**. 19p. 2021.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **O FBES**. 2022. Disponível em: <https://fbes.org.br/o-fbes/BES>. Acesso em: Set./2022.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Plataforma**. 2005. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/plataforma/>. Acesso em: Set./2022.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Relatório final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária**. 87p. 2008.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Relatório final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária**. 156p. 2012.

FREITAG, B. **Dialogando com Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

GAIGER, L. I. G. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, p. 135-143, 2003.

_____. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional do Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 57-77, 2007.

_____. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2008.

_____. O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. **Revista da ABET**, v. 12, n. 1, jan./jun. 2013.

_____. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 79, p. 43-63, 2015.

GAIGER, L. I.; FERRARINI, A; VERONESE, M. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. **Dados rev. ciênc. Sociais**, n. 61, v. 1, Jan-Mar 2018.

GAIGER, L. I. G.; KUYVEN, P. S. Economia solidária e trajetórias de trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **RBCS**, v. 35, n.103, 2020.

GAIGER, L. I. G; LAVILLE, J. L. “Economia solidária”. **In**: A. Cattani et al. (orgs.), *Dicionário internacional da outra economia*, Coimbra, Almedina, p. 162-168, 2009.

GARCIA, A. S. **Esferas públicas como uma categoria fundante da gestão social**. 273p. (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, 2016.

GARCIA, A. S.; PEREIRA, J. R.; ALCÂNTARA, V. de C.; CRUZ, E. S. T. Aprofundamento das esferas públicas para a gestão social: caminhos para uma reconstrução empírico-descritiva e normativa. **Cad. EBAPE.BR**, v. 16, n. 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun., 2018.

GARCIA, A. S.; PEREIRA, J. R.; ALCÂNTARA, V. C.; PRADO, J. W. Produção científica sobre esfera pública: um estudo bibliométrico em múltiplas áreas do conhecimento (1970-2015). **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n.1, p. 2-15, 2019.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Fronteiras-Estudos Midiáticos**, 7(3), p. 214-222, 2005.

GOMES, W. **Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política**: mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

GUERRA, A. C. **Gestão de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**: uma análise comparativa. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2008.

GUTBERLET, J. Cooperative urban mining in Brazil: collective practices in selective household waste collection and recycling. **Waste Management**, n. 45, p. 22–31, 2015.

GUTBELERT, J.; BESEN, G. Z.; MORAIS, L. P. Participatory solid waste governance and the role of social and solidarity economy: experiences from Sao Paulo, Brazil. **Detritus**, v.13, p.167-180, 2020.

GUTBELERT, J.; CARENZO, S.; KAIN, J.; AZEVEDO, A. M. M. de. Waste Picker Organizations and Their Contribution to the Circular Economy: Two Case Studies from a Global South Perspective. **Resources**, v. 6, n. 52, p. 1-12, 2017.

HABERMAS, J. Soberania popular como procedimento. **In**: *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, 26, p. 100-113, Março, 1990.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 1, 1997a.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 2, 1997b.

_____. **Comentários à ética do Discurso.** Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **Teoria do agir comunicativo, 1: racionalidade da ação e racionalização social.** São Paulo: Ed. WWF Martins Fontes, 2012a.

_____. **Teoria do agir comunicativo, 2: sobre a crítica da razão funcionalista.** São Paulo: Ed. WWF Martins Fontes, 2012b.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa.** São Paulo: Unesp, 2014.

HONNETH, A. **The critique of power: reflective stages in a critical social theory.** Cambridge: MIT Press, 1993.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES – INCOP. **Economia solidária no brasil: contexto histórico, avanços e obstáculos,** 2020. Disponível em: <https://incop.ufop.br/news/economia-solid%C3%A1ria-no-brasil-contexto-hist%C3%B3rico-avan%C3%A7os-e-obst%C3%A1culos>. Acesso em: ago./2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Um olhar do Fórum Brasileiro de Economia Solidária sobre a II Conferência Nacional de Economia Solidária. Mercado de Trabalho – IPEA. Brasília, v. 15, n. 44, p. 49-52, 2010.

JONSEN, K.; FENDT, J.; POINT, S. Convincing qualitative research: what constitutes persuasive writing? **Organizational Research Methods (ORM)**, v. 21, n. 1, p. 30-67, 2018.

KELLY, T. Unlocking the iron cage: public administration in the deliberative democratic theory of Jürgen Habermas. **Administration & Society**, v. 36, n. 1, p. 38-61, 2004.

KRAYCHETE, G. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: Cese: UCSAL, 2000.

KOÇAN, G. Models of public sphere in political philosophy. **Eurosphere**, n. 2, p. 1-32, 2008.

KOURY, M. G. P. Jürgen Habermas e a teoria do agir comunicativo: breve notas introdutórias. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 14, n. 40, p. 27-35, abril de 2015.

LANG, Y.; SONG, W.; ZHANG, Y. Responses of the water-yield ecosystem service to climate and land use change in Sancha River Basin, China. **Physics and Chemistry of the Earth**, n.101, p. 102-111, 2017.

LARA, L. G. A.; VIZEU, F. O potencial da frankfurtianidade de Habermas em estudos organizacionais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 17, nº 1, p. 1-11, 2019.

LECHAT, N. M. P. “Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?”, **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. II, p. 123-140, 2002.

_____. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. 567 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2004.

LEMAITRE, A.; HELMSING, A. H. J. Solidarity Economy in Brazil: Movement, Discourse and Practice Analysis through a Polanyian understanding of the economy. **Journal of International Development**, n. 24, p. 745–762, 2012.

LIJTERMAN, E. Promotion Policies of Social Economy in Argentina: An Approximation from the Knowledge of Experts. **Revista de Ciencias Sociales**. n. 62, p. 65-85, 2018.

LI ZHAO. Conceptualizing the Social Economy in China. **Modern Asian Studies**, v. 47, n. 3, p. 1083–1123, 2013.

LOCKS, P. Formulação de agenda, Políticas Públicas e Economia Solidária no Brasil. **Outra Economia**, v. 8, n. 14, enero-junio, p. 45-59, 2014.

LOPES, A.; PARENTE, C.; MARCOS, V. Entre o Estado e o Terceiro Setor: modos de regulação. O terceiro setor português em foco. **In: PARENTE, C. (Org.). Empreendedorismo Social em Portugal**. Universidade do Porto Faculdade de Letras Porto, p. 75-101, 2014.

LOSEKANN, C. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. **Pensamento Plural**, n. 4, p. 37-57, 2009.

LUBENOW, J. A. A categoria de esfera pública em Jurgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. **Cadernos de ética e filosofia política**, v. 10, p. 103-123, 2007.

_____. As críticas de Axel Honneth e Nancy Fraser à filosofia política de Jürgen Habermas. **Veritas**, v. 55, n. 1, p. 121-134, 2010.

_____. A esfera pública 50 anos depois: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas em homenagem aos 50 anos de Mudança Estrutural da Esfera Pública. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 35, n. 3, p. 189-220, Set./Dez., 2012.

_____. O que há de político na Teoria da Ação Comunicativa? Sobre o déficit de institucionalização em Jürgen Habermas. **Revista Philosophos**, v. 18, p. 157-190, 2013.

LUBELCOVÁ, G. Sociálna ekonomika: koncepty, príležitosti, riziká. **Sociológia**, n. 44, p. 83-108, 2012.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciométrica e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da informação**, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998.

MACHADO DE MELO, M. A.; PIMENTA, S. M. de O.; LEMOS, S. M. A.; CHAVES, A. B. PINTO, L. M. N. violência rompendo interações. As interações superando a violência. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 7, n. 1, p. 8998, 2007.

MACHADO, J. C. **Gestão de cooperativas**: uma análise do tipo de racionalidade predominante. 137 p. (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, 2017.

MARRA, L. Esferas públicas em conflito: contribuições de Nancy Fraser ao conceito de esfera pública. **Revista Ideação**, n.40, p. 210-219, 2019.

MARQUES, A. C. S. (Org.) **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**: textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MELO, R. Repensando a esfera pública: esboço de uma teoria crítica da democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 94, p. 11-39, 2015.

MENEZES, I. S. de. **A noção da esfera pública, seu caráter normativo e seu desdobramento na filosofia de Jürgen Habermas**. 111p. (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal da Bahia, 2008.

MIGUEL, L, F. Deliberacionismo e os limites da crítica: uma resposta. **Opinião Pública**, v. 20, p. 118-131, 2014.

MILANI, M. L.; STAHNKE, P. G. da S.; MARCHESAN, J. Desafios à autogestão e à cooperação em empreendimentos econômico solidários. **Revista Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania**, v. 4, n.142, p.87-14, Junho, 2020.

MONTEIRO, L. M.; GONÇALVES, S. de L. Os empreendedores políticos da economia solidária no Brasil: as ideias de Singer, Gaiger e Arruda. **Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 22, n. 1, 2020.

MOULAERT, F.; AILENEI, O. Social Economy, Third Sector and Solidarity Relations: A Conceptual Synthesis from History to Present. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 2037–2053, 2005.

MUNIZ-JUNIOR, J., MAIA, F. G. M, VIOLA, G. Os principais trabalhos na teoria do conhecimento tático: pesquisa bibliométrica 2000-2011. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 14., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SIMPOI, 2011.

NAGEM, F. A.; JESUS, S. A. de. V Plenária Nacional de Economia Solidária: trajetória e construção da economia solidária no Brasil. **IPEA, Mercado de Trabalho**, n. 54, 2013.

NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo”. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE AUTOGESTÃO, 2003, Joinville. **Anais...** Joinville SC, 2003.

NASCIMENTO, I. R. T. do. **Incubadoras de Economia Solidária e Extensão Universitária: Possibilidades E Inovação**. 103 p. (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, 2013.

PEREIRA, C. M.; SILVA, S. P. A Nova Lei de Cooperativas de trabalho no Brasil: novidades, controvérsias e interrogações. **Mercado de Trabalho – IPEA**, n. 53, nov. 2012.

PEREIRA, J. R. Gestão Social no contexto histórico e teórico das relações entre Estado, Mercado e Sociedade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 12., 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/ UFBA, 2012.

PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A. C. **Gestão social de cooperativas**. Curitiba: Editora Appris, 185p, 2018.

PERLATTO, F. Habermas, a esfera pública e o Brasil. **Revista Estudos Políticos**, n. 4, p. 78-94, 2012.

PERLATTO, F. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernidade brasileira. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 23, n. 53, p. 121-145, mar. 2015.

PIMENTEL, M. A. M. **A trajetória de uma escola cooperada: do ideal cooperativista à realidade de mercado**. 181 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2006.

PINHEIRO, S. F. C.; SILVA, T. C. Desafios da Gestão das Cooperativas de Consumo: Estudo de Caso. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 2010. **Anais...** Brasília DF: EBPC, 2010.

PINTO, C. F., SERRA, F. R., FERREIRA, M. P. A bibliometric study on culture research in International Business. **BAR-Brazilian Administration Review**, 11(3), 2014.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, J. M. R. **Administração e Liberdade: Um estudo do Conselho de Escola à luz da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas**. 181 p. Tese (Doutorado em Administração) - Campinas, Faculdade de Educação/UNICAMP, 1994.

PINTO, J. R. L. **Economia solidária: de volta a arte da associação**. 1º ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

PINZANI, A. **Habermas**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 200 p.

PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável, 2015. Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wpcontent/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_1_2062015_com_capa.pdf. Acesso em: Ago. 2020.

POLANYI, K. **The great transformation: the political and economic origins of our time**. New York: Rinehart, 1944.

PRADO, J. W.; ALCÂNTARA, V. C.; CARVALHO, F. M.; VIEIRA, K. C.; MACHADO, L. K. C.; TONELLI, D. F. Multivariate analysis of credit risk and bankruptcy research data: a

bibliometric study involving different knowledge fields (1968-2014). *Scientometrics*, v. 106, pp. 1007-1029, 2016.

PRAXEDES, S. F. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. **IPEA – Mercado de Trabalho**, n. 39, p. 57-62, 2009.

PRICE, D. J. D. Networks of scientific papers. **Science**, 149, p. 510-515, 1965.

RAKOPOULOS, T. Resonance of Solidarity: Meanings of a Local Concept in Anti-austerity Greece. **Journal of Modern Greek Studies**, v. 32, n. 2, p. 313-337, 2014.

RAMIS OLIVOS, A. El concepto de bienes comunes en la obra de Elinor Ostrom. **Ecología política**, n. 45, p. 116-121, 2013.

_____. **Bienes comunes y democracia: Crítica al individualismo posesivo**. LOM ediciones, 2017.

REDE UNITRABALHO. Institucional, 2022. Disponível em: <http://www.unitrabalho.uem.br/institucional>. Acesso em: set./2022,

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. C. V. S. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, v. 5, n.1, p. 185-207, 2004.

REZENDE DE OLIVEIRA, V. A. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. **CADERNOS EBAPE. BR**, v. 8, nº 4, artigo 12, p. 782-788, Rio de Janeiro, Dez. 2010.

RICKEN, J. R.; TENÓRIO, F. G.; KRONEMBERGER, T. S. O Cooperativismo Agropecuário no estado do Paraná: A Questão da Integração. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília DF: EBPC, 2010.

RODRIGUES, J. P. O projeto da modernidade segundo Habermas. **Griot – Revista de Filosofia**, v. 10, n. 2, p. 189-204, 2014.

ROUCONI, L. F. de A. **A Secretaria Nacional de Economia Solidária: uma experiência de governança pública**, 279p – Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

SANTOS, B. de S.; RODRIGUÉZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: Santos (org.), p. 23-77, 2002.

SARDÁ, M. Oito anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES): significados e perspectivas. **Mercado de Trabalho – IPEA**, n. 48, ago., 2011.

SCHIOCHET, V.; SILVA; R. F. da. A formação de gestores na política pública de economia solidária. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, São Paulo, v.1, n.1, p.35-47, 2017.

SENNETT, R. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Tradução: Clóvis Marques – Rio de Janeiro: Record, 2013.

SEPULVEDA, L. Social Enterprise – A New Phenomenon in the Field of Economic and Social Welfare? **Social Policy & Administration**, v. 49, n.7, p. 842–861, 2015.

SERVA, M. **Racionalidade e Organizações: O fenômeno das organizações substantivas**. Volumes I e II. São Paulo: FGV, 1996. 618p. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1996.

SGUAREZI, S. B.; FERREIRA, M. R.; AZERÊDO, R. F.; BARROS, E. C. P. G.; CARDOSO, K. E. H.; XIMENES DE MEDO, S. A. B.; FROEHLICH, A. G. GRZEBIELUCKAS, C. Incubação de empreendimentos econômicos solidários e a cultura da solidariedade: experiências de autogestão na Amfruvale. **Braz. J. of Develop., Curitiba**, v. 6, n. 7, p. 42867-42885, jul. 2020.

SILVA, A. E. F. A. da. **A ciência em circulação nas esferas públicas**: o jornalismo científico em universidades de Minas Gerais e suas repercussões. 378f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, 2019.

SILVA, A. V. de. **Economia solidária**: uma estratégia política de desenvolvimento. 224p. (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, 2010.

SILVA, S. P. Panorama dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil: uma análise de suas dimensões socioestruturais. **Revista da ABET**, v. 16, n. 1, Jan./Jun., 2017.

SILVA, E. A. F.; ALCÂNTARA, V. de C.; PEREIRA, J. R. Governança e Esfera Pública Sobre Resíduos Sólidos Urbanos no Âmbito Municipal Administração Pública e Gestão Social. **APGS**, vol. 8, n. 3, p. 137-152, 2016.

SILVA, E. A. F.; GARCIA, A. S.; MACHADO, J. de C.; CRUZ, E. S. T.; PEREIRA, J. R. Evidências da categoria esfera pública Habermasiana: uma meta-síntese de estudos qualitativos. In: Seminários em Administração, 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo – SP: XVIII SEMEAD, 2015.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Análise das informações do mapeamento de economia solidária para empreendimentos de finanças solidárias. **Mercado de Trabalho – IPEA**, n. 60, abr., 2016.

SILVA, S. P.; CUNHA, G. C.; SILVA, R. G. da. Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental: uma análise processual das conferências nacionais de economia solidária. **Texto para Discussão**, n. 2360, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2018.

SILVA, S. P.; SILVA, R. G. Da 3a Conferência ao Plano Nacional de Economia Solidária: balanço geral do processo e perspectivas futuras. **Mercado de Trabalho**, n. 62, abr. 2017.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A economia solidária no governo federal. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**, v. 24, 2004.

_____. **Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Brasília: IPEA, n. 56, 2014.

SINGER, P.; Souza, A. R. de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOLTEC – UFRJ. **Avaliação do PRONINC** – Relatório Final. Rio de Janeiro, 154p., 2017.

SONNINO, R.; GRIGGS-TREVARTHEN, C. A resilient social economy? Insights from the community food sector in the UK. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 25, n. 3–4, p. 272–292, 2013.

SOUZA, J. Habermas e o Brasil: alguns malentendidos. **In: WAIZBORT, L. (Org.). A ousadia crítica: ensaios para Gabriel Cohn**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, p. 181-200, 2008.

SOUZA, R. B. de; ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R. Pesquisando esferas públicas (seletiva e subalternas): contribuições da análise crítica de gêneros. **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – RAP**, v. 52, n. 3, p. 435-450, maio – jun., 2018.

SOUZA, T. C. da S. Impactos do COVID-19 na vida do trabalhar no contexto brasileiro: comparação entre economia neoliberal e economia solidária. **Trabalho de Conclusão de Curso** – Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de São Paulo, 2022.

SPILLARE, S. ¿De orgánico a post-orgánico? Cultura de movimiento y cultura de consumo en la evolución del sector orgánico en Italia. **Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales**, n. 28, p. 54-66, 2020.

SUCUPIRA, G. I. C. S.; COSTA, B. A. L.; SILVA, M. G. da; SCHITINO, B. R. S. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e o desafio de formação em rede. **In: Interdisciplinaridade, empoderamento e tecnologia social: experiências de economia solidária em uma ITCP / organizadores Jean Carlos Machado Alves, Wagner Ragi Curi Filho**. -- São Paulo: All Print Editora, 2017.

TEIXEIRA CRUZ, E. S. **Gestão Social da água mineral no município de Cambuquira – Minas Gerais**. 186 p. (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, 2017.

TENÓRIO, F. G. (Re)Visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.

TEXTO-BASE I CONAES. **Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento**. 30p. 2006.

TIMOTIO, J. G. M.; BARBOSA, F. V.; VELOSO, R. T. G. A produção científica internacional sobre economia solidária. **Anais... VI Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais**, Montes Claros, 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, 152-162, 2002.

VECHIA, R. D.; TILLMAN, R.; NUNES, T.; CRUZ, A. A Rede de ITCPs – passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Revista Diálogo**, n. 18, p. 115-144, 2011.

VELLOSO, T. R.; MORAIS, L. P; MENEZES, D. F. N. Trajetória e experiências das incubadoras tecnológicas das cooperativas populares (ITCPs) e empreendimentos solidários no contexto brasileiro. **In:** Álvarez, J.F. & Marcuello, C. (Dir.) *Experiencias Emergentes de la Economía Social*, OIBESCOOP, pp. 128-155, 2020.

VENTURELLI, S. O. M. Considerações sobre a esfera pública. **Revista CEPPG**, n. 23, p. 31-50, 2010.

VIEIRA, N. dos S.; PARENTE, C.; BARBOSA, A. C. Q. “Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, p. 100-121, 2017.

VISCARDI, C.; JESUS, R.P. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. **In** J. Ferreira; D.A. Reis, eds. *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VOIROL, O. A esfera pública e as lutas por reconhecimento: de Habermas a Honneth. **Cadernos de Filosofia Alemã**, v. 11, p. 33-56, 2008.

WEISZ, C.; TOMMASINO, N.; RIEIRO, A. Affective networks in motion: Social and Solidarity Economy networks in Uruguay. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 12, n. 2, p. 110-133, 2022.

ZOGRAFOS, C. Rurality discourses and the role of the social enterprise in regenerating rural Scotland. **Journal of Rural Studies**, n. 23, p. 38–51, 2007.